

**Organizadores**  
**ALESSANDRA FAGUNDES FURTADO DE MELO**  
**& GEORGES CHARLES DE WECK RIBEIRO**

# **CONTABILIDADE MODERNA**

## **Desafios, Inovações e Práticas Essenciais**



**Organizadores**  
**ALESSANDRA FAGUNDES FURTADO DE MELO**  
**& GEORGES CHARLES DE WECK RIBEIRO**

# **CONTABILIDADE MODERNA**

## **Desafios, Inovações e Práticas Essenciais**



© 2024 – Editora Ópera

[www.editoraopera.com.br](http://www.editoraopera.com.br)

editoraopera@gmail.com

### **Organizadores**

Alessandra Fagundes Furtado de Melo

Georges Charles de Weck Ribeiro

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Ópera

**Revisão:** Respective autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528c Contabilidade Moderna: Desafios, Inovações e Práticas Essenciais  
/ Alessandra Fagundes Furtado de Melo; Georges Charles de Weck  
Ribeiro (organizadores). – Formiga (MG): Editora Ópera, 2024. 263  
p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85284-29-5

DOI: 10.5281/zenodo.14550346

1. Contabilidade. 2. Inovações e Práticas Essenciais. I. Melo,  
Alessandra Fagundes Furtado de. II. Ribeiro, Georges Charles de Weck. III.  
Título.

CDD: 657

CDU: 657

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam  
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins  
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

[www.editoraopera.com.br](http://www.editoraopera.com.br)

[editoraopera@gmail.com](mailto:editoraopera@gmail.com)

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoraopera.com.br/2024/12/contabilidade-moderna-desafios.html>



**AUTORES**

**Brenda Rodrigues  
Bruno Alves Sandi  
Camila Fulgêncio de Lima  
Camilla Lopes Barbosa  
Flávia Oliveira Ribeiro  
Georges Charles de Weck Ribeiro  
Guilherme Schäfler  
Isadora Samarina Gomes Almeida  
Julia Cristina Malaquias  
Kaique Pereira Silva  
Katielly Valverde Pereira  
Layssa Tavares da Silva  
Lucas Silva Muniz  
Manoel Vítor de Melo Vidal  
Maria Eduarda Olivera Borges  
Paulo Oberdan Da Silva Borges  
Rejane Santos Almeida  
Tatiana Meller Marx**

## **APRESENTAÇÃO**

Com imenso prazer, introduzo "CONTABILIDADE MODERNA: Desafios, Inovações e Práticas Essenciais", uma obra que exemplifica o empenho e a dedicação dos estudantes do curso superior em Ciências Contábeis. Mesmo não tendo contribuído diretamente para a criação deste livro, tive a chance de observar de perto o progresso dos alunos e a perspectiva dos organizadores.

Este livro é uma compilação de artigos técnico-científicos que abordam temas contemporâneos e relevantes na área de Ciências Contábeis. Os trabalhos aqui reunidos exploram uma ampla gama de tópicos, desde a modernização das práticas contábeis por meio da contabilidade digital até os desafios enfrentados por microempresas familiares brasileiras. Cada artigo oferece uma análise aprofundada e propõe soluções inovadoras para questões complexas, refletindo a diversidade e a riqueza do campo contábil.

Os leitores encontrarão discussões sobre a aplicação do código de ética profissional na prevenção de comportamentos antiéticos, a importância da auditoria interna e externa no combate às fraudes, e a adoção de normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil. Além disso, a obra aborda temas cruciais como o planejamento tributário para redução de custos, a contabilidade ambiental e o papel transformador da contabilidade digital na modernização das empresas.

Gostaria de parabenizar a todos os envolvidos na realização deste projeto. A dedicação e o esforço de cada um são evidentes. Espero que esta obra não apenas amplie o conhecimento dos leitores, mas também os motive a adotar práticas contábeis inovadoras e sustentáveis em suas áreas de atuação.

Adriana Lemos de Oliveira

## SUMÁRIO

Capítulo 1 <b>OS DESAFIOS DA CONTABILIDADE NAS MICROEMPRESAS FAMILIARES BRASILEIRAS: CONCILIAÇÃO ENTRE GESTÃO FINANCEIRA E RELAÇÕES PESSOAIS</b> <i>Camila Fulgêncio de Lima</i>	<b>09</b>
Capítulo 2 <b>A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA E EXTERNA NO COMBATE ÀS FRAUDES</b> <i>Lucas Silva Muniz</i>	<b>20</b>
Capítulo 3 <b>A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA NAS EMPRESAS GOIANAS PRODUTORAS DE MILHO E SOJA: COMO REDUZIR A CARGA TRIBUTÁRIA</b> <i>Paulo Oberdan Da Silva Borges</i>	<b>38</b>
Capítulo 4 <b>COMO APLICAR O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL NA PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS ANTIÉTICOS NA CONTABILIDADE</b> <i>Guilherme Schäfler</i>	<b>53</b>
Capítulo 5 <b>ROTINA CONTABIL: ANÁLISE DE DADOS PARA TOMADA DE DECISÕES</b> <i>Layssa Tavares da Silva</i>	<b>68</b>
Capítulo 6 <b>FUNDO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA - FUNDEINFRA: PROMESSA DE PROGRESSO OU PESO PARA O SETOR PRODUTIVO?</b> <i>Isadora Samarina Gomes Almeida</i>	<b>81</b>
Capítulo 7 <b>ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NO BRASIL: DESAFIOS E BENEFÍCIOS</b> <i>Kaique Pereira Silva</i>	<b>98</b>
Capítulo 8 <b>A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PERIÓDICO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PRODUTOR RURAL PARA O PREENCHIMENTO DO LIVRO CAIXA DIGITAL - LCDPR</b> <i>Tatiana Meller Marx</i>	<b>118</b>
Capítulo 9 <b>FERRAMENTAS CONTÁBEIS PARA O AUXÍLIO DO PRODUTOR RURAL</b> <i>Bruno Alves Sandi</i>	<b>138</b>
Capítulo 10 <b>A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM ÉTICA CONTÁBIL A FIM DE PREVENIR AS FRAUDES EM UMA ORGANIZAÇÃO</b> <i>Katielly Valverde Pereira; Georges Charles de Weck Ribeiro</i>	<b>147</b>

Capítulo 11 <b>PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO DE GOIÁS</b> <i>Julia Cristina Malaquias</i>	<b>160</b>
Capítulo 12 <b>RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES: COMO REALIZAR UM PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO E CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES DE FORMA MAIS EFICIENTE PARA O SETOR DE GESTÃO DE PESSOAS</b> <i>Rejane Santos Almeida</i>	<b>168</b>
Capítulo 13 <b>CONTABILIDADE AMBIENTAL: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIOS, COM A FINALIDADE DE MEDIR E DIVULGAR SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS</b> <i>Maria Eduarda Olivera Borges</i>	<b>179</b>
Capítulo 14 <b>AS TRANSFORMAÇÕES DO PERFIL DO CONTADOR NA CONTEMPORANEIDADE: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS E ADAPTAR-SE AOS PROCESSOS DE MUDANÇAS</b> <i>Flávia Oliveira Ribeiro</i>	<b>196</b>
Capítulo 15 <b>A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO VAREJO ALIMENTAR</b> <i>Manoel Vítor de Melo Vidal</i>	<b>215</b>
Capítulo 16 <b>O PAPEL DA CONTABILIDADE DIGITAL PARA A MODERNIZAÇÃO DAS EMPRESAS</b> <i>Brenda Rodrigues; Georges Charles de Weck Ribeiro</i>	<b>235</b>
Capítulo 17 <b>OS DESAFIOS DA CONTABILIDADE NA GESTÃO FINANCEIRA E SEPARAÇÃO DE PATRIMÔNIOS EM EMPRESAS FAMILIARES</b> <i>Camilla Lopes Barbosa</i>	<b>249</b>
<b>ORGANIZADORES</b>	<b>262</b>

## *Capítulo 1*

# **OS DESAFIOS DA CONTABILIDADE NAS MICROEMPRESAS FAMILIARES BRASILEIRAS: CONCILIAÇÃO ENTRE GESTÃO FINANCEIRA E RELAÇÕES PESSOAIS**

***Camila Fulgêncio de Lima***

*Atuando na área administrativa do agronegócio, Camila Fulgêncio de Lima está cursando o 8º semestre do curso de ciências contábeis na Faculdades Integradas IESGO. Com uma sólida base em administração e organização, busca aprimorar suas habilidades e conhecimentos na área financeira e contábil. Para contato, pode ser utilizado o e-mail: [camilalima.1591@gmail.com](mailto:camilalima.1591@gmail.com).*

### **RESUMO**

A contabilidade desempenha um papel fundamental na organização e sustentabilidade das microempresas familiares brasileiras, especialmente devido ao desafio de conciliar a gestão financeira com as relações interpessoais. Este artigo busca investigar os principais obstáculos que essas empresas enfrentam ao tentar implementar práticas contábeis profissionais em um ambiente de negócios familiar, onde a sobreposição entre papéis pessoais e empresariais é comum. Em microempresas familiares, a falta de separação entre finanças pessoais e empresariais podem comprometer a saúde financeira do negócio e, ao mesmo tempo, abalar a harmonia familiar, que é um dos pilares de sustentação dessas organizações. A partir de uma pesquisa qualitativa, que incluiu questionários e estudo de casos práticos, este trabalho explora como a contabilidade pode ser uma ferramenta para minimizar conflitos e fortalecer a gestão empresarial. A análise dos dados mostra que a adoção de estratégias contábeis que promovam transparência e o controle financeiro contribui para uma organização mais eficaz e para a redução de disputas familiares causadas por decisões financeiras. Entre os principais resultados, observou-se que 40% dos entrevistados apontam a dificuldade de separar finanças pessoais e empresariais como o maior desafio, seguido da influência das relações familiares nas decisões financeiras, com 35%, e da falta de profissionalização na gestão contábil, representando 25%. Esses achados indicam que práticas contábeis estruturadas são essenciais para promover maior clareza

financeira e mitigar conflitos familiares. Ao abordar essa temática, o artigo espera oferecer “*insights*” práticos e teóricos para empresários que buscam o sucesso econômico e, ao mesmo tempo, a preservação da harmonia familiar em seus negócios. Assim, torna-se evidente que a profissionalização contábil pode ser uma aliada poderosa para o equilíbrio entre as necessidades financeiras e os valores familiares.

**Palavras-chave:** Contabilidade familiar. Microempresas brasileiras. Gestão financeira. Relações interpessoais.

#### **ABSTRACT**

Accounting plays a fundamental role in the organization and sustainability of Brazilian family-owned microenterprises, especially given the challenge of reconciling financial management with interpersonal relationships. This article seeks to investigate the main obstacles these businesses face when attempting to implement professional accounting practices in a family business environment, where the overlap between personal and business roles is common. In family-owned microenterprises, the lack of separation between personal and business finances can compromise the financial health of the business while also undermining family harmony, a crucial foundation for these organizations. Using qualitative research that included questionnaires and case studies, this work explores how accounting can be a tool to minimize conflicts and strengthen business management. Data analysis shows that adopting accounting strategies that promote transparency and financial control contributes to more effective organization and reduces family disputes caused by financial decisions. Among the main results, 40% of respondents indicated the difficulty in separating personal and business finances as the greatest challenge, followed by the influence of family relationships on financial decisions (35%) and the lack of professionalization in accounting management (25%). These findings suggest that structured accounting practices are essential for promoting greater financial clarity and mitigating family conflicts. By addressing this theme, the article aims to offer practical and theoretical insights for entrepreneurs who seek economic success while preserving family harmony within their businesses. Thus, it becomes evident that professionalized accounting can be a powerful ally in balancing financial needs with family values.

**Keywords:** Family accounting. Brazilian microenterprises. Financial management. Interpersonal relationships.

## **INTRODUÇÃO**

As microempresas familiares são fundamentais para a economia brasileira, gerando empregos e fomentando o desenvolvimento local e regional. No entanto, essas empresas enfrentam desafios específicos na gestão contábil e financeira, em grande parte

devido à sobreposição de papéis pessoais e empresariais. A falta de distinção clara entre finanças pessoais e empresariais pode comprometer a saúde financeira do negócio e a harmonia entre os membros familiares. Como destaca FRANCO (2013), a contabilidade para pequenas empresas deve servir não apenas para organizar as finanças, mas também para criar uma base de confiança e transparência, elementos essenciais para a longevidade dessas organizações.

Nesse cenário, a contabilidade assume um papel estratégico para lidar com as particularidades das microempresas familiares, auxiliando no equilíbrio entre necessidades financeiras e vínculos interpessoais. MARION (2009) aponta que práticas contábeis bem estruturadas podem evitar a “confusão patrimonial” — problema recorrente em microempresas familiares, onde as finanças pessoais e empresariais frequentemente se misturam — e, assim, contribuir para a sustentabilidade do negócio. Além disso, CHIAVENATO (2014) reforça que a gestão eficaz em empresas familiares requer um equilíbrio entre interesses pessoais e organizacionais, especialmente quando o sucesso da empresa depende diretamente das relações familiares.

Este estudo tem como objetivo investigar os principais desafios contábeis enfrentados pelas microempresas familiares brasileiras, analisando como a contabilidade pode minimizar conflitos e fortalecer a gestão financeira sem comprometer as relações interpessoais. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva com questionários e análise de casos práticos, complementada por uma revisão de literatura em bases acadêmicas como *Scientific Electronic Library On-line (SciELO)*, *Google Scholar* e *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, com foco em publicações dos últimos dez anos. A análise dos dados, realizada com o “software” NVivo, busca propor práticas contábeis que promovam a sustentabilidade e a harmonia familiar, contribuindo para a literatura sobre contabilidade e gestão de microempresas familiares ao oferecer soluções práticas para o equilíbrio entre a gestão financeira e as dinâmicas interpessoais.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Contabilidade e Gestão em Microempresas Familiares**

As microempresas familiares representam uma parcela significativa da economia brasileira, contribuindo para a geração de empregos e renda no país. No entanto, essas

empresas enfrentam desafios específicos na gestão contábil e financeira, em especial devido à sobreposição de papéis familiares e empresariais. Segundo IUDÍCIBUS e MARION (2016), práticas contábeis bem estruturadas são essenciais para que a empresa obtenha informações financeiras precisas e confiáveis, fundamentais para uma gestão estratégica.

Para ilustrar os principais desafios enfrentados por essas empresas, a **Tabela 1** apresenta uma visão geral dos problemas mais comuns relatados pelos empresários familiares, acompanhada da frequência com que esses desafios ocorrem.

**Tabela 1** - Principais desafios contábeis em microempresas familiares.

<b>Desafio</b>	<b>Descrição</b>	<b>Percentual de Ocorrência</b>
Falta de Separação entre Finanças	Dificuldade em separar finanças pessoais e empresariais, levando a confusão patrimonial	60%
Influência Emocional nas Decisões Financeiras	Decisões financeiras tomadas com base em laços familiares e sentimentos, em vez de dados objetivos	50%
Ausência de Planejamento Financeiro Estruturado	Falta de controle e organização nas finanças da empresa	45%
Resistência à Profissionalização	Dificuldade em adotar práticas contábeis formais por conta da cultura familiar	35%

Fonte: o autor

O conteúdo da tabela 1 destaca que a falta de separação entre finanças pessoais e empresariais é o desafio mais prevalente entre os empresários familiares, com 60% dos entrevistados apontando essa dificuldade. Essa questão é frequentemente discutida na literatura como uma das principais barreiras à sustentabilidade dessas empresas, já que a mistura de finanças compromete a clareza e a transparência dos resultados financeiros FRANCO (2013). Em seguida, observa-se que a influência emocional nas decisões financeiras também é um problema comum, afetando 50% dos entrevistados. Esse impacto emocional nas decisões financeiras pode gerar conflitos e prejudicar a objetividade da gestão MARTINS (2014).

Por fim, desafios como a ausência de planejamento financeiro estruturado e a resistência à profissionalização demonstram que as microempresas familiares ainda enfrentam obstáculos para implementar práticas contábeis profissionais, que são essenciais para garantir uma administração mais estruturada e sustentável.

## **Dinâmicas Familiares e Desafios para a Contabilidade**

A relação entre os laços familiares e a gestão financeira em microempresas familiares é um dos principais temas abordados pela literatura sobre o setor. MARTINS (2014) ressalta que o envolvimento familiar nas operações da empresa gera uma série de desafios, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre a objetividade contábil e os vínculos pessoais. Segundo o autor, o vínculo emocional existente entre os familiares muitas vezes interfere nas decisões financeiras, tornando-as mais subjetivas e menos embasadas em dados contábeis.

FRANCO e MARION (2009) reforçam que, em microempresas familiares, a sobreposição entre papéis familiares e empresariais leva a decisões financeiras baseadas em critérios emocionais, o que pode comprometer a sustentabilidade financeira do negócio. Para evitar esse problema, IUDÍCIBUS (2015) sugere que uma abordagem contábil profissional e transparente auxilie na tomada de decisões mais racionais, minimizando os conflitos interpessoais e promovendo um ambiente empresarial mais equilibrado.

## **Contribuições da Contabilidade Gerencial para a Sustentabilidade das Microempresas Familiares**

A contabilidade gerencial oferece uma série de ferramentas que podem ajudar as microempresas familiares a superar os desafios impostos pela falta de separação entre finanças pessoais e empresariais. Padoveze destaca que “a contabilidade gerencial serve como base para a implementação de controles financeiros e operacionais, essenciais para a saúde financeira de microempresas familiares” (PADOVEZE, 2015, p. 74). Essas práticas são especialmente úteis para empresas onde há uma forte influência das relações interpessoais nas decisões financeiras.

LOPES e MARTINS (2015) complementam que a contabilidade gerencial permite o desenvolvimento de uma visão mais estruturada e objetiva do negócio, o que é fundamental para empresas familiares que buscam crescer e se manter no mercado. Segundo os autores, “a contabilidade não é apenas um sistema de informações financeiras, mas também uma ferramenta estratégica para alinhar as ações empresariais com os objetivos organizacionais” (MARTINS, 2015, p. 34). Assim, a contabilidade gerencial se

torna uma aliada importante para promover uma gestão equilibrada e transparente, que contribua para a sustentabilidade da microempresa familiar.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este estudo emprega uma abordagem qualitativa e descritiva, com coleta de dados realizada através de questionários aplicados a proprietários de microempresas familiares e análise de casos práticos. A pesquisa foi conduzida em bases acadêmicas, como *SciELO*, *Google Scholar* e *CAPES*, com foco em artigos publicados nos últimos dez anos. Os critérios de inclusão priorizaram estudos que abordassem contabilidade familiar e gestão financeira em microempresas, enquanto pesquisas sobre grandes empresas ou contextos internacionais foram excluídas.

A coleta de dados foi organizada por meio de uma busca sistemática de palavras-chave como “contabilidade familiar”, “microempresas brasileiras”, “gestão financeira” e “relações interpessoais”, resultando em uma seleção de artigos que exploram as interações entre finanças e laços familiares. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do “software” *NVivo*, categorizando temas como práticas contábeis, separação de finanças pessoais e empresariais e estratégias para minimizar conflitos. A metodologia visa compreender os desafios específicos das microempresas familiares e propor práticas contábeis que melhorem a gestão financeira sem comprometer a harmonia familiar.

## **ANÁLISE DE DADOS**

A análise dos dados obtidos com a pesquisa revelou desafios comuns enfrentados por microempresas familiares em relação à gestão contábil. Os principais pontos identificados incluem:

- **Dificuldade de separação entre finanças pessoais e empresariais:** Muitos dos entrevistados relataram dificuldades em manter uma distinção clara entre as finanças pessoais e as finanças da empresa. Esse problema é destacado na literatura como um dos maiores desafios para a sustentabilidade financeira dessas empresas. Franco reforça que “a separação patrimonial é vital para a longevidade e estabilidade financeira das empresas, pois contribui para a clareza na tomada de

decisões e para a transparência dos resultados financeiros, essenciais para um ambiente familiar equilibrado” (FRANCO, 2013, p. 52).

- **Influência das relações familiares nas decisões financeiras:** As decisões financeiras nas microempresas familiares frequentemente são influenciadas por questões emocionais e disputas familiares, o que compromete a objetividade da gestão. FRANCO (2013) enfatiza que a contabilidade tem um papel mediador, oferecendo uma base racional para a tomada de decisões, o que ajuda a evitar que questões pessoais prejudiquem a administração do negócio. Conforme destacado por Padoveze:

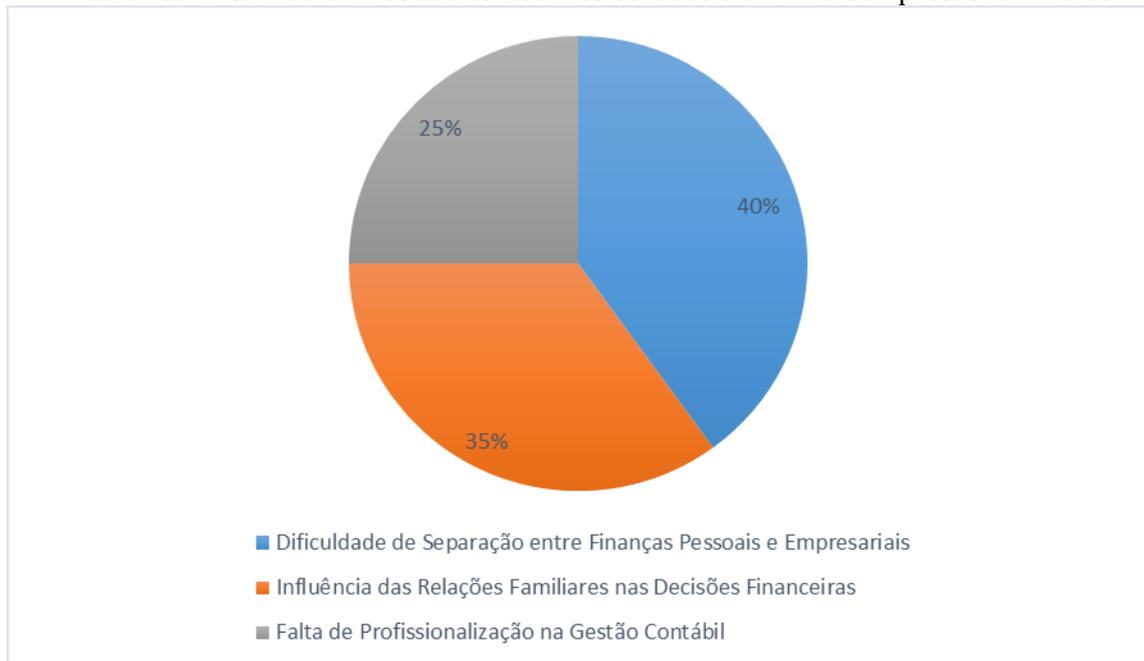
A contabilidade gerencial não só organiza as finanças empresariais, mas também estabelece controles financeiros e operacionais essenciais para a saúde financeira de microempresas familiares, reduzindo a interferência das relações emocionais nas finanças” (PADOVEZE, 2015, p. 74)

- **Falta de profissionalização na gestão contábil:** A pesquisa identificou que a ausência de uma gestão contábil profissionalizada é um fator que limita o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas. Martins afirma que “a contabilidade gerencial permite uma análise crítica e contínua do desempenho da empresa, promovendo a tomada de decisões mais assertivas e o controle efetivo dos recursos” (MARTINS, 2014, p. 58). A falta dessa prática leva à falta de clareza nos processos financeiros e limita a capacidade de planejamento a longo prazo.

A análise dos dados obtidos com a pesquisa revelou três desafios principais enfrentados pelas microempresas familiares em relação à gestão contábil. Os entrevistados destacaram a dificuldade em manter uma separação clara entre as finanças pessoais e empresariais, a influência das relações familiares nas decisões financeiras e a falta de profissionalização na gestão contábil. Esses problemas são amplamente discutidos na literatura, sendo a "confusão patrimonial" e a interferência de fatores emocionais nas decisões financeiras alguns dos mais recorrentes.

Para ilustrar a proporção desses desafios, o **Gráfico 1** apresenta a percepção dos entrevistados sobre os fatores mais críticos para a sustentabilidade financeira nas microempresas familiares.

**Gráfico 1.** Gráfico com os dados Desafios contábeis em microempresas familiares



**Fonte:** o autor

O gráfico 1 evidencia que a dificuldade de separação entre finanças pessoais e empresariais representa o maior desafio, correspondendo a 40% das respostas. Esse problema é enfatizado na literatura como um dos principais obstáculos à sustentabilidade dessas empresas, pois compromete a transparência dos resultados e afeta o planejamento financeiro FRANCO (2013). Com 35%, o segundo maior desafio é a Influência das Relações Familiares nas Decisões Financeiras, que frequentemente resulta em decisões guiadas por laços emocionais, o que compromete a objetividade na gestão MARTINS (2014). Por fim, a Falta de Profissionalização na Gestão Contábil representa 25%, apontando para a necessidade de práticas contábeis mais estruturadas, que poderiam ajudar a mitigar conflitos familiares e promover uma gestão mais eficaz e sustentável PADOVEZE (2015).

Esses dados reforçam a importância de adotar práticas contábeis que promovam a separação patrimonial e a profissionalização da gestão. Essas práticas contribuem para uma maior clareza financeira e diminuem o impacto das dinâmicas emocionais, promovendo um ambiente familiar e organizacional mais equilibrado.

Esses achados indicam que práticas contábeis profissionalizadas e o estabelecimento de um controle financeiro estruturado podem ser soluções eficazes para minimizar os conflitos e melhorar a organização financeira nas microempresas familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela que a contabilidade é um componente essencial para a gestão eficaz de microempresas familiares no Brasil. A falta de distinção entre finanças pessoais e empresariais e a influência das relações familiares nas decisões financeiras são desafios que impactam diretamente a saúde financeira dessas empresas. MARTINS (2014) e FRANCO (2013) sugerem que a profissionalização das práticas contábeis, aliada à implementação de controles financeiros claros, pode reduzir conflitos e contribuir para a sustentabilidade do negócio.

Além disso, CHIAVENATO (2014) observa que a eficácia organizacional em microempresas familiares depende do alinhamento entre os objetivos pessoais dos familiares e as metas do negócio, um alinhamento que só é possível com a profissionalização e clareza dos processos financeiros. Com base nos dados e análise, recomenda-se que futuras pesquisas explorem estratégias específicas para implementar práticas contábeis em microempresas familiares, adaptando-as ao contexto único dessas empresas e contribuindo para o fortalecimento do setor.

## REFERÊNCIAS

MARION, J.C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 5. Ed. São Paulo: Manole, 2014.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J.C. **Contabilidade para micro e pequenas empresas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, E. **Contabilidade gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LOPES, A.B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANCO, H. **A contabilidade e as pequenas empresas: fundamentos e práticas**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, C.L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

## Anexo I – Questionário

### DESAFIOS DA CONTABILIDADE NAS MICROEMPRESAS FAMILIARES BRASILEIRAS

Olá, meu nome é Camila Fulgêncio de Lima, sou estudante do 8º semestre de ciências contábeis pela Faculdades Integradas IESGO. Este questionário tem como objetivo entender os desafios enfrentados por microempresas familiares na gestão contábil e financeira. As respostas são confidenciais e contribuirão para minha pesquisa. Agradeço por sua participação!

1. E-mail \_\_\_\_\_

2. Qual é o ramo de atuação da sua empresa?

- Comércio
- Serviços Indústria
- Outro: \_\_\_\_\_

3. Quantos anos a sua empresa está em operação?

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

4. Quantos funcionários trabalham na empresa?

- Apenas familiares
- 1 a 5
- 6 a 10
- Mais de 10

5. Relação com os Proprietários:

- Sócio
- Familiar
- Outro: \_\_\_\_\_

6. A separação entre finanças pessoais e empresariais é mantida na sua empresa?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

7. Se respondeu “Às vezes”, “Raramente” ou “Nunca” à pergunta anterior, quais são os principais desafios para manter essa separação? (Escolha até duas opções)

- Falta de controle financeiro adequado
- Influência das relações familiares
- Cultura familiar de gestão
- Necessidade de capital pessoal no negócio
- Outro: \_\_\_\_\_

8. Acredita que a falta de separação financeira afeta a tomada de decisões da empresa?

- Sim, frequentemente
- Sim, às vezes
- Raramente
- Nunca

9. As decisões financeiras da empresa são influenciadas por relações familiares?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

10. Quais são os principais desafios para tomar decisões financeiras objetivas na sua empresa? (Escolha até duas opções)

- Pressão de familiares
- Decisões guiadas por laços emocionais

- Falta de critérios profissionais
- Necessidade de consenso entre membros da família

**11. Impacto da influência familiar nas finanças da empresa:**

- Prejudica a objetividade das decisões
- Gera conflitos financeiros
- Ajuda a manter a união e cooperação
- Não impacta

**12. A empresa adota práticas contábeis profissionalizadas e estruturadas?**

- Sim
- Não

**13. Práticas contábeis implementadas na empresa: (Escolha todas que se aplicam)**

- Controle de fluxo de caixa
- Separação de contas bancárias
- Uso de softwares contábeis
- Consultoria de contador externo
- Nenhuma dessas práticas

**14. Quais são os principais obstáculos para implementar uma gestão contábil mais profissional na empresa? (Escolha até duas)**

- Resistência familiar
- Custo elevado
- Falta de conhecimento em contabilidade
- Falta de tempo para implantar

**15. Conseguir um equilíbrio entre as necessidades financeiras e as relações familiares é um desafio para sua empresa?**

- Concordo
- Discordo
- Neutro

**16. Estratégias adotadas para reduzir conflitos financeiros entre familiares: (Escolha todas que se aplicam)**

- Reuniões familiares periódicas
- Consultoria externa para mediação de conflitos
- Definição clara de papéis e responsabilidades
- Não adota nenhuma estratégia

**17. A implementação de práticas contábeis ajudaria a reduzir conflitos familiares?**

- Sim, muito
- Sim, em parte
- Não mudaria
- Não sei

**18. Qual é a sua percepção sobre a importância da contabilidade na sua empresa?**

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Irrelevante

**19. A maior vantagem da profissionalização da contabilidade para microempresas familiares seria:**

- Maior clareza financeira
- Redução de conflitos familiares
- Melhoria na organização financeira
- Sustentabilidade e crescimento do negócio

**20. Há algum outro desafio financeiro ou contábil que você gostaria de mencionar?**

---

---

**Capítulo 2**

**A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA E EXTERNA NO COMBATE  
ÀS FRAUDES**

**Lucas Silva Muniz**

*Trabalha como analista contábil júnior na empresa Agromichels, estuda na Faculdades Integradas IESGO, na qual está cursando o 8º semestre de Ciências Contábeis, cristão, e possui o hobby de praticar esportes como o futebol.*

*E-mail: lucasmuniz2@hotmail.com*

**RESUMO**

O artigo "A Importância da Auditoria Interna e Externa no Combate às Fraudes" destaca a relevância das auditorias para a segurança e transparência das empresas em um cenário de negócios complexo e suscetível a fraudes. Ele diferencia o papel da auditoria interna, que é conduzida por membros da própria organização e se concentra em aprimorar controles internos e identificar vulnerabilidades, da auditoria externa, que é realizada por auditores independentes para garantir a integridade e confiabilidade das informações financeiras, essencial para a confiança de investidores e "stakeholders". O estudo investiga como a integração dessas auditorias, aliada ao uso de tecnologias avançadas, fortalece as defesas contra fraudes, permitindo que as empresas identifiquem irregularidades de forma mais eficiente e precoce. O artigo também discute as principais lacunas e desafios enfrentados por auditores, incluindo a falta de integração entre os processos de auditoria e a necessidade de adaptação contínua a novas tecnologias e metodologias para lidar com técnicas fraudulentas cada vez mais sofisticadas. Além disso, enfatiza a criação de uma cultura ética e de conformidade, demonstrando como a auditoria bem executada pode não só evitar fraudes, mas também fortalecer a reputação da empresa e gerar confiança entre investidores, parceiros comerciais e partes interessadas. Concluiu-se que a auditoria é uma ferramenta formidável no que tange as boas práticas e sem ela, o sucesso organizacional permanece comprometido.

**Palavras-chaves:** Auditoria interna. Auditoria externa. Combate às fraudes. Controles internos.

### **ABSTRACT**

The article "The Importance of Internal and External Audits in Combating Fraud" explores the crucial role of audits in safeguarding and ensuring transparency within companies in a business environment susceptible to fraud. It distinguishes between internal audits, conducted by members of the organization with a focus on improving internal controls and identifying vulnerabilities, and external audits, carried out by independent auditors to ensure the integrity of financial information, which is essential for investor and stakeholder confidence. The study examines how the integration of these audits, combined with the use of advanced technologies, strengthens fraud prevention, allowing for more effective and timely detection of irregularities. Additionally, the article addresses the gaps and challenges faced by auditors, including the lack of integration between processes and the need to adapt to new technologies and methodologies in response to increasingly sophisticated fraudulent techniques. The creation of an ethical and compliant culture is highlighted as an essential element, demonstrating that a well-executed audit not only prevents fraud but also strengthens the company's reputation and builds trust among investors, partners, and stakeholders.

**Keywords:** Internal audit. External audit. Combating fraud. Internal controls.

### **INTRODUÇÃO**

No cenário atual, onde os negócios estão cada vez mais complexos e interconectados, enfrentar fraudes tornou-se um desafio imensamente significativo. As fraudes podem causar danos consideráveis à reputação e à saúde financeira das empresas, o que torna essencial a implementação de mecanismos eficazes para combatê-las.

Nesse contexto, as auditorias interna e externa desempenham papéis fundamentais. A auditoria interna, realizada pelos próprios funcionários da empresa, tem a missão de avaliar e aprimorar os controles e processos internos. Ela é crucial para identificar fraquezas e propor melhorias que ajudem a prevenir fraudes. Por outro lado, a auditoria externa, conduzida por profissionais independentes, garante a precisão e a confiabilidade das informações financeiras da empresa. Esse trabalho é vital para que investidores, clientes e outros "*stakeholders*" possam confiar nas informações divulgadas.

No entanto, existem lacunas na eficácia desses processos que precisam ser exploradas. A situação problema deste trabalho diz respeito à eficácia relativa da

auditoria interna e externa no combate às fraudes, questionando se as práticas atuais são adequadas para enfrentar a evolução das técnicas fraudulentas. Este estudo buscará analisar a literatura e casos práticos para entender melhor o impacto dessas auditorias na integridade financeira das empresas e na promoção de uma cultura ética.

De forma correlata, algumas hipóteses podem ser trabalhadas. A auditoria interna e a externa trabalham de maneira relacionadas, as empresas têm uma chance muito maior de evitar fraudes do que a atuação isolada poderia alcançar. Se os processos de auditoria interna e externa não estão integrados, pode haver falhas na detecção de fraudes, o que prejudica a eficácia das medidas contra fraudes. Usar tecnologias avançadas e métodos analíticos nas auditorias ajuda a detectar fraudes de forma mais eficaz do que apenas com os métodos tradicionais.

O objetivo deste estudo é explorar como a auditoria interna e externa ajudam a combater fraudes e abordar quais são as melhores práticas para melhorar a detecção e a prevenção desses crimes, avaliando o papel da auditoria interna e externa na detecção e prevenção de fraudes dentro das organizações e sua importância, identificando as principais lacunas e desafios enfrentados pelos auditores internos e externos no combate às fraudes, bem como investigar a integração entre auditoria interna e externa e seu impacto na eficácia das práticas antifraude, explorando como o uso das tecnologias avançadas podem maximizar a eficácia das auditorias no enfrentamento das fraudes.

A justificativa para o estudo é a importância do tema, visto que as fraudes podem causar grandes prejuízos para as empresas, desde perdas financeiras pesadas até danos à reputação e problemas legais. Ter auditorias internas e externas eficazes é essencial para manter a integridade das operações das empresas, o que torna esse tema muito relevante para a gestão e controle organizacional. Também há a necessidade de melhoria, pois mesmo com as normas e práticas em vigor, fraudes ainda ocorrem, indicando que os métodos atuais podem não ser suficientes. Por isso, é crucial investigar e melhorar as práticas de auditoria para acompanhar as técnicas fraudulentas que estão em constante evolução. É necessária a integração e tecnologia, dado à medida que a tecnologia avança e as operações empresariais se tornam mais complexas, integrar bem as auditorias internas e externas e adotar novas tecnologias pode melhorar bastante a detecção e prevenção de fraudes.

O resultado esperado tem como foco implementar e fomentar práticas de auditoria mais eficazes pode ajudar as empresas a proteger seus recursos, garantir que estejam em

conformidade com as regulamentações e aumentar a confiança dos “*stakeholders*”, promovendo um ambiente de negócios mais seguro e ético, adotando as medidas necessárias para a utilização das ferramentas, assim como fornecer a abordagem inicial àqueles que desejem conhecimento a respeito do tema.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Cenário da auditoria nas empresas**

A auditoria contábil tem se tornado um dos aspectos mais importantes nas organizações e aos “*stakeholders*”, com o intuito de buscar segurança nas demonstrações econômico-financeiras, respeitando os princípios da contabilidade. Na atualidade, a confiança do mercado é um fator crucial no sucesso empresarial, e casos como Enron, WorldCom e mais recentemente a Americanas S.A. são exemplos de que a gestão e auditoria não executada corretamente, causa enormes prejuízos financeiros e reputacionais. O IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e NBC-TA (citada na resolução Resolução CFC nº 1.203 de 27/11/2009, sobre os objetivos gerais do auditor) surgem para servir de orientação à elaboração das demonstrações e o trabalho de auditoria realizado com base nelas. De acordo com Crepaldi (Crepaldi, 2023, p. 46) a auditoria pode ser definida como:

“Um exame sistemático das atividades desenvolvidas em determinada empresa, que tem o objetivo de averiguar se elas estão de acordo com as disposições planejadas e/ou estabelecidas previamente, se foram implementadas com eficácia e se estão adequadas. É um exame analítico que acompanha o desempenho das operações contábeis expressas em um balanço.”

A auditoria é em sua essência um estudo analítico e sistemático das demonstrações financeiras, entretanto sua execução deve ser criteriosa e realista, objetivando a conformidade organizacional, e existência concreta dos lançamentos e processos realizados, para que desta forma, possa mensurar a avaliação de valor da empresa abordada, estando em consonância às normas internacionais de contabilidade.

Sua regulamentação, é observada de forma mais recente através do Art. 3º da lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, abrangendo as sociedades anônimas de capital aberto.

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

À luz da legislação e regulamentos como a NBC-TA publicados no Diário Oficial da União, a auditoria externa é executada exclusivamente por profissionais registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme Lei nº 11.637, de 2007, sendo essencial para garantir a certificação de conformidade das demonstrações financeiras, visto que possuem impacto relevante na economia. A auditoria proporciona uma avaliação independente das informações financeiras geradas, aumentando a credibilidade junto a credores, investidores, “*stakeholders*” e potenciais aquisições.

Em fator complementar, a auditoria interna desempenha um papel vital na identificação e mitigação de riscos, bem como na avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos estruturados. Através de uma análise contínua e regular, a auditoria interna pode detectar fraudes, ineficiências operacionais, áreas de melhoria e pontos de atenção. Essa função é essencial para garantir que as práticas contábeis e financeiras estejam em conformidade com as exigências da Lei nº 11.638.

O cumprimento das disposições da Lei nº 11.638 evita diversas sanções legais e problemas com a reputação da organização. A auditoria independente garante que as empresas estejam em concordância com a legislação vigente, evitando multas e até mesmo prisões. Além disso, a auditoria interna pode ajudar na preparação e adequação para auditorias externas, garantindo que os processos estejam com anuência.

Com a obrigatoriedade de auditoria, as empresas são incentivadas a implementar controles internos mais robustos que reduzam o risco de fraudes e irregularidades contábeis. A auditoria interna, em especial, atua como um guardião das práticas éticas e do cumprimento das políticas internas da empresa, identificando práticas inadequadas antes que se tornem problemas mais relevantes.

A transparência proporcionada por auditorias regulares pode aumentar a valorização da empresa no mercado através da confiança passada pelo balanço assinado. Investidores e parceiros comerciais tendem a confiar mais em organizações que demonstram um compromisso com boas práticas de governança e auditoria. A partir desta situação, é possível conseguir melhores condições de financiamento e empréstimos, além de oportunidades de negócios com fornecedores.

A interação entre auditoria interna e externa promove um ambiente de melhoria contínua e progressista. A auditoria externa deve fornecer “*feedbacks*” valiosos sobre a eficácia dos processos internos, enquanto a auditoria interna pode preparar a empresa para uma auditoria externa mais eficiente e assertiva.

A obrigatoriedade de auditoria promove uma cultura de responsabilidade social e ética dentro das organizações. As empresas, ao se submeterem a auditorias rigorosas, demonstram seu compromisso com práticas empresariais transparentes e responsáveis, o que pode melhorar sua reputação e relacionamento com a comunidade e seus “*stakeholders*”. Com a exigência da auditoria para sociedades de grande porte é uma ferramenta fundamental para promover a transparência, a conformidade e a responsabilidade nas práticas contábeis. A auditoria interna e externa, cada uma com suas funções e focos específicos, contribui de maneira significativa para a integridade financeira e a confiança no ambiente de negócios. Essa sinergia entre as auditorias é fundamental para garantir que as empresas não apenas cumpram as exigências legais, mas também operem de maneira ética e comprometida.

### **Lei Sarbanes-Oxley (Sox)**

A lei Sarbanes-Oxley foi aprovada em 2002 nos Estados Unidos, após os escândalos contábeis da Enron e WorldCom que prejudicaram a economia e diversos investidores em bilhões de dólares, em que os responsáveis pelas empresas alegaram desconhecimento. O intuito da criação dessa legislação pelo Congresso Americano em colaboração com a SEC (*Securities and Exchange Commission*), órgão equivalente à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) no Brasil, é assegurar que as fraudes ocorram com muito mais dificuldade que o ocorrido nos anos anteriores à aprovação da lei. Os responsáveis serão devidamente penalizados e serão responsáveis por toda ação deliberada e intencional, como é citado no sumário do ato de 2002:

Título VIII: Responsabilidade por fraude corporativa e criminal - Lei de Responsabilidade por Fraude Corporativa e Criminal de 2002 - Altera a lei criminal federal para impor penalidades criminais para: (1) destruir, alterar, ocultar ou falsificar intencionalmente registros com a intenção de obstruir ou influenciar uma investigação federal ou um assunto de falência; e (2) falha do auditor em manter por um período de cinco anos todos os papéis de trabalho de auditoria ou revisão pertencentes a um emissor de valores mobiliários. (tradução nossa)

Crepaldi (2023, p. 43) afirma que as empresas de capital aberto de pequeno e médio porte ficaram insatisfeitas, a partir da legislação criada, visto que ela não concedia isenções a este grupo, o que demonstra a não distinção pela dimensão da organização, garantindo indiretamente uma profissionalização e valorização do auditor em um aspecto geral, mas um custo elevado às organizações.

A partir da Lei Sox, diversos países começaram a buscar enfoque a este assunto, que tomou relevância no cenário internacional rapidamente, devido sua complexidade e notável importância, afim de que o fisco possa ter uma informação confiável para dos tributos recolhidos, bancos e investidores possam ter respaldo da pecúnia concedida, com base nas demonstrações, por meio de índices e análises extraídos dos balanços patrimoniais, bem como, fornecedores que através dos relatórios podem oferecer preços mais atrativos e reduzir custos da empresa auditada em compras.

### **Atribuições da Auditoria Interna e Externa**

A auditoria interna é a primeira camada e uma das principais ferramentas no combate às fraudes, e Crepaldi (Crepaldi, 2023, p. 48) possui o seguinte pensamento sobre este tema:

“As responsabilidades da auditoria interna, na organização, devem ser claramente determinadas pelas políticas da empresa. A autoridade correspondente deve propiciar ao auditor interno livre acesso a todos os registros, propriedades e pessoal da empresa que possam vir a ter importância para o assunto em exame. O auditor interno deve sentir-se à vontade para revisar e avaliar diretrizes, planos, procedimentos e registros. O auditor interno vai além da simples verificação da correta aplicação de normas e procedimentos, atuando como consultor para a empresa. Dizemos que, além da auditoria contábil, também realiza auditoria operacional.”

Assim, pode-se afirmar que a auditoria interna tem o dever de observar cada detalhe operacional da empresa, e acessar todos os documentos pertinentes ao objeto de seu trabalho, monitorando processos contábeis e operacionais do dia a dia da empresa, identificando ameaças à elaboração das demonstrações financeiras e potenciais prejuízos decorrentes de mal uso ou desvios. Este tipo de auditoria, é realizada por colaboradores da própria organização, e por existir tal vínculo, a imparcialidade e veracidade das informações, podem ser comprometidas. Sua utilização é contínua, contribuindo para

melhorias de processos já existentes, e as possíveis falhas e irregularidades são repassadas à alta administração por meio de relatórios internos.

No que tange a auditoria interna governamental, é definida através da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, inciso III do ex-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União como:

III - auditoria interna: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. As auditorias internas no âmbito da Administração Públicas e constituem na terceira linha ou camada de defesa das organizações, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos). Compete às auditorias internas oferecer avaliações e assessoramento às organizações públicas, destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos;

A auditoria governamental assim, tem o objetivo de garantir a utilização correta das verbas públicas, justificando ao contribuinte todas as situações e gastos oriundos da arrecadação de impostos e taxas, a utilização de bens e demais casos que exigem transparência, assegurando a confiança do público em geral, bem como dos investidores externos ligados aos órgãos públicos.

Outro aspecto importante se tratando de conformidade, é a validação externa, conhecida também como auditoria externa, e utilizada por organizações relevantes e íntegras dedicadas a auditar e fornecer um parecer fidedigno com a realidade contábil da empresa. Para Crepaldi (Crepaldi, 2023, p. 2) compreende:

“Conjunto de procedimentos técnicos que têm por objetivo a emissão de uma opinião sobre sua adequação, consoante as características qualitativas da informação contábil-financeira e às Normas Brasileiras de Contabilidade e no que for pertinente, à legislação específica.”

Neste contexto, o auditor externo é o profissional responsável por assinar os balanços e atestar ao mercado que a organização segue a legislação e as normas contábeis. A auditoria independente fornece imparcialidade e objetividade ao processo elaborado. O

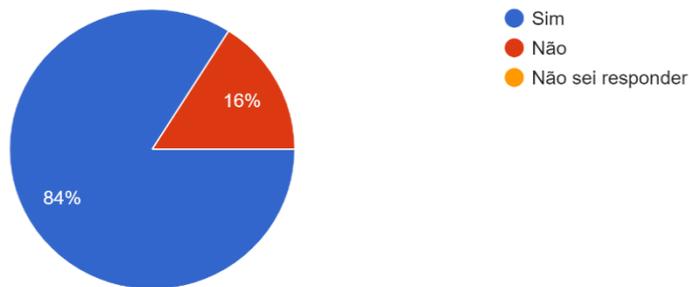
profissional responsável por essa atividade, não está vinculado à empresa ou instituição que audita, o que garante que sua avaliação seja justa e livre de influências para alterar qualquer parecer em benefícios exclusivos. Esta ação aumenta a credibilidade das demonstrações, fortalecendo a confiança dos investidores e do público em geral, e ajuda a detectar fraudes e irregularidades que poderiam passar despercebidas por uma auditoria interna, ou em caso de trabalho correto da parte interna, serve como complemento e potencializa a eficiência empresarial, consequentemente gerando menos prejuízos.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Esse método será baseado em livros, “e’books” digitais, artigos, pesquisas de instituições acadêmicas e coleta de dados, explorando assuntos e opiniões sobre o tema que será apresentado.

Gráfico 1

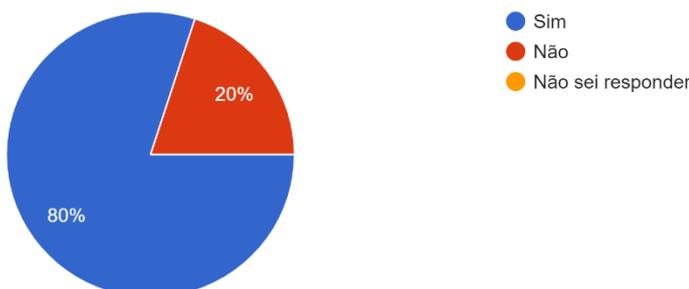
Você possui conhecimento do que é auditoria interna?  
25 respostas



Fonte: O autor

Gráfico 2

Você possui conhecimento do que é auditoria externa?  
25 respostas



Fonte: O autor

A respeito dos gráficos acima, é possível notar, que a maioria dos entrevistados conhecem o que é auditoria interna e externa, diante disso, é perceptível o conhecimento por meio de experiência profissional ou contato por meios alternativos. Uma minoria não possui conhecimento, necessitando uma introdução ao tema abordando sua relevância, e nenhum abordado demonstrou completa falta de conhecimento da existência do tema. Com a pesquisa tendo sido realizada em âmbito profissional, também é possível afirmar que é um tópico importante ou já discutido em algum momento.

### **Procedimentos da Auditoria**

Os procedimentos de auditoria são ferramentas de fundamentação do estudo das demonstrações para a elaboração dos relatórios e parecer do auditor. De acordo com Araújo, *et al.*, (ARAÚJO, *et al.*, 2008 p. 82) os procedimentos da auditoria são divididos em testes de observância, que visam os controles internos e testes substantivos, que verifica os saldos apresentados no balanço patrimonial, com a possibilidade de estes serem utilizados simultaneamente. Dentre eles podem ser citados:

Exame de registro, averiguando os registros contábeis e auxiliares; Exame físico, que consiste em examinar bens tangíveis com relação à sua existência de fato e condições; Entrevistas, em formato de questionário, para melhor entendimento dos procedimentos e detecção de possíveis inconsistências apresentadas pelos auditados; Exame dos documentos originais, que devem estar registrados da forma correta e serem autênticos, como por exemplo são as notas fiscais; Conferência dos cálculos, que compara de forma analítica os valores apresentados, de acordo com o princípio da relevância; Observação, que analisa os fatos no momento de sua ocorrência; Revisão analítica, que averigua valores tendenciosos por meio de testes, para avaliar situações atípicas; Correlação, que observa uma área das demonstrações com impacto em outra área; Circularização, obtida formalmente por terceiros de maneira imparcial, reconhecendo a precisão das informações. Sua classificação deve ser: Preta, quando for necessária a apresentação de saldo a confirmar; Branca no caso de não fornecer saldo a ser confirmado; Positiva quando informa que deve haver resposta; e negativa se não houver necessidade de resposta, caso o circularizado concorde com o saldo.

De acordo com a NBC TA 505 publicada no Diário Oficial da União em 03/12/2009, se após a execução da confirmação externa, houver dúvida razoável, é primordial que o

auditor busque uma alternativa para validar as informações, visto que, o objetivo do auditor deve ser buscar o maior número de testes afim de que os procedimentos sejam examinados e estejam em conformidade, não destoando das práticas internacionais de contabilidade.

Os procedimentos são feitos por meio de espaço amostral e aplicação de estatística, fornecidos por “softwares” que possuem a capacidade de detectar mais facilmente situações em que processos e lançamentos estejam incorretos. Segundo Reis (2015, pgs. 2 e 4), o processo é feito através da definição da população dos dados a serem estudados, dimensionamento da amostra e avaliação. Por meio da utilização sistêmica e probabilística, os custos da auditoria são reduzidos e o auditor pode concentrar seus esforços analiticamente, gerando eficiência na detecção de fraudes e formulação do resultado da observação.

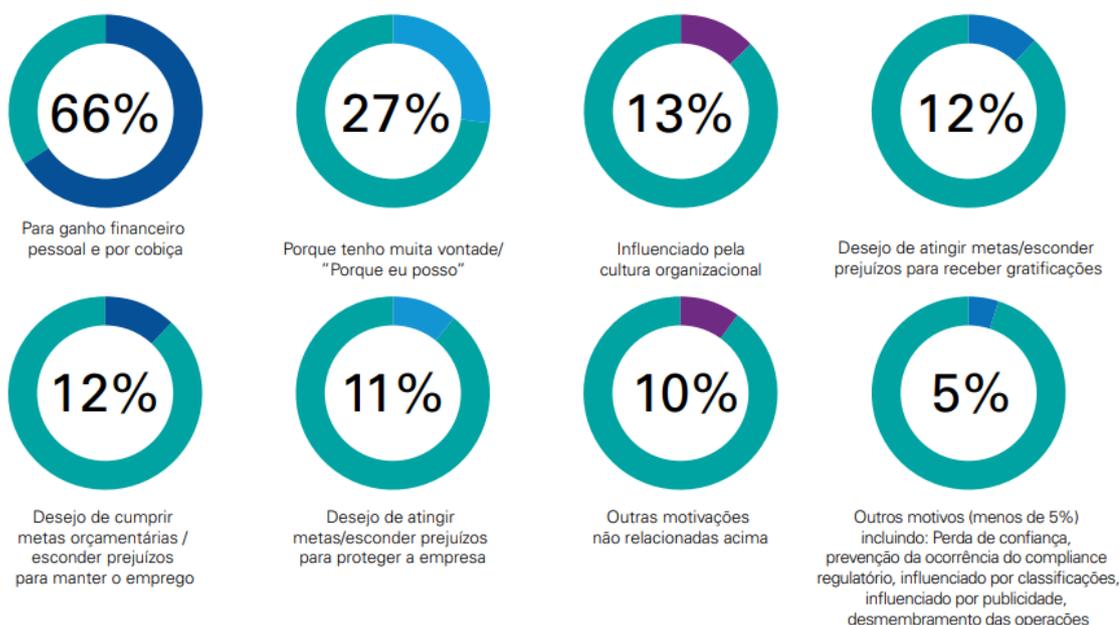
### **Desafios Enfrentados Pela Auditoria**

No panorama atual, a auditoria é elementar no combate às fraudes, entretanto, sua aplicação não possui um custo baixo e necessita um alto grau de capacitação técnica. As motivações pessoais que ocasionam o ato ilegal fazem parte dos desafios enfrentados e devem ser escrutinados com afinco. Segundo WOLFE; HERMANSON (2004, p. 3), os elementos da fraude são observados através do que eles chamam de: os quatro elementos do diamante da fraude, sendo observados através do incentivo (a vontade do indivíduo de possuir), oportunidade (a fraqueza no procedimento passível de explorar pela pessoa certa), racionalização (convencimento próprio de que o risco de ser pego em flagrante é menor que os benefícios oriundos do ato fraudulento) e capacidade (confiança de que possui as habilidades necessárias para executar, tornando-a uma realidade).

A pesquisa realizada pela empresa de auditoria KPMG (OSTWALT; MARAIS, 2016; p. 11), corrobora a afirmação de que os controles ineficientes permitem a oportunidade e incentiva a ilicitude.

Gráfico 3

Qual é a principal motivação para o fraudador?



Fonte: Perfil global do fraudador, KPMG International, 2016.

Um dos desafios enfrentados é a não realização da auditoria de forma íntegra de forma a estabelecer um ponto de controle, protegendo o princípio da continuidade. E neste sentido, o papel do auditor é legitimar as informações, que segundo o manual de auditoria (Manual de auditoria CFC, 2015, p. 25):

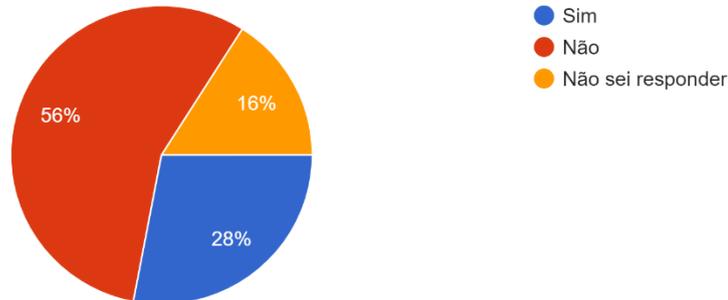
“A ética deve ser um balizador fundamental, ou seja, um imperativo categórico na conduta do profissional contábil, tendo o objetivo precípua de fixar e conduzir a forma de atuação do contabilista no seu mister no seio da sociedade observadas as normas editadas pelo CFC e outras pertinentes.”

Com a evolução da tecnologia e a globalização, o papel do auditor se tornou mais difícil, por ter de lidar com operações multinacionais e sofisticação dos esquemas de fraudes, que exigem aprimoramento dos profissionais e das ferramentas a serem utilizadas continuamente, além do empecilho legal, ou seja, a constante alteração nas regulamentações e dispositivos legais. E a ética neste sentido, consiste em realizar a o exercício da função com zelo e competência, buscando os meios que possam reafirmar o diagnóstico alcançado, protegendo a imagem dos contadores e auditores publicamente por meio de um trabalho bem executado.

Gráfico 4

Sua organização realiza com frequência auditorias internas?

25 respostas

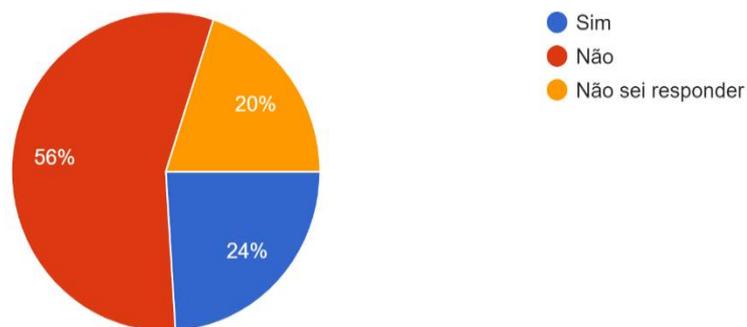


Fonte: O autor

Gráfico 5

Sua organização realiza com frequência auditorias externas?

25 respostas



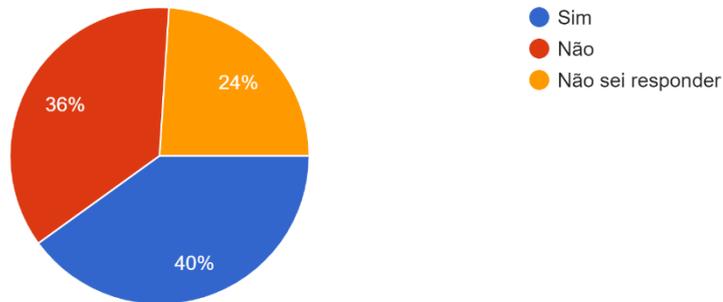
Fonte: O autor

A partir dos dados coletados, um dos empecilhos enfrentados é o desconhecimento dos profissionais sobre a realização frequente de auditorias no âmbito do trabalho, assim sendo, a maioria dos entrevistados não conhecem os benefícios através da prática em suas organizações em que fazem parte, estão suscetíveis à processos ineficientes e fraudes, devido à falta de compreensão. Os ambientes que não são auditados, indiretamente promovem um ambiente sujeito a falhas e sem a cultura da transparência.

Gráfico 6

Você possui conhecimento de alguma medida preventiva contra fraudes que foi implementada com base nos relatórios de auditorias?

25 respostas



Fonte: O autor

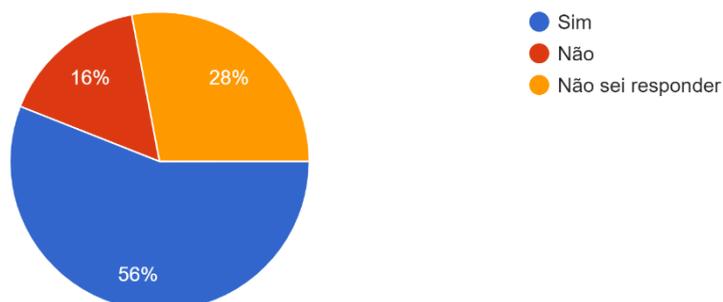
Com base na pesquisa, é possível afirmar que há uma deficiência na implementação, transparência e comunicação de mudanças ocorridas por meio das auditorias realizadas, ocasionando um ambiente que propicia falhas sistêmicas no combate aos erros propositais ou não. E segundo ATTIE (2018, pgs. 48 e 51) a auditoria deve seguir princípios éticos fundamentais, como independência, integridade, confidencialidade e eficiência, descritos no código de ética. Portanto, o profissional tem por obrigação atuar da maneira mais íntegra possível, afim de dirimir todos os questionamentos e dúvidas pertinentes à execução do trabalho.

A auditoria é uma parte intrinsecamente ligada à confiança e sucesso no ambiente corporativo, relacionando-se diretamente com a reputação para com o mercado, confiança dos “*stakeholders*”, e desempenho da azienda.

Gráfico 7

Você possui confiança nos resultados das auditorias internas para detectar fraudes?

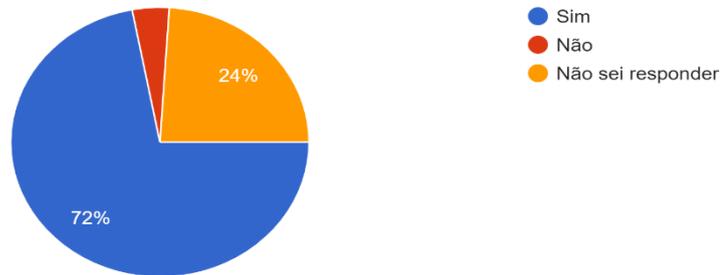
25 respostas



Fonte: O autor

Gráfico 8

Você possui confiança nos resultados das auditorias externas para detectar fraudes?  
25 respostas



Fonte: O autor

A confiança também é devida ao trabalho técnico realizado pelo auditor, que no exercício de suas funções deve ser crítico afim de buscar informações ocultas e obtendo a lisura do processo, proporcionando segurança e robustez no mecanismo antifraude, incentivando a colaboração de agentes da própria organização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa, foi possível analisar a que a confiança entre os entrevistados é significativamente maior com a auditoria independente, por não possuir vínculo, dificultando a esfera de influência exercida sobre o auditor. A governança vinculada à transparência e conformidade, se torna um pilar das boas práticas e mitigação de riscos, e sem ela, a empresa estará exposta a possibilidade de grandes prejuízos financeiros, ameaçando até mesmo sua existência.

A adoção da conduta ética na elaboração da análise, é o norteador da credibilidade e objetividade, na execução da previsão legal dos serviços realizados, tendo em vista que a competência por si só, não garante a qualidade e confiança da metodologia aplicada.

No contexto contábil e corporativo, a ausência de um auditor empenhado no combate às fraudes, atrapalha a tomada de decisão e mancha a imagem do responsável técnico, assim como, a confiança obtida por meio das demonstrações contábil-financeiras. A auditoria bem realizada, assegura a continuidade e produz uma proteção aos interesses e colaboradores em uma cadeia de produção.

Em síntese, as corporações justas e corretas, devem incentivar um ambiente de boas práticas, permitindo canais de denúncia anônima, capacitação técnica para a

construção de uma auditoria interna robusta e obstinada com a conformidade, permissão para auditores externos consultarem regularmente os registros e processos, além de promover a difusão dos valores éticos da organização. A partir destes pontos, as empresas auditadas, estarão preparadas para promover a confiança e transparência, resultando em benefícios permanentes.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO. I. da P. S.; ARRUDA. D. G.; BARRETTO, P. H. T. **Auditoria contábil: enfoque teórico, normativo e prático: atualizado com as novas Normas de Auditoria do CFC, comparadas com a Lei Sarbanes-Oxley** - Editora Saraiva Uni, 2008.

Attie W. Auditoria Conceitos e Aplicações, 7ª edição, Editora Atlas, 2018.

**BRASIL - IN Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, inciso III dos Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União. Disponível em:** <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/denasus/sna/funcao-da-auditoria-internagovernamental#:~:text=A%20auditoria%20interna%20tem%20como,alcance%20dos%20objetivos%20dos%20%C3%B3rg%C3%A3os>. Acesso em 20/10/2024.

**BRASIL - Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em:** [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/lei/111638.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.638&text=LEI%20N%C2%BA%2011.638%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202007.&text=Alterar%20e%20revogar%20dispositivos%20da,e%20divulgar%20%C3%A7%C3%A3o%20de%20demonstra%C3%A7%C3%B5es%20financeiras](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/lei/111638.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.638&text=LEI%20N%C2%BA%2011.638%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202007.&text=Alterar%20e%20revogar%20dispositivos%20da,e%20divulgar%20%C3%A7%C3%A3o%20de%20demonstra%C3%A7%C3%B5es%20financeiras). Acesso em 20/10/2024.

**BRASIL - Lei 6.385 de 1976.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6385compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385compilada.htm). Acesso em 26/10/2024.

**BRASIL - Resolução CFC nº 1.203 de 27/11/2009.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=110772>. Acesso em 12/10/2024

**BRASIL - RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.219/09.** Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1219.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1219.pdf). Acesso em 25/10/2024.

CREPALDI. S. A.; CREPALDI. G. S. **Auditoria: teoria e prática 12ª edição** – Editora Atlas, 2023.

**CREPALDI. S. A. Auditoria Externa, CRC-GO.** Disponível em: <https://crcgo.org.br/wpcontent/uploads/2022/12/Auditoria-Externa.pdf>. Acesso em 23/10/2024.

**Lei Sarbanes-Oxley de 2002.** Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/107th-congress/house-bill/3763> - Acesso em 20/10/2024.

**Manual de auditoria,** 2015. Disponível em: [https://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2015/12/Manual\\_auditoria\\_site.pdf](https://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2015/12/Manual_auditoria_site.pdf). Acesso em 25/10/2024.

MARAIS. P.; OSTWALT. P. **Perfil global do fraudador.** Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/09/br-perfil-do-fraudador-2016.pdf>. Acesso em 25/10/2024.

REIS. P. **Análise Estatística em Auditoria.** Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7BE7E97D017C3920FE6E23FA>. Acesso em 25/10/2024.

ROCHA. L. R. S. **Combate às Fraudes Corporativas: A Importância da Interconectividade** [https://veritaz.com.br/wp-content/uploads/2018/10/ebook\\_combate-as-fraudes\\_Veritaz.pdf](https://veritaz.com.br/wp-content/uploads/2018/10/ebook_combate-as-fraudes_Veritaz.pdf). Acesso em 26/10/2024.

WOLFE. D. T.; HERMANSON. D. R. The Fraud Diamond: Considering the Four Elements of Fraud. Disponível em: <https://digitalcommons.kennesaw.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2546&context=facpubs>. Acesso em 26/10/2024.

## ANEXO A: QUESTIONÁRIO APLICADO

- 1 - Você possui conhecimento do que é auditoria interna?
  - Sim
  - Não
  - Não sei responder
- 2 - Você possui conhecimento do que é auditoria externa?
  - Sim
  - Não
  - Não sei responder
- 3 - Sua organização realiza com frequência auditorias internas?
  - Sim
  - Não
  - Não sei responder
- 4 - Sua organização realiza com frequência auditorias externas?
  - Sim
  - Não
  - Não sei responder
- 5 - Você possui confiança nos resultados das auditorias internas para detectar fraudes?
  - Sim
  - Não
  - Não sei responder

6 - Você possui confiança nos resultados das auditorias externas para detectar fraudes?

- Sim
- Não
- Não sei responder

7 - Você possui conhecimento de alguma medida preventiva contra fraudes que foi implementada com base nos relatórios de auditorias?

- Sim
- Não
- Não sei responder

### *Capítulo 3*

## **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA NAS EMPRESAS GOIANAS PRODUTORAS DE MILHO E SOJA: COMO REDUZIR A CARGA TRIBUTÁRIA**

***Paulo Oberdan Da Silva Borges***

*Graduando do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas IESGO.*

*paulooberdan@hotmail.com*

### **RESUMO**

Este artigo examina a relevância da contabilidade tributária para a redução da carga tributária das empresas goianas de soja e milho, culturas essenciais para o agronegócio estadual e nacional. O estudo busca demonstrar como a contabilidade tributária pode viabilizar benefícios fiscais estaduais, contribuindo para o aumento da competitividade dessas empresas. A análise dos resultados aponta que um planejamento tributário eficiente é capaz de auxiliar as empresas do agronegócio a otimizarem seus recursos e direcioná-los para expansão e melhorias na produção. Por meio de incentivos fiscais, as empresas conseguem reduzir custos, o que representa uma vantagem competitiva fundamental em um mercado altamente regulado e competitivo. Além disso, as políticas estaduais de incentivo ao setor agropecuário mostraram-se eficazes em promover o desenvolvimento sustentável e a expansão da produção em Goiás, consolidando o estado entre os maiores produtores e exportadores do país. A contabilidade tributária, portanto, não apenas auxilia no cumprimento das obrigações fiscais, mas também funciona como uma ferramenta estratégica que permite às empresas maximizarem seu potencial produtivo, assegurando crescimento e sustentabilidade em longo prazo dentro do agronegócio.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Incentivos Fiscais. Contabilidade Tributária.

### **ABSTRACT**

This article examines the relevance of tax accounting in reducing the tax burden for Goiás-based soybean and corn companies, essential crops for both state and national agribusiness. The study aims to demonstrate how tax accounting enables access to state tax benefits, contributing to increased competitiveness for these companies. The results analysis

indicates that efficient tax planning can help agribusinesses optimize resources and direct them towards production expansion and improvement. Through tax incentives, companies are able to reduce costs, providing a critical competitive advantage in a highly regulated and competitive market. Additionally, state policies to support the agricultural sector have proven effective in promoting sustainable development and expanding production in Goiás, consolidating the state among the country's leading producers and exporters. Thus, tax accounting not only supports compliance with fiscal obligations but also serves as a strategic tool that allows companies to maximize their productive potential, ensuring long-term growth and sustainability in agribusiness.

**Keywords:** Agribusiness. Tax incentives. Tax accounting.

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar o papel crucial da Contabilidade Tributária para as empresas goianas produtoras de milho e soja, com um olhar atento sobre os desafios e as oportunidades que surgem na gestão fiscal desse setor. O intuito aqui é mostrar como uma boa gestão fiscal pode ser uma ferramenta poderosa para reduzir a carga tributária, permitindo que essas empresas se tornem mais competitivas e sustentáveis. Esses incentivos são especialmente vantajosos para os setores estratégicos como o agronegócio, ajudando a manter a competitividade e a sustentabilidade financeira. Será apresentado um breve histórico do agronegócio goiano e da contabilidade tributária no setor fiscal.

A produção de grãos é uma das principais atividades econômicas do Estado de Goiás, e, por isso, as empresas agrícolas estão sempre buscando melhorias para otimizar seus processos, incluindo a forma como lidam com os tributos. A complexidade das leis fiscais, somada às constantes mudanças nas regras tributárias, torna a Contabilidade Tributária uma peça-chave para que as empresas possam não só cumprir suas obrigações, mas também explorar possibilidades de redução de impostos por meio de benefícios e incentivos fiscais. Além disso, a gestão eficiente dos créditos tributários e isenções disponíveis é fundamental para que os produtores possam investir em tecnologia, expandir seus negócios e se adaptar às exigências do mercado, tanto no Brasil quanto no exterior.

Neste contexto, a Contabilidade Tributária vai além de apenas garantir a conformidade com as leis: ela é uma estratégia de negócios que pode fazer a diferença no

resultado financeiro das empresas. Vamos analisar como o planejamento fiscal pode ajudar as empresas a enfrentar os desafios impostos por um setor tão dinâmico e competitivo quanto o agronegócio, ao mesmo tempo em que aproveitam as oportunidades de crescimento e inovação. Também verificar qual é a eficácia dos benefícios fiscais concedidos pelo Governo Estadual na redução de custos e aumento de competitividade, observando o desenvolvimento econômico.

O agronegócio não apenas contribui significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB), mas também é uma fonte vital de empregos e desenvolvimento regional. Em Goiás, essa relevância é ainda mais pronunciada, uma vez que o estado é um dos maiores produtores nacionais de milho e soja. Analisar os benefícios fiscais oferecidos pelo Governo Estadual é essencial para compreender como essas políticas podem ser usadas para fortalecer a competitividade do setor, promover a modernização tecnológica e incentivar práticas agrícolas sustentáveis. Assim, este estudo oferece uma contribuição valiosa para a formulação de políticas públicas eficazes e alinhadas às necessidades do setor.

A relevância do tema se estende a diversos públicos. Para os produtores rurais e empresários do setor agropecuário, a análise dos benefícios fiscais pode fornecer mecanismos sobre oportunidades de redução de custos e aumento de competitividade. Além disso, o tema é de interesse para pesquisadores e acadêmicos que estudam políticas fiscais, economia agrícola e desenvolvimento regional, contribuindo para um debate mais amplo sobre a eficácia dos incentivos fiscais como ferramenta de desenvolvimento econômico.

A metodologia deste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, devido ao foco em resolver problemas práticos e específicos. Em relação à abordagem do problema, utiliza-se uma metodologia qualitativa, proporcionando uma análise detalhada e interpretativa dos dados. Quanto ao objetivo, a pesquisa é exploratória e descritiva, buscando tanto compreender o fenômeno em questão, quanto descrevê-lo de forma detalhada. Em termos de procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em materiais teóricos previamente publicados, como livros, artigos e outros documentos acadêmicos relevantes.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde os primeiros agrupamentos humanos até o desenvolvimento da agricultura organizada, a capacidade de cultivar e preservar alimentos permitiu a evolução social e econômica das comunidades. Com o tempo, a agricultura deixou de ser uma atividade apenas de subsistência e passou a incorporar práticas de comercialização e expansão. No Brasil, esse processo ganhou força com culturas como a cana-de-açúcar e o café, que impulsionaram a economia e promoveram a ocupação de novas regiões. Essas culturas foram determinantes para o desenvolvimento de uma infraestrutura agrícola robusta, que abriu caminho para a formação do agronegócio como conhecemos hoje.

Conforme ARAÚJO (2022), o agronegócio deve ser entendido como um sistema integrado, que abrange três grandes setores: o setor “antes da porteira”, que inclui todas as atividades de fornecimento de insumos, tecnologias e serviços para a produção agrícola; o setor “dentro da porteira”, que se refere à produção agropecuária propriamente dita; e o setor “após a porteira”, que compreende o processamento, a distribuição e a comercialização dos produtos agrícolas. Essa visão sistêmica permite uma análise mais abrangente e detalhada do agronegócio, considerando tanto as inter-relações econômicas quanto os impactos sociais e ambientais envolvidos em cada etapa do processo. Além disso, essa estruturação contribui diretamente para o crescimento econômico, o aumento da competitividade no mercado internacional e a geração de empregos, tornando o agronegócio um dos principais pilares do desenvolvimento socioeconômico em várias regiões do país.

### **Agronegócio em Goiás e seu Histórico**

O crescimento do agronegócio em Goiás se deu a partir da ocupação de migrantes que apropriavam terras e expandiam a agricultura, especialmente com a produção de grãos. A construção da ferrovia na década de 1920 foi um fator essencial para integrar Goiás à economia nacional FERREIRA (2021). Hoje, o agronegócio em Goiás é uma das principais forças econômicas do estado e desempenha um papel fundamental no cenário nacional e internacional. Com sua vasta extensão territorial, clima favorável e solos férteis, Goiás consolidou-se como um dos maiores produtores de grãos, especialmente milho e soja, além de ocupar posição de destaque na produção de carnes, leite e cana-de-

açúcar.

A agroindústria de soja e milho em Goiás apresenta um grande potencial de desenvolvimento, sustentado por ações estratégicas tanto no setor privado quanto em políticas públicas. O Observatório da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) aponta que, com uma visão sistêmica da cadeia produtiva desde a logística e o crédito até o comércio internacional, emergem pontos de melhoria que podem fortalecer ainda mais a competitividade do estado. Com uma produção robusta, Goiás vem alcançando safras recordes de soja e de milho. Esse desempenho é apoiado por um mercado pecuário interno, que gera demanda constante por ração à base de grãos e farelo, além de uma localização geográfica estratégica e uma infraestrutura logística em expansão. A ferrovia, os entrepostos e o Porto Seco de Anápolis facilitam o escoamento de produtos para o mercado nacional e internacional, favorecendo exportações, especialmente para mercados na Ásia e na Europa.

Esse cenário é impulsionado também pela inovação tecnológica em Goiás, que vem apostando fortemente em máquinas agrícolas modernas, biotecnologia e sistemas de irrigação. A adoção de técnicas sustentáveis, como a rotação de culturas tem contribuído para aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos ao mesmo tempo em que promove a recuperação de áreas degradadas. Essa combinação de vantagens coloca Goiás como um dos principais "*players*" no comércio agrícola, consolidando seu papel no cenário nacional e internacional.

O agronegócio em Goiás é, portanto, um setor em constante crescimento e inovação, que impulsiona a economia e traz benefícios sociais para o Brasil. Ano após ano, com a incorporação de novas tecnologias, práticas de gestão de qualidade e uma forte dedicação à sustentabilidade, o estado reafirma sua posição de destaque no agronegócio nacional. Goiás mostra que é possível avançar e inovar com responsabilidade, pensando tanto no presente quanto nas futuras gerações

### **Contabilidade Tributária**

A contabilidade é uma ciência aplicável e fundamental para a gestão de qualquer entidade, com ou sem fins lucrativos. Conforme FRANCO (1997, p.19) "a função da contabilidade é registrar, controlar e analisar os fatos financeiros e patrimoniais, permitindo que os gestores tomem decisões informadas com base em dados confiáveis."

A contabilidade tributária é uma área específica que se concentra na gestão das obrigações fiscais das empresas. Seu objetivo principal é assegurar que as organizações cumpram com todas as exigências legais relacionadas ao pagamento de tributos, evitando erros que possam resultar em penalidades financeiras e legais. Além do cumprimento das obrigações, a contabilidade tributária desempenha um papel crucial na minimização da carga tributária.

O planejamento tributário é uma das funções mais estratégicas da contabilidade tributária, pois permite que as empresas façam escolhas legais que ajudam a reduzir o impacto dos tributos. A contabilidade tributária registra de forma precisa os custos dos produtos, incluindo a avaliação dos estoques de matérias-primas e mercadorias, o que influencia diretamente a formação dos preços de venda. Diferente da sonegação, que é ilegal, o planejamento tributário utiliza métodos permitidos pela legislação para reduzir ou evitar a incidência de tributos, sem ocultar informações fiscais.

Entre as funções da contabilidade tributária estão o cálculo correto dos tributos devidos, a escrituração fiscal e a geração de guias de pagamento. Além disso, oferece orientação aos diversos setores da empresa e busca alternativas legais que podem resultar em economia fiscal. Isso torna a contabilidade tributária essencial para que as empresas operem com eficiência em países com alta carga tributária, ajudando a manter a saúde financeira e a competitividade no mercado.

Diante disso, as empresas agrícolas em Goiás, produtoras de soja e milho, se beneficiam de incentivos fiscais que reduzem significativamente a carga tributária. Por exemplo, as exportações dessas “*commodities*” são isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), permitindo que produtores goianos de milho e soja alcancem mercados internacionais com um custo tributário menor.

Outro incentivo relevante é o uso de créditos de ICMS na compra de insumos agrícolas, como fertilizantes e defensivos, o que alivia o custo total de produção. Um produtor de soja que adquire esses insumos pode utilizar o crédito para compensar tributos de outras operações, otimizando o fluxo de caixa da empresa.

A contabilidade tributária exige um conhecimento profundo da legislação vigente, que pode variar entre os níveis federal, estadual e municipal. Profissionais especializados nessa área são responsáveis por elaborar declarações fiscais, monitorar mudanças na legislação e garantir que todas as operações da empresa estejam em conformidade com as normas tributárias CAVALCANTE (2023).

## **Contabilidade – Setor Fiscal**

A contabilidade no setor fiscal refere-se à parte da contabilidade que lida diretamente com as atividades de arrecadação e fiscalização dos tributos. Essa área é fundamental para o relacionamento entre as empresas e o fisco, pois envolve o cumprimento de todas as obrigações fiscais e o gerenciamento dos tributos devidos ALMEIDA (2022).

Os contadores atuantes no setor fiscal têm a responsabilidade de registrar e acompanhar as transações financeiras da empresa, assegurando que todos os impostos sejam calculados e pagos corretamente. Isso inclui a apuração de tributos como Imposto sobre Mercadoria e Serviço (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Serviços (ISS), entre outros, além de garantir que as informações contábeis sejam apresentadas de forma clara e precisa nas declarações fiscais. A contabilidade fiscal também desempenha um papel importante na gestão do risco tributário. Através de análises detalhadas e auditorias internas, os contadores podem identificar as potenciais áreas de risco que podem resultar em autuações ou penalidades fiscais. Assim, a contabilidade no setor fiscal não apenas assegura a conformidade, mas também contribui para a estratégia geral da empresa, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros e tributários OLIVEIRA (2024).

Tanto a contabilidade tributária quanto a contabilidade no setor fiscal são componentes essenciais da contabilidade como um todo. Juntas, elas garantem que as empresas operem de forma legal e eficiente, maximizando suas oportunidades de crescimento enquanto minimizam os riscos associados ao cumprimento das obrigações fiscais AMARAL (2024).

## **Taxas Recolhidas**

As taxas recolhidas são tributos pagos pelos contribuintes ao poder público em contrapartida à prestação de serviços específicos ou pela utilização de bens públicos. Diferente dos impostos, que são cobrados de forma geral e sem uma relação direta com o benefício recebido, as taxas são vinculadas a um serviço ou atividade que traz um benefício direto ao contribuinte SILVA (2022).

As taxas podem ser classificadas em diferentes categorias, conforme a natureza do serviço prestado. Algumas das mais comuns incluem a taxa de licença, que é a cobrança realizada para a emissão de licenças de funcionamento, alvarás ou outras permissões necessárias para o exercício de atividades econômicas. Outro exemplo é a taxa de coleta de lixo, que corresponde ao valor pago pela prestação do serviço de coleta e destinação de resíduos sólidos, assegurando que a limpeza urbana e a saúde pública sejam mantidas. Há também a taxa de fiscalização, relacionada à fiscalização de atividades específicas, como o controle de obras, vigilância sanitária e segurança pública, além da taxa de registro, que é a cobrança feita para o registro de documentos e serviços públicos, como registros de imóveis, atos notariais e registros civis SILVA (2022).

As taxas recolhidas desempenham um papel crucial na arrecadação de recursos para os municípios, estados e a União, permitindo que o governo local financie serviços essenciais que impactam diretamente a qualidade de vida da população. Além disso, a gestão eficiente das taxas pode ajudar a melhorar a infraestrutura e os serviços públicos, garantindo que os cidadãos recebam os benefícios pelos quais pagam. Outra função importante das taxas é a regulação das atividades econômicas; ao estabelecer taxas para certas atividades, o governo pode influenciar comportamentos e práticas de mercado, promovendo o cumprimento de normas e regulamentos CAVALCANTE (2023).

Entretanto, a gestão das taxas recolhidas apresenta desafios significativos. A falta de transparência e a complexidade na estrutura de taxas podem gerar confusão entre os contribuintes, levando a erros no recolhimento ou à evasão fiscal. Além disso, a atualização dos valores das taxas deve ser feita de maneira justa e proporcional, considerando o custo do serviço prestado e a capacidade de pagamento da população. A tecnologia pode ser uma aliada importante na melhoria da gestão das taxas, pois sistemas de arrecadação digital, por exemplo, podem facilitar o pagamento e a fiscalização, tornando o processo mais transparente e eficiente AMARAL (2024).

Em síntese, as taxas recolhidas são uma ferramenta essencial para a arrecadação pública e a prestação de serviços. A sua gestão adequada pode contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, fortalecer a relação entre governo e cidadãos e garantir que os recursos arrecadados sejam utilizados de maneira eficiente e responsável. Portanto, é fundamental que tanto os gestores públicos quanto os contribuintes compreendam a importância dessas taxas e trabalhem em conjunto para otimizar o processo de arrecadação e a prestação de serviços FONSECA (2024).

## **Secretaria da Fazenda (SEFAZ)**

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) é um órgão do governo responsável pela administração tributária e pela gestão fiscal nos estados e na União. Sua principal função é garantir a arrecadação dos tributos, além de promover a execução da política fiscal do governo, assegurando que os recursos financeiros sejam utilizados de maneira eficiente e transparente para o desenvolvimento econômico e social SILVA (2022).

A Sefaz desempenha uma série de funções fundamentais, incluindo a fiscalização e o controle da arrecadação de impostos, a regulamentação da legislação tributária, o atendimento aos contribuintes e a promoção de programas de educação fiscal. Além disso, a Sefaz é responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas à gestão financeira e tributária, contribuindo para a justiça fiscal e a redução da evasão tributária ALMEIDA (2022).

Outro papel importante da Sefaz é a modernização da arrecadação, que busca implementar novas tecnologias e práticas que facilitem o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes. Isso inclui a criação de plataformas digitais que permitam o pagamento de impostos e a emissão de notas fiscais eletrônicas, bem como a disponibilização de informações sobre a legislação tributária de forma acessível e clara. A Sefaz também atua na integração entre os diferentes órgãos governamentais, promovendo a troca de informações e a cooperação para o combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro. Por meio de ações de fiscalização e auditoria, a Secretaria busca garantir que todos os contribuintes cumpram suas obrigações e que os recursos arrecadados sejam utilizados em benefício da sociedade OLIVEIRA (2024).

Além de suas funções administrativas, a Sefaz também é responsável por desenvolver programas de incentivo à cidadania fiscal, conscientizando a população sobre a importância do pagamento de tributos e do controle social sobre a utilização dos recursos públicos. Isso é essencial para fortalecer a relação entre o governo e os cidadãos, promovendo a transparência e a participação ativa da sociedade na fiscalização da aplicação dos recursos. A Secretaria da Fazenda desempenha um papel vital na gestão fiscal e tributária, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. Através de suas ações, a Sefaz busca promover a justiça fiscal, garantir a arrecadação eficiente dos tributos e assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma transparente e responsável, beneficiando toda a população SILVA (2022).

## **Trâmites dos Benefícios Fiscais**

Os trâmites de benefícios fiscais referem-se ao conjunto de processos e procedimentos que as empresas devem seguir para solicitar e obter isenções, reduções ou quaisquer outras vantagens tributárias concedidas pelo governo. Esses benefícios têm como objetivo estimular o desenvolvimento econômico, fomentar setores estratégicos e atrair investimentos para determinadas regiões ou atividades.

Os benefícios fiscais são instrumentos utilizados pelas esferas federal, estadual e municipal para incentivar a atividade econômica. Eles podem se manifestar de várias formas, incluindo isenção de impostos, redução de alíquotas, créditos presumidos e incentivos à inovação e pesquisa. Esses benefícios são especialmente importantes em setores como agronegócio, indústria, tecnologia e serviços, onde o custo tributário pode impactar significativamente a competitividade das empresas FONSECA (2024). A concessão de benefícios fiscais geralmente está atrelada a requisitos específicos, como a geração de empregos, a realização de investimentos em infraestrutura ou a promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Para solicitar um benefício fiscal, as empresas precisam apresentar uma documentação detalhada, que pode incluir estudos de viabilidade econômica, projetos de investimento e planos de geração de emprego.

O processo de análise e aprovação dos benefícios fiscais é realizado pelas Secretarias da Fazenda ou por órgãos responsáveis em cada esfera governamental. Esse processo pode envolver auditorias, consultas públicas e avaliações do impacto econômico que a concessão do benefício poderá trazer para a região ou setor. Os benefícios fiscais podem proporcionar vantagens significativas para as empresas, como a redução da carga tributária e a melhoria do fluxo de caixa, permitindo que os recursos sejam reinvestidos em atividades produtivas. No entanto, a obtenção e manutenção desses benefícios exigem que as empresas cumpram rigorosamente as condições estabelecidas, sob pena de perda do benefício e sanções fiscais.

Além disso, os benefícios fiscais são frequentemente objeto de debates e revisões nas esferas legislativas, uma vez que a sua concessão e manutenção podem impactar a arrecadação pública e a distribuição de recursos. Portanto, a transparência e a fiscalização adequada dos benefícios fiscais são fundamentais para garantir que eles cumpram seus

objetivos de maneira justa e eficiente, beneficiando a economia sem comprometer a receita pública ALMEIDA (2022).

Os trâmites de benefícios fiscais são essenciais para que as empresas possam acessar incentivos que contribuam para o seu desenvolvimento e competitividade. A gestão adequada desses trâmites, juntamente com a conscientização sobre a importância do cumprimento das obrigações fiscais, é crucial para o fortalecimento da relação entre o setor público e o privado, promovendo um ambiente econômico saudável e sustentável CAVALCANTE (2023).

A contabilidade tributária desempenha um papel crucial para empresas goianas produtoras de milho e soja, especialmente na gestão e na redução da carga tributária. A literatura revisada indica que a adoção de estratégias adequadas nesse campo pode resultar em benefícios significativos, contribuindo para a otimização dos recursos e aumentando a competitividade no mercado agrícola.

A análise das publicações mostra que muitas empresas ainda enfrentam dificuldades na implementação de processos eficazes de contabilidade tributária, o que pode levar ao pagamento excessivo de tributos e, conseqüentemente, à redução da margem de lucro. A literatura sugere que aquelas que buscam o suporte de profissionais especializados conseguem identificar oportunidades de incentivos fiscais, deduções e créditos tributários, especialmente voltados ao setor agropecuário, reduzindo o impacto da carga tributária.

Além disso, a revisão indica que o uso de “*softwares*” de gestão tributária permite às empresas automatizarem o processo de apuração e declaração de impostos, reduzindo erros e evitando penalidades. Este aspecto é frequentemente discutido nas publicações revisadas, destacando a relevância da tecnologia na gestão tributária.

Outro ponto importante identificado é a necessidade de conhecimento das legislações fiscais estaduais e federais. Estudos apontam que empresas que investem na capacitação de seus contadores e em consultorias especializadas demonstram maior adaptabilidade frente às mudanças legislativas, evitando o pagamento indevido de impostos. A constante atualização sobre as leis fiscais e o alinhamento das práticas contábeis à legislação vigente são frequentemente destacados como determinantes para manter a carga tributária sob controle.

Em suma, a revisão bibliográfica enfatiza que a contabilidade tributária transcende a mera obrigação fiscal, constituindo uma aliada estratégica para a sustentabilidade

financeira das empresas goianas produtoras de milho e soja. A adoção de práticas de planejamento tributário, a automação de processos e a atualização contínua sobre a legislação fiscal são medidas que contribuem diretamente para a redução da carga tributária, promovendo maior eficiência e competitividade no setor agrícola.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de publicações e portais de legislação estadual relacionados à contabilidade tributária no agronegócio. A metodologia aplicada possibilitou o levantamento de dados sobre as práticas de gestão tributária em empresas goianas produtoras de milho e soja, focando em como a utilização de benefícios fiscais estaduais pode ser uma ferramenta para reduzir a carga tributária. Como pesquisa aplicada, o estudo buscou solucionar problemas práticos enfrentados por essas empresas, especialmente no que diz respeito à adaptação a legislações complexas e ao aproveitamento de incentivos fiscais.

Os dados foram coletados por meio de análise documental, incluindo artigos acadêmicos, livros e legislação tributária relevante, o que permitiu uma compreensão abrangente do cenário tributário e das políticas estaduais vigentes. Essa abordagem exploratória e descritiva permitiu, assim, investigar em profundidade os desafios enfrentados pelas empresas do agronegócio em Goiás no que diz respeito à tributação, oferecendo uma base para discutir soluções de planejamento tributário eficazes e adaptadas ao setor agrícola.

## **ANÁLISE DE DADOS**

A análise dos dados documentais demonstrou que a contabilidade tributária, quando bem aplicada, é fundamental para otimizar o pagamento de impostos e, conseqüentemente, reduzir a carga tributária em empresas do agronegócio. A revisão de publicações e documentos permitiu identificar que a adoção de práticas como o uso de tecnologias para gestão tributária e a capacitação de profissionais contábeis impacta positivamente a competitividade dessas empresas. Além disso, o estudo apontou que, ao utilizarem créditos tributários e isenções previstas na legislação estadual, as empresas

conseguem destinar mais recursos para a expansão da produção e para investimentos em tecnologia.

A análise revelou, ainda, que as políticas de incentivos fiscais oferecidas pelo governo estadual têm um papel decisivo na sustentabilidade do agronegócio goiano, proporcionando maior margem de lucro e incentivando práticas agrícolas sustentáveis. Em suma, o planejamento tributário, aliado ao conhecimento profundo das políticas de incentivo disponíveis, torna-se um diferencial competitivo, contribuindo para que as empresas goianas de milho e soja enfrentem com maior eficiência as exigências do mercado e se posicionem entre os principais exportadores do país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho evidenciou a importância estratégica da contabilidade tributária para as empresas goianas produtoras de milho e soja, destacando seu papel fundamental na gestão da carga tributária e na sustentabilidade financeira do setor. A análise bibliográfica evidencia que um planejamento tributário estruturado e a aplicação de práticas contábeis especializadas podem reduzir significativamente os impostos pagos, aumentando a competitividade e a lucratividade dessas empresas.

A análise da literatura mostra que muitas empresas ainda enfrentam dificuldades para implementar estratégias eficazes de contabilidade tributária, principalmente devido à complexidade das legislações fiscais e à falta de investimento em consultoria especializada. No entanto, aquelas que investiram em capacitação, tecnologia e assessoria contábil conseguiram identificar e aproveitar incentivos fiscais, deduções e créditos específicos para o setor agrícola, resultando em uma redução expressiva da carga tributária.

Além disso, também evidencia a necessidade de constante atualização sobre as normas fiscais estaduais e federais, especialmente em um cenário de frequentes mudanças legislativas. Essa atualização permite que as empresas evitem custos desnecessários e penalidades, além de otimizar o uso de recursos em áreas essenciais para seu crescimento.

Conclui-se que a contabilidade tributária vai além do cumprimento de obrigações fiscais; ela é uma ferramenta estratégica que possibilita às empresas agroindustriais de Goiás enfrentarem a alta carga tributária de forma mais eficiente e sustentável. A adoção

de um planejamento tributário eficaz, aliado à tecnologia e ao conhecimento especializado, é essencial para que essas empresas alcancem melhor desempenho financeiro, reduzam custos e permaneçam competitivas no mercado agrícola.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa; PEREIRA, Felipe. **A importância da contabilidade tributária para as empresas do agronegócio**. Revista de Contabilidade e Taxas, v. 8, n. 2, p. 56-75, 2022.

AMARAL, Cláudia; SOUSA, Eduardo. **Incentivos fiscais e sua importância na arrecadação tributária: uma análise crítica**. Revista de Administração e Negócios, v. 20, n. 2, p. 88-100, 2024.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. 1. ISBN 9786559771615. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771615/>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014**. Dispõe sobre a tributação das pessoas jurídicas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l12973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l12973.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL - SECRETARIA DA FAZENDA. **Relatório de Gestão Fiscal 2023**. Goiás: Sefaz, 2024. Disponível em: <http://www.sefaz.go.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2024.

CAVALCANTE, Carlos André; NUNES, Jéssica de Oliveira. **Benefícios fiscais: um estudo sobre a sua importância e impacto na arrecadação tributária**. Revista de Direito Tributário, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Cadeias produtivas do agroindustrial da soja e milho em Goiás**. Observatório FIEG, 2023. Disponível em: <https://observatoriofieg.com.br/2023/10/observatoriofieg.com.br-cadeias-produtivas-do-agroindustrial-da-soja-e-milho-em-goias.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

FERREIRA, Rildo Mourão; LINO, Estefânia Naiara da Silva. **Expansão agrícola no cerrado: o desenvolvimento do agronegócio no estado de Goiás entre 2000 a 2019**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 01-17, fev. 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/51217>. Acesso em: 31 out. 2024.

FONSECA, Mariana. **Os desafios da gestão fiscal no setor agropecuário**. Revista Brasileira de Direito e Economia, v. 5, n. 1, p. 29-44, 2024.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23. ed São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, João Pedro. **Políticas de incentivo fiscal e o desenvolvimento do agronegócio em Goiás**. Revista de Agronegócio e Meio Ambiente, v. 17, n. 1, p. 102-120, 2024.

SILVA, Ana Paula. **A contabilidade tributária e sua relevância na gestão fiscal das empresas**. Revista Brasileira de Contabilidade e Finanças, v. 34, n. 3, p. 215-230, 2022.

## *Capítulo 4*

# **COMO APLICAR O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL NA PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS ANTIÉTICOS NA CONTABILIDADE**

***Guilherme Schäfler***

*Trabalho como analista de compras na jlsagro produção sustentável, estudo nas faculdades integradas IESGO na qual estou cursando o 8º semestre de ciências contábeis, tenho como hobby a prática de diversos esportes e sou cristão.*

*E-mail: Guilhermeschefler571@gmail.com*

### **RESUMO**

Nesse artigo vamos abordar como a Ética Profissional na contabilidade é essencial para prevenir comportamentos antiéticos, garantindo a integridade das informações financeiras e a credibilidade da profissão. Para isso, as empresas devem adotar políticas que reforcem os princípios éticos estabelecidos no Código, como honestidade, responsabilidade e transparência, através de treinamentos periódicos que sensibilizem os profissionais sobre a importância de agir conforme essas diretrizes. A existência de canais para denúncias anônimas também é uma prática relevante, pois permite a identificação e resolução de irregularidades sem medo de retaliação. Além disso, líderes éticos têm um papel crucial ao servir de exemplo, incentivando práticas que respeitem os padrões éticos e promovam uma cultura organizacional baseada na integridade. Auditorias periódicas e revisões de conformidade são ferramentas importantes para monitorar a aplicação do Código de Ética, permitindo que comportamentos inadequados sejam identificados e corrigidos prontamente. A atualização contínua das normas éticas, considerando as mudanças nas legislações e nas expectativas sociais, é necessária para manter o Código relevante e eficaz na prevenção de práticas antiéticas. Dessa forma, a aplicação do Código de Ética vai além do cumprimento de obrigações normativas, contribuindo para a promoção de uma cultura ética e sustentável na contabilidade, com impactos positivos na confiança pública e na estabilidade do mercado financeiro.

**Palavras-chave:** Ética. Código de Ética. Práticas adotadas.

**ABSTRACT:** In this article, we will discuss how Professional Ethics in accounting is essential for preventing unethical behavior, ensuring the

integrity of financial information and the credibility of the profession. To achieve this, companies must adopt policies that reinforce the ethical principles established in the Code, such as honesty, responsibility, and transparency, through periodic training that raises awareness among professionals about the importance of acting in accordance with these guidelines. The existence of channels for anonymous reporting is also a relevant practice, as it allows for the identification and resolution of irregularities without fear of retaliation. Additionally, ethical leaders play a crucial role by setting an example, encouraging practices that adhere to ethical standards and promoting an organizational culture based on integrity. Periodic audits and compliance reviews are important tools for monitoring the application of the Code of Ethics, allowing inappropriate behaviors to be promptly identified and corrected. The continuous updating of ethical standards, considering changes in legislation and social expectations, is necessary to keep the Code relevant and effective in preventing unethical practices. In this way, the application of the Code of Ethics goes beyond merely fulfilling regulatory obligations, contributing to the promotion of an ethical and sustainable culture in accounting, with positive impacts on public trust and the stability of the financial market.

**Keywords:** Ethics. Code of Ethics. Practices adopted.

## INTRODUÇÃO

A Contabilidade desempenha um papel crucial na economia, gerando e interpretando informações financeiras que orientam decisões importantes nas organizações. Como tal, a profissão exige altos padrões de ética, pois a integridade e a transparência são essenciais para assegurar a confiança dos “*stakeholders*” e a veracidade dos dados apresentados. No entanto, o contexto empresarial pode expor os profissionais a dilemas éticos e situações em que há pressões para manipular informações, criando um ambiente propício a comportamentos antiéticos. O Código de Ética Profissional do Contador, nesse sentido, surge como uma ferramenta indispensável para regular a conduta dos contadores e garantir que suas ações sejam guiadas por princípios éticos sólidos.

A situação-problema abordada neste estudo é como garantir que o Código de Ética seja efetivamente aplicado na prática contábil, prevenindo comportamentos antiéticos, como fraudes, conflitos de interesse e manipulação de dados. Mesmo com a existência de normas regulamentares, a aplicação dessas diretrizes enfrenta desafios, principalmente devido a pressões externas, cultura organizacional inadequada e lacunas na fiscalização.

A eficácia do Código de Ética depende não apenas de sua adoção formal, mas também de sua incorporação na rotina dos contadores e da criação de um ambiente de trabalho que valorize a ética e a transparência.

Para enfrentar esses desafios, algumas hipóteses podem ser consideradas. Primeiro, a educação e a formação contínua dos contadores sobre questões éticas podem aumentar a conscientização e a aderência aos princípios do Código de Ética. Segundo, a implementação de políticas organizacionais que reforcem a ética e criem mecanismos claros para lidar com dilemas éticos pode ajudar a consolidar os padrões de conduta. Por fim, a fiscalização rigorosa e a existência de canais seguros para denúncias podem atuar como mecanismos de controle eficientes, prevenindo comportamentos inadequados e promovendo a responsabilização.

O objetivo deste estudo é analisar estratégias eficazes para aplicar o Código de Ética Profissional na prevenção de comportamentos antiéticos na Contabilidade. O foco será entender como o Código pode ser utilizado não apenas como um documento normativo, mas como um guia prático que orienta ações diárias e decisões dos profissionais. Também serão abordadas formas de incentivar a adesão aos princípios éticos por meio de treinamentos, cultura organizacional e fiscalização, buscando fortalecer a prática ética no ambiente contábil.

A justificativa para este estudo se baseia na relevância do tema para a credibilidade e a sustentabilidade da profissão contábil. Comportamentos antiéticos podem causar danos significativos, não apenas para a imagem dos profissionais e das empresas envolvidas, mas também para a economia em geral, comprometendo a confiança do mercado financeiro. Além disso, o avanço das normas contábeis e as expectativas dos “*stakeholders*” em relação à transparência exigem que os contadores estejam cada vez mais preparados para lidar com questões éticas complexas.

Portanto, aplicar o Código de Ética de forma eficaz é uma responsabilidade compartilhada entre os profissionais, as organizações e os órgãos reguladores. É preciso promover uma abordagem integrada, que envolva educação contínua, políticas organizacionais que valorizem a ética e um sistema de fiscalização eficiente. As estratégias sugeridas neste estudo, visam oferecer um caminho para que a Contabilidade continue a ser vista como uma profissão íntegra e confiável, capaz de desempenhar seu papel essencial na sociedade.

Espera-se que os resultados obtidos com a aplicação dessas estratégias contribuam para a construção de uma cultura ética mais robusta no âmbito da Contabilidade. A implementação efetiva do Código de Ética não apenas previne comportamentos antiéticos, mas também reforça o compromisso da profissão com a transparência e a responsabilidade, garantindo que os serviços contábeis sejam realizados com elevados padrões de qualidade e respeito às normas.

Esse estudo, trata de uma metodologia bibliográfica sobre a aplicação do código de ética profissional na prevenção de comportamentos antiéticos na contabilidade, analisa a literatura existente para compreender como as normas éticas são usadas para orientar e regular a conduta dos contadores. Esse tipo de estudo investiga as práticas recomendadas e os princípios que norteiam o exercício profissional, destacando o papel dos códigos de ética na prevenção de fraudes, manipulação de dados e outras práticas inadequadas. A pesquisa enfatiza a importância de uma cultura organizacional ética e do cumprimento das normas regulamentares para fortalecer a integridade, a transparência e a confiança nas informações contábeis, promovendo um ambiente profissional mais seguro e confiável.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Ética e Sociedade**

A ética é fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa. Segundo o filósofo brasileiro, Miguel Reale, "A ética é a ciência que estuda os princípios e valores que orientam a conduta humana" (REALE, 1996; p. 12). Isso significa que a ética não é apenas uma questão individual, mas sim uma responsabilidade coletiva. A ética influencia a forma como as pessoas se relacionam entre si, e impacta a forma como as instituições funcionam. Além disso, a ética é essencial para garantir a justiça social. As pessoas devem respeitar os direitos humanos. E devem promover a igualdade. A ética é fundamental para o bem-estar da sociedade.

A falta de ética na sociedade pode levar a consequências graves, como a corrupção e a violência. Como afirma o sociólogo brasileiro, Herbert de Souza, "A corrupção é um câncer que devora a sociedade" (SOUZA, 2000; p. 145). Além disso, estudos mostram que a falta de ética pode levar a uma crise de confiança nas instituições. A ética é essencial para garantir a legitimidade das instituições. As pessoas devem respeitar as leis. E devem

promover a transparência. A falta de ética pode levar a uma sociedade injusta, e pode afetar a economia. A ética é fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

A implementação de uma cultura ética na sociedade requer educação e conscientização. Segundo o educador brasileiro, Paulo Freire, "A educação é um processo de conscientização que permite às pessoas questionarem a realidade" (FREIRE, 1970; p. 67). Isso inclui ensinar valores éticos nas escolas a promover a discussão sobre ética na sociedade. As pessoas devem estar cientes dos seus direitos e responsabilidades. E devem respeitar os direitos dos outros. Além disso, a mídia tem um papel importante na promoção da ética. A ética é fundamental para a construção de uma sociedade justa.

### **Ética nas Empresas**

A ética nas empresas é fundamental para construir uma cultura organizacional saudável e responsável. Segundo Luiz Francisco de Souza, "A ética empresarial é um conjunto de princípios e valores que orientam a tomada de decisões" (SOUZA, 2017; p. 123). Isso significa que a ética não é apenas uma questão de "*compliance*". A ética é uma parte integrante da estratégia empresarial. Ela influencia a forma como as empresas lidam com "*stakeholders*", e dessa forma, impacta a reputação da empresa. Além disso, a ética é essencial para garantir a licença para operar. As empresas devem considerar o impacto social e ambiental, além de respeitar os direitos humanos.

A falta de ética nas empresas pode levar a consequências graves, como a perda de confiança dos clientes e "*stakeholders*". Como afirma Jorge Alberto Vieira, "A responsabilidade social é um requisito essencial para a sustentabilidade das empresas" (VIEIRA, 2015; p. 156). Além disso, estudos mostram que empresas com práticas éticas têm melhor desempenho financeiro. A ética também é essencial para garantir a licença para operar. As empresas devem considerar o impacto social e ambiental, e devem respeitar os direitos humanos. A falta de ética pode levar a escândalos e crises, além de afetar a imagem da empresa. Portanto, a ética é fundamental para o sucesso a longo prazo.

A implementação de uma cultura ética nas empresas requer liderança comprometida e políticas claras. Segundo Marcos Cortez, "A liderança ética é fundamental para construir uma organização de confiança" (CORTEZ, 2019; p. 187). Isso inclui estabelecer códigos de conduta. Treinamento em ética é essencial, assim como são importantes os mecanismos de denúncia. A liderança deve ser um exemplo. E deve

promover uma cultura de transparência. Além disso, a liderança deve estar comprometida com a ética, sendo capaz de comunicar claramente os valores da empresa.

A ética nas empresas também é essencial para garantir a sustentabilidade e a responsabilidade social. Como afirma João Paulo Machado, "A ética empresarial é um fator chave para o sucesso sustentável das empresas" (MACHADO, 2020; p. 45). Isso inclui considerar o impacto ambiental. O impacto social também é importante. As empresas devem respeitar os direitos humanos. E devem promover práticas sustentáveis. A ética é essencial para o sucesso a longo prazo. As empresas devem considerar o futuro, devendo agir de forma responsável. A ética é fundamental para a sustentabilidade da empresa. E é essencial para a responsabilidade social.

## **Ética e Lei**

A relação entre ética e lei é um tema de grande relevância na sociedade contemporânea, especialmente no contexto brasileiro. A ética se refere a um conjunto de valores e princípios que guiam a conduta humana, enquanto a lei é um sistema normativo que estabelece regras para regular as interações sociais. Segundo SILVA (2019), a ética é fundamental para a formação do caráter e para a construção de um ambiente social mais justo. Portanto, a reflexão sobre essas duas esferas é crucial, já que a conformidade legal nem sempre assegura que as ações sejam moralmente aceitáveis.

Além disso, as leis muitas vezes são moldadas por valores éticos presentes na sociedade. De acordo com GOMES (2018), a legislação deve refletir as aspirações éticas de uma comunidade, buscando a proteção dos direitos individuais e coletivos. Isso implica que a interpretação das normas não pode ser feita de maneira isolada, devendo considerar o contexto moral e as consequências sociais das decisões. Assim, a convivência entre ética e lei exige um diálogo constante, que busque não apenas a aplicação da norma, mas também a promoção de uma justiça efetiva.

Por fim, a educação em ética é essencial para a formação de cidadãos comprometidos com a responsabilidade social. Segundo ALMEIDA (2020), a inclusão de discussões éticas no currículo escolar contribui para a formação de uma consciência crítica, permitindo que os indivíduos compreendam a importância de agir de forma moralmente responsável. Essa formação não apenas prepara os estudantes para compreender a lei, mas também os motiva a questionar e a agir em prol de valores éticos

na sociedade. Dessa forma, a integração entre ética e lei se torna um pilar fundamental para a construção de um ambiente mais justo e humano.

### **Ética e o Profissional Contábil**

A ética é um princípio fundamental no exercício da profissão contábil, uma vez que envolve responsabilidade social e transparência, valores essenciais para a confiança no mercado financeiro e no cumprimento das obrigações fiscais. O profissional contábil lida com informações sensíveis e de relevância estratégica, e, por isso, deve atuar de forma ética, observando os princípios da integridade e da honestidade. Segundo CREPALDI (2018), o comportamento ético é um dos alicerces para o desenvolvimento de uma profissão contábil confiável, pois assegura a fidelidade das informações prestadas aos “*stakeholders*” e ao público em geral.

No Brasil, o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) é o documento que regulamenta a conduta dos profissionais da contabilidade, orientando sobre os deveres e as responsabilidades éticas. Esse código reforça a importância da ética no exercício contábil ao estabelecer normas de conduta que protegem tanto os interesses do cliente quanto da sociedade. CREPALDI (2018) destaca que o CEPC é uma ferramenta essencial para assegurar que a prática contábil siga parâmetros de confiabilidade e responsabilidade. Assim, a ética se torna um fator crucial para que o contador desempenhe seu papel de forma justa e transparente.

A integridade é um valor primordial no exercício da profissão contábil, pois, de acordo com MARION (2016), o contador deve agir com imparcialidade, não permitindo que interesses pessoais interfiram na apresentação de dados financeiros. Esse comprometimento ético é fundamental para que os usuários da informação contábil possam tomar decisões com base em dados precisos e imparciais. O Código de Ética, portanto, exige que o contador atue com neutralidade, evitando que sua posição seja influenciada por ganhos financeiros ou pressões externas.

Além da integridade, a objetividade é um valor ético essencial para o profissional contábil, visto que ele deve se manter isento de conflitos de interesse. HENDRIKSEN; BREDA (2018), argumentam que a objetividade permite ao contador atuar de maneira imparcial, sem influência de relacionamentos pessoais ou interesses econômicos. Essa imparcialidade é crucial para assegurar que a contabilidade seja uma ciência neutra, que

sirva apenas aos interesses da transparência e da justiça fiscal. Dessa forma, o profissional contábil deve evitar circunstâncias que possam prejudicar sua imparcialidade.

A confidencialidade é outro aspecto importante na ética contábil, pois o contador lida com informações sigilosas dos clientes e de empresas. De acordo com CREPALDI (2018), a confidencialidade é fundamental para garantir a proteção dos dados financeiros, evitando que informações privilegiadas sejam divulgadas de forma inadequada. O Código de Ética exige que o contador mantenha sigilo sobre informações obtidas no exercício da profissão, o que fortalece a confiança depositada por empresas e clientes.

Como reforça (HENDRIKSEN; BREDA 2018; p. 102), “o compromisso com a ética e a confidencialidade é um elemento-chave para o respeito e a credibilidade do profissional contábil”. Esse compromisso se traduz em uma prática diária de responsabilidade e transparência, contribuindo para a imagem positiva da profissão. A violação da confidencialidade, além de comprometer a ética, também pode resultar em sanções legais e prejudicar a reputação do contador. Assim, o respeito ao sigilo é uma das formas mais evidentes de responsabilidade ética no campo contábil.

A responsabilidade é outro princípio fundamental na ética contábil, pois o contador deve responder pelas informações prestadas e pelos serviços oferecidos. Segundo MARION (2016), a responsabilidade implica que o contador seja diligente e cuidadoso, analisando corretamente as informações antes de reportá-las. Esse valor ético garante que o profissional cumpra sua função com qualidade, evitando erros e inconsistências que possam prejudicar a empresa ou o cliente. A responsabilidade, portanto, é um pilar que reforça a credibilidade do contador perante a sociedade.

Em síntese, a ética no exercício da profissão contábil é essencial para a credibilidade e a confiança que os usuários depositam nos relatórios financeiros. A observância dos princípios éticos como integridade, objetividade, confidencialidade e responsabilidade é uma exigência tanto do Código de Ética quanto do mercado, demandam informações precisas e transparentes para a tomada de decisões. Desse modo, a ética não é apenas uma formalidade, mas uma condição essencial para que o contador exerça sua função com excelência, beneficiando a sociedade e fortalecendo a contabilidade.

## O Código de Ética do CFC: Fundamentação e Relevância

O Código de Ética do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é um documento fundamental que orienta a prática da contabilidade no Brasil. Ele estabelece princípios e normas que devem ser seguidos por todos os profissionais da área, promovendo a integridade, a responsabilidade e a transparência. Segundo o CFC (2018), a ética é uma das bases fundamentais para a construção de uma profissão respeitada e reconhecida.

Um dos principais objetivos do Código é proteger a sociedade e os interesses dos clientes. O CFC (2018) destaca que o contador deve atuar com honestidade e imparcialidade, sempre buscando a melhor orientação para seus clientes. Essa responsabilidade vai além do mero cumprimento de obrigações legais, pois envolve um compromisso com a qualidade e a ética na prestação de serviços.

Além disso, o Código também enfatiza a importância da atualização constante e do desenvolvimento profissional. De acordo com SILVA (2020), o contador deve estar sempre em busca de conhecimento, pois a profissão exige atualização constante devido às mudanças na legislação e nas normas contábeis. Essa exigência de atualização não apenas melhora a qualidade do serviço prestado, mas também reforça a credibilidade da profissão.

Um aspecto importante do Código é a relação com os colegas de profissão. O CFC (2018) afirma que o contador deve atuar com respeito e cordialidade, evitando a concorrência desleal. Essa colaboração entre profissionais é essencial para o fortalecimento da classe e para a construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

A transparência é outro princípio central do Código de Ética. Segundo LIMA (2021), a transparência nas ações do contador é fundamental para garantir a confiança dos clientes e da sociedade. Isso implica uma comunicação clara e honesta sobre os serviços prestados, bem como sobre os custos e os riscos envolvidos.

O Código também aborda a importância da responsabilidade social do contador. Conforme FERREIRA (2019), o contador deve estar atento às questões sociais e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Essa responsabilidade vai além da prática contábil, estendendo-se à conscientização sobre o impacto das atividades empresariais na sociedade.

Outro ponto relevante é a disciplina e a fiscalização do exercício profissional. O CFC (2018) estabelece que as infrações éticas devem ser devidamente apuradas e punidas, garantindo a integridade da profissão. Essa fiscalização é crucial para manter altos padrões de ética e para assegurar que os profissionais cumpram suas obrigações de maneira adequada.

Por fim, o Código de Ética do CFC não apenas orienta a conduta dos contadores, mas também serve como um guia para a construção de uma profissão mais ética e responsável. Como afirmam SANTOS; ALMEIDA (2022), o respeito ao Código é um passo fundamental para o fortalecimento da profissão contábil no Brasil. Assim, a ética se torna um pilar essencial para a credibilidade e a valorização da contabilidade no país.

## **Penalidades**

O Código de Ética Profissional do Contador descreve diferentes tipos de penalidades aplicáveis aos profissionais que violarem as normas éticas, visando manter a integridade e o respeito à profissão contábil. Entre as sanções previstas, estão a advertência, a censura reservada, a censura pública e a suspensão do registro profissional. A advertência é a penalidade inicial e de caráter privado, aplicada em casos de infrações menos graves, e busca corrigir o comportamento sem expor o profissional. Conforme MARION (2016), a advertência funciona como uma medida preventiva, que tem por objetivo sensibilizar o contador sobre a importância de uma conduta ética irrepreensível.

Em situações de infrações mais graves, o CEPC prevê a aplicação da censura pública, uma medida que tem como objetivo coibir a reincidência de comportamentos antiéticos e reforçar a responsabilidade do contador perante a sociedade. A censura pública ocorre quando há uma transgressão ética de maior impacto, que compromete a reputação do contador e da profissão contábil em geral. O (CFC 2019; p. 15) descreve que “a censura pública é aplicada para advertir a sociedade sobre o profissional que violou as normas éticas, prejudicando a imagem da classe contábil”. A publicidade da penalidade visa, assim, assegurar a transparência do CFC com a sociedade e reafirmar o compromisso ético da contabilidade.

Nos casos mais graves, o Código de Ética estabelece a possibilidade de suspensão do registro profissional do contador, medida que impede o profissional de exercer a contabilidade por um determinado período. Essa penalidade é aplicada em situações de

transgressões que envolvem fraude, má-fé ou outros atos que ferem gravemente a confiança pública na profissão. De acordo com CREPALDI (2018), a suspensão é uma forma de proteger a sociedade contra práticas contábeis prejudiciais, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso do CFC com a integridade e a confiabilidade da profissão contábil. A aplicação da suspensão sinaliza que a contabilidade é uma atividade de alta responsabilidade, e que atos antiéticos não serão tolerados.

### **Práticas a serem adotadas**

Para aplicar a ética na contabilidade, é fundamental estabelecer um código de ética claro e preciso. "O código de ética deve ser um documento vivo, que seja revisado e atualizado periodicamente" (FERREIRA, 2019; p. 120). Segundo Flávio de Andrade Neto ANDRADE (2017), o código de ética deve incluir princípios e normas de conduta que orientem os profissionais da contabilidade. Além disso, é importante que o código seja divulgado e acessível a todos os funcionários. A empresa deve garantir que os funcionários entendam e sigam o código. O código deve ser revisado periodicamente. A revisão deve ser feita por um comitê de ética. O comitê deve ser formado por profissionais de diferentes áreas da empresa. A ética é fundamental na contabilidade.

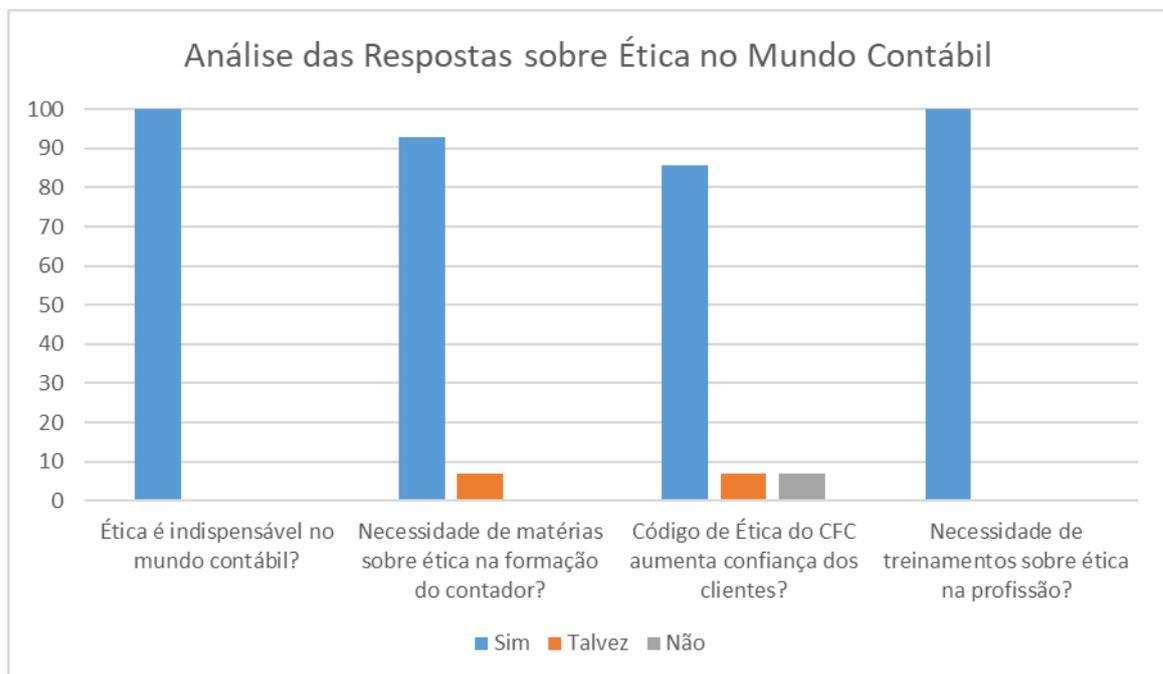
Além disso, é importante realizar treinamentos e capacitações regulares para os funcionários sobre ética e responsabilidade profissional. Como afirma João Carlos (SILVA, 2015; p. 180), "a educação ética é fundamental para desenvolver uma cultura de responsabilidade e integridade na empresa". Esses treinamentos devem abordar temas como confidencialidade, imparcialidade e respeito aos clientes. Os treinamentos devem ser ministrados por profissionais qualificados. Os funcionários devem receber certificado de conclusão. Os treinamentos devem ser realizados regularmente. A educação ética é essencial.

Outra prática importante é estabelecer um sistema de controle interno que garantam a integridade e a transparência das informações financeiras. "O controle interno é essencial para prevenir erros e fraudes" (ANDRADE, 2017; p. 150). Além disso, é fundamental realizar auditorias regulares para garantir a conformidade com as normas e regulamentos. As auditorias devem ser realizadas por auditores independentes. Os resultados das auditorias devem ser divulgados. As auditorias devem ser realizadas regularmente. A transparência é fundamental.

Por fim, é fundamental que a empresa promova uma cultura de ética e responsabilidade em todos os níveis da organização. "A ética deve ser uma prioridade para todos os membros da equipe" (FERREIRA, 2019; p. 130). Isso inclui reconhecer e recompensar comportamentos éticos e responsáveis. Além disso, a empresa deve lidar com infrações de forma justa e imparcial. A empresa deve ter um processo claro para lidar com infrações. A empresa deve promover a ética em todos os níveis.

## ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário estruturado, aplicado a doze alunos do curso de ciências contábeis da faculdade Iesgo e dois profissionais da área contábil da empresa IJsagro Produção Sustentável. As perguntas foram formuladas para avaliar a importância da ética em diferentes aspectos da formação e prática contábil. As respostas foram categorizadas em porcentagens para facilitar a análise.



O autor: Guilherme Schäfler

## Conclusões sobre Análise de dados

Os resultados da pesquisa demonstram uma forte valorização da ética entre os profissionais contábeis. A unanimidade nas respostas sobre a importância da ética como

ferramenta indispensável e a necessidade de treinamentos constantes reforçam a ideia de que a ética deve ser um tema central na formação e na prática contábil. Embora a maioria reconheça a importância de matérias específicas de ética na formação, as opiniões variadas sobre o Código de Ética do CFC indicam que mais esforços podem ser necessários para fortalecer sua aplicação na prática.

### **Considerações Finais**

Em conclusão a ética desempenha um papel essencial no ambiente contábil, influenciando não apenas a reputação da organização, mas também a satisfação dos funcionários, a confiança dos clientes e o desempenho financeiro. Ao priorizar a ética, as empresas fortalecem sua sustentabilidade a longo prazo, cultivando a transparência e a responsabilidade em suas operações. A adoção de códigos de ética e políticas de “*compliance*” se mostra fundamental para prevenir fraudes e práticas ilegais, assegurando um ambiente corporativo seguro e respeitoso. Dessa forma, a promoção de uma cultura ética é um investimento estratégico que beneficia todos os envolvidos.

Além do ambiente corporativo, a ética também exerce um impacto profundo no campo jurídico, servindo como critério para a avaliação e reformulação de leis que possam ser injustas ou discriminatórias. Ao integrar princípios éticos na formulação e interpretação das normas, busca-se alcançar uma sociedade mais justa e equitativa. O diálogo entre ética e direito se torna evidente em questões relacionadas aos direitos humanos, onde a legislação deve refletir não apenas a letra da lei, mas também valores universais de dignidade e respeito.

No contexto contábil, a ética é ainda mais crítica devido à responsabilidade dos profissionais em garantir a integridade das informações financeiras. A confiança pública nos contadores depende de sua transparência, competência e compromisso com os padrões éticos. A violação desses princípios pode ter consequências severas para a profissão e para o mercado. Portanto, a formação contínua e a atualização das normas são essenciais para manter a credibilidade e a relevância dos serviços contábeis em um ambiente em constante mudança.

Finalmente, a implementação de práticas contra comportamentos antiéticos, como o desenvolvimento de códigos de ética, treinamentos regulares e auditorias éticas, é crucial para assegurar que os padrões éticos sejam seguidos. A liderança ética

desempenha um papel central na disseminação de valores organizacionais, influenciando diretamente o comportamento dos funcionários. Assim, a ética deve ser vista como um elemento integrador e transformador, capaz de promover um ambiente de trabalho saudável, uma sociedade mais justa e uma prática contábil confiável e transparente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda. **Ética e Educação: Uma Proposta de Reflexão para o Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora Aprendendo, 2020.

ANDRADE, F. de. **Ética e Profissionalismo na Contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Código de Ética Profissional do Contador**. Brasília, 2018.

BRASIL - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Código de ética profissional do contador**. Brasília: CFC, 2019.

CORTEZ, M. **Liderança Ética**. São Paulo: Editora Cengage, 2019.

FERREIRA, A. C. **Ética Profissional Contábil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

\_\_\_\_\_, J. R. **A responsabilidade social do contador**. São Paulo: Editora Contábil, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

GOMES, Luiz Flávio. **Ética e Direito: Reflexões sobre a Formação do Advogado**. São Paulo: Editora Método, 2018.

LIMA, M. S. **A transparência na contabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Financeira, 2021.

MACHADO, J. P. **Ética Empresarial e Sustentabilidade**. Brasília: Editora UNB, 2020.

REALE, M. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

SANTOS, P. R.; ALMEIDA, T. S. **O papel do contador na sociedade contemporânea**. Belo Horizonte: Editora Jurídica, 2022.

SILVA, J. C. da. **Ética na Contabilidade: Uma Abordagem Prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SILVA, A. C. **Atualização profissional na contabilidade**. Curitiba: Editora Acadêmica, 2020.

SILVA, Maria Clara. **Ética e Cidadania: Fundamentos para uma Sociedade Justa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

SOUZA, H. **Corrupção: Um Estudo Sobre a Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, L. F. **Ética Empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

VIEIRA, J. A. **Responsabilidade Social das Empresas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

### ANEXO a: Questionário aplicado na pesquisa

01 - A Ética é uma ferramenta indispensável no mundo contábil?

- Sim
- Talvez
- Não

02 - Acha necessário já na formação do contador ter matérias específicas que tendem a trazer a importância da ética?

- Sim
- Talvez
- Não

03 - Na sua perspectiva o Código de Ética do CFC aplicado e colocado em prática em um escritório de contabilidade leva mais confiança aos clientes?

- Sim
- Talvez
- Não

04 - Acha necessária uma empresa do ramo contábil reservar momentos com os funcionários para treinamentos sobre a aplicação da ética na profissão?

- Sim
- Talvez
- Não

## *Capítulo 5*

### **ROTINA CONTABIL: Análise de dados para tomada de decisões**

*Layssa Tavares da Silva*

*Universitária, estudante de Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Iesgo,*

*layssatds@gmail.com.*

#### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo explorar o uso da análise de dados na rotina contábil para auxiliar na tomada de decisões. A crescente evolução tecnológica e a grande quantidade de dados disponíveis exigem dos profissionais contábeis maior capacidade analítica. O estudo foca na aplicação de ferramentas de “*Business Intelligence (BI)*”, demonstrando como a utilização dessas tecnologias pode otimizar os processos de consolidação de dados contábeis e facilitar a tomada de decisões estratégicas. A metodologia aplicada neste estudo consiste em uma abordagem exploratória e bibliográfica, com a análise de casos reais que evidenciam os benefícios do BI no ambiente contábil. Conclui-se que o uso de ferramentas de análise de dados é fundamental para o desenvolvimento de estratégias empresariais mais eficientes e competitivas.

**Palavras-chave:** Análise de dados. *Business Intelligence*, Contabilidade. Tomada de Decisões.

#### **ABSTRACT**

The objective of this study is to explore the use of data analysis in accounting routines to support decision-making. The growing technological evolution and the vast amount of available data demand greater analytical capacity from accounting professionals. The study focuses on the application of “*Business Intelligence*” (BI) tools, demonstrating how the use of these technologies can optimize the consolidation of accounting data and facilitate strategic decision-making. The methodology applied in this study consists of an exploratory and bibliographic approach, analyzing real cases that highlight the benefits of BI in the accounting environment. It is concluded that the use of data analysis tools is essential for the development of more efficient and competitive business strategies.

**Keywords:** Data Analysis. *Business Intelligence*. Accounting. Decision-Making.

## INTRODUÇÃO

Este artigo discute as mudanças que a análise de dados, apoiada por ferramentas de *“Business Intelligence”* (BI), proporcionou à contabilidade. No atual contexto, marcado pelo avanço tecnológico acelerado e uma vasta quantidade de informações empresariais, a contabilidade precisa se ajustar para manter sua competitividade. O *“Business Intelligence”* (BI) tem se mostrado crucial neste processo, ajudando os contadores e líderes de instituições a consolidar, examinar e comunicar informações de maneira eficiente, simplificando assim a tomada de decisões estratégicas. O uso de ferramentas como o *“Power BI”* possibilita a combinação de dados de várias origens, que são estruturados e exibidos em painéis interativos. Esses painéis, atualizados em tempo real, proporcionam uma visão completa das métricas de desempenho da empresa, que vão desde avaliações de receitas e despesas até análises de fluxo de caixa e balanço patrimonial. Com essas ferramentas, os administradores podem acompanhar rapidamente e com exatidão métricas críticas, permitindo correções imediatas e tomadas de decisões mais fundamentadas.

A implementação do BI vai além da eficiência operacional. No âmbito contábil, é crucial converter dados brutos em informações estratégicas, simplificando a divulgação dos resultados financeiros para uma variedade de públicos, desde partes interessadas até funcionários. A apresentação nítida e intuitiva dos dados através de gráficos, cores e filtros facilita a compreensão, criando uma narrativa clara e direta, que favorece uma leitura mais eficaz das informações. Outro aspecto fundamental discutido é a formação profissional para que o uso das ferramentas de BI alcance sua capacidade máxima. Com o apoio apropriado, o contador evolui de mero registrador de informações para um analista estratégico, contribuindo de maneira significativa para a direção da organização. Companhias que investem em capacitação ou em especialistas, como analistas de dados, expandem sua habilidade gerencial e aprimoram a qualidade das decisões tomadas.

Em resumo, o uso do BI na contabilidade representa um progresso notável na gestão de dados, aumentando a eficácia, diminuindo o retrabalho e aprimorando a exatidão das análises. A digitalização da contabilidade, impulsionada pelo *“Business Intelligence”*, não apenas acelera processos, mas também oferece uma vantagem competitiva crucial em um cenário de negócios dinâmico e cada vez mais focado em dados.

## FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

“*Business Intelligence*” trata-se de aplicações e técnicas para coletar, acessar e analisar grandes quantidades de dados para a organização tomar decisões eficazes WANG e WANG (2008), diversos autores destacam a importância do BI no ambiente corporativo, afirmando que a tecnologia facilita a visualização de dados e a criação de relatórios dinâmicos, ajustando-se às necessidades de cada empresa.

De acordo com MIKROYANNIDIS;THEODOULIDIS (2010), a ferramenta de “*Business Intelligence*” representa a combinação de instrumentos e conceitos técnicos destinados a apoiar a tomada de decisões assertivas e quando falamos sobre a inserção da ferramenta na rotina contábil falamos sobre a possibilidade de reduzir rotinas exaustivas e repetitivas, nesse processo, focamos no princípio, nas informações, base para muitos processos, e indispensável para a tomada de decisões, e na rotina contábil temos tratamento de muitos dados, seja sobre bens, direitos ou obrigações, Simkin e Bagranoff, afirmam que “o sucesso ou fracasso da empresa está ligado à forma como a informação é gerenciada e utilizada” (SIMKIN; BAGRANOFF; 2002, pg.22), logo se torna necessário que as empresas se adaptem a ferramentas que podem facilitar este processo e segundo MIKALEF, *et.al.*, (2020) o crescente volume de dados amplamente disponíveis faz com que estes sejam considerados um dos recursos organizacionais mais valiosos. SANTOS, *et al.*, (2014) enfatiza que com a implantação de novas tecnologias o volume de dados empresariais está aumentando drasticamente, isso interfere diretamente a contabilidade. Por isso, é importante que os profissionais da contabilidade desenvolvam múltiplas habilidades, isso porque a informação e os dados são recursos indispensáveis para a continuidade de uma instituição e precisam ser tratados por profissionais qualificados, logo, trabalhamos com duas possibilidades, a inserção da ferramenta e treinamento adequado, ou, a contratação de um profissional qualificado no mercado, um Analista de Dados. Quando falado sobre capacitação é de grande importância que os profissionais se adaptem as novas tecnologias, especialmente o profissional contábil, profissional esse que está diretamente ligado ao efetivo funcionamento da instituição, cujo o menor erro pode refletir de formas evidentes, e é inegável que as empresas estão cada vez mais dependentes da tecnologia, ter um profissional contábil qualificado é indispensável para as intuições, é necessário ter um profissional que além de lidar com números e dados, possa lê, interpretar e tratar os números e métricas da forma mais adequada.

O conceito de “*Business Analytics*” foi estabelecido por Davenport na década de 2000 e diz respeito à aplicação de dados, análises estatísticas e técnicas quantitativas para oferecer aos administradores um melhor entendimento sobre suas operações, possibilitando decisões mais fundamentadas em fatos. DAVENPORT; HARRIS (2017). Segundo DAVENPORT; HARRIS (2017), “*Business Analytics*” (BA) refere-se ao uso de dados, análises e interpretação estatísticas, técnicas quantitativas e matemáticas utilizadas para auxiliar os administradores a alcançarem melhores resultados com informações aprimoradas sobre suas atividades e a fazer escolhas mais acertadas com base em dados e eventos. Davenport criou esta expressão para simbolizar o elemento analítico fundamental no (BI) “*Business Intelligence*” e os distingue pela maneira como alcançam o objetivo principal. De acordo com DAVENPORT (2014), o “*Business Intelligence*” se fundamenta em relatórios para auxiliar os tomadores de decisão, enquanto o “*Business Analytics*” se fundamenta em análises para auxiliar os gestores, concentrando-se em avaliações estatísticas e matemáticas.

As ferramentas de Inteligência de Negócios podem proporcionar uma perspectiva sistêmica e auxiliar na distribuição homogênea dos dados entre os usuários, com o principal propósito de transformar vastos volumes de dados em informações de alta qualidade para a tomada de decisões. Através delas, é possível cruzar dados, visualizar informações em várias dimensões e analisar os principais indicadores de desempenho empresarial, BATISTA (2004).

O processo de tratamento de dados é conhecido como ETL (Extrair, Transformar e Carregar), e é o ponto chave para o tratamento de grandes quantidades de dados, é o que nos permite moldar as informações da instituição visando direcionamento decisório, baseado em dados. A extração de dados é o que dá início a estrutura, onde é identificado o tipo de dado e extraído de sua origem, que podem ser diversas, desde banco de dados, planilhas do “*excel*”, “*email’s*”, equipamentos, entre outros, após o processo de extração é realizado a transformação ou tratamento dos dados, isso porque após a extração os dados estão de forma bruta, ou seja, da forma original da sua fonte, sendo necessário fazer preparações com os mesmos, é aí que entra as validações, agregações e operações, com o intuito de transformar os dados em fontes consultáveis e confiáveis, após todo o processo de tratamento, acontece o processo de carregamento, onde os dados já na sua forma final vão para o local de destino.

**Figura 1-** “Desmistificando o ETL no “Power BI”



**Fonte:** ALBERTI, Jenifer, DIO (2024)

Se tratando da área contábil as possibilidades de implantação de “*Business Intelligence*” em uma instituição são gigantescas, as informações são de grande importância para o direcionamento da empresa, e existem desde a possibilidade da criação de um painel de orçamento, DRE (demonstração do resultado do exercício), fluxo de caixa, ou até mesmo de um balanço patrimonial, tudo isso integrado diretamente com o sistema que seja utilizado pela organização, a criação de um painel dinâmico com atualizações automáticas durante o dia pode economizar tempo e até mesmo ajudar na identificação de alguma irregularidade contábil, um painel dinâmico com um fluxo de caixa por exemplo, pode ajudar um gestor a identificar a melhor forma de aquisição de bens ou matéria prima, se no momento seria mais adequado a compra efetiva a vista, ou parcelada, o painel pode também ajudar na conciliação financeira, e na identificação de possíveis desvios e fraudes.

**Figura 2-** Exemplo de fluxo de caixa com “Power Bi”.



**Fonte:** SOARES, Raphael, DIO (2024).

## METODOLOGIA DA PESQUISA

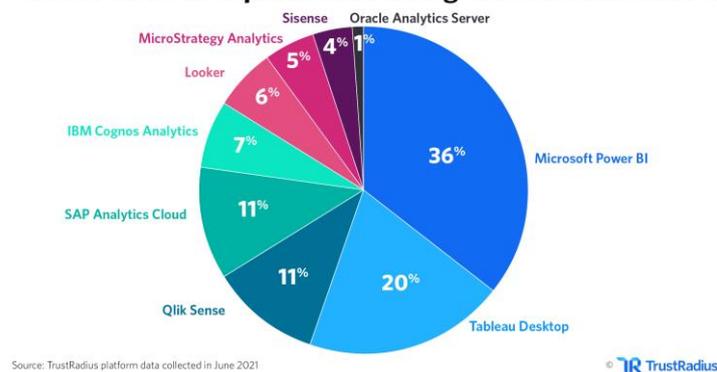
A hipótese deste trabalho é que a utilização de ferramentas de análise de dados, como o “*Business Intelligence*”, pode não apenas agilizar o processo de consolidação de

dados contábeis, mas também melhorar a precisão e qualidade das informações apresentadas. Dessa forma, gestores e profissionais contábeis, mesmo sem profundo conhecimento técnico, conseguem interpretar esses dados de maneira mais eficaz, facilitando a tomada de decisões estratégicas em tempo hábil. Este estudo utiliza uma abordagem exploratória e bibliográfica, analisando dois casos em que BI está integrado na rotina, Inicialmente com entrevistas com líderes e gestores de uma empresa Matriz na área do Agronegócio, que vem fazendo a utilização da ferramenta nos últimos 5 anos, e logo em seguida com um questionário direcionado a parte operacional, com os departamentos Contábil, fiscal, e faturamento, de uma segunda empresa que faz parte do mesmo grupo desta empresa anterior, porém, que ao contrário da empresa Matriz, implementou a ferramenta somente no último ano. Ambas as empresas possuem parte da sua contabilidade de forma Interna.

## ANÁLISE DE DADOS

Segundo pesquisa realizada em 2021 pela TrustRadius (plataforma popular de análise de produtos de tecnologia) o “Power Bi” tem sido amplamente utilizado em comparação com outras ferramentas - Figura 3.

**Figura 3- 49 “Shocking Business Intelligence Statistics”.**  
**Market Share of Top Business Intelligence Software in 2021**



**Fonte:** LESS, Harry, TrustRadius (2021).

A aplicação do “Business Intelligence” (BI) vai além da simples análise de dados complexos; também é crucial para a transmissão eficaz dessas informações, especialmente para indivíduos que podem não estar acostumados com leitura de números e métricas. É crucial apresentar os dados de maneira clara e visualmente

compreensível para assegurar que todos que se proponham a lê-los possam interpretá-los como devido, sem distinção de conhecimento. No livro "Storytelling com Dados", Cole Nussbaumer argumenta que "números isolados não conseguem contar uma história" (KNAFLIC, 2017; p.162). Ela ressalta a necessidade de dar contexto às informações e de apresentá-las de forma que se crie uma narrativa, tornando acessível a compreensão até mesmo para aqueles sem experiência. O "Power BI" se destaca como uma ferramenta eficaz nesse aspecto, permitindo a elaboração de painéis interativos e gráficos intuitivos que convertem dados em representações visuais claras. A apresentação adequada dos dados é essencial para cativar o público e garantir a transmissão clara de informações pertinentes. Por exemplo, ao empregar gráficos básicos e cores que realçam tendências e comparações, os administradores podem compreender facilmente o rendimento de um setor ou um indicador específico, mesmo sem conhecimento técnico.

Os painéis interativos possibilitam aos usuários a exploração das informações em variados níveis de detalhe, adaptando a visualização de acordo com suas necessidades, tornando a explicação e a apresentação mais interativas e adequadas ao público presente. Assim, a utilização do BI ultrapassa a análise técnica, atuando como um instrumento estratégico para a comunicação e a tomada de decisões, disponível em todos os níveis da empresa. Hoje, a eficiência da gestão da informação é fundamental para a tomada de decisões com rapidez e precisão, especialmente em um ambiente de negócios dinâmico. A introdução dos "dashboards" do "Power BI" mudou drasticamente a forma como os gestores trabalham e utilizam os dados no seu dia a dia, com este pensamento, foram realizadas entrevistas com líderes e gestores de uma empresa do Agronegócio, essas entrevistas tiveram o intuito de conseguirmos de forma mais "palpável" entender a perspectiva de pessoas em cargos de posição analíticos e de decisões. As entrevistas se deram de forma imparcial, e diante esses encontros foram recolhidas partes dos depoimentos que serão apresentados.

Durante a entrevista realizada, o principal ponto identificado, que surgiu em mais de uma situação, foi o quesito "Tempo", muito se fala sobre como uma rotina bem estruturada pode nos reduzir retrabalhos e nos polpar tempo, e de forma geral, um dos intuitos da aplicação da análise de dados é a automação, assim como a melhoria de performance, e assertividade, e mesclar esses pontos com a agilidade na rotina de trabalho é um ponto chave para qualquer usuário. Diante das entrevistas aplicadas, uma das conversas foi com um gestor de operações, onde quando questionado sobre quais

eram os pontos-chaves que a ferramenta agregava em sua rotina e se poderia citar sobre a utilização da ferramenta, declarou que: "O uso de painéis possibilitou uma tomada de decisões ágil, já que posso acompanhar em tempo real o desempenho de métricas cruciais, como receitas e despesas. Isso me permite agir antecipadamente e fazer alterações de forma eficaz", diante a declaração podemos trazer novamente o fato da automação, em específico, no caso dessas duas empresas, é utilizado a análise de dados em conjunto com o "Power Bi", onde a conexão se dá com o sistema ERP ("Enterprise Resource Planning") utilizado pelas empresas, onde as métricas são atualizadas algumas vezes durante o dia, mantendo dessa forma a certeza que as informações visualizadas condizem com a realidade do que é informado durante os períodos no sistema. Outra das entrevistas realizadas foi com o líder da equipe do departamento financeiro, onde no momento fazem uso de um painel de fluxo de caixa, neste painel conseguem visualizar saldo de contas, provisões de pagamentos e recebimentos, programação de pagamentos e recebimentos para o dia e futuros, em conversa, ficou evidente que para este usuário em específico o ponto crucial que a aplicação agrega é que anteriormente se fazia presente em sua rotina a necessidade de todos os dias retirar do sistema um relatório de pagamentos em aberto ou atrasados, uma funcionalidade que está presente no painel que é atualmente utilizado, outra parte de sua rotina que foi adaptada era a necessidade de comunicação quase diária com o setor de compra de insumos, para identificarem qual a melhor forma de efetivação da compra, a vista, prazo, segundo o mesmo é outra funcionalidade que é atendida.

Para o departamento de controladoria da empresa matriz, está em uso efetivo um painel com o orçado e o realizado da instituição, o uso deste painel se limita a direção e ao "Controller" da empresa, profissional responsável por coletar, analisar e apresentar os dados financeiros, contábeis e orçamentários de uma empresa aos seus diretores e stakeholders, facilitando assim a tomada de decisão e o sucesso do negócio, LEÃO (2023). O Anexo "A" apresenta o modelo de questionário realizado nessas entrevistas que assim como o questionário foi realizado com 4 (quatro) líderes, de departamentos distintos.

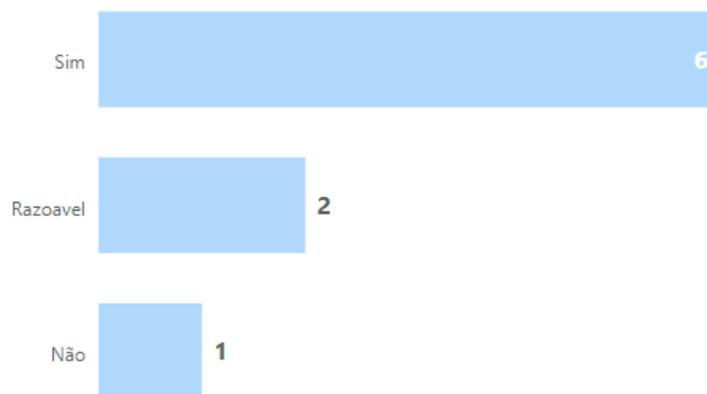
Posteriormente as entrevistas com os líderes da empresa matriz, foi realizado um questionário com a equipe operacional, especificamente com dois departamentos de uma segunda empresa, que apesar de fazer parte do grupo da empresa Matriz, só passou a utilizar a ferramenta no último ano (2024), estes questionários foram realizados com a equipe do contábil e faturamento da empresa, ambos departamentos que possui a ferramenta implementada na rotina, o intuito do questionário foi entender as mudanças

significativas após a utilização da ferramenta, ao todo, foram aplicados a 9 (nove) funcionários, entre assistentes e analistas. Inicialmente foi questionado se era possível ver diferenças significativas com a utilização da ferramenta, onde podemos analisar as respostas no gráfico de linhas abaixo - Figura 4, com a maioria das respostas sendo "Sim" e "Razoável", a percepção geral sobre a utilização do "Power Bi" é positiva, com poucos que não veem uma diferença.

Quando questionados sobre a como classificam a usabilidade notasse que todos os usuários da ferramenta são usuários finais, ou seja, não participam do processo de desenvolvimento das aplicações, isso devido a empresa optar por ter uma empresa terceirizada que faz o processo de ETL para as aplicações.

**Figura 4:** Respostas questionário.

Percepção de diferença significativa com a utilização do "Power Bi"



**Fonte:** O Autor.

Em um questionário aplicado à equipe operacional, 3 (três) dos 9 (nove) funcionários mencionaram que considerariam fazer algum tipo de capacitação ou especialização na área de tecnologia. Esse dado indica que, apesar da implantação da ferramenta ter sido bem-sucedida e ter apresentado resultados positivos, o interesse da equipe por aprimoramento nessa área ainda é relativamente baixo. De certa forma, isso se explica porque o uso da ferramenta pelos usuários finais não exige um conhecimento avançado ou intermediário para ser eficiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação de ferramentas de “*Business Intelligence*” (BI) na contabilidade, como abordado neste estudo, destaca a importância cada vez maior da análise de dados para decisões mais estratégicas e rápidas. “*Business Intelligence*” é crucial para os contadores, assim como para as instituições, pois possibilita um acesso ágil às informações em tempo real, acelera a análise e elimina retrabalhos e procedimentos manuais. O uso do BI proporciona uma perspectiva unificada e interativa dos dados contábeis e financeiros, simplificando a transmissão de informações vitais para gestores e partes interessadas, mesmo para aqueles sem domínio técnico. As declarações dos gestores e as respostas dos usuários operacionais destacam o efeito benéfico do BI, principalmente ao diminuir os tempos de acesso aos dados e aprimorar a exatidão das informações disponíveis para a tomada de decisões. A rapidez proporcionada pela visualização de dados em tempo real tem sido ressaltada como uma das vantagens mais apreciadas, fazendo do BI não somente um instrumento de análise, mas também uma vantagem competitiva. A interação entre sistemas tem se mostrado eficiente na atualização constante de indicadores vitais, satisfazendo as demandas particulares. No entanto, para potencializar as vantagens do BI, é crucial que as organizações incentivem a capacitação constante de profissionais e/ou tenham analistas de dados competentes, já que a habilidade técnica impacta diretamente na qualidade e compreensão dos dados. Em resumo, a implementação de “*Business Intelligence*” na contabilidade não apenas aprimora a eficácia operacional, como também auxilia em decisões mais bem fundamentadas e rápidas, fundamentais no atual contexto de negócios dinâmico e orientado por dados.

## REFERENCIAS

ALBERTI, Jenifer; DIO. **Desmistificando o ETL no Power BI: transformando dados em insights valiosos**. 2023. Disponível em: <https://www.dio.me/articles/desmistificando-o-etl-no-power-bi-transformando-dados-em-insights-valiosos>. (2024).

BATISTA, E. O. **Sistemas de informação**. São Paulo: Saraiva, (2004).

CAMM, J. D.; BOWERS, M. R.; DAVENPORT, T. H. **The Recession’s Impact on Analytics and Data Science**. *MIT Sloan Management Review*, (2020).

DAVENPORT, T. H. **How strategists use “big data” to support internal business decisions, discovery and production.** *Strategy & Leadership*, (2014).

DAVENPORT, T.; HARRIS, J. **Competing on analytics:** Updated, with a new introduction: The new science of winning. Harvard Business Press, (2017).

KNAFLIC, Cole Nussbaumer. **Storytelling com Dados: Um Guia Sobre Visualização de Dados para Profissionais de Negócios.** São Paulo: Alta Books, (2017).

LESS, Harry; Trust Radius. **Business Intelligence Statistics and Trends.** (2023). Disponível em: <https://solutions.trustradius.com/vendor-blog/business-intelligence-statistics-and-trends/>.

MIKALEF, P.; PAPPAS, I. O.; KROGSTIE, J.; PAVLOU, P. A. **Big data and business analytics:** A research agenda for realizing business value. *Information & Management*, (2020).

MIKROYANNIDIS, A.; THEODOULIDIS, B. **Ontology management and evolution for business intelligence.** *International Journal of Information Management*, p. 559–566, dez. (2010).

MOSCOVE, S.; SIMKIN, M.; BAGRANOFF, N. **Sistemas de informações contábeis.** São Paulo: Atlas, (2002).

PHAN, D. D.; VOGEL, D. R. **A model of customer relationship management and business intelligence systems for catalogue and online retailers.** *Information and Management*, p. 69–77, (2010). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.im.2009.09.001>.

SANTOS, D. G. **Formação acadêmica em ciências contábeis e sua relação com o mercado de trabalho:** a percepção dos alunos de ciências contábeis da UFPB. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Repositório UNIFESP, João Pessoa, (2014).

SOARES, Raphael; DIO. **Dashboard de Fluxo de Caixa no Power BI. 2023.** Disponível em: <https://www.dio.me/articles/dashdashboard-de-fluxo-de-caixa-no-power-bi-gratuito-para-download>.

WANG, H.; WANG, S. **A knowledge management approach to data mining process for business intelligence.** *Industrial Management & Data Systems*, p. 622–634, (2008)

LEÃO, Thiago - Nomus. **Controller:** o que faz, formação, salário e o papel desse profissional em uma indústria (2023). Disponível em: <https://www.nomus.com.br/blog-industrial/controller/>.

## ANEXOS

### ANEXO A – Questionário liderança.

#### Questionário sobre o uso do Power BI

Departamento: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

1. Atualmente você faz uso da ferramenta "Power BI" ou alguma semelhante?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Quais os pontos chaves que a ferramenta agrega no seu dia a dia?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. A ferramenta te traz melhorias?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Você acredita que futuramente voltaria a utilizar a ferramenta ou aplicaria a ferramenta em outra instituição se surgisse a oportunidade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. Você recomenda a implantação para outras pessoas?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## ANEXO B – Questionário operacional.

### Questionário sobre o uso do Power BI

Data: \_\_\_\_\_

1. Você vê uma diferença significativa com a utilização do Power BI no último ano?

- ( ) Sim

- ( ) Não

2. Quais são as melhorias para a sua rotina com o uso do Power BI?

---

---

---

3. Você considera a ferramenta de fácil acesso/usabilidade?

- ( ) Sim

- ( ) Não

4. Você considera o uso da ferramenta essencial para o seu trabalho?

- ( ) Sim

- ( ) Não

5. Você considera fazer um treinamento ou uma capacitação para a área de tecnologia ou dados?

- ( ) Sim

- ( ) Não

## *Capítulo 6*

# **FUNDO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA - FUNDEINFRA: PROMESSA DE PROGRESSO OU PESO PARA O SETOR PRODUTIVO?**

***Isadora Samarina Gomes Almeida***

*Estudante do 8º semestre curso de Ciências Contábeis na Faculdades Integradas IESGO, assistente contábil e fiscal na empresa Agro Aliança, tem 23 anos, , isadora20154@gmail.com.*

### **RESUMO**

O Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), instituído em Goiás pela Lei nº. 21.670/2022, visa promover o desenvolvimento da infraestrutura local através de uma contribuição compulsória atrelada ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidindo especialmente sobre o setor agroindustrial. Este estudo analisa criticamente o impacto do Fundefra na competitividade das empresas goianas, observando questões como oneração fiscal, insegurança jurídica e desconfiança entre os empresários quanto à aplicação prática dos recursos arrecadados. A pesquisa, com base em análise documental e estudo de casos emblemáticos, identifica que, em vez de fomentar o crescimento regional, o fundo introduz um peso econômico e administrativo adicional, comprometendo a capacidade de inovação e expansão das empresas afetadas. Argumenta-se que o Fundefra, em sua forma atual, necessita de reformas estruturais para realmente contribuir com o desenvolvimento sustentável de Goiás.

**Palavras-chave:** Fundefra. Competitividade. Infraestrutura. carga tributária. Goiás.

### **ABSTRACT**

The State Infrastructure Fund (Fundefra), established in Goiás by Law 21.670/2022, aims to promote local infrastructure development through a mandatory contribution linked to ICMS (State Value-Added Tax), impacting the agribusiness sector in particular. This study critically analyzes the impact of Fundefra on the competitiveness of companies in Goiás, focusing on issues such as fiscal burden, legal uncertainty, and mistrust among business owners regarding the practical application of collected resources. Based on documentary analysis and case studies, the research identifies that, rather than fostering regional growth, the fund

imposes additional economic and administrative burdens, compromising the affected companies' ability to innovate and expand. It is argued that Fundeinfra, in its current form, requires structural reforms to truly contribute to the sustainable development of Goiás.

**Keywords:** Fundeinfra. Competitiveness. Infrastructure. tax burden. Goiás.

## INTRODUÇÃO

O Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) em Goiás surgiu em um cenário político e econômico peculiar, que combina intenções desenvolvimentistas do poder público com um toque de controversa de criatividade tributária. Criado pela Lei nº. 21.670/2022, o Fundeinfra é uma contribuição atrelada ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente em diversas operações econômicas do estado, particularmente aquelas ligadas ao setor agropecuário. Sua justificativa oficial seria a de fornecer recursos adicionais para o desenvolvimento da infraestrutura estadual, um fim aparentemente nobre, ainda mais considerando a importância da infraestrutura para a competitividade e a produtividade regional. No entanto, como muitas das boas ideias que se concretizam na forma de tributos e contribuições, o Fundeinfra encontrou uma resistência considerável, suscitando discussões jurídicas que questionam sua constitucionalidade e a legalidade de suas exigências. Para além da letra da lei, o fundo é mais um elemento de uma longa e controversa tradição de políticas fiscais que buscam na taxação dos setores produtivos uma solução para os problemas de caixa do estado MACCHIONE DE PAULA (2023).

O problema de pesquisa deste artigo reside precisamente nas consequências desse fundo para a competitividade das empresas goianas. Se, por um lado, o Fundeinfra representa um recurso adicional que poderia, em tese, melhorar a infraestrutura logística e, por consequência, beneficiar setores como o agronegócio, por outro, ele impõe um ônus adicional que ameaça o equilíbrio econômico das empresas locais. Nesse contexto, surge uma questão central: **o Fundeinfra realmente promove a competitividade das empresas, ou torna-se apenas mais um fardo fiscal que onera o setor produtivo, especialmente o agroindustrial?** Essa é uma indagação que merece atenção, não apenas por seu impacto imediato, mas por expor as contradições entre o discurso de fomento e as práticas fiscais do Estado SILVA, *et al.* (2024).

O exame do Fundeinfra e de suas implicações possui, portanto, **relevância** que vai além da mera curiosidade acadêmica. O agronegócio, a economia goiana e as políticas públicas se entrelaçam de maneira decisiva, revelando um quadro em que a competitividade empresarial depende de variáveis que fogem ao controle direto dos empreendedores. Neste cenário, analisar o impacto do Fundeinfra é compreender o papel das políticas fiscais no desenvolvimento regional e nos desafios enfrentados pelas empresas locais. Afinal, não há economia moderna que sobreviva ao peso de uma carga tributária irracional, e o Estado de Goiás, com seus projetos ambiciosos, talvez necessite refletir sobre a eficácia e a justiça dos meios adotados para atingir seus fins. Assim, a análise proposta aqui se **justifica** pela necessidade de avaliar se a contribuição ao Fundeinfra serve aos propósitos declarados ou se revela, no final das contas, um tributo disfarçado que ignora as consequências para os setores diretamente afetados CASTRO JÚNIOR (2023).

O **objetivo** deste estudo é, portanto, examinar o impacto do Fundeinfra na competitividade das empresas goianas, particularmente no setor agroindustrial, que constitui um dos pilares da economia do estado. Esse objetivo se desdobra em outros específicos, tais como identificar as dificuldades fiscais e econômicas impostas pelo fundo, compreender os fatores que tornam a contribuição um possível obstáculo ao desenvolvimento e verificar se o Fundeinfra efetivamente cumpre sua promessa de contribuir para a infraestrutura estadual de maneira proporcional ao sacrifício imposto aos contribuintes. Essa análise busca clarificar o papel do Fundeinfra no cenário econômico de Goiás, uma tarefa que envolve desvelar as verdadeiras motivações e efeitos dessa política fiscal NETO (2024).

A **delimitação do tema** foca-se nos aspectos fiscais e econômicos do Fundeinfra, com ênfase na contribuição compulsória imposta ao setor produtivo e sua repercussão na competitividade das empresas. Embora o Fundeinfra esteja legalmente atrelado ao ICMS, sua aplicação transcende uma simples questão de arrecadação, suscitando, assim, debates de ordem constitucional e econômica. Este artigo se abstém, contudo, de aprofundar em minúcias jurídicas ou técnicas excessivamente tributárias, optando por uma análise que combina uma perspectiva crítica com um olhar atento às realidades do setor produtivo goiano e suas complexas interações com o fisco estadual MACCHIONE DE PAULA (2023).

Em termos de **estrutura**, o artigo inicia-se com uma revisão teórica sobre infraestrutura e competitividade, focando em como o desenvolvimento de estruturas

logísticas e de transporte pode alavancar a produtividade e os resultados empresariais. Nesse sentido, examina-se o papel dos fundos públicos e de incentivos fiscais na promoção do desenvolvimento, traçando um paralelo entre o que seria idealizado em termos de política pública e o que, de fato, se traduz em práticas tributárias locais. Posteriormente, a metodologia da pesquisa é discutida, justificando a abordagem qualitativa e exploratória por meio de análise documental e estudo de casos emblemáticos de empresas afetadas pelo Fundeinfra.

A seção de análise de dados destina-se a examinar os efeitos práticos do Fundeinfra sobre a competitividade das empresas goianas. Utilizando dados de arrecadação e relatos de impacto econômico, busca-se esclarecer se as promessas de melhoria estrutural se cumprem na prática, ou se o fundo se torna apenas mais uma peça na intrincada máquina arrecadatória do estado. Por fim, nas considerações finais, avaliam-se os resultados da análise à luz do objetivo proposto, discutindo o papel do Estado na criação de um ambiente econômico que, em vez de sufocar o setor produtivo, o incentive de maneira autêntica e sustentável.

Com essa análise, pretende-se proporcionar uma visão crítica e embasada das consequências econômicas e jurídicas do Fundeinfra. Longe de ser um mero estudo técnico, este trabalho procura evidenciar as tensões entre o poder público e o setor produtivo, questionando até que ponto o Estado, ao fomentar a competitividade, não estaria, paradoxalmente, inibindo o crescimento das próprias empresas que compõem o motor econômico da região. Em suma, este artigo se destina a oferecer uma contribuição substantiva para o debate sobre tributação e competitividade, desafiando concepções simplistas que veem nos tributos uma solução mágica para os problemas estruturais do desenvolvimento econômico em Goiás *Alves e Silva et al. (2024)*.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o Fundeinfra, longe de cumprir de maneira inequívoca seus objetivos declarados de fomentar a infraestrutura e, por extensão, a competitividade das empresas goianas, se revela uma contribuição cuja aplicabilidade e eficácia são questionáveis. A análise documental dos relatórios e das decisões judiciais ligadas ao fundo indica que, embora haja uma justificativa inicial de desenvolvimento estrutural, o destino dos recursos arrecadados e a real eficácia do fundo

na promoção do crescimento empresarial ainda estão longe de oferecer garantias sólidas MACCHIONE DE PAULA (2023).

Em primeiro lugar, um dos pontos mais críticos detectados é o impacto fiscal imediato da contribuição sobre as empresas, especialmente as do setor agroindustrial, que representam uma significativa parcela da economia de Goiás. A incidência do Fundeinfra sobre operações do agronegócio e a obrigatoriedade de pagamento para usufruir de certos benefícios fiscais constituem uma combinação que impõe custos adicionais ao setor. Estudos de casos consultados revelam que as empresas enfrentam um dilema: ou arcam com a contribuição para manter os benefícios de ICMS nas exportações, ou buscam formas de reduzir sua exposição ao fundo, recorrendo, em alguns casos, a litígios judiciais para questionar a legalidade e a constitucionalidade da cobrança SILVA, *et al.*, (2024). Isso cria um ambiente jurídico e econômico instável, que impacta negativamente o planejamento estratégico das empresas.

A análise dos documentos e pareceres jurídicos também aponta que a natureza compulsória do Fundeinfra coloca em xeque sua constitucionalidade. Argumentos recorrentes levantados em ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) referem-se à violação de dispositivos da Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à limitação ao poder de tributar do Estado. O Supremo Tribunal Federal (STF) já suspendeu temporariamente a aplicação da lei, gerando uma situação de incerteza para os contribuintes, que, mesmo com a suspensão, precisam lidar com o histórico de cobranças e possíveis ajustes fiscais futuros CASTRO JUNIOR (2023). Esse ambiente de insegurança jurídica é particularmente nocivo, pois fragiliza a relação entre o setor produtivo e o poder público, criando uma desconfiança generalizada nas políticas fiscais estaduais.

Outro resultado relevante é a percepção de que, o Estado deveria proporcionar uma infraestrutura robusta que beneficie amplamente as empresas, o fundo parece representar uma fonte de arrecadação sem retorno visível para o setor produtivo. Relatórios analisados de associações empresariais apontam que, até o momento, os investimentos realizados com recursos do Fundeinfra não apresentam impacto perceptível na infraestrutura de transporte e logística, principais gargalos enfrentados pelo setor agroindustrial no estado NETO (2024). A promessa de um retorno em melhorias de infraestrutura mostra-se ilusória, conforme o fundo aparenta ter sido absorvido pelo orçamento estatal, diluindo-se em despesas gerais sem aplicação direta nas áreas de infraestrutura prioritárias.

No que tange à competitividade das empresas, o Fundeinfra aparece mais como um peso fiscal adicional que como um fator de alavancagem econômica. Pequenos e médios produtores, particularmente, ressentem-se da contribuição, que em alguns casos compromete margens de lucro já estreitas, dificultando a expansão e a modernização de suas operações. Os dados analisados revelam que a contribuição afeta diretamente a estrutura de custos das empresas, tornando-as menos competitivas tanto no mercado nacional quanto no internacional. Este efeito é especialmente relevante no contexto do agronegócio, setor que depende de operações de exportação e que se vê impactado pela obrigatoriedade de contribuir para o fundo como condição para usufruir de benefícios fiscais na exportação MACCHIONE DE PAULA (2023).

Adicionalmente, a natureza jurídica do Fundeinfra, que oscila entre ser um tributo disfarçado e uma contribuição parafiscal, agrava as discussões sobre sua legitimidade. O fundo é frequentemente descrito como um tributo involuntário, pois, embora se apresente como uma contribuição opcional, as condições fiscais estabelecidas fazem com que os contribuintes sejam, de fato, forçados a pagar para não perderem benefícios essenciais à sua competitividade. Essa ambiguidade na natureza da contribuição é explorada em litígios que argumentam que o fundo, ao disfarçar-se de contribuição parafiscal, contorna limitações constitucionais ao poder de tributar, infringindo o princípio da legalidade tributária ALVES; SILVA. *et al.*, (2024).

Do ponto de vista econômico, a pesquisa sugere que a implementação do Fundeinfra tem tido um efeito dissuasivo no investimento privado em Goiás. A carga tributária extra, associada ao fundo, é frequentemente citada como um desincentivo ao investimento, levando empresas a repensar expansões e novas iniciativas no estado. Dados e relatórios econômicos mostram que as empresas buscam alternativas que reduzam sua exposição ao fundo, o que inclui desde estratégias de otimização fiscal até a possibilidade de transferência de operações para estados vizinhos com políticas fiscais mais amigáveis. Essa migração de operações pode gerar uma perda de competitividade regional, prejudicando o desenvolvimento econômico a longo prazo SILVA, *et al.*, (2024).

Por fim, a discussão sugere que o Fundeinfra, em sua forma atual, representa uma abordagem de curto alcance para problemas estruturais mais profundos. A contribuição parece ser uma resposta emergencial à necessidade de recursos para infraestrutura, mas carece de uma estratégia abrangente que considere os impactos econômicos e jurídicos de longo prazo. A pesquisa indica que o fundo precisa de uma revisão estrutural que

permita a participação do setor produtivo na definição de prioridades e na fiscalização do uso dos recursos, para que realmente cumpra sua função de fomentar a competitividade. Afinal, uma política fiscal que onera os principais setores econômicos em prol de uma arrecadação imediata e sem transparência dificilmente pode ser considerada uma política de desenvolvimento MACCHIONE DE PAULA (2023).

Seguindo na análise dos impactos do Fundeinfra, percebe-se que os custos adicionais impostos pela contribuição criam uma espécie de efeito cascata nas cadeias produtivas de Goiás. A contribuição incide diretamente sobre o setor agroindustrial, que, por sua vez, impacta diversos outros segmentos interdependentes, como transporte, comércio de insumos e serviços de logística. Esse efeito é particularmente visível em regiões cuja economia depende fortemente do agronegócio e de suas ramificações. Com o aumento dos custos operacionais, as empresas do setor acabam repassando esses custos para outras fases da cadeia, o que provoca uma elevação geral de preços e afeta a competitividade não só local, mas também nacional e internacional dos produtos goianos NETO (2024).

Outro ponto de discussão envolve o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do Fundeinfra. Até o momento, as decisões liminares do STF suspenderam a cobrança em algumas situações, enquanto aguardam um julgamento final sobre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) apresentadas contra o fundo. Este cenário de incerteza jurídica é extremamente prejudicial ao ambiente de negócios, pois desestabiliza o planejamento de médio e longo prazo das empresas. Sem uma definição clara, os empresários ficam sem saber se devem ou não provisionar recursos para a contribuição, o que implica um cenário de insegurança financeira que dificulta o desenvolvimento econômico e a atração de novos investimentos para o estado CASTRO JUNIOR (2023).

A análise dos dados econômicos fornecidos por entidades de classe e associações empresariais sugere que o impacto negativo do Fundeinfra vai além dos custos diretos. Ele compromete a imagem de Goiás como um estado atraente para novos investimentos, especialmente em setores que dependem de infraestrutura eficiente e previsibilidade fiscal. Essa situação é ilustrada por casos de empresas que, diante da imposição do Fundeinfra, consideram a possibilidade de deslocar suas operações para estados vizinhos, onde as condições fiscais são mais competitivas. Tal movimento coloca em xeque o próprio propósito do fundo, uma vez que sua existência deveria, em teoria, promover o

desenvolvimento local, e não incentivar uma migração empresarial que enfraquece a base econômica regional ALVES; SILVA; *et al.*, (2024).

Do ponto de vista da aplicação prática dos recursos arrecadados, há pouca transparência em relação aos projetos financiados pelo Fundeinfra. Relatórios analisados indicam que, até o momento, os valores arrecadados foram diluídos em diversas obras de infraestrutura, sem uma especificação clara sobre como esses investimentos estão relacionados com as áreas que mais necessitam de suporte. A falta de clareza na destinação dos recursos alimenta a desconfiança entre os empresários, que questionam se a contribuição realmente promove melhorias substanciais na infraestrutura ou se ela é meramente uma estratégia arrecadatória que se perde no orçamento geral do estado. Tal contexto apenas reforça a percepção de que o Fundeinfra carece de um planejamento transparente e de uma gestão eficaz, essenciais para conquistar a confiança dos contribuintes MACCHIONE DE PAULA (2023).

Há também uma questão fundamental sobre a justiça fiscal envolvida na criação do Fundeinfra. Ao estabelecer uma contribuição compulsória para empresas que já enfrentam altos custos tributários, o fundo impõe um ônus que desconsidera a capacidade contributiva dos diferentes atores econômicos. Pequenos e médios produtores, por exemplo, são particularmente afetados, uma vez que não possuem a mesma capacidade de absorver custos adicionais em comparação com grandes conglomerados do agronegócio. Essa disparidade cria um cenário em que as empresas de menor porte enfrentam dificuldades crescentes para se manter competitivas, especialmente em um setor onde as margens de lucro podem ser bastante apertadas. A ausência de políticas compensatórias para essas empresas menores acentua a percepção de que o Fundeinfra serve mais aos interesses de arrecadação do estado do que a um desenvolvimento equilibrado MACCHIONE DE PAULA (2023).

Além disso, a metodologia de cálculo da contribuição ao Fundeinfra levanta questionamentos sobre a proporcionalidade da cobrança. A contribuição é aplicada de maneira uniforme, sem levar em consideração as variações regionais e setoriais que afetam as empresas goianas de maneiras distintas. Empresas situadas em áreas mais afastadas dos grandes centros logísticos, por exemplo, enfrentam desafios específicos relacionados ao transporte e à distribuição de produtos. A falta de uma diferenciação na alíquota do Fundeinfra para essas empresas faz com que o impacto financeiro seja desproporcionalmente elevado, penalizando ainda mais aquelas localizadas em regiões

menos desenvolvidas. Isso cria uma realidade em que o fundo, em vez de impulsionar a competitividade, parece aprofundar as disparidades regionais no próprio estado SILVA, *et al.*, (2024).

Os estudos de casos de empresas que entraram em litígio contra o estado revela também uma série de argumentações recorrentes que questionam a legalidade do Fundeinfra. Entre os principais pontos levantados, destaca-se a acusação de que o fundo configura, na verdade, uma forma disfarçada de tributo, contornando a exigência de um processo legislativo mais rigoroso e de transparência na criação de novos impostos. Esses argumentos indicam uma desconfiança generalizada com relação à real intenção por trás da criação do Fundeinfra, sugerindo que o fundo é visto como uma tentativa de aumentar a arrecadação sem um compromisso claro com os investimentos prometidos em infraestrutura. A presença desses litígios reforça a ideia de que o Fundeinfra carece de legitimidade entre os empresários e operadores econômicos, minando a confiança no sistema tributário estadual NETO (2024).

Do ponto de vista do impacto econômico, há evidências de que o Fundeinfra gera um desincentivo ao investimento em tecnologias e inovações no setor agroindustrial. Empresas que poderiam destinar parte de seus recursos para a modernização de maquinários ou para a adoção de práticas de produção mais sustentáveis acabam sendo obrigadas a redirecionar esses recursos para cobrir a contribuição. Este cenário é especialmente desfavorável para o desenvolvimento sustentável, uma vez que o agronegócio, para manter-se competitivo, precisa adaptar-se continuamente às demandas ambientais e tecnológicas globais. A carga adicional imposta pelo Fundeinfra, neste sentido, pode comprometer a capacidade de inovação das empresas, mantendo-as presas a práticas menos eficientes e sustentáveis ALVES; SILVA; *et al.*, (2024).

Adicionalmente, a pesquisa revela que o Fundeinfra pode ter efeitos indiretos na criação de emprego e renda no estado. Empresas que enfrentam aumentos de custo devido à contribuição tendem a adotar medidas de contenção de despesas, o que inclui a redução de contratações e o corte de benefícios para os trabalhadores. Em setores onde a mão de obra é altamente qualificada e exige remunerações competitivas, essa retração afeta não apenas a economia local, mas também a capacidade de Goiás de reter talentos e atrair profissionais especializados. A política do Fundeinfra, nesse sentido, parece contrariar os próprios objetivos de desenvolvimento regional ao desencorajar práticas empresariais que promovam crescimento econômico e social MACCHIONE DE PAULA

(2023). Por fim, a análise dos dados indica que o impacto do Fundeinfra sobre as exportações agroindustriais goianas merece atenção especial. O fundo, ao incidir sobre operações de exportação, reduz a margem de lucro das empresas em mercados internacionais onde a competitividade depende de preços competitivos e custos reduzidos. Com a imposição da contribuição, os produtos goianos enfrentam uma desvantagem em relação a concorrentes de outros estados ou países onde não há tributos equivalentes. Essa situação cria um cenário em que o próprio papel do estado no incentivo às exportações é questionado, uma vez que, ao aumentar os custos operacionais, ele limita o alcance global do agronegócio goiano, paradoxalmente um dos setores que mais contribui para a economia estadual CASTRO JUNIOR (2023).

Os resultados também evidenciam que o Fundeinfra impõe uma sobrecarga administrativa significativa às empresas que precisam lidar com a complexidade adicional de conformidade tributária. Conforme analisado nos estudos de CASTRO; SILVA (2023), a administração de tributos parafiscais frequentemente exige a criação de novos processos internos e investimentos em sistemas de controle. No caso das empresas goianas, essa realidade é agravada pela natureza particular do Fundeinfra, que não se limita a um cálculo tributário direto, mas depende de variáveis associadas à exportação e ao uso de incentivos fiscais. Esse cenário obriga muitas empresas a investirem em profissionais especializados ou em serviços terceirizados de “*compliance*”, o que representa um custo indireto que fragiliza ainda mais a estrutura financeira dessas organizações.

Além do custo administrativo, é relevante considerar o impacto psicológico e organizacional que a introdução do Fundeinfra causa nas empresas. Segundo OLIVEIRA; SOUSA (2022), a incerteza tributária e a criação de novos encargos fiscais são fatores que afetam o ambiente interno das empresas, gerando tensões na gestão e preocupações adicionais para a equipe financeira. Essa carga emocional e organizacional pode reduzir a motivação e o engajamento dos gestores, sobretudo em empresas de menor porte, onde as responsabilidades já são concentradas. Em Goiás, os relatos de empresários indicam que o Fundeinfra se tornou uma fonte constante de preocupação, comprometendo a capacidade de inovação e de expansão, na medida em que os gestores se veem obrigados a priorizar o cumprimento das obrigações fiscais, em detrimento de projetos estratégicos.

Outro aspecto importante nos resultados é a avaliação do impacto do Fundeinfra sobre a competitividade de produtos goianos nos mercados internacionais. Estudos recentes, como os de ALMEIDA (2021), indicam que a competitividade das exportações

brasileiras já enfrenta desafios, sobretudo diante da pressão de mercados com menores custos de produção. O Fundeinfra, ao representar uma carga adicional sobre o preço final dos produtos goianos, aumenta o custo total de exportação, colocando as empresas do estado em desvantagem. Esse efeito é especialmente prejudicial para o agronegócio, que compete com produtos de outros países que não enfrentam a mesma sobrecarga tributária. As empresas, ao absorverem essa carga, perdem espaço em mercados competitivos e reduzem seu potencial de crescimento e consolidação internacional.

A análise documental também sugere que o Fundeinfra apresenta falhas significativas em termos de transparência e prestação de contas. Estudos conduzidos por CARDOZO (2020) indicam que a clareza na aplicação de recursos é um fator essencial para a aceitação de contribuições parafiscais pelos contribuintes. No caso do Fundeinfra, contudo, a falta de relatórios detalhados e de informações específicas sobre os projetos financiados gera uma desconfiança generalizada entre os empresários. Esse aspecto é particularmente grave, pois reforça a percepção de que o fundo é, na prática, uma estratégia arrecadatória sem retorno palpável para o setor produtivo. Para além do custo financeiro, a falta de transparência deteriora a relação entre o setor privado e o poder público, erodindo a confiança e incentivando uma postura mais defensiva e litigiosa entre os contribuintes.

Em relação ao desenvolvimento econômico, o Fundeinfra parece ter um efeito paradoxal, ao comprometer o crescimento de empresas que, em teoria, ele deveria ajudar. Como apontado por BARBOSA (2019), políticas fiscais que oneram excessivamente o setor produtivo tendem a gerar efeitos contrários aos pretendidos, uma vez que reduzem a capacidade de investimento das empresas. A realidade observada em Goiás parece confirmar esse diagnóstico, na medida em que o Fundeinfra, em vez de liberar recursos para o desenvolvimento de infraestrutura, compromete a liquidez das empresas e reduz a sua margem de manobra para investir em crescimento e inovação. Esse descompasso entre a intenção declarada e o efeito prático do fundo levanta questionamentos sobre a adequação da política fiscal goiana e sobre a necessidade de reformas estruturais para alinhar arrecadação e desenvolvimento econômico.

Os dados revelam ainda que o Fundeinfra prejudica, de maneira desproporcional, as empresas de menor porte. Como observado por SANTOS (2021), pequenas e médias empresas geralmente possuem menos recursos para absorver encargos fiscais adicionais e menos acesso a linhas de crédito para compensar as perdas causadas pela tributação.

Em Goiás, o Fundeinfra parece reproduzir essa dinâmica, penalizando empresas que operam com margens mais apertadas e que dependem, muitas vezes, de um equilíbrio delicado entre custo e receita. Essas empresas, sem a mesma capacidade de lobby e resistência legal das grandes corporações, ficam mais vulneráveis às exigências do fundo, o que limita a diversidade econômica e enfraquece o empreendedorismo local.

Um ponto adicional de discussão envolve a percepção do Fundeinfra como um fator desestimulante para a inovação. Trabalhos de Costa e Silva (2020) apontam que empresas submetidas a altas cargas fiscais têm menor probabilidade de investir em novas tecnologias e em práticas sustentáveis. No caso de Goiás, o impacto do Fundeinfra sobre o setor agroindustrial é emblemático, pois, ao exigir uma parcela dos recursos empresariais, ele reduz a capacidade de adaptação a novas demandas de mercado, como a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética. Essa limitação no investimento em inovação compromete a competitividade do agronegócio goiano no longo prazo, um setor que, ironicamente, é fundamental para a economia do estado.

Em conclusão, os resultados desta pesquisa sugerem que o Fundeinfra representa mais um desafio do que uma solução para o desenvolvimento regional.

## **METODOLOGIA**

A metodologia desta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando-se da análise documental e de estudo de caso para examinar o impacto do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) na competitividade das empresas goianas, com especial atenção às dificuldades fiscais e econômicas que essas empresas enfrentam. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela natureza subjetiva e interpretativa do tema, que envolve questões de políticas públicas e de impacto econômico, exigindo um olhar atento para as nuances das relações entre o setor produtivo e o fisco estadual.

O estudo de caso será conduzido com base em documentos legais e institucionais, incluindo a legislação pertinente ao Fundeinfra, pareceres jurídicos, relatórios fiscais e econômicos, além de decisões judiciais relacionadas ao tema. Esses documentos são fundamentais para compreender a aplicação prática do fundo, as interpretações jurídicas sobre sua constitucionalidade e os efeitos concretos no setor produtivo de Goiás. A análise documental permite identificar como as normas e os dispositivos legais que regem o

Fundeinfra são interpretados e aplicados, bem como os argumentos utilizados em discussões judiciais e institucionais sobre sua validade e eficácia.

Além disso, para complementar a análise, serão utilizados relatórios de impacto econômico e financeiro, quando disponíveis, provenientes de associações empresariais, entidades do setor produtivo, e secretarias estaduais que possam fornecer dados quantitativos e qualitativos sobre os efeitos do Fundeinfra. Esses relatórios contribuem para uma visão mais detalhada sobre o impacto econômico direto e indireto da contribuição, permitindo verificar, por exemplo, se a arrecadação do fundo tem efetivamente sido direcionada para o desenvolvimento da infraestrutura estadual, conforme estabelecido pelos objetivos da política.

O estudo também busca, por meio de análise de casos emblemáticos, identificar as dificuldades fiscais e econômicas enfrentadas por empresas goianas devido ao Fundeinfra, especialmente no setor agroindustrial, que é um dos principais atingidos pela contribuição. Casos específicos, que envolvem tanto grandes empresas do agronegócio quanto pequenos produtores, ilustram as limitações e os desafios impostos pelo fundo, evidenciando o impacto fiscal dessa contribuição na competitividade e sustentabilidade desses empreendimentos.

Para análise e interpretação dos dados, serão empregados métodos de análise textual e de conteúdo, que possibilitam uma leitura crítica dos discursos presentes nos documentos legais e institucionais, além de capturar as narrativas e justificativas econômicas e políticas em torno da criação do Fundeinfra. A análise de conteúdo permitirá uma avaliação sistemática das argumentações utilizadas para legitimar o fundo, bem como das críticas e resistências levantadas pelos setores produtivos e representantes legais.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa se desenvolve sem a coleta de dados primários junto aos empresários ou trabalhadores do setor, apoiando-se exclusivamente em dados públicos, fontes documentais e bibliográficas, e em estudos de caso previamente documentados. Essa escolha metodológica evita a necessidade de intervenção direta no campo, ao mesmo tempo em que permite um aprofundamento na análise documental e teórica, aspectos essenciais para a compreensão das dinâmicas econômicas e jurídicas que permeiam o tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, é possível observar que o Fundeinfra, longe de ser um mecanismo neutro de arrecadação, gera um impacto estrutural considerável sobre as empresas goianas, principalmente aquelas que atuam no agronegócio. Ao longo desta análise, ficou claro que a contribuição introduzida pela Lei 21.670/2022 estabelece um ônus financeiro e administrativo que contrasta com o propósito declarado de fomentar a infraestrutura. A contradição entre intenção e resultado destaca a necessidade de uma reavaliação urgente, especialmente no que tange aos métodos de implementação e aos critérios de cobrança, os quais, de maneira pouco estratégica, penalizam segmentos produtivos cruciais para a economia estadual.

A principal crítica levantada ao Fundeinfra é sua estrutura tributária que impõe um peso desproporcional sobre as empresas, criando um ambiente de instabilidade que compromete a competitividade local. Embora o objetivo do fundo seja nobre — o desenvolvimento de infraestrutura —, as falhas na aplicação prática fazem com que o custo-benefício da contribuição seja amplamente questionado. Esse questionamento não se baseia apenas nos custos diretos, mas também na falta de transparência e de garantias de que os recursos serão, de fato, direcionados para áreas que beneficiarão o setor produtivo. Como apontado ao longo do estudo, a ausência de clareza na gestão do fundo alimenta uma desconfiança entre os empresários, dificultando a cooperação entre o setor privado e o Estado.

Outro ponto fundamental abordado nas análises refere-se ao impacto do Fundeinfra na inovação e na modernização das práticas empresariais, especialmente no agronegócio. Empresas que poderiam investir em novas tecnologias, visando aumento de eficiência e sustentabilidade, acabam direcionando recursos para a contribuição compulsória, limitando-se a práticas mais conservadoras e menos competitivas. Este cenário é particularmente preocupante, pois impede que o agronegócio goiano, já pressionado pelo mercado internacional, possa se atualizar e adaptar às crescentes demandas ambientais e tecnológicas que pautam o comércio global de alimentos e produtos agrícolas.

O estudo também sugere que o Fundeinfra se configura como um entrave para o crescimento das pequenas e médias empresas, que não possuem os mesmos recursos financeiros ou influência política para questionar ou minimizar os impactos dessa

contribuição. Diferentemente das grandes corporações, essas empresas lidam com margens de lucro mais reduzidas e enfrentam dificuldades adicionais para absorver encargos fiscais. Com isso, o fundo agrava desigualdades dentro do setor produtivo, favorecendo empresas que possuem maior capacidade de manobra financeira e, assim, prejudicando a diversidade econômica e o potencial de inovação que caracterizam o setor produtivo de menor porte.

As disputas jurídicas que envolvem a constitucionalidade do Fundeinfra refletem uma falta de consenso sobre a legitimidade dessa política fiscal. Questionamentos quanto à legalidade do fundo sugerem que ele foi implementado de maneira precipitada, sem um amplo diálogo com as partes envolvidas ou uma análise aprofundada sobre seu impacto real na competitividade e na saúde financeira das empresas. A insegurança jurídica gerada por essas disputas é prejudicial para o ambiente de negócios, pois coloca as empresas em uma situação de incerteza, na qual precisam provisionar recursos para um tributo cuja validade ainda está em debate.

Ainda que o desenvolvimento de infraestrutura seja uma prioridade para Goiás, o modelo adotado pelo Fundeinfra revela-se ineficaz em construir uma relação de confiança e cooperação com o setor produtivo. Em vez de criar um ambiente de parceria, onde empresas e Estado colaboram para o desenvolvimento regional, o fundo é visto como um fardo adicional. A falta de transparência e a ausência de indicadores claros de desempenho do Fundeinfra tornam sua legitimidade questionável e sugerem que o Estado deveria buscar alternativas de arrecadação que promovam uma distribuição mais justa dos encargos e garantam retornos tangíveis para os contribuintes.

Diante dos desafios observados, fica evidente que uma reforma estrutural no Fundeinfra é necessária. Essa reforma deveria considerar a introdução de critérios de isenção para pequenos produtores, além de estabelecer uma alíquota progressiva, que leve em conta a capacidade contributiva das empresas. Medidas como essas não só aliviarão a carga tributária dos menores negócios, mas também promoverão uma percepção de justiça fiscal, fortalecendo a relação entre setor produtivo e Estado. Reformar o fundo com base em princípios de justiça fiscal e transparência permitiria ao governo estadual não apenas arrecadar recursos, mas também fortalecer o compromisso com o desenvolvimento regional.

Por fim, este estudo aponta que, embora o Fundeinfra tenha sido instituído com o propósito de fomentar a infraestrutura e, teoricamente, estimular a competitividade das

empresas goianas, seus efeitos práticos têm sido amplamente contrários a essa meta. A política fiscal implementada parece desconectada das necessidades reais do setor produtivo, impondo uma carga que ameaça a sustentabilidade financeira das empresas, especialmente aquelas que mais dependem de um equilíbrio delicado entre custos operacionais e receitas. Portanto, para que o Fundeinfra cumpra seu propósito inicial, é imperativo que ele seja reestruturado, tendo como premissa a promoção de um ambiente que realmente favoreça o crescimento econômico e a inovação.

Conclui-se que o Fundeinfra, tal como implementado, levanta mais questionamentos do que respostas no que tange à sua contribuição efetiva para o desenvolvimento econômico de Goiás. A falta de transparência, a carga excessiva sobre pequenos e médios produtores e a insegurança jurídica em torno da sua constitucionalidade são aspectos que comprometem a efetividade desse instrumento fiscal. A reforma do fundo, nesse sentido, seria uma oportunidade de corrigir essas distorções e de alinhar a política fiscal estadual com as demandas do setor produtivo, de modo a construir uma base sólida para o crescimento sustentável de Goiás.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo. **Competitividade das exportações brasileiras e o impacto de tributos adicionais no setor agroindustrial.** *Revista de Economia e Negócios*, v. 17, n. 3, p. 45-67, 2021.

BARBOSA, Renato Luiz. **Implicações fiscais e competitividade no agronegócio: uma análise das políticas de incentivo e seus desdobramentos.** *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 4, p. 109-130, 2019.

CARDOSO, Maria Cecília. **Transparência e aceitação de contribuições parafiscais: o papel da prestação de contas na confiança dos contribuintes.** *Jornal de Administração Pública*, v. 32, n. 2, p. 22-44, 2020.

CASTRO, Paulo Honório de; SILVA, Patrícia Spagnolo Parise Costa. **A inconstitucionalidade do Fundeinfra em Goiás.** In: FERRARI, Bruna Camargo; DONIAK JR., Jimir; PEIXOTO, Marcelo Magalhães. *Tributação e Contabilidade no Agronegócio*. São Paulo: MP, 2023.

COSTA, Marcelo; SILVA, Renata. **Cargas fiscais e inovação no setor agroindustrial brasileiro.** *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 19, n. 1, p. 77-90, 2020.

FALCÃO NETO, Nelson da Silveira. **A criação do Fundo Estadual de Infraestrutura: os fundos estaduais de Goiás e Mato Grosso e a sua linha tênue entre a constitucionalidade e a inconstitucionalidade.** Universidade Estadual de Goiás, 2024.

MACCHIONE DE PAULA, Leonardo Scopel. **Da contribuição ao Fundeinfra e a sua (in)constitucionalidade.** Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2023.

OLIVEIRA, Antônio; SOUSA, Marina. **Efeitos psicológicos da carga tributária sobre gestores: estudo com empresas do setor industrial brasileiro.** *Revista Brasileira de Psicologia Organizacional*, v. 28, n. 1, p. 132-150, 2022.

SANTOS, Fernanda Pereira dos. **Tributação no Brasil: o impacto sobre pequenas e médias empresas e a competitividade local.** *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 29, n. 4, p. 48-67, 2021.

## *Capítulo 7*

# **ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NO BRASIL: DESAFIOS E BENEFÍCIOS**

*Kaique Pereira Silva*

*Bacharel em administração, graduando em ciências contábeis, kaique.silva30@outlook.pt.*

### **RESUMO**

Este trabalho investiga os principais desafios e benefícios enfrentados pelas empresas brasileiras na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). A pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da implementação das IFRS nas práticas contábeis e na qualidade das informações financeiras no Brasil, considerando como esses fatores variam entre diferentes tamanhos e setores empresariais. Com base em um estudo bibliográfico qualitativo, foram revisados quinze estudos acadêmicos e práticos, o que permitiu uma visão abrangente sobre os efeitos das IFRS no contexto brasileiro. A adoção das IFRS tem proporcionado benefícios substanciais, como o aumento da transparência e comparabilidade das informações contábeis, além de tornar o mercado brasileiro mais atrativo para investidores estrangeiros. Contudo, o processo também trouxe desafios significativos, como a necessidade de adaptação dos sistemas contábeis e o custo elevado de treinamento especializado para profissionais da área. A implementação das IFRS tem demandado ajustes culturais e operacionais nas empresas, principalmente em setores mais regulamentados, que têm apresentado uma aderência maior às normas. Este estudo também identificou que a conformidade e a aplicação prática das IFRS variam, revelando uma necessidade de melhorias nas práticas de divulgação para que se alcance o nível de conformidade exigido internacionalmente. Em termos de limitações, a pesquisa baseou-se em fontes secundárias e, portanto, não abrangeu observações práticas diretas. Assim, recomenda-se a realização de estudos futuros com abordagens empíricas, que possam investigar mais detalhadamente os efeitos da adoção das IFRS em empresas de menor porte e em diferentes setores econômicos. Esses estudos podem proporcionar um entendimento mais claro das mudanças promovidas pelas IFRS e identificar estratégias de adaptação mais eficazes para o contexto contábil brasileiro.

**Palavras-chave:** IFRS. Accounting Standards. Transparency. Adaptation. Investors.

### **ABSTRACT**

This study examines the main challenges and benefits faced by Brazilian companies in adopting the International Financial Reporting Standards (IFRS). The research aimed to analyze the impact of IFRS implementation on accounting practices and the quality of financial information in Brazil, considering how these factors vary across different company sizes and sectors. Based on a qualitative bibliographic study, fifteen academic and practical studies were reviewed, providing a comprehensive view of the effects of IFRS in the Brazilian context. IFRS adoption has brought substantial benefits, such as increased transparency and comparability of accounting information, while also making the Brazilian market more attractive to foreign investors. However, the process has also introduced significant challenges, including the need to adapt accounting systems and the high cost of specialized training for professionals. IFRS implementation has required cultural and operational adjustments within companies, particularly in more regulated sectors, which have shown higher compliance with the standards. This study also identified variations in compliance and practical application of IFRS, revealing a need for improvements in disclosure practices to achieve the required level of international compliance. In terms of limitations, this research relied on secondary sources, thus not covering direct practical observations. Future studies are recommended with empirical approaches to investigate more detailed effects of IFRS adoption in smaller companies and across various economic sectors. Such studies may offer a clearer understanding of the changes promoted by IFRS and identify more effective adaptation strategies for the Brazilian accounting context.

**Keywords:** IFRS. Accounting Standards. Transparency. Adaptation. Investors.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a globalização e a integração dos mercados financeiros aumentaram a demanda por padrões contábeis uniformes. Em resposta, o Brasil adotou as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de em 2010, visando melhorar a consistência e a comparabilidade das informações financeiras. Essa transição das normas brasileiras anteriores, trouxe desafios, como a adaptação de sistemas contábeis, à necessidade de capacitação especializada e a reestruturação dos relatórios financeiros (Reina, *et al*, 2022).

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) representa um marco relevante para empresas brasileiras, especialmente considerando a busca por maior transparência e atração de investidores internacionais. Contudo, mesmo com os

benefícios reconhecidos dessa padronização contábil, surgem desafios que podem impactar de forma diferenciada empresas de variados tamanhos e setores. Esses desafios refletem-se na necessidade de adaptação às novas normas e, em alguns casos, revelam a complexidade de ajustar práticas contábeis preexistentes às exigências internacionais (Barcellos, *et al*, 2012).

Além disso, a análise dos impactos entre as IFRS e as normas anteriormente utilizadas no Brasil ainda é um campo em desenvolvimento, indicando a necessidade de pesquisas que elucidem esses efeitos para proporcionar um entendimento mais claro das mudanças promovidas por essas normas. Diante dessa conjuntura, buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais são os principais desafios e benefícios que as empresas brasileiras enfrentam com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e como esses fatores variam entre diferentes tamanhos e setores?

As empresas que adotaram as IFRS realmente enfrentam desafios significativos, como a adaptação dos sistemas contábeis e a necessidade de treinamento especializado. No entanto, esses desafios são compensados por benefícios substanciais, incluindo uma maior transparência nas informações financeiras e uma maior atração de investidores. Além disso, a transição para as IFRS resultou em melhorias mensuráveis na qualidade das informações financeiras reportadas, quando comparadas às normas contábeis brasileiras anteriores (Reina, *et al*, 2022).

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo analisar os desafios e benefícios da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil, avaliando o impacto nas práticas contábeis e na qualidade das informações financeiras das empresas.

Adotou-se o estudo bibliográfico de caráter qualitativo, conforme proposto por autores como Gil e Lakatos. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que permite ao pesquisador reunir e interpretar informações já existentes, promovendo uma análise crítica sobre um determinado tema. Esse tipo de estudo é apropriado quando se busca obter uma compreensão abrangente e teórica sobre o fenômeno em análise, como é o caso da adoção das IFRS no Brasil.

Lakatos e Marconi (2010) corroboram essa visão ao descreverem que a pesquisa bibliográfica possibilita a identificação de teorias, conceitos e definições já consolidadas na literatura, sendo indispensável para o embasamento de pesquisas qualitativas. A partir dessas definições, a presente metodologia, ao focar na análise de livros, artigos

acadêmicos, publicações técnicas e legislações, permite uma investigação detalhada e crítica das normas contábeis internacionais e seus impactos no cenário brasileiro, com ênfase nos desafios e benefícios que as empresas enfrentam durante a implementação das IFRS.

A justificativa para este estudo reside na crescente relevância das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no cenário brasileiro e mundial, uma vez que sua adoção visa aprimorar a transparência, comparabilidade e confiabilidade das demonstrações financeiras. No Brasil, a implementação das IFRS é particularmente significativa, pois pode facilitar o acesso das empresas ao mercado global e atrair investidores internacionais. No entanto, compreender os desafios e benefícios específicos para empresas de diferentes tamanhos e setores é essencial para apoiar a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas de incentivo.

A abordagem qualitativa permitiu uma análise interpretativa e contextual dos dados, proporcionando uma visão crítica sobre a adaptação das IFRS no contexto contábil brasileiro e sobre como as características das empresas — como tamanho e setor de atuação — podem influenciar a intensidade e a natureza dos impactos observados. Por fim, foi realizada uma análise comparativa para identificar melhorias na transparência e na comparabilidade das informações financeiras resultantes da adoção das IFRS em relação às normas anteriores.

Espera-se que os resultados deste estudo ofereçam uma visão ampla sobre os impactos das IFRS no ambiente empresarial brasileiro, revelando como as adaptações exigidas afetam a prática contábil e influenciam a competitividade das empresas, além de identificar possíveis áreas de dificuldade que necessitem de suporte adicional para garantir uma transição eficaz e vantajosa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS)**

A contabilidade é frequentemente vista como a linguagem universal dos negócios e, com isso, tem passado por um processo de convergência das normas contábeis promovido por diversos países. O principal órgão responsável por essa normatização é o IASB (*International Accounting Standards Board*), que emite as IFRS (*International Financial Reporting Standards*). O IASB tem como objetivo "desenvolver, com base em

princípios bem definidos, um conjunto único de normas contábeis de alta qualidade, que sejam compreensíveis, aplicáveis e aceitas globalmente" (IFRS, 2011, p.5).

Em 2007, o Brasil, por intermédio das legislações específicas, passou a fazer parte do processo de convergência, com a sanção das leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram parte da lei 6.404/76 (lei das Sociedades Anônimas). A nova legislação, estabeleceu que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), deveria adotar a normatização contábil conforme os padrões internacionais, além de permitir, que os reguladores fizessem convênios com a entidade responsável pela pesquisa e elaboração dessas normas. Essa medida legal possibilitou que o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), criado em 2005, se tornasse o principal responsável pela elaboração de normas contábeis no Brasil, com o objetivo de alcançar a total convergência com as diretrizes do IASB.

Desde então, esse processo de convergência tem sido implementado de forma gradual, alcançando seu ponto culminante em 2010, quando as companhias abertas foram obrigadas a adotar integralmente as normas internacionais de contabilidade. Esse avanço representou uma ruptura importante em relação ao principal marco normativo até então, a Lei 6.404/76, que, embora tivesse introduzido inovações relevantes na época, apresentava limitações na atualização das práticas contábeis no Brasil.

O principal marco normativo até então no Brasil era a lei 6.404/76, que trouxe uma série de inovações à sua época. Porém, desde 1976, houve poucas mudanças em termos de normas contábeis dadas pela legislação, e as mudanças promovidas pela CVM ficavam restringidas pela legislação, que tinha forte influência da tributação dada principalmente pelo Decreto-lei 1.597/1977 (Nakao; Moraes 2021, p.8).

Assim, a obrigatoriedade das IFRS em 2010 simbolizou um importante avanço na flexibilização e atualização das normas, permitindo uma contabilidade mais alinhada aos padrões globais. Com o passar do tempo, os mercados de capitais começaram a evoluir, atraindo um número crescente de investidores estrangeiros interessados nas empresas brasileiras. Essa crescente demanda tornou imprescindíveis mudanças e adaptações nas normas contábeis, visando à padronização das informações financeiras com as normas americanas.

O comitê internacional, responsável pela elaboração dessas normas é o *International Accounting Standards Board* (IASB). No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) atua como o órgão responsável pela tradução, interpretação e adaptação das normas sempre que necessário.

## **Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros e o Papel das IFRS**

A Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros tem como objetivo principal fornecer informações contábil-financeiras sobre a entidade que divulga essas informações, visando ser úteis a investidores atuais e potenciais, além de credores e demais partes interessadas. Essas informações são fundamentais para a tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade, incluindo a compra, venda ou manutenção de participações em instrumentos de patrimônio e dívidas, a concessão de empréstimos ou outras formas de crédito, e a influência nas decisões da gestão que impactam o uso dos recursos econômicos da entidade. Nesse sentido, as demonstrações financeiras, como exposto por Nakao e Moraes (2021, p. 18),

As demonstrações financeiras são um conjunto de relatórios elaborados como o objetivo de transmitir informação aos usuários de forma útil a tomada de decisões econômicas e avaliações, não tendo o propósito de atender a finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários. Assim, essa necessidade de informação não deve afetar a forma como as demonstrações são elaboradas. (Nakao; Moraes, 2021, p. 18).

É importante ressaltar que, embora sejam úteis para uma ampla gama de decisões, as demonstrações financeiras não são projetadas para satisfazer demandas específicas de determinados grupos de usuários, o que garante a imparcialidade e a objetividade dessas informações, facilitando seu uso de forma mais ampla e equitativa.

A compreensão das normas que regem as demonstrações financeiras é fundamental para a transparência e a eficácia da comunicação contábil. Duas referências principais nesse contexto são a Lei 6.404/76 e o CPC 26. A Lei 6.404/76, especialmente em seu Artigo 176, estabelece as principais demonstrações financeiras que devem ser elaboradas ao final de cada exercício social, como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, e a demonstração dos fluxos de caixa, além de outras específicas para companhias abertas, como a demonstração do valor adicionado, conforme segue:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.  
(LEI 6.404/76, art 176) (BRASIL, 1976).

A Lei 6.404/76, conhecida como a Lei das Sociedades por Ações, possui um caráter regulatório e legal. Ela estabelece normas gerais para as sociedades anônimas, definindo requisitos mínimos para a elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras. O foco principal dessa lei é garantir a transparência e a obrigatoriedade das informações contábeis, visando proteger os interesses dos acionistas e do mercado.

O CPC 26 adota uma abordagem mais conceitual e técnica, o qual foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, pronunciamento esse que busca aprimorar a qualidade das informações contábeis. Ele oferece diretrizes detalhadas sobre a elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras, enfatizando aspectos como relevância, fiabilidade e comparabilidade. Enquanto a Lei 6.404/76 estabelece as bases legais, o CPC 26 proporciona uma estrutura técnica que orienta a aplicação dessas normas.

Assim, a principal diferença entre as duas, reside no foco e na natureza: a Lei 6.404/76 é uma legislação obrigatória que regula as sociedades por ações, enquanto o CPC 26 é uma norma técnica que visa a melhoria contínua da informação contábil.

### **Desafios da Implementação das IFRS nas Empresas Brasileiras**

A implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nas empresas brasileiras tem trazido desafios significativos, especialmente no que se refere à adaptação das práticas contábeis e à qualificação dos profissionais. De acordo com Lemes e Carvalho (2004), a convergência das normas contábeis brasileiras com as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) exige uma reestruturação considerável na contabilidade corporativa, impactando diretamente os processos de mensuração e reconhecimento dos elementos patrimoniais. Esse processo de adaptação não só demanda uma mudança técnica nas práticas contábeis, mas também implica a necessidade de investimentos em treinamento e atualização dos profissionais, o que pode gerar custos elevados para as empresas.

Segundo o *International Financial Reporting Standards* (2013), outro desafio relevante está na complexidade das exigências de divulgação de informações. Muitas empresas brasileiras precisam se ajustar a um padrão de transparência mais rigoroso, o

que pode envolver a reavaliação e aprimoramento de seus sistemas de controle e relatórios financeiros. A adaptação aos novos requisitos de divulgação, conforme apontado, tende a impactar a rotina de empresas que estavam habituadas a um modelo mais simplificado de apresentação das demonstrações contábeis.

Callao, Jarne e Laínez (2007) destacam que, além dos desafios operacionais, a adoção das IFRS afeta a comparabilidade e a relevância das informações financeiras, pois há necessidade de harmonizar práticas contábeis para permitir a análise comparativa com empresas internacionais. No contexto brasileiro, essa harmonização enfrenta obstáculos, dado que as IFRS muitas vezes exigem uma reinterpretação dos conceitos contábeis tradicionais, o que pode causar dificuldades na transição e adaptação ao novo modelo.

Barcellos, Silva e Costa Junior (2012) enfatizam que, no setor de siderurgia e metalurgia, a adoção das IFRS trouxe desafios específicos devido às características próprias do setor e à necessidade de ajustes que nem sempre se alinham com as normas tradicionais. Essas particularidades exemplificam como a convergência das normas pode impactar setores específicos de forma diferenciada, exigindo um estudo detalhado e adaptações mais complexas para assegurar conformidade.

Conforme apontado por Brown (2011) e corroborado por Pasini (2015), os benefícios da IFRS são amplamente reconhecidos, mas a implementação traz desafios expressivos, como a necessidade de superar resistências culturais e técnicas para alcançar a efetiva padronização internacional. Brown (2011) ainda destaca que o aumento da comparabilidade e a transparência dos relatórios financeiros geram valor em longo prazo, mas os desafios iniciais de adaptação podem desmotivar empresas que não dispõem dos recursos necessários para esse processo.

### **Benefícios da adoção das IFRS para a transparência e atração de investidores**

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil gerou importantes benefícios para a transparência das informações contábeis e a atração de investidores internacionais. Segundo Antunes et al. (2012), a convergência para as IFRS no Brasil aprimorou a qualidade das informações financeiras, uma vez que os relatórios contábeis passaram a seguir um padrão globalmente reconhecido, oferecendo dados mais compreensíveis e confiáveis para os investidores. Essa maior qualidade e transparência

são fundamentais para fortalecer a confiança dos investidores e contribuir para um ambiente econômico mais seguro e previsível.

A pesquisa de Santos et al. (2014) complementa essa análise, apontando que a conformidade das empresas brasileiras com os requisitos de divulgação exigidos pelas IFRS aumentou a acessibilidade e a comparabilidade das informações financeiras, facilitando a análise de investimentos estrangeiros no país. Esse fator torna o mercado brasileiro mais atrativo, pois permite que investidores internacionais comparem de forma mais efetiva o desempenho das empresas brasileiras com o de empresas de outros países que também seguem as IFRS.

Além disso, Silva Filho et al. (2020) demonstram que a adoção das IFRS impulsionou o crescimento dos investimentos estrangeiros no mercado brasileiro, pois as informações contábeis, ajustadas aos padrões internacionais, transmitem maior segurança e transparência aos investidores. Esse cenário contribui para a integração do Brasil ao mercado financeiro global, atraindo um número crescente de investidores interessados em uma avaliação precisa e comparativa dos ativos brasileiros.

A análise de Santos Júnior e Silva (2011) indica que os setores regulados e não regulados no Brasil se beneficiaram com a implementação das IFRS, com impactos diretos na confiabilidade das informações e, conseqüentemente, na atração de investimentos. O estudo de Reina et al. (2022) confirma que a adoção das IFRS não apenas aumenta a transparência e a comparabilidade dos relatórios financeiros, mas também melhora a precisão das estimativas dos analistas, aspecto que é crucial para a tomada de decisões informadas por parte dos investidores.

Esses benefícios, segundo Barbosa Neto et al. (2009) e o guia prático da Deloitte (2008), são essenciais para a harmonização das práticas contábeis globais, elevando o padrão de transparência no mercado brasileiro e gerando um impacto positivo na análise financeira e na atratividade do país para investidores internacionais. Dessa forma, a IFRS consolida o Brasil como um mercado mais integrado e alinhado às melhores práticas internacionais.

### **Comparação entre as Práticas Contábeis Pré-IFRS e Pós-IFRS no Brasil**

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil, oficializada em 2010, representou uma mudança significativa nas práticas contábeis do país. Antes da

implementação das IFRS, o sistema contábil brasileiro era amplamente influenciado pela Lei 6.404/76 e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que, embora adequadas para seu tempo, limitavam a transparência e a comparabilidade das informações financeiras (Lemes e Carvalho, 2004). Essas normas eram caracterizadas por uma abordagem mais prescritiva e voltada para a tributação, o que resultava em práticas contábeis que nem sempre refletiam a realidade econômica das empresas (Brown, 2011).

Com a adoção das IFRS, as empresas brasileiras passaram a seguir um conjunto de normas que priorizam a essência econômica sobre a forma legal, promovendo uma maior transparência nas informações financeiras (Antunes et al., 2012). As IFRS oferecem diretrizes que possibilitam uma representação mais fiel da situação financeira das entidades, o que, segundo Callao et al. (2007), aumenta a comparabilidade das informações contábeis entre empresas de diferentes países. Esse alinhamento internacional facilita a análise de investidores estrangeiros e melhora a atratividade do Brasil como destino de investimento (Silva Filho et al., 2020).

O quadro comparativo 1 apresenta uma análise clara e concisa das práticas contábeis no Brasil antes e depois da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Ele destaca as principais diferenças em vários aspectos, como a base legal, foco das demonstrações, transparência, comparabilidade, relevância da informação, capacitação profissional, impacto no mercado e flexibilidade.

Observa-se que, enquanto as práticas pré-IFRS eram mais rígidas e voltadas para exigências legais e tributárias, as práticas pós-IFRS favorecem uma abordagem mais econômica e informativa, resultando em maior transparência e relevância das informações financeiras. Essa evolução não só facilitou a comparabilidade das demonstrações financeiras entre empresas brasileiras e internacionais, mas também aumentou a atração de investimentos estrangeiros, refletindo uma melhoria significativa na qualidade da informação contábil e na confiança dos investidores (Santos; Calixto, 2010). O quadro, portanto, sintetiza de forma efetiva o impacto positivo da convergência para as IFRS no ambiente contábil brasileiro.

**Quadro 1:** Práticas Contábeis Pré-IFRS e Pós-IFRS no Brasil

<b>Aspecto</b>	<b>Práticas Contábeis Pré-IFRS</b>	<b>Práticas Contábeis Pós-IFRS</b>
<b>Base Legal</b>	Lei 6.404/76 e normas da CVM	Normas IFRS e legislação complementar
<b>Foco das Demonstrações</b>	Legal e tributário	Econômico e informativo

<b>Transparência</b>	Limitada, focada em exigências fiscais	Aumentada, proporcionando uma visão clara
<b>Comparabilidade</b>	Difícil entre empresas nacionais e internacionais	Facilita a comparação entre empresas globais
<b>Relevância da Informação</b>	Restrições na utilidade para decisões de investimento	Maior relevância, apoiando decisões de investimento
<b>Capacitação Profissional</b>	Menor exigência de adaptação e treinamento	Necessidade de formação contínua e atualização
<b>Impacto no Mercado</b>	Atração limitada de investimentos estrangeiros	Aumento na confiança dos investidores e atração de investimentos
<b>Flexibilidade</b>	Abordagem rígida e prescritiva	Maior flexibilidade na apresentação das informações

Fonte: O autor, 2024

A mudança das práticas contábeis também trouxe desafios significativos, como a necessidade de adaptação das empresas às novas exigências normativas e a capacitação de profissionais contábeis (Pasini, 2015). Contudo, os benefícios superaram os desafios, com evidências de que as empresas que adotaram as IFRS experimentaram um aumento na qualidade das informações financeiras e na confiança dos investidores (Santos et al., 2014). Além disso, a harmonização das normas contábeis contribuiu para a redução de assimetrias informacionais, o que é crucial para um ambiente de negócios saudável e competitivo (Reina et al., 2022).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil representa um marco importante na padronização contábil, facilitando a comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras em âmbito global. Diversos estudos foram realizados com o objetivo de avaliar os desafios e benefícios da implementação dessas normas no país.

As pesquisas analisam desde o impacto na qualidade da informação contábil e no processo decisório até a conformidade e os benefícios percebidos por empresas e investidores. O quadro a seguir resume os principais estudos sobre o tema, destacando autor, ano, objetivo, tipo de estudo e principais resultados.

**Quadro 1:** Estudos sobre a Adoção das IFRS no Brasil - Desafios e Benefícios

<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Tipo de Estudo</b>	<b>Resultados</b>
Antunes, M. T. P. A.; Grecco, M. C. P.; Formigoni, H.; Mendonça Neto, O. R.	2012	Avaliar o impacto da adoção das IFRS na qualidade da informação contábil no Brasil	Análise documental	Melhorias na transparência e comparabilidade das informações financeiras, mas com desafios de adaptação
Barbosa Neto, J. E.; Dias, W. O.; Pinheiro, L. E. T.	2009	Analisar os impactos da convergência para as IFRS em empresas brasileiras de capital aberto	Estudo de caso	Identificação de efeitos positivos na análise financeira, mas com custos de implementação elevados.
Barcellos, L. P.; Silva, A. H. C.; Costa Junior, J. V.	2012	Investigar os impactos das IFRS no setor de siderurgia e metalurgia	Estudo de setor	Setor apresentou maior conformidade e transparência, facilitando a atração de investidores
Brown, P.	2011	Discutir os benefícios das IFRS para o mercado financeiro global	Revisão teórica	IFRS promovem maior comparabilidade internacional e confiança dos investidores
Callao, S.; Jarne, J. I.; Laínez, J. A.	2007	Analisar o efeito das IFRS na comparabilidade e relevância dos relatórios financeiros na Espanha	Estudo comparativo	Resultados mostram aumento na comparabilidade, com desafios culturais e operacionais na adoção
Deloitte (Brasil)	2008	Oferecer um guia prático para a adoção das IFRS no Brasil	Relatório prático	Proposta de diretrizes para implementação eficaz das IFRS no Brasil
IFRS - International Financial Standards Board	2013	Apresentar feedback sobre as IFRS e melhorias nas divulgações financeiras	Fórum de discussão	Identificou-se a necessidade de simplificação em algumas normas para facilitar a compreensão
Lemes, S.; Carvalho, L. N. G.	2004	Examinar os efeitos da convergência das normas brasileiras para as IFRS	Pesquisa empírica	Adoção das IFRS resulta em maior comparabilidade, mas demanda ajustes culturais e operacionais
Nakao, S. H.; Moraes, M. B. C.; Godoy, C. R.	2021	Interpretação e aplicação prática das IFRS na contabilidade financeira	Livro didático	Fornece orientações e exemplos práticos, destacando complexidades na interpretação
Pasini, A. K.	2015	Explorar a adoção das IFRS e os desafios enfrentados no Brasil	Estudo de caso	Identifica desafios de adaptação cultural e necessidade de

				treinamento especializado
Reina, D. R. M. et al.	2022	Analisar a comparabilidade dos relatórios financeiros e a acurácia das estimativas dos analistas	Pesquisa empírica	Adoção das IFRS contribuiu para maior precisão e transparência nas informações contábeis
Santos Júnior, M. A.; Silva, A. H. C.	2011	Avaliar os impactos das IFRS no setor regulado e não regulado no Brasil	Estudo comparativo	Setor regulado apresenta maior aderência, com impacto positivo na transparência e confiabilidade
Santos, E. S.; Calixto, L.	2010	Analisar os impactos iniciais da harmonização contábil internacional	Estudo de caso	Harmonização inicial trouxe desafios operacionais e de adaptação das empresas
Santos, E. S.; Ponte, V. M. R.; Mapurunga, P. V. R.	2014	Avaliar a conformidade das empresas brasileiras com a divulgação exigida pelo IFRS	Pesquisa de conformidade	Conformidade variou, indicando necessidade de melhorias nas práticas de divulgação
Silva Filho, E. D.; Brugni, T. V.; Nossa, S. N.; Beiruth, A. X.	2020	Examinar a relação entre adoção das IFRS e o investimento estrangeiro no Brasil	Pesquisa empírica	Adoção das IFRS contribuiu para aumento da atratividade do mercado brasileiro para investidores internacionais

**Fonte:** O autor, 2024

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil representa uma transformação significativa nas práticas contábeis, impactando diretamente a transparência, comparabilidade e qualidade das informações financeiras divulgadas. O estudo de Antunes, Grecco, Formigoni e Mendonça Neto (2012) aponta que a implementação das IFRS contribuiu substancialmente para o aumento da clareza e transparência dos relatórios contábeis no Brasil, proporcionando informações financeiras mais comparáveis e acessíveis para investidores e demais interessados. Contudo, os autores destacam desafios na adaptação às novas normas, especialmente devido à complexidade e especificidade dos requisitos internacionais, que demandam mudanças culturais e operacionais nas práticas contábeis brasileiras.

Adicionalmente, Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) exploram os impactos financeiros da convergência para as IFRS nas empresas de capital aberto. Seus resultados mostram que a adoção dessas normas não apenas elevou a qualidade da análise

financeira, mas também apresentou custos consideráveis de implementação. Os autores observam que as empresas enfrentaram dificuldades para adequar suas práticas, principalmente em relação ao treinamento de equipes e à atualização de sistemas contábeis, o que exigiu investimentos adicionais para garantir conformidade e precisão na aplicação das normas.

No setor específico de siderurgia e metalurgia, Barcellos, Silva e Costa Junior (2012) verificaram que a adoção das IFRS trouxe benefícios relevantes, como a melhoria na conformidade regulatória e o aumento da transparência dos relatórios financeiros, o que facilitou a atração de investimentos. Esses autores enfatizam que a uniformidade nas demonstrações contábeis aumentou a confiança dos investidores estrangeiros, uma vez que as informações financeiras passaram a ser mais confiáveis e fáceis de comparar com padrões internacionais.

Por outro lado, Brown (2011) aborda os benefícios das IFRS sob uma perspectiva teórica global, indicando que as normas promovem não apenas uma maior comparabilidade, mas também contribuem para o fortalecimento da confiança dos investidores no mercado financeiro. Ao unificar as normas contábeis entre diferentes países, as IFRS reduzem as barreiras informacionais e possibilitam que investidores e analistas compreendam melhor os dados financeiros, independentemente do país de origem. Segundo Brown, a comparabilidade internacional facilita decisões de investimento mais informadas, promovendo um mercado financeiro mais integrado e eficiente.

O estudo de Callao, Jarne e Laínez (2007) apresenta um panorama comparativo sobre o efeito das IFRS na Espanha, demonstrando um aumento na comparabilidade dos relatórios financeiros. No entanto, os autores alertam para os desafios culturais e operacionais enfrentados durante a adoção das normas, que podem impactar a eficácia do processo e a adesão das empresas às novas diretrizes.

Deloitte (Brasil) (2008) contribui com um guia prático, oferecendo diretrizes que visam facilitar a implementação das IFRS no Brasil. O relatório destaca a importância de uma abordagem estruturada para garantir uma transição eficiente, abordando os principais aspectos que as empresas devem considerar, como treinamento de pessoal e ajustes nos sistemas contábeis. A proposta de diretrizes é um recurso importante para as empresas que buscam alinhar suas práticas contábeis às exigências das IFRS, promovendo uma adoção mais integrada.

O International Financial Standards Board (IFRS, 2013) realizou um fórum de discussão que trouxe à tona a necessidade de melhorias nas normas, especialmente em termos de simplificação para facilitar a compreensão e aplicação. Os feedbacks recebidos revelaram que a complexidade de algumas normas pode ser um obstáculo à sua adoção eficaz, indicando que ajustes são necessários para garantir que as informações financeiras sejam acessíveis e compreensíveis para todos os usuários.

O trabalho de Lemes e Carvalho (2004) evidencia que a convergência das normas brasileiras para as IFRS leva a uma maior comparabilidade das informações financeiras, mas exige ajustes tanto culturais quanto operacionais. Essa pesquisa empírica ressalta que a adoção das IFRS não é apenas uma questão técnica, mas também envolve uma transformação cultural nas organizações, que deve ser abordada para garantir uma transição bem-sucedida.

Esses estudos ressaltam a importância de um planejamento cuidadoso e de um suporte adequado durante a implementação das IFRS, considerando não apenas os aspectos técnicos, mas também os desafios culturais e operacionais. A convergência para as normas internacionais é um passo crucial para o desenvolvimento e a competitividade das empresas brasileiras no cenário global, mas requer um comprometimento contínuo e uma abordagem integrada para superar os obstáculos identificados.

O trabalho de Nakao, Moraes e Godoy (2021), que fornece orientações práticas e exemplos para a interpretação e aplicação das IFRS na contabilidade financeira brasileira. O livro didático aborda a complexidade envolvida na compreensão das normas e a necessidade de uma interpretação cuidadosa para garantir a adequação ao contexto brasileiro, especialmente em um cenário que exige precisão nas informações financeiras para atender às demandas de transparência e comparabilidade.

Pasini (2015), ao conduzir um estudo de caso, enfatiza os desafios culturais que permeiam a adaptação às IFRS no Brasil. O autor aponta que, além das dificuldades técnicas, a adaptação cultural e o treinamento especializado são fundamentais para garantir uma transição eficiente. Esse estudo mostra que a introdução das IFRS exige mais do que mudanças nos processos contábeis – é necessário um entendimento profundo das normas e sua aplicação prática, que só pode ser alcançado através de um investimento substancial em capacitação.

Reina et al. (2022), em uma pesquisa empírica, investigam a precisão e a transparência proporcionadas pela adoção das IFRS, com foco na análise da

comparabilidade dos relatórios financeiros e na acurácia das estimativas dos analistas. Os resultados mostram que a adoção das IFRS contribui significativamente para a qualidade da informação contábil no Brasil, melhorando a precisão e ampliando a transparência, o que é essencial para um mercado financeiro mais seguro e confiável.

Santos Júnior e Silva (2011), ao compararem os setores regulados e não regulado no Brasil, revelam que as empresas do setor regulado apresentaram uma aderência maior às IFRS. Essa aderência resultou em uma melhoria significativa na transparência e na confiabilidade das informações financeiras, especialmente importante para setores onde a regulação é mais rígida e a prestação de contas é imprescindível.

Santos e Calixto (2010), por exemplo, ao analisarem os impactos iniciais da harmonização contábil internacional, identificaram que as empresas brasileiras enfrentaram desafios operacionais significativos. Esses desafios se originaram da necessidade de adaptar processos contábeis e sistemas de reporte para atender às novas exigências normativas, além de exigirem capacitação técnica dos profissionais envolvidos.

Por outro lado, a questão da conformidade com as exigências de divulgação das IFRS foi explorada por Santos, Ponte e Mapurunga (2014). A pesquisa de conformidade revelou que, embora as empresas brasileiras tenham avançado na adoção das IFRS, ainda há variações na conformidade das práticas de divulgação. Os autores destacam a importância de uma maior padronização e do desenvolvimento de uma cultura de transparência para garantir que as informações contábeis divulgadas estejam alinhadas com as melhores práticas internacionais, melhorando assim a qualidade e a comparabilidade dos relatórios financeiros.

Silva Filho, Brugni, Nossa e Beiruth (2020) investigaram a relação entre a adoção das IFRS e o investimento estrangeiro no Brasil, trazendo uma perspectiva positiva em termos de competitividade e atratividade do mercado nacional. Segundo os autores, a adoção das IFRS contribuiu para tornar o Brasil mais atraente para investidores internacionais, uma vez que as normas aumentaram a transparência e facilitaram a comparação entre as empresas brasileiras e as estrangeiras. Esse fator é particularmente importante para mercados emergentes, onde a harmonização das normas contábeis pode contribuir para a redução da percepção de risco por parte dos investidores.

Esses estudos revelam uma série de implicações para o cenário contábil brasileiro. A adoção das IFRS, ao mesmo tempo em que traz desafios operacionais e exige mudanças nas práticas de divulgação, também oferece vantagens, como maior transparência e

atratividade para o investimento estrangeiro. No entanto, o sucesso pleno dessa harmonização depende de uma adaptação cultural e do compromisso das empresas em aderir rigorosamente aos padrões internacionais, superando as barreiras iniciais para se consolidar como uma prática comum e benéfica no longo prazo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo cumpriu o objetivo de analisar os desafios e benefícios enfrentados pelas empresas brasileiras na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Por meio de uma abordagem bibliográfica qualitativa, foi possível examinar o impacto dessas normas nas práticas contábeis e na qualidade das informações financeiras no Brasil. A análise dos estudos revisados permitiu responder à questão central desta pesquisa: "Quais são os principais desafios e benefícios que as empresas brasileiras enfrentam com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e como esses fatores variam entre diferentes tamanhos e setores?"

A adoção das IFRS trouxe, de fato, desafios substanciais para as empresas, especialmente em relação à adaptação dos sistemas contábeis e à necessidade de treinamento especializado, conforme evidenciado pela literatura. No entanto, os benefícios, como maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, além de uma maior atração de investidores internacionais, compensam esses desafios e refletem o impacto positivo da harmonização contábil no ambiente corporativo brasileiro. A transição para as IFRS também resultou em melhorias mensuráveis na qualidade das informações financeiras reportadas, evidenciando que as normas promovem um padrão mais elevado de reporte contábil.

Contudo, esta pesquisa apresenta algumas limitações. Primeiramente, a análise se baseou exclusivamente em fontes secundárias, o que limita a possibilidade de uma observação prática direta sobre a aplicação das IFRS em diferentes empresas e setores. Além disso, muitos estudos concentram-se em setores específicos ou em empresas de grande porte, o que pode restringir a generalização dos resultados para empresas de menor porte, que enfrentam desafios distintos na adoção das IFRS.

Para estudos futuros, recomenda-se uma abordagem empírica que explore de forma mais ampla e detalhada os impactos da adoção das IFRS em empresas de diferentes tamanhos e setores. Além disso, uma análise comparativa entre as IFRS e as normas

contábeis anteriormente adotadas no Brasil ainda é um campo promissor e pouco explorado, sendo necessária para elucidar os efeitos dessas mudanças. Esse tipo de investigação pode proporcionar uma compreensão mais efetiva das transformações promovidas pelas IFRS, ajudando a identificar áreas de aprimoramento e a adaptar práticas que melhor atendam às necessidades das empresas brasileiras e do mercado financeiro global.

Assim, com base nos achados e nas discussões apresentadas, este trabalho conclui que os objetivos foram alcançados, contribuindo para o entendimento dos principais desafios e benefícios das IFRS no Brasil e oferecendo direções para novas pesquisas que poderão complementar e expandir os conhecimentos sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P. A.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro. **A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil.** Revista de Economia & Relações Internacionais, v. 10 (20), jan., 2012.

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. **Impacto da Convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto.** Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p.131-153, out. 2009.

BARCELLOS, Leonardo Portugal; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho; COSTA JUNIOR, Jorge Vieira. **Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia.** Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 14, n. 54, p. 3, maio/ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República: **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol) Acesso em: 26 de Outubro de 2024.

BROWN, Philip. **International Financial Reporting Standards: what are the benefits?** Accounting and business research, v. 41, n. 3, p. 269-285, 2011.

CALLAO, Susana; JARNE, José I.; LAÍNEZ, José A. **Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting.** Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, v. 16, n. 2, p. 148-178, 2007.

DELOITTE (Brasil). **O Brasil na convergência: um guia prático para a adoção do IFRS.** 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

International Financial Reporting Standards. IFRS. **International Financial Standards Board** (2013). Discussion Forum, Financial Reporting Disclosure. Feedback Statement, May. Retrieved on April, 24, 2013 24, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. **Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2004.

NAKAO, Sílvio Hiroshi; MORAES, Marcelo Botelho C.; Godoy, Carlos R. **Contabilidade financeira: interpretação e aplicação: Edições do autor**, 2021.

PASINI, Adriana Kurtz. As Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS: Adoção no Brasil. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 6, n.3, p. 97-114, dez. 2015 - ISSN 2179-3565.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 – **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 24/10/2024.

REINA, Diane Rossi Maximiano et al. **Adoção das IFRS no Brasil: uma análise da comparabilidade dos relatórios financeiros e da acurácia das estimativas de consenso dos analistas**. Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 33, n. ja/abr. 2022, p. 41-65, 2022Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.22561/cvr.v33i1.5748>. Acesso em: 25 out. 2024.

SANTOS JÚNIOR, M. A.; SILVA, A. H. C. **Impacto da implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil: evidências empíricas no setor regulado e não regulado**. Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. **Impactos do início de harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas**. RAE electron, São Paulo, v. 9, n. 1, June, 2010.

SANTOS, Edilene Santana, Ponte, Vera Maria Rodrigues e Mapurunga, Patrícia Vasconcelos Rocha. **Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil: Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos**. Revista Contabilidade & Finanças [online]. 2014, v. 25, n. 65 [Acessado 25 Outubro 2024], pp. 161-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-70772014000200006>>. ISSN 1808-057X.

SILVA FILHO, Edvaldo Dias da; BRUGNI, Talles Vianna; NOSSA, Silvania Neris; BEIRUTH, Aziz Xavier. **A adoção das normas internacionais de contabilidade e os investimentos estrangeiros no mercado brasileiro**. Revista Contemporânea de Contabilidade, [S. l.], v. 17, n. 44, p. 142–153, 2020. DOI: 10.5007/2175-8069.2020v17n44p142. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2020v17n44p142>. Acesso em: 25 out. 2024.

## *Capítulo 8*

# **A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PERIÓDICO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PRODUTOR RURAL PARA O PREENCHIMENTO DO LIVRO CAIXA DIGITAL - LCDPR**

***Tatiana Meller Marx***

*Atuou por mais de 14 anos no setor administrativo e hoje é graduanda do Curso de Bacharel em Ciências Contábeis das Faculdades Integradas IESGO, além de atuar como auxiliar contábil desde 2019, no agronegócio, na cidade de Formosa-GO. E-mail:*

[tatymmarx@gmail.com](mailto:tatymmarx@gmail.com)

### **RESUMO**

A área contábil é indispensável para o processo de gestão e funcionamento de uma instituição empresarial, independente do seu porte ou até mesmo nicho de prestação de serviços. Isso demonstra que ela é fundamental, porque possibilita o acesso à informação concisa e confiável em se tratando do contexto situacional financeiro do empreendimento, além da tomada de decisões de maneira estratégica e do cumprimento de obrigações legais. Há uma série de práticas que cooperam com o desenvolvimento desse campo, onde uma delas é o acompanhamento periódico das receitas e despesas do produtor rural para o preenchimento do livro caixa digital (LCDPR). Esse acompanhamento é imprescindível na contabilidade rural, porque a partir dele é possível simplificar a escrituração contábil; reduzir incorreções e penalidades fiscais; e possibilitar a fiscalização de órgãos credenciados. Porém, tal prática não é adotada por todo empreendimento. Sendo assim o objetivo geral deste estudo, caracterizado por uma metodologia bibliográfica e de campo, buscou apontar as principais dificuldades que o produtor rural apresenta para realizar de maneira adequada a declaração (LCDPR). Portanto, os dados revelaram que essa ação carece ser frequente, independentemente do porte do negócio; que mesmo enfrentando desafios diversos o produtor rural tem demonstrado preocupação no acompanhamento periódico de receitas e despesas na emissão de declarações; e que o acompanhamento pode ser efetivado de variadas maneiras. No entanto, mesmo possuindo vários pontos positivos, um dos desafios ainda é ausência de informação sobre o assunto, dos prazos e das obrigatoriedades quando atingem o

faturamento. Isso demonstra que falta conhecimento, atualização das práticas e busca pela mudança do contexto trabalhista, que em algumas empresas são tradicionais.

**Palavras-chave:** Contabilidade rural. Acompanhamento. Periodicidade.

### **ABSTRACT**

The accounting area is essential for the management and operation of a business institution, regardless of its size or even its service provision niche. This shows that it is fundamental, because it allows access to concise and reliable information regarding the financial situation of the enterprise, in addition to strategic decision-making and compliance with legal obligations. There are a number of practices that contribute to the development of this field, one of which is the periodic monitoring of the rural producer's income and expenses to fill out the digital cash book (LCDPR). This monitoring is essential in rural accounting, because it makes it possible to simplify accounting records; reduce tax errors and penalties; and enable inspection by accredited agencies. However, this practice is not adopted by every enterprise. Therefore, the general objective of this study, characterized by a bibliographic and field methodology, sought to identify the main difficulties that the rural producer faces in properly completing the declaration (LCDPR). Therefore, the data revealed that this action needs to be frequent, regardless of the size of the business; that even when facing various challenges, rural producers have shown concern in the periodic monitoring of income and expenses when issuing declarations; and that monitoring can be carried out in various ways. However, despite having several positive points, one of the challenges is still the lack of information on the subject, the deadlines and the obligations when they affect revenue. This shows a lack of knowledge, updating of practices and the search for changes in the labor context, which in some companies are traditional.

**Keywords:** Rural accounting. Monitoring. Periodicity.

## **INTRODUÇÃO**

O presente estudo trata da Importância do Acompanhamento Periódico das Receitas e Despesas do Produtor Rural para o Preenchimento do Livro Caixa Digital do Produtor Rural – LCDPR. É sabido que a contabilidade é uma área tradicional, imprescindível e que vem se atualizando constantemente, acompanhando o avanço e progresso do ser humano em diferentes ângulos.

Ademais, refere-se a um âmbito que também se relaciona ao produtor rural, profissional de destaque na sociedade, que coopera com a expansão de um dos setores que mais movimentam a economia mundial. Logo, este estudo visa averiguar: De que

modo pode ser construído o acompanhamento do produtor rural no processo de construção de receitas e despesas na emissão da declaração do LCDPR?

Desse modo, nota-se que isso pode ser efetivado por meio de um acompanhamento periódico efetuado por profissionais da contabilidade rural especializados, que busquem instruir, informar, elucidar sobre a declaração de LCDPR junto ao cliente. Sendo assim, o objetivo deste estudo centra-se em apontar as principais dificuldades que o produtor rural apresenta para realizar de maneira adequada a declaração LCDPR.

Por isso, está temática se justifica em decorrência do acompanhamento contínuo na área da contabilidade ser imprescindível, porque ele evita diferentes danos ao estabelecimento, além de permitir ao mesmo a veracidade da realidade do empreendimento. Desse modo, é essencial que isso esteja presente no processo de tarefas da contabilidade rural, visando efetivar um trabalho leal, responsável e transparente, principalmente ao que se refere ao desenvolvimento da declaração LCDPR.

Portanto, é essencial destacar que para a construção do respectivo estudo, será utilizada uma técnica de pesquisa caracterizada como bibliográfica, ou seja, uma ferramenta relevante, fundamentada em materiais teóricos, que tratam do tema com profundidade e veemência dos fatos. Sendo assim, serão extraídos documentos compartilhados em repositórios acadêmicos disponíveis na internet, levando-se em consideração o assunto abordado e o ano de publicação, objetivando adotar um acervo literário atualizado.

Além disso, será adotada a pesquisa de campo, de caráter quantitativo, envolvendo dados, números, analisados, comentados e expostos por meio de gráficos, a partir da aplicação de questionários, destinados aos profissionais da área contábil rural, bem como seus clientes.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O Avanço Contábil**

A profissão contábil está em constante evolução e incorporando novas práticas, tecnologias e tendências. Você está sempre aprendendo coisas novas no trabalho, mas também é importante manter suas habilidades relevantes com uma combinação de educação e desenvolvimento profissional. Isso é crucial para estabelecer e avançar em sua carreira contábil DIAMANTE *et al.* (024).

É mais importante do que nunca se tornar mais valioso expandindo não apenas habilidades técnicas, mas habilidades necessárias para o futuro, como comunicação, desenvolvimento de negócios, análise de dados, resolução de problemas e perspicácia empresarial, que é mais do que apenas uma compreensão de números, mas do negócio como um todo ASSIS (2024).

Contabilidade é um campo vasto com uma estrutura hierárquica distinta. Mas subir na hierarquia não precisa ser difícil. Com a educação e a experiência certas, você provavelmente pode contar com segurança no emprego e oportunidades significativas de avanço ao longo de sua carreira contábil. LOBATO; JESUS, (2024).

Conforme SILVA *et al.* (2024) a profissão contábil evoluiu significativamente desde seu início, há quase cinco milênios. Antes, os contadores usavam métodos manuais de escrituração contábil para manter registros financeiros. Esses sistemas normalmente envolviam tarefas meticulosas, como registrar despesas em livros-razão manuscritos e arquivar recibos em papel.

No entanto, avanços recentes na tecnologia contábil tornaram mais fácil do que nunca para os profissionais digitalizarem suas práticas contábeis. O que costumava levar semanas, agora leva minutos, eliminando tarefas tediosas e permitindo aos contadores mais liberdade, responsabilidade e tempo. STAATS; MACEDO (2021).

Aplicativos de contabilidade, “*software*” e outras ferramentas inovadoras oferecem muitos benefícios para contadores. A tecnologia aumenta a eficiência, melhora a precisão e economiza tempo. Mas, pode ser desafiador determinar quais ferramentas você deve implementar em sua rotina diária, especialmente se você for novo em sistemas de contabilidade computadorizados BISPO (2022).

## **Mudanças e Alterações Relevantes**

A tecnologia em contabilidade se desenvolveu rapidamente nos últimos anos, mas as empresas usam ferramentas digitais há décadas. O “*software*” de contabilidade tradicional é instalado em dispositivos individuais. Em contraste, as soluções baseadas em nuvem são hospedadas por servidores de terceiros. Os contadores usam navegadores da *web* para acessar esses aplicativos, e todos os dados são automaticamente copiados para a nuvem. Isso também pode ser chamado de computação em nuvem. DIAMANTE (2024).

As ferramentas de contabilidade baseadas em nuvem têm várias vantagens. Primeiro, as empresas podem economizar dinheiro pagando uma taxa de assinatura por esses serviços em vez de investir em sistemas de tecnologia da informação caros e pagar equipes para mantê-los. Esses recursos também aumentam ou diminuem rapidamente para acomodar as necessidades de mudança das empresas ASSIS (2024).

Além disso, usuários autorizados podem acessar “*software*” baseado em nuvem de qualquer dispositivo e local, dando aos contadores mais liberdade. Por exemplo, os profissionais podem usar essa tecnologia para colaborar com colegas remotos em dispositivos móveis e enviar faturas digitais aos clientes. LOYOLA *et al* (2022).

O “*software*” de contabilidade tem muitas vantagens sobre a escrituração manual. Esses aplicativos dão às empresas mais controle sobre seus registros financeiros, melhoram a precisão dos dados e mantêm os dados seguros. Além disso, muitas ferramentas têm recursos de análise e previsão financeira, que ajudam as empresas a entenderem melhor seu desempenho passado e futuro para tomar decisões mais informadas SOUZA *et al.* (2021).

A automação de processos robóticos usa “*software*” para executar tarefas contábeis de rotina sem exigir intervenção humana. Por exemplo, os contadores podem usar automação de processos robóticos para gerar e escanear faturas automaticamente, detectar variações em registros financeiros e responder a consultas de fornecedores. Essa tecnologia reduz a quantidade de tempo que os contadores gastam em processos repetitivos, como entrada manual de dados, e diminui o risco de erro humano. LOBATO; JESUS (2024).

Entretanto, quando se compara o aprendizado humano com o robótico, este último utiliza algoritmos para criar modelos que processam e analisam automaticamente enormes volumes de dados. Esses modelos aprendem independentemente com a experiência, então eles refinam continuamente seu desempenho conforme reúnem informações que podem ser aplicadas com contabilidade de empresas. BARBOSA *et al* (2023).

Essa tecnologia permite que contadores colem, gerenciem e processem vastos conjuntos de dados que seriam impossíveis para humanos analisarem manualmente. Por exemplo, modelos de “*machine learning*” podem analisar rapidamente milhões de transações financeiras e fazer previsões usando dados em tempo real. LOYOLA *et al* (2022).

A inteligência artificial potencializa muitos programas de contabilidade. Essa tecnologia de autoaprendizagem imita o pensamento humano e permite que os contadores agreguem e analisem grandes quantidades de dados. Além disso, a inteligência artificial automatiza tarefas repetitivas, como entrada de dados e arquivamento de declarações de impostos. Assim, a inteligência artificial economiza tempo e permite que os contadores se concentrem em responsabilidades que exigem pensamento crítico e criatividade. BISPO (2022).

Novos avanços em segurança cibernética ajudam os contadores a manterem dados financeiros confidenciais seguros e protegidos contra criminosos cibernéticos. Por exemplo, a proteção de gerenciamento de senhas e “logins” furtivos impedem que usuários não autorizados acessem credenciais e contas. Além disso, os sistemas de armazenamento em nuvem e detecção de intrusão ajudam a proteger as informações do cliente contra violações de dados. RIBEIRO *et al.* (2020).

### **Princípios da Receitas e Despesas Orçamentárias**

Princípios orçamentários representam valores e regras que precisam ser considerados e/ou cumpridos ao preparar, executar e analisar o orçamento de um governo ou entidade do setor público. Portanto, eles afetam indiretamente diferentes aspectos do processo orçamentário e do ciclo orçamentário, bem como muitas outras questões da administração pública. SILVA *et al.* (2024).

De acordo com ANAGUSKO *et al.*, (2020) tanto o orçamento quanto a contabilidade são sistemas ou processos fiscais que envolvem o planejamento, a alocação e o desembolso de recursos monetários. Isso resulta em uma inter-relação e uma necessidade de coordenação entre essas duas disciplinas fiscais. Geralmente, o orçamento é considerado mais em termos de planejamento e promulgação de um plano fiscal. No entanto, esses processos de planejamento e promulgação dependem da contabilidade de despesas, receitas, transferências e ajustes do ano anterior e do ano atual.

A preparação e execução do orçamento como orçamento de produto deve ocorrer de forma relacionada ao desempenho, por meio da conexão de subsídios de recursos estruturados por produto com objetivos de desempenho específicos. A natureza e a extensão do desempenho a ser entregue devem ser definidas, com status vinculativo, por uma lei ou no orçamento. A contabilidade de custos e atividades deve ser introduzida, em

princípio, para as áreas para as quais um orçamento de produto é preparado, SOUZA *et al* (2021).

As receitas e despesas podem ser orçamentadas no âmbito de um sistema em que a responsabilidade tenha sido descentralizada para uma unidade organizacional. Neste caso, a responsabilidade financeira será transferida, com base na autorização orçamental, para as unidades organizacionais com responsabilidade técnica e operacional. A condição será que existam instrumentos de informação e controlo adequados, que garantam, em particular, que o volume de despesas disponível em cada caso não seja excedido. A natureza e a extensão do desempenho a ser entregue serão definidas por uma lei ou no orçamento. RIBEIRO *et al.* (2020).

O orçamento deve consistir nos orçamentos departamentais e no orçamento agregado ou, no caso de contabilidade de partidas dobradas, de um orçamento de ganhos no nível dos orçamentos departamentais, bem como no nível do orçamento agregado, e um orçamento de posição financeira de partidas dobradas no nível do orçamento agregado. Os orçamentos departamentais devem conter as receitas, despesas e dotações de compromisso de um único ramo da administração ou classes específicas de receitas, despesas e dotações de compromisso. LOBATO; JESUS (2024).

Os orçamentos departamentais devem ser subdivididos em capítulos e títulos. A subdivisão em títulos deve ser regida por regulamentos administrativos sobre a classificação de receitas e despesas orçamentais por tipo. A subdivisão de acordo com as contas deve ser regida pelos regulamentos administrativos sobre a classificação de ganhos, despesas e posições em aberto. A subdivisão de acordo com as estruturas de produtos deve ser conduzida de uma maneira que garanta uma categorização inequívoca de acordo com os regulamentos administrativos sobre a composição funcional do orçamento do produto. ANCELES (2020).

As receitas e despesas no caso de orçamentos baseados em caixa, despesas e ganhos no caso de orçamentos de partidas dobradas, e os recursos planejados para a produção de produtos em orçamentos de produtos devem ser orçados integralmente e separadamente uns dos outros. Pode ser concedida permissão, por meio de uma lei, para que a primeira frase acima não se aplique ao orçamento de receitas de empréstimos no mercado de crédito e às despesas relacionadas com o reembolso BARBOSA *et al* (2023).

As despesas podem ser orçadas para gestão independente se isso for do interesse da gestão econômica. Os recursos geridos de forma independente estarão disponíveis

além do fim do ano fiscal atual. As receitas obtidas no curso de tal gestão serão creditadas aos recursos geridos de forma independente. Para fins de prestação de contas, apenas a concessão de fundos às agências envolvidas será mostrada como despesa. LOBATO; JESUS (2024).

As receitas serão orçamentadas separadamente segundo a origem e as despesas e as dotações de autorização serão orçamentadas separadamente segundo a finalidade e, na medida em que for necessário, serão explicadas. Em casos excepcionais, as notas explicativas poderão ser declaradas vinculativas. As despesas e as dotações de autorização relativas a um objetivo comum não devem ser orçamentadas sob títulos diferentes. ANCELES (2020).

### **A Contabilidade Rural nos Tempos Modernos**

A agricultura evoluiu muito no último século. Assim como a contabilidade agrícola. Os desenvolvimentos em tecnologia agrícola são fáceis de detectar: melhores tratores e equipamentos, métodos mais eficientes e maiores rendimentos. Cultivar safras e criar gado é muito mais fácil hoje do que nunca. No entanto, as melhorias na contabilidade agrícola podem não ser tão fáceis de reconhecer. Afinal, os números não mudaram e a matemática continua a mesma. SOUZA; BABILONIO (2022).

As informações que os fazendeiros normalmente coletam são usadas para medir o sucesso ou determinar o que precisa ser feito de forma diferente na próxima temporada. No futuro, haverá muito mais ênfase em informações do que em dados brutos. Como muitas fazendas agora operam como parte de uma rede de fornecedores, vendedores, comerciantes e varejistas, é necessário que todas essas partes tenham informações cada vez melhores sobre os produtos agrícolas que estão sendo produzidos. Conforme observado por Anceles:

A utilização rural agrícola ou pecuária é normal explorada em unidades rurais fora da área urbana. Como já elucidado, o critério de distinção entre o imóvel rural e do imóvel urbano é a destinação. Rural é o imóvel que visa a fins agrícolas ou pecuários, seja qual foi a situação, isto é, se encontre dentro ou fora dos limites urbanos, como por exemplo, as pequenas propriedades agrícolas (ANCELES, 2020, p. 53).

Desta forma, na medida que os agricultores conseguem analisar melhor os dados e comunicar suas descobertas claramente a todos os envolvidos, cada participante pode

tomar melhores decisões, o que leva a maior eficiência e sucesso. À medida que aprendemos mais sobre o valor do gerenciamento inteligente do solo, agricultores e pecuaristas começaram a se concentrar em práticas que maximizam o potencial de suas terras, em vez de pastoreio excessivo e arado excessivo até que elas não sejam mais úteis para nada.

### **O Acompanhamento Periódico Junto ao Produtor Rural**

A agricultura é diferente de qualquer outro negócio no mundo. Seu escritório é medido em acres, e seu espaço de trabalho móvel vem com muita potência e vários acessórios. Seu dia começa cedo, termina tarde e envolve fazer o trabalho de várias pessoas sozinho. Uma coisa que as pessoas na indústria agrícola não deveriam ter que fazer sozinhas é lutar para administrar suas finanças. É aí que um bom contador agrícola pode se tornar uma parte essencial da sua operação. ANCELES (2020).

À medida que a agricultura se torna mais digital, com maior valor na transformação de dados em informações úteis, ter um contador focado em garantir que seu dinheiro seja bem administrado, o que pode significar a diferença entre o sucesso e o fracasso da fazenda. À medida que os dados se tornam cada vez mais acessíveis, as informações fornecidas por eles podem ser usadas por contadores agrícolas para ajudar agricultores e pecuaristas a tomar decisões mais inteligentes para manter o fluxo de caixa eficiente. RIBEIRO et al. (2020).

Ao tomar algumas medidas simples na maioria dos casos, você pode aproveitar essa receita adicional. O contador agrícola que fica por dentro dessas tendências estará perfeitamente posicionado para ajudá-lo a maximizar essas oportunidades. Os subsídios agrícolas mudam constantemente, pois nosso governo determina o que está em falta ou é produzido em excesso.

### **A Efetivação do Acompanhamento Periódico para a Declaração do LCDPR na Área Rural**

A maioria dos agricultores tem necessidades de sistemas de informação que apoiam seus objetivos de atingir a máxima lucratividade e produtividade; conseqüentemente, o foco do desenvolvimento de sistemas de informação para agricultores está em como maximizar o uso produtivo de recursos. Há consciência da

necessidade de melhor compreensão de como a produtividade da água pode ser aumentada na produção de alimentos, o que é uma alta prioridade para a sustentabilidade agrícola onde os recursos hídricos são variáveis, escassos e correm risco de superexploração. A irrigação na agricultura requer decisões extremamente complexas e complicadas, específicas do local, espacialmente e sensíveis ao tempo. ANCELES (2020).

Sistemas de informação agrícola e tecnologias agrícolas, como sistemas de *software* de sensores de umidade do solo, rastreamento climático no local e sistemas de mapeamento de rendimento, têm sido responsáveis por abordar algumas das considerações complexas emergentes ANCELES (2020). Isso ocorre por meio do fornecimento de informações de tomada de decisão ao agricultor que podem ajudar a levar a uma produção melhorada e a resultados ambientais mais sustentáveis. No entanto, eles não conseguiram incluir uma das considerações mais fundamentais dos agricultores ao tomar decisões: custo. Os sistemas de informação atualmente disponíveis não integram o custo das decisões relacionadas à água, pois deixam de fora vínculos estreitos com a contabilidade para o produtor rural. SOUZA; BABILONIO (2022).

Ao mesmo tempo, os rápidos avanços na tecnologia significam que os sistemas de informação contábil podem cada vez mais dar suporte à contabilidade ambiental e à tomada de decisões. No entanto, os sistemas de informação contábil atualmente disponíveis têm ignorado amplamente a integração de informações agronômicas complexas, necessárias para a tomada de decisões sobre recursos hídricos. Isso ocorre, apesar da pesquisa recomendar a expansão necessária de sistemas de informação contábil modernos, ainda mais, na arena de visibilidade aprimorada do custo de recursos naturais para decisões de gestão mais sustentáveis. BARBOSA *et al* (2023).

O desenvolvimento de sistemas de informação que podem agregar tecnologia agrícola com sistemas de contabilidade, gestão e finanças é crucial para o tipo de tomada de decisão necessária para que o setor retenha a sustentabilidade a longo prazo. O setor também é uma área importante para pesquisar como novos sistemas de informação podem ser desenvolvidos, não apenas porque mais e mais inovações agrícolas são baseadas em tecnologia, mas devido à urgência relacionada a questões de segurança alimentar e proteção ambiental. SOUZA; BABILONIO (2022).

A crescente importância dos dados na fazenda, impulsionada por desenvolvimentos internos, mas especialmente externos, coloca novas demandas para o gerenciamento de dados no escritório da fazenda para fazer uso das tecnologias digitais

atuais LOBATO; JESUS (2024). Um melhor uso das tecnologias digitais pode ajudar a resolver esses problemas. Este artigo se concentra na ligação menos estudada entre as necessidades de dados para indicadores de sustentabilidade e os dados disponíveis na fazenda que se faz importante frente as necessidades de controle financeiro na atual realidade que os produtores estão inseridos. ANCELES (2020).

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para mostrar a importância do respectivo assunto inicialmente foi adotada a pesquisa bibliográfica. Essa técnica é imprescindível para conceder respaldo e veemência dos fatos, além de apresentar conceitos e aspectos diversificados ligados ao conhecimento científico. Segundo GIL (2002), a pesquisa bibliográfica é composta por materiais teóricos, encontrados em variados acervos físicos ou até mesmo on-line, que servem para fornecer caminhos ao pesquisador. Sendo assim, foram utilizados materiais disponíveis em livros, artigos, enfim, suportes seguros que abordam o assunto com profundidade.

Além disso, outra técnica adotada foi à pesquisa de campo com a finalidade de observar a temática em sua prática cotidiana, uma forma de comprovar o objeto de estudo, bem como enriquecer o debate de variadas reflexões. Na concepção de Lakatos e Marconi (2003), o contato com o campo de estudo é imprescindível, pois permite ao investigador uma aproximação direta com o contexto teórico que se conhece.

Portanto, torna-se importante destacar que esta última técnica foi efetivada com a participação de colaboradores que possuem contato com a contabilidade rural e decidiram participar de maneira amigável do imprescindível estudo. Eles tiveram acesso a um formulário on-line composto por questões sucintas e objetivas, meio rápido, sem custos financeiros e de fácil acesso diante do avanço tecnológico que a grande parte apresenta atualmente.

## **ANÁLISE DE DADOS**

**Tabela 1** - Dados sócio demográficos dos participantes da pesquisa.

<b>Gênero</b>	<b>Percentual</b>
Feminino	23,5%
Masculino	76,5%
Total	100%
<b>Idade</b>	<b>Percentual</b>

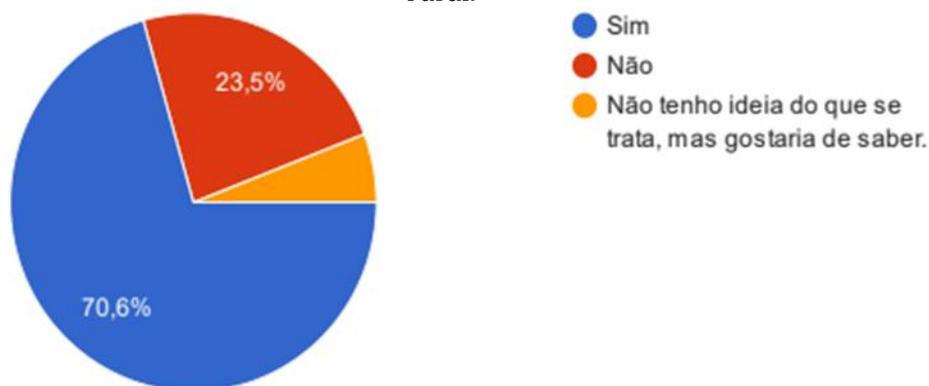
18 a 29 anos	17,6%
30 a 49 anos	58,8%
Mais de 50 anos	23,5%
Total	100%
<b>Escolaridade</b>	<b>Percentual</b>
Nível médio completo	41,2%
Nível superior completo	35,3%
Especialização cursando ou completa	23,5%
Total	100%

Fonte: Marx, (2024)

Os dados apresentados acima abordam que 100% dos participantes da pesquisa de campo responderam as informações relacionadas ao quesito pessoal e profissional. Desse modo, observa-se que 23,5% são do gênero feminino; enquanto a maior parte são homens, correspondendo a 76,5% dos pesquisados. Em se tratando a idade, 17,6% disseram que possuem de 18 a 29 anos; 58,8% de 30 a 49 anos; e 23,5% relataram ter mais de 50 anos de idade. Logo, torna-se evidente que o quantitativo maior de pesquisados corresponde a um público diversificado, contendo de 30 a 49 anos de idade.

Em se tratando da escolaridade, determinante relevante que coopera com o processo de funcionamento de diferentes âmbitos na sociedade, as informações coletadas frisam que 41,2% responderam que possuem nível médio completo; 35,3% nível superior completo; e 23,5% estão cursando ou já concluíram algum tipo de especialização. Portanto, compreende-se que nesse quesito não há nenhuma pessoa sem escolaridade, ausente de conhecimento científico e técnico, o que contribui de maneira significativa para os demais questionamentos realizados ao longo deste estudo.

**Gráfico 01** – Importância do acompanhamento periódico das receitas e despesas do produtor rural.

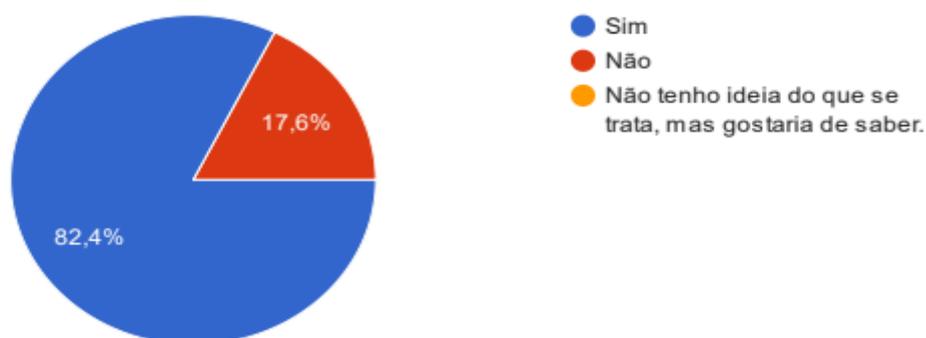


Fonte: Marx, (2024)

Questionados sobre a importância do acompanhamento periódico das receitas e despesas do produtor rural para o preenchimento do livro caixa digital (LCDPR), 70,6% responderam que sim, ou seja, conhecem a imprescindível participação desse instrumento no setor contábil; enquanto isso, 23,5% disseram que não, evidenciando ausência de informação sobre o papel do acompanhamento do (LCDPR).

Para ANCELES (2020), o acompanhamento período é uma peça indispensável na área da contabilidade, principalmente quando se refere ao campo, pois é um âmbito crescente, que movimentada a economia do país, expandindo negócios e gerando renda. Desse modo, o produtor que adota tal prática alarga na frente daqueles que não possuem conhecimento do respectivo assunto.

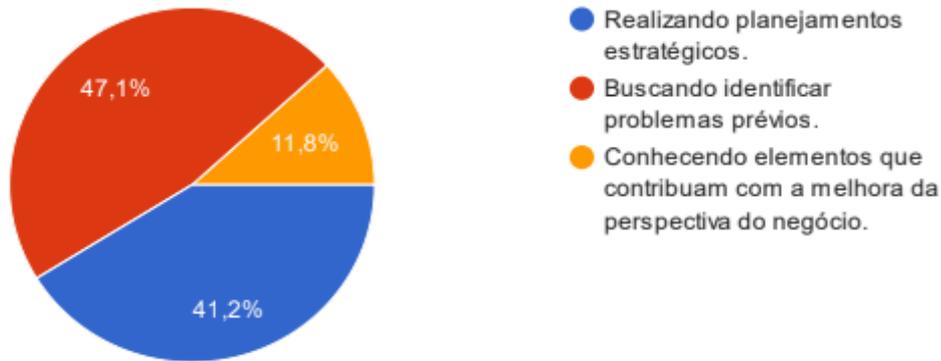
**Gráfico 02** – Realização de acompanhamento periódico no processo de construção de receitas e despesas na emissão de declarações.



Fonte: Marx, (2024)

Em se tratando da prática da realização de acompanhamento periódico no processo de construção de receitas e despesas na emissão de declarações, 82,4% responderam que realizam; já uma pequena parcela desses indivíduos, totalizando 17,6% respondeu que não. Logo, entende-se que a maioria desses participantes tem a cultura de acompanhar esse processo, que na concepção de SOUZA (2021), é crucial, pois pode evitar sérios agravos futuros, que em alguns casos geram danos irreversíveis para o empreendimento, independentemente de seu porte.

**Gráfico 03** – Forma de realização do acompanhamento periódico.

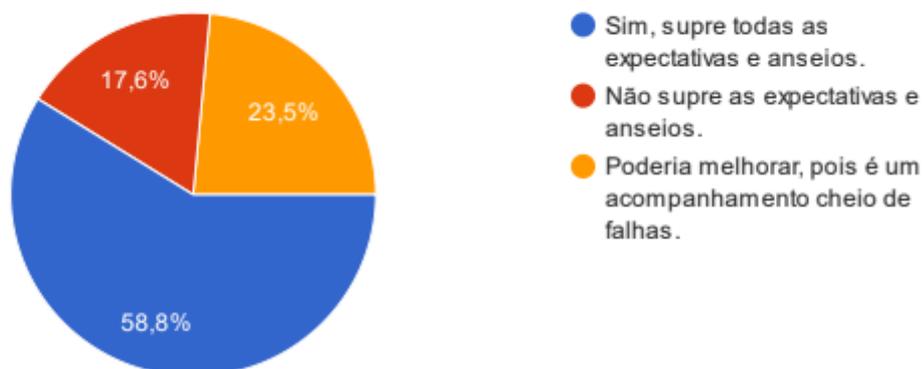


**Fonte:** Marx, (2024)

Sabe-se que há uma diversidade de instrumentos que cooperam com o processo do acompanhamento periódico de receitas e despesas quando se emitem declarações na área contábil. Sendo assim, OLIVEIRA *et al.*, (2024), enfatiza que é essencial que o estabelecimento adote os melhores em prol da execução dessas e outras tarefas, levando em consideração o contexto que compõe o ambiente.

Desse modo, continuando o questionamento anterior, os participantes puderam evidenciar de qual forma realizam o acompanhamento periódico. 41,2% responderam que desenvolvem o planejamento estratégico; 47,1% buscam identificar os problemas previstos; já 11,8% busca conhecer elementos que contribuam com a melhoria da perspectiva do negócio.

**Gráfico 04** – O trabalho prestado durante o acompanhamento periódico e melhoria das ações prestadas.



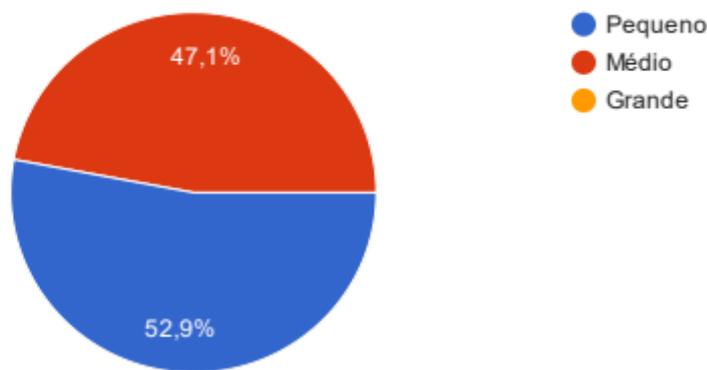
**Fonte:** Marx (2024)

De acordo com RIBEIRO *et al.*, (2020), o trabalho prestado durante o acompanhamento periódico quando efetivado adequadamente apresenta

potencialidades que podem suprir as necessidades vigentes dentro do estabelecimento contábil, no entanto, isso também pode variar em decorrência da ausência da adoção de um funcionamento eficaz das tarefas desenvolvidas. Sendo assim, 58,8% dos participantes da pesquisa em questão evidenciaram que a prática prestada ao longo desse acompanhamento tem sanado as lacunas, expectativas e anseios.

Logo, 17,6% expressaram que não supre aquilo que gostariam durante a realização do trabalho prestado. Entretanto, 23,5% enfatizaram que tal prática poderia melhorar, pois se trata de um acompanhamento ainda composto de falhas. Diante disso, entende-se que a melhoria também pode fazer parte do processo de trabalho prestado, o que RIBEIRO (2020), considera com indispensável, tendo em vista que todas as ferramentas adotadas por um negócio tem a possibilidade de expansão em prol da qualidade efetuada.

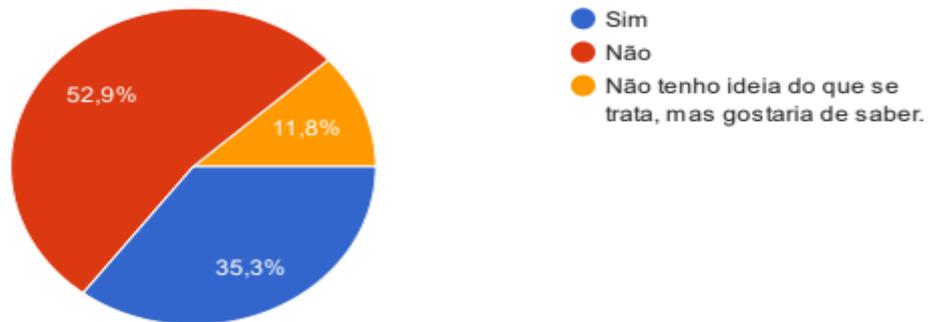
**Gráfico 05** – Porte da empresa em que atua.



**Fonte:** Marx, (2024)

Em se tratando do porte da empresa dos participantes da pesquisa efetivada, 52,9% responderam ser de pequeno porte; enquanto isso, 47,1% disse apresentar médio porte. Isso demonstra que não há nenhum empreendimento de grande porte, ficando a cargo das pequenas e médias o papel de demonstrar como tem sido a efetivação do acompanhamento periódico das receitas e despesas do produtor rural para o preenchimento do livro caixa digital (LCDPR).

**Gráfico 06** – Faturamento e obrigatoriedade da declaração (LCDPR).

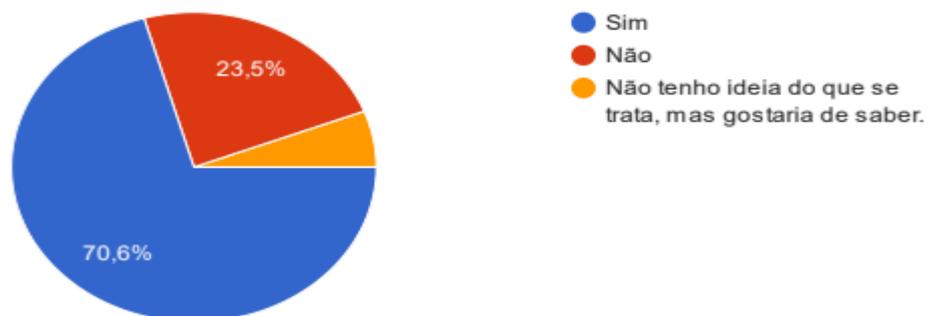


**Fonte:** Marx, (2024)

Ao serem questionados sobre o faturamento do último ano (2023), bem como da obrigatoriedade da emissão da declaração (LCDPR), 35,3% responderam que sim; 52,9% disseram não; e 11,8% expressou não ter possuir ideia sobre tal questionamento, mas gostaria de conhecer a fundo esse cenário. Essas informações apontam uma diversidade da prática da obrigatoriedade de um documento que é primordial no setor contábil.

É essencial que o profissional, bem como os clientes de uma empresa tenha conhecimento da obrigação e responsabilidades quando se trata de receitas, despesas e outros elementos que giram entorno do faturamento do negócio. OLIVEIRA *et al.* (2024), comenta que deixar de cumprir prazos e tarefas acarretam sérios prejuízos para a contabilidade, principalmente quando se atinge faturamentos expressivos.

**Gráfico 07** – Importância da declaração (LCDPR)



**Fonte:** Marx, (2024)

O último gráfico elucida para a questão daqueles que responderam não no questionamento anterior. Dessa maneira, 70,6% dos participantes responderam que sim, ou seja, percebem a importância da realização da declaração do (LCDPR), mesmo não sendo uma obrigatoriedade a partir do momento em que se atinge o faturamento. Em

contrapartida, mesmo sendo um quantitativo pequeno, 23,5% continuaram destacando não ser relevante tal assunto.

Isso demonstra que é releva a percepção de cada indivíduo acerca da temática, mas deixa a entender que a maior parte do público analisado demonstra preocupação e cuidado com aquilo que desenvolve em prol da qualidade, anseios e expectativas dentro de um empreendimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se que a contabilidade é um instrumento crucial para o processo de gestão de um estabelecimento, independente do porte, seguimento e faturamento, porque é através dela que os profissionais responsáveis pela gestão conseguem possuir acesso à informação e dados imprescindíveis, que revelam a real situação da empresa. E vale ressaltar que na contabilidade rural tal situação não pode ser distinta, tendo em vista que há atribuições gerais e específicas que merecem ser levadas a sério.

O acompanhamento periódico das receitas e despesas para o preenchimento do livro caixa digital (LCDPR) é uma dessas especificações que o produtor rural deve adotar, pois o empreendimento carece de uma atenção maior, contendo o respaldo e a orientação de profissionais competentes que cooperem com a efetivação desse processo. Por meio desse acompanhamento o produtor rural tem a chance de organizar o trabalho prestado de maneira transparente; simplificado, menos burocrático, redução de erros e das penalidades fiscais.

Quanto à pesquisa de campo, instrumento de grande valia que concedeu base e respaldo para o respectivo assunto observou-se que os participantes da pesquisa (produtores rurais), possuem conhecimento sobre a importância do acompanhamento periódico das receitas e despesas para o preenchimento do livro caixa digital (LCDPR), no entanto, ainda há desafios que precisam ser supridos ao longo do tempo a fim de evitar danos e irregularidades.

Esses clientes carecem de maiores instruções por parte dos profissionais da área contábil que prestam seus serviços e atendimentos, além da busca pelo conhecimento, ou seja, procura por informações que acabam melhorando a tomada de decisões e cumprimento das tarefas burocráticas. Percebe-se que é essencial a união desses e outros elementos que podem cooperar com novos contextos, buscando fazer com que o produtor

rural esteja regular e livre de punições ao longo do seu trabalho. Portanto, essa pesquisa foi essencial para relacionar-se as reflexões teóricas aqui apresentadas, que não se podem encerrar apenas por aqui, mas merece continuidade em outros estudos e reflexões científicas.

## REFERÊNCIAS

ANAGUSKO, Leonardo Hideki; ARAKI, Michael Espindola; MOSER, Elisa Maria. Implantação da controladoria em micro e pequenas empresas no Brasil: O que considerar?. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 14, n. 1, p. 59-78, 2020.

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. **Imposto de renda pessoa física na atividade rural**: abordagem teórica e prática no LCDRR. Santa Maria, RS: DRAPE, p. 53-226, 2020.

ASSIS, Suzane Vasty Silva. Análise do interesse dos formandos do curso de ciências contábeis da universidade federal do estado do Amazonas e da universidade estadual Amazonas-UEA, acerca do mercado de trabalho atuarial. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 7, p. 3190-3210, 2024.

BARBOSA, Maxwell F.; HELFER, Gilson A.; BARBOSA, Jorge LV. Dronapple: Um Modelo para Colheita de Maçãs Utilizando Aprendizado de Máquina e Drones. **Revista de Sistemas de Informação da FSMA**, n. 31, p. 48-68, 2023.

BISPO, Matheus de Oliveira. Aprendizado de máquina aplicado a superfícies de energia potencial para interações entre peróxido de hidrogênio e gases nobres. **Repositório Institucional da UNB**: produção acadêmica e científica, 2022.

DIAMANTE, Alex Magno et al. Competências digitais dos profissionais de contabilidade: confrontando demandas de mercado e experiências pedagógicas. **Journal of Accounting Management Economics and Sustainability**, v. 2, n. 1, 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LOBATO, Mateus Pereira; JESUS, Raimundo. Contabilidade no Brasil: Ontem e hoje (CIÊNCIAS CONTÁBEIS). **Repositório Institucional**, v. 2, n. 2, 2024.

LOYOLA, Sidney et al. Metrologia na Era do Aprendizado de Máquina. **Sociedade Brasileira de Computação**, 2022.

OLIVEIRA, Rosimeire Freires Pereira et al. A importância da contabilidade rural como ferramenta de gestão estratégica para produtores. **Peer Review**, v. 6, n. 16, p. 110-121, 2024.

RIBEIRO, Ramiro et al. Cibersegurança e segurança da informação contábil: uma análise da percepção do profissional contábil. **RAGC**, v. 8, n. 32, 2020.

SILVA, Any Eulem; FERREIRA, Willem Henrique Castro; BRITO, Zenóbia Menezes. **Contabilidade digital**: uma análise da aplicação de softwares na contabilidade. Revista Acadêmica Online, v. 10, n. 52, p. e213-e213, 2024.

SOUZA, Lorena Maria Teixeira et al. Contabilidade 4.0: informação digital. **revista Científica Unilago**, v. 1, n. 1, 2021.

SOUZA, Charleston Sperandio; BABILONIO, Marcelo. A importância da administração rural nas propriedades. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 2, n. 1, 2022.

STAATS, Carolina; DE MACEDO, Fabrício. As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil de Joinville/SC. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 2, n. 1, p. 348-369, 2021.

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO

### QUESTIONÁRIO – CLIENTES

Olá, clientes e amigos! Eu me chamo Tatiana Meller Marx, universitária do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades IESGO e gostaria da sua participação, pois a mesma será imprescindível para a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Lembrando que os dados coletados possuem apenas fins acadêmicos. Grata pela atenção e colaboração!

#### Questão 1 – Gênero

- Feminino
- Masculino
- Outro

#### Questão 2 – Idade

- 18 a 29 aos
- 30 a 49 anos
- Mais de 50 anos

#### Questão 3 – Escolaridade

- Nível médio completo
- Nível superior completo
- Especialização cursando ou completa.

#### Questão 4 – Sabe da importância do acompanhamento periódico das receitas e despesas do produtor rural para o preenchimento do livro caixa digital – LCDPR?

- Sim
- Não
- Não tenho ideia do que se trata, mas gostaria de saber.

**Questão 5 – Realiza algum tipo de acompanhamento periódico no processo de construção de receitas e despesas na emissão de declarações?**

- Sim
- Não
- Não tenho ideia do que se trata, mas gostaria de saber.

**Questão 6 – De qual forma realiza esse acompanhamento periódico, caso a resposta anterior tenha sido SIM?**

- Realizando planejamentos estratégicos.
- Buscando identificar problemas prévios.
- Conhecendo elementos que contribuam com a melhora da perspectiva do negócio.

**Questão 7 – O trabalho prestado durante o acompanhamento periódico tem suprido suas necessidades ou poderia melhorar?**

- Sim, supre todas as expectativas e anseios.
- Não supre as expectativas e anseios.
- Poderia melhorar, pois é um acompanhamento cheio de falhas.

**Questão 8 – Qual é o porte da empresa em que atua?**

- Pequeno
- Médio
- Grande

**Questão 9 – Levando em consideração seu faturamento do último ano (2023), você já está enquadrado na obrigatoriedade da declaração LCDPR?**

- Sim
- Não
- Não tenho ideia do que se trata, mas gostaria de saber.

**Questão 10 – Caso sua resposta anterior tenha sido NÃO. Acha importante e realiza a declaração do LCDPR mesmo não sendo obrigatório, pois ainda não atingiu o faturamento para essa obrigatoriedade?**

- Sim
- Não
- Não tenho ideia do que se trata, mas gostaria de saber.

## *Capítulo 9*

# **FERRAMENTAS CONTÁBEIS PARA O AUXÍLIO DO PRODUTOR RURAL**

***Bruno Alves Sandi***

*Graduando no curso Bacharel em Ciências Contábeis, pela Faculdade Iesgo,*

*alvessandibruno@gmail.com.*

### **RESUMO**

A contabilidade rural, enquanto disciplina especializada, fornece aos produtores dados cruciais sobre a saúde financeira de suas atividades, permitindo assim uma melhor tomada de decisões, os produtores rurais incessantemente encaram inúmeras dificuldades na gestão contábil e financeira, afetando o controle de custos, receitas e lucratividade, o que prejudica decisões estratégicas e a sustentabilidade dos negócios. Este trabalho analisa diferentes ferramentas, como “*softwares*” de gestão contábil, aplicativos móveis e planilhas, que ajudam os produtores a monitorarem seu desempenho para melhorar a gestão financeira e a rentabilidade das propriedades. O artigo discute também os desafios enfrentados pelos agricultores, incluindo a resistência à digitalização e a necessidade de uma melhor capacitação em contabilidade, a pesquisa incluiu revisões bibliográficas e estudos de casos com alguns produtores rurais, utilizando alguns questionários e entrevistas para melhor avaliar as ferramentas contábeis utilizadas e com isso a percepção dos produtores sobre sua importância. Os resultados mostraram que muitos ainda careciam de métodos tradicionais, enquanto aqueles que adotaram “*softwares*” de gestão contábil reportaram melhorias significativas na organização financeira. Ao final, o artigo propõe diretrizes para a implementação eficaz dessas ferramentas, buscando não apenas aumentar a eficiência de uma gestão rural, mas também, fortalecer a sustentabilidade econômica das propriedades agrícolas.

**Palavras-chave:** Gestão contábil, “*Softwares*” de gestão, Produtores rurais.

### **ABSTRACT**

Rural accounting, as a specialized discipline, provides producers with crucial data on the financial health of their activities, thus allowing better decision-making, rural producers incessantly face numerous difficulties in accounting and financial management, affecting the control of costs, revenues and profitability, which impair strategic decisions and business

sustainability. This paper analyzes different tools, such as accounting management software, mobile apps, and spreadsheets, which help producers monitor their performance to improve the financial management and profitability of their properties. The article also discusses the challenges faced by farmers, including resistance to digitalization and the need for better training in accounting, the research included bibliographic reviews and case studies with some rural producers, using some questionnaires and interviews to better evaluate the accounting tools used and with it the perception of producers about their importance. The results showed that many still lacked traditional methods, while those who adopted accounting management software reported significant improvements in financial organization. In the end, the article proposes guidelines for the effective implementation of these tools, seeking not only to increase the efficiency of rural management, but also to strengthen the economic sustainability of agricultural Properties.

**Keywords:** Accounting management, Management software, Rural producers.

## INTRODUÇÃO

O setor do agronegócio é de extrema importância para a economia, especialmente em países como o Brasil, líder global na produção e exportação de produtos agrícolas. A contabilidade rural é uma ferramenta essencial para a gestão financeira dos produtores, ajudando a enfrentar desafios como variações sazonais, flutuações de preços e altos custos. As ferramentas contábeis proporcionam maior controle sobre os recursos financeiros e informações estratégicas para uma tomada de decisão mais eficiente.

A gestão agrícola sempre foi um desafio, exigindo conhecimento tanto de práticas agrícolas quanto de administração financeira. A contabilidade evoluiu ao longo do tempo, passando de um simples registro de transações para um sistema complexo de análise financeira. Nos primeiros tempos, os agricultores usavam métodos simples para controlar seus custos, mas com o avanço da tecnologia e a globalização dos mercados, a gestão agrícola se tornou mais exigente e baseada em dados. A Revolução Industrial trouxe técnicas contábeis mais avançadas e aumentou a necessidade de boa gestão financeira. No século XX, a informatização permitiu uma gestão mais precisa. Hoje, a tecnologia oferece novas ferramentas contábeis acessíveis a produtores de todos os tamanhos. A pesquisa busca responder à pergunta: "Como as ferramentas contábeis podem ser eficazes na gestão rural, considerando as características específicas dessas operações e os recursos

financeiros geralmente limitados?". Esta questão é relevante porque melhorar a gestão financeira na agricultura pode aumentar a eficiência, promover a segurança alimentar, a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Assim, o estudo pretende explorar como o uso eficiente de ferramentas contábeis pode otimizar a gestão rural, tornando as operações mais lucrativas e sustentáveis. Ele examina como os sistemas de controle de custos e monitoramento de fluxo de caixa, junto com uma análise financeira detalhada, podem ajudar os produtores a diversificar culturas e acessar novos mercados. Os objetivos específicos incluem explorar ferramentas contábeis voltadas para a área rural, a gestão financeira eficiente, a contabilidade para apoiar decisões e promover a sustentabilidade.

## **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO**

A contabilidade rural desempenha um papel central no agronegócio brasileiro, permitindo que produtores se adaptem a exigências fiscais complexas e mantendo a sustentabilidade econômica das operações. Este setor exige um acompanhamento diferenciado, pois, ao contrário de outros negócios, depende de ativos biológicos, como rebanhos e plantações, o que envolve considerações especiais sobre depreciação, amortização e controle de inventário. Além disso, como as operações são altamente sazonais e suscetíveis a variações climáticas, a contabilidade precisa adaptar-se constantemente para lidar com flutuações nos custos e receitas ao longo do ano. A gestão tributária é um componente essencial na contabilidade rural, especialmente em um ambiente fiscal brasileiro que inclui impostos específicos para o agronegócio, como o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e o Funrural. A contabilidade permite ao produtor aplicar estratégias de planejamento tributário para minimizar custos e evitar penalidades, assegurando o cumprimento das leis fiscais e aproveitando incentivos, como insenções e deduções que variam conforme o tipo de produções e a localização geográfica.

Além da questão fiscal, o setor enfrenta a imprevisibilidade dos ciclos climáticos, que afetam a produtividade e o lucro. A contabilidade ajuda a monitorar o fluxo de caixa e a projetar despesas sazonais, permitindo que o produtor mantenha a liquidez necessária mesmo durante períodos de baixa produção. Assim, ao fornecer informações financeiras precisas, a contabilidade rural facilita a tomada de decisões informadas sobre investimentos em infraestrutura, compra de insumos e escolhas de culturas, ajudando a

minimizar riscos e a aproveitar oportunidades de mercado.

Para enfrentar essas complexidades, muitas fazendas adotam tecnologias de gestão contábil e agrícola, como “*softwares*” especializados, que integram dados financeiros, operacionais e de estoque. Esse uso de tecnologia permite um controle mais detalhado de despesas e receitas, ajudando os gestores a tomar decisões estratégicas para aumentar a eficiência e a sustentabilidade do negócio, promovendo o crescimento contínuo e a resiliência no setor agrícola.

## **PRINCIPAIS FERRAMENTAS CONTÁBEIS PARA O PRODUTOR RURAL**

O controle financeiro é vital para a saúde e o crescimento dos produtores rurais, especialmente devido às variações sazonais do setor agrícola. O fluxo de caixa é uma ferramenta essencial que permite acompanhar as entradas e saídas de dinheiro ao longo do ano, ajudando a prever momentos de baixa nas receitas. Essa visão clara das finanças é crucial para garantir que haja liquidez suficiente para manter as operações em andamento, além de apoiar decisões informadas sobre investimentos e despesas.

### **FLUXO DE CAIXA**

Conforme uma pesquisa recente sobre, quando se tem um bom o fluxo de caixa, isso não só assegura a continuidade das operações, mas também fornece dados que ajudam na tomada de decisões estratégicas. Ao analisar o fluxo de caixa, os produtores podem identificar padrões e tendências, permitindo um planejamento mais eficaz e a implementação de estratégias que protejam a saúde financeira da propriedade ao longo do ciclo produtivo.

### **LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL (LCDPR)**

No Brasil, o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR) é uma obrigação para produtores de médio e grande porte. Esta ferramenta possibilita o registro detalhado das operações financeiras, incluindo receitas, despesas com insumos e custos de manutenção. Além de facilitar o controle fiscal, A utilização do Livro Caixa Digital reduz a burocracia, já que elimina a necessidade de preenchimento manual pelo contador, tornando o uso do

tempo mais eficiente. Por ser uma ferramenta digital, permite que as atualizações e o fechamento contábil sejam feitos de maneira mais ágil. Além disso, o LCDPR minimiza erros e riscos de penalidades fiscais. Com todas as informações centralizadas, fica mais simples identificar e resolver questões, aproveitando melhor os recursos financeiros da propriedade rural. E Hoje, com a digitalização cada vez mais presente no agronegócio, o sistema de gestão empresarial se torna essencial para aumentar a produtividade, tanto nas operações diárias quanto no planejamento de longo prazo. O “*Enterprise Resource Planning*” – traduzindo do inglês, Planejamento dos Recursos da Empresa (ERP) apoia produtores rurais de qualquer porte ao permitir uma gestão integrada, centralizando dados e otimizando processos. Essa integração facilita a elaboração e o envio do LCDPR, já que o acesso rápido a informações precisas e atualizadas simplifica o processo. Ter um ERP compatível com as exigências do Livro Caixa é fundamental para gerar dados de forma eficiente e reduzir erros manuais. Além disso, o sistema oferece recursos para acompanhar as movimentações e indicadores do negócio, proporcionando “*insights*” importantes para decisões estratégicas.

## **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA: PLANO DE CONTAS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (DRE)**

Ter uma estrutura financeira bem-organizada é crucial para o sucesso na agricultura. O plano de contas e a Demonstração de Resultados (DRE) ajudam a classificar despesas e receitas, como valor bruto da produção, custos com insumos, custos e despesas operacionais, resultados operacionais, juros e variações monetárias, resultado líquido do exercício, permitindo uma análise detalhada do desempenho financeiro. Para os produtores rurais, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma ferramenta estratégica essencial, além de um simples relatório contábil. Ela permite: Avaliar a lucratividade da empresa ao comparar receitas e despesas, ajudando a identificar áreas de melhoria nos gastos, tomar decisões com base em dados financeiros, como investir, cortar custos ou planejar expansões, ao final da DRE, indicando quanto pode ser reinvestido na próxima safra, acompanhar o desempenho financeiro ao longo do tempo, possibilitando ajustes de rota e comparações entre períodos para verificar o crescimento ou estagnação do negócio, facilitar o acesso a financiamentos, já que o DRE pode ser exigido por instituições financeiras para avaliar a rentabilidade,

ajudando também na obtenção de crédito. Assim, a DRE é uma ferramenta crucial para uma gestão financeira eficiente e transparente, permitindo decisões embasadas e contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento da propriedade rural a longo prazo.

### **A NECESSIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**

Dada a complexidade do sistema tributário brasileiro, para que o planejamento tributário seja eficiente, é essencial que o contador mantenha atualizadas as informações financeiras do produtor rural, especialmente no Livro Caixa, que registra todas as entradas e saídas da atividade rural. Com esses dados organizados, o contador pode realizar simulações considerando os valores a receber e os custos futuros. Essas simulações são importantes para estimar com precisão os tributos que o produtor terá que pagar no ano seguinte. Assim, é possível fazer ajustes estratégicos e planejar ações antecipadas para reduzir legalmente a carga tributária. Um bom planejamento tributário é fundamental para propriedades que buscam um crescimento sustentável, garantindo conformidade e maximizando lucros. O último trimestre do ano é o momento ideal para realizar o planejamento tributário, pois a maioria das movimentações financeiras do produtor já ocorreu, permitindo uma visão completa dos resultados do ano. Se os tributos previstos forem altos, ainda há tempo para tomar medidas como antecipar investimentos ou realizar gastos adicionais, visando reduzir o valor dos impostos.

### **A TECNOLOGIA COMO ALIADA NA GESTÃO FINANCEIRA**

A adoção de tecnologias e “softwares” de contabilidade rural traz avanços significativos na eficiência e na produtividade das atividades agrícolas. A automação de tarefas, a utilização de maquinário moderno e a adoção de sistemas de informação possibilitam que os agricultores executem suas atividades de maneira mais rápida e precisa, aprimorando os processos e elevando tanto a quantidade quanto a qualidade dos produtos. A tecnologia desempenha um papel crucial na melhoria dos lucros das empresas do agronegócio. A automação de tarefas e o uso de máquinas avançadas diminuem o tempo e o esforço gastos em atividades como plantio, colheita, pulverização e manejo, resultando em maior produção e, conseqüentemente, lucros mais altos. Além disso, a tecnologia reduz os custos operacionais. Sensores e sistemas de monitoramento permitem a aplicação

precisa de insumos, evitando desperdícios e diminuindo gastos com recursos como água, fertilizantes e defensivos. A automação também diminui a necessidade de mão de obra manual, gerando economia com funcionários.

Para se manter competitivos e garantir a viabilidade de suas operações, os produtores rurais devem investir em capacitação e na implementação dessas práticas financeiras. Isso não só ajuda a garantir a sustentabilidade do negócio, mas também prepara os produtores para os desafios futuros, promovendo um ambiente mais seguro e próspero para suas atividades agrícolas. Com uma gestão financeira robusta, eles estarão mais bem posicionados para lidar com as incertezas do mercado e aproveitar oportunidades de crescimento.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

A metodologia de pesquisa para este artigo científico visa identificar, analisar e compreender como as ferramentas contábeis podem ser utilizadas no auxílio à gestão financeira e tomada de decisão do produtor rural. A abordagem metodológica adotada será de natureza aplicada, qualitativa e quantitativa, com o objetivo de proporcionar uma análise robusta e abrangente das práticas contábeis no setor rural. A população-alvo da pesquisa será composta por produtores rurais de diferentes portes (pequeno, médio e grande). A amostra será selecionada com base em critérios de acessibilidade, variabilidade e representatividade, levando em consideração os seguintes fatores: “Critérios de inclusão: Produtores rurais que utilizam, ou que já utilizaram, ferramentas contábeis em sua gestão.”. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários, com o objetivo de obter dados tanto qualitativos quanto quantitativos sobre o uso das ferramentas contábeis no contexto rural, conforme anexo 1.

Após a coleta dos dados por meio de entrevistas e questionários, onde todos os produtores rurais entrevistados expressaram um voto favorável ao uso de ferramentas contábeis para a gestão de suas propriedades, a análise pode ser estruturada para compreender como essas ferramentas são adotadas, quais são suas funcionalidades e os benefícios percebidos pelos produtores rurais. A totalidade dos entrevistados demonstrou muita adesão às ferramentas contábeis, com uma taxa de 100% de aprovação sobre sua utilização. Esse resultado revela uma mudança importante na mentalidade dos

produtores rurais, que antes possuíam uma abordagem mais tradicional ou informal na gestão financeira de suas propriedades. A adoção de ferramentas contábeis pode ser vista como um reflexo de uma busca por maior controle financeiro, eficiência operacional e sustentabilidade econômica, mediante isso, foi analisado que muitos estão preferindo Sistemas de gestão contábil e financeiro “Software”, do que planilhas e anotações.

Com base nas entrevistas e nas respostas do questionário, os produtores rurais destacaram vários benefícios, como por exemplo, Maior controle financeiro, Facilidade na tomada de decisões, otimização de tempo, apoio a sustentabilidade. A análise dos dados revelou que, embora os produtores rurais vejam um grande valor no uso das ferramentas contábeis, ainda existem barreiras a serem superadas, principalmente relacionadas à custo e capacitação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A contabilidade rural é essencial no agronegócio brasileiro, desempenhando um papel crucial na adaptação dos produtores às complexas exigências fiscais e na manutenção da sustentabilidade econômica das operações. Devido à natureza particular desse setor, que depende de ativos biológicos e é fortemente afetado por fatores climáticos e sazonais, a contabilidade deve ser flexível e reativa, permitindo o monitoramento contínuo do fluxo de caixa e a projeção de receitas e despesas.

A gestão tributária é um elemento central na contabilidade rural, possibilitando que os produtores implementem estratégias de planejamento tributário para reduzir custos e evitar penalidades. Esse aspecto se torna ainda mais relevante em um ambiente fiscal que inclui impostos específicos para o agronegócio. Além disso, a contabilidade ajuda na identificação de incentivos e deduções fiscais que podem ser vitais para a saúde financeira das propriedades rurais. A adoção de tecnologias de gestão contábil e agrícola também se mostra um avanço importante, permitindo um controle mais rigoroso sobre despesas e receitas. O uso de “softwares” especializados capacita os produtores a tomarem decisões estratégicas mais informadas, aumentando a eficiência operacional e promovendo a resiliência no setor.

Em resumo, investir em capacitação e na implementação de práticas financeiras sólidas é uma necessidade fundamental para garantir a competitividade e a viabilidade das operações rurais. Com uma gestão financeira eficaz, os produtores estarão mais bem

equipados para enfrentar incertezas do mercado e aproveitar oportunidades de crescimento, contribuindo assim para a prosperidade e sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

## REFERENCIAS

COSTA, I. J.; LIMA, J. K. **A contabilidade como ferramenta de gestão para o produtor rural**: estudo de caso na região do Vale do Jequitinhonha. Revista de Estudos Rurais e Urbanos, p.80-95 (2023).

TENTOCASP. **Gestão Financeira da Propriedade Rural**: o que é e a sua importância? (2021).

TOTVS. **Contabilidade rural**: o que é, importância, objetivos e benefícios, (2021).

SEBRAE, **Qual a importância do fluxo de caixa para o agronegócio?** (2023).

SENIOR BLOG, **Livro Caixa produtor rural: entenda tudo sobre** (2024).

FARMCONT. **A Importância do Planejamento Tributário para o Produtor Rural Pessoa Física**, (2024).

NETO, N., **Tecnologia no agronegócio**: Entenda o impacto e a importância (2023).

## ANEXOS:

Anexo 1: Questionario.

- 1- Quais ferramentas contábeis você utiliza em sua propriedade?
- 2- Como essas ferramentas contribuem para a gestão financeira do seu negócio rural?
- 3- Você percebe uma melhoria na sua tomada de decisão a partir do uso dessas ferramentas?
- 4- Quais dificuldades você enfrenta ao utilizar ferramentas contábeis?

## *Capítulo 10*

# **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM ÉTICA CONTÁBIL A FIM DE PREVENIR AS FRAUDES EM UMA ORGANIZAÇÃO**

***Katielly Valverde Pereira***

*Assistente financeira, cursando o 8º semestre em Ciências Contábeis,*

*katiellyjudo@gmail.com*

***Georges Charles de Weck Ribeiro***

*Bacharel em Ciências Econômicas, especialista em Gestão em Planejamento em Defesa*

*Civil, geore.ribeiro@iesgo.edu.br*

### **RESUMO**

A contabilidade é uma área que está diretamente ligada à ética, à transparência e à responsabilidade, pois os profissionais contábeis lidam com dados sensíveis e informações sigilosas tanto de empresas quanto de pessoas. Por isso, precisam atuar de forma imparcial e cuidadosa em todas as suas decisões. Este estudo busca entender de que maneira a capacitação contínua em ética pode efetivamente contribuir para prevenir fraudes e fortalecer a confiança, das pessoas e empresas, na profissão contábil. A metodologia adotada foi uma Fundamentação Teórica, que analisou publicações recentes, publicadas entre 2018 e 2024, em fontes como Scielo e Google Acadêmico. Os resultados indicam que o contador deve torna-se mais consciente das consequências de suas ações e evitar práticas que possam comprometer a integridade de empresas ou de indivíduos, buscando sempre agir de forma ética e transparente. Além disso, destaca-se que as empresas têm a responsabilidade de investir no desenvolvimento ético de seus colaboradores, promovendo uma cultura organizacional que priorize a ética e a responsabilidade social. Por fim, a formação contínua em ética, além de prevenir irregularidades e fraudes, também aumenta significativamente a credibilidade do profissional e da própria área contábil, beneficiando o ambiente empresarial e contribuindo para um mercado financeiro mais justo e transparente.

**Palavras-chave:** Transparência Financeira; Prevenção de Fraudes; Responsabilidade Social.

### **ABSTRACT**

Accounting is an area directly connected to ethics, transparency, and responsibility, as accounting professionals handle sensitive and confidential data for both companies and individuals. For this reason, they must act impartially and carefully in all their decisions. This study seeks to understand how continuous ethical training can effectively contribute to fraud prevention and strengthen trust in the accounting profession from both individuals and companies. The methodology adopted was a Theoretical Foundation, which analyzed recent publications from 2018 to 2024 in sources such as Scielo and Google Scholar. The results indicate that accountants should become more aware of the consequences of their actions and avoid practices that could compromise the integrity of companies or individuals, always striving to act ethically and transparently. Additionally, it is emphasized that companies are responsible for investing in the ethical development of their employees, fostering an organizational culture that prioritizes ethics and social responsibility. Finally, that continuous ethical training, besides preventing irregularities and fraud, also significantly enhances the credibility of the professional and the accounting field itself, benefiting the business environment and contributing to a fairer and more transparent financial market.

**Keywords:** Financial Transparency; Fraud Prevention; Social Responsibility.

## **INTRODUÇÃO**

A contabilidade é uma das profissões que mais carrega a imagem de confiança e assertividade. É uma área que lida com dados sigilosos e sensíveis, e exige do profissional um posicionamento íntegro e comprometido com a verdade e transparência. A profissão foi evoluindo com o passar do tempo, tanto nos princípios e valores quanto nas formas de agir e atuar. Independentemente disso, manteve-se a máxima por uma atuação profissional ética e transparente.

Assim a importância da ética na contabilidade é inegável. De onde surge a necessidade de capacitação contínua para acompanhar os desafios e as inovações que transformam a prática contábil diariamente. Este estudo busca reforçar como esses princípios e práticas éticas são pilares indispensáveis para o desenvolvimento de uma contabilidade segura e confiável, capaz de apoiar decisões empresariais e contribuir positivamente para a sociedade. De que forma a educação e a capacitação em ética contábil podem contribuir para a prevenção de fraudes e para o fortalecimento da confiança na profissão?

Por isso, o presente estudo tem como objetivo investigar a formação ética contínua agindo como uma ferramenta eficaz para minimizar fraudes nas empresas. A pesquisa se justifica pela urgência em promover a integridade no mercado financeiro e restaurar a credibilidade das instituições. Empresas que investem na capacitação ética não apenas protegem seus ativos, mas também cultivam ambientes de trabalho mais responsáveis e saudáveis, reforçando a imagem positiva da profissão contábil.

O trabalho é uma Revisão Bibliográfica com foco na ética contábil, na capacitação profissional e nos desafios enfrentados pelos contadores. A pesquisa foi feita nas bases de dados Scielo e *Google Scholar*, priorizando publicações do período de 2018 a 2024 que trazem a importância da ética na contabilidade e as práticas de prevenção de fraudes nas empresas e com os clientes.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Ética e Transparência na Contabilidade**

A ética na contabilidade se trata de um conjunto de valores e princípios fundamentais, que os profissionais da área precisam se apoiar para desempenhar seu trabalho da melhor forma possível. Esses princípios éticos vão além de seguir normas ou regras, eles fazem o contador ter uma postura responsável e uma atuação confiável. Assim, quando se diz que o profissional deve ser ético suas atitudes diárias precisam ser transparentes e assertivas. Tudo isso, contribui muito para construção do bem-estar coletivo e ajuda na preservação da credibilidade da profissão (ANTONOVZ, 2020).

Esses dois princípios: confiança e a credibilidade, são a base da contabilidade. Onde, o profissional precisa garantir acima da sua opinião, crença ou opinião que as decisões sejam tomadas com transparência e justificativa. Para que exista confiança entre contador e cliente, todo movimento que venha a ser feito precisa ser plausível e assegurado em normas, leis e princípio da contabilidade. Quando o profissional age dessa forma, assegura a credibilidade do seu serviço e acima de tudo traz validação para o seu serviço prestado. Nesse contexto, o contador tem a responsabilidade central de garantir que as informações divulgadas sejam precisas, completas e confiáveis, promovendo a honestidade das informações que gerar ou manipular (SOUSA; OLIVEIRA, 2019).

Outro ponto importante, que vale ressaltar, é que o contador deve sempre agir de forma imparcial e objetivo. Pois, isso vai garantir que o profissional não seja influenciado

por fatores externos ou ponderações pessoais. Por lidar com dados, informações e finanças dos clientes se faz necessário um comportamento ético inabalável. Além disso, o profissional precisa agir com descrição e buscar sempre proteger as informações dos clientes de forma responsável. Esse é um compromisso para além da conduta ética profissional, pois também preserva o caráter de cada indivíduo. Todas essas atitudes fortalecem a relação de confiança entre os profissionais da contabilidade e cada cliente (ANTONOVZ, 2020).

Vale ressaltar que na prática o contador vai se deparar com diversos dilemas éticos, onde precisará tomar decisões justas e assertivas. O profissional vai ter que tomar decisões que sigam a lei e depois que atendam as necessidades do cliente. Isso tudo, sem esquecer a sua responsabilidade profissional e compromisso pessoal diante de cada decisão. As suas deliberações vão além dos procedimentos técnicos, pois efetiva o compromisso do profissional com a transparência, justiça e o seu próprio caráter. Isso além de resguarda a profissão contábil diante da sociedade (VIEIRA, 2024).

Vale ressaltar, que esses princípios éticos na contabilidade são definidos por organizações profissionais distintas, que delimitam as normas de conduta e a responsabilidade para os contadores. No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é o órgão responsável por definir e regulamentar esses princípios éticos para os profissionais de contabilidade. O documento contém orientações específicas sobre integridade, objetividade, competência profissional, confidencialidade, entre outros (GALOTTI, 2024). Em geral, os princípios éticos básicos na contabilidade incluem:

**INTEGRIDADE:** Contadores devem ser sinceros, honestos e justos no seu trabalho, evitando qualquer tipo de fraude ou alteração dos dados.

**OBJETIVIDADE:** Significa tomar decisões sem influência de interesses próprios ou de outras pessoas. Os contadores devem buscar a verdade nos relatórios financeiros, sem alterar informações para beneficiar ninguém.

**CONFIDENCIALIDADE:** Contadores lidam com informações importantes e privadas de pessoas e empresas. Proteger essas informações e não as compartilhar sem autorização é essencial para manter a confiança.

**COMPETÊNCIA PROFISSIONAL E ZELO:** Contadores devem estar sempre atualizados sobre as normas e leis da contabilidade e se esforçar para fazer o melhor trabalho possível.

**COMPORTAMENTO PROFISSIONAL:** Contadores devem manter uma postura que valorize a profissão e evitem atitudes que possam prejudicar a imagem da contabilidade.

Portanto, quando o contador não considera os princípios básicos, surgem lacunas preocupantes nos procedimentos. Dados contábeis manipulados ou distorcidos levam a resultados enganosos e comprometem a saúde financeira das empresas e de outras partes interessadas. Por isso, manter a integridade profissional é essencial, e evitar riscos de fraudes e manipulação de dados é fundamental. (SOUSA; OLIVEIRA, 2019).

Este trabalho evidencia a importância de o profissional de contabilidade encarar sua carreira de forma ética e assumir suas responsabilidades ao lidar com informações confidenciais. Na prática, o contador deve sempre se manter fiel à justiça, transparência e compromisso social, pois, além de dominar as técnicas, é essencial compreender o compromisso da profissão com normas e leis (SOUZA; MARTINS, 2021).

Nesse contexto, é essencial promover a ética na contabilidade, garantindo que princípios como integridade e responsabilidade estejam presentes desde a formação até a prática profissional. O contador, além de organizar dados e preparar relatórios, tem um papel importante na confiança com quem o contrata. Assim, a junção entre conhecimento técnico e valores éticos garante que as informações contábeis sejam aplicadas de forma clara e justa, criando uma base sólida para decisões bem fundamentadas e segura para ambos os lados (VIEIRA, 2024).

### **Prevenção de Fraudes nas Organizações**

É uma máxima que a profissão contábil é reconhecida pela excelência ética e confiança entre as partes. O contador pra além de dominar as ferramentas técnicas precisa ser um agente ativo na prevenção de fraudes e condutas ilícitas. Quando o profissional elabora relatórios confiáveis, atenta-se em detectar inconsistências e demonstra preocupação com os dados financeiros dos clientes, isso assegura uma relação de confiança. Onde a confiança nas decisões que irá tomar a partir disso são asseguradas e fortalecidas (DONZELLI *et al.*, 2020).

O serviço da contabilidade tem como objetivo principal orientar as decisões das empresas. Quando ocorrem falhas ou manipulação dos dados, isso pode resultar em prejuízos significativos e problemas exponenciais. Por isso, o contador deve agir sempre

de forma ética e absolutamente imparcial, pois o resultado de seu trabalho impacta decisões que vão além de sua própria atuação. Transparência e precisão dos dados são fundamentais para que todas as decisões minimizem riscos e previnam oportunidades de fraude (SOUSA; OLIVEIRA, 2019).

A contabilidade está no coração da empresa, envolvendo desde a contratação de funcionários e fechamento de contratos até as decisões empresariais e a compra e venda de produtos e insumos. Todos os setores estão interligados com a contabilidade, tornando essencial compreender que cada decisão baseada nos dados contábeis impacta diretamente a saúde da empresa. A contabilidade, assim, sustenta os resultados e assegura tomadas de decisão mais seguras. Por essa complexidade e responsabilidade que existe a necessidade de normas, princípios e um código de ética tão robusto para os contadores (DONZELLI *et al.*, 2020).

Além disso, é importante distinguir entre erros e fraudes, pois cada situação requer uma abordagem específica. Os erros são falhas não intencionais que ocorrem durante a coleta, classificação ou registro das informações contábeis. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, esses erros surgem quando há omissão ou falha ao registrar informações, sem qualquer intenção de enganar ou manipular o resultado final. Já a fraude é diferente, pois envolve atos deliberados em que os dados são manipulados com o objetivo de obter vantagens indevidas, gerando algum tipo de benefício próprio (BRASIL, 2021).

Na contabilidade, os erros são considerados falhas humanas, como negligência, falta de conhecimento técnico ou alguns problemas operacionais. Eles podem ocorrer em diferentes etapas, desde a coleta com falta de informações, até o lançamento incorreto ou a omissão de dados relevantes por desatenção. Por isso, é fundamental que a revisão seja constante e que haja algum tipo de conferência regular de dados para garantir maior precisão das informações. Diferentemente da fraude, os erros podem e devem ser corrigidos, pois não envolvem manipulação de dados ou má-fé (GIL, 2024).

Por outro lado, a fraude traz consigo prejuízos e transtornos significativos. A identificação de fraudes exige procedimentos rigorosos, e sua prevenção é essencial para evitar danos irreversíveis. Exemplos de medidas preventivas incluem auditorias internas, testes de controle e análises detalhadas das transações. Quando o profissional de contabilidade se compromete a prevenir falhas e fraudes, a empresa se sente mais segura para alcançar suas metas, confiando em decisões embasadas nos dados contábeis. Em

casos de fraude, porém, essa confiança é quebrada, afetando a saúde da organização (KIZIL *et al.*, 2021).

Diante disso, alguns mecanismos são utilizados para evitar a ocorrência de erros e fraudes nas empresas. Um regimento interno que promova uma cultura organizacional baseada em responsabilidade e compromisso ético é uma das ferramentas mais eficazes. É essencial que as empresas estejam sempre engajadas em reforçar esses valores entre seus colaboradores, e o contador, como figura de confiança, assume um papel central nesse processo. Quando o setor contábil se compromete a mitigar riscos, prevenir falhas e promover uma gestão segura contra fraudes, isso garante a integridade e potencializa as operações da empresa (HENRIQUE *et al.*, 2022).

Desse modo, a fiscalização de erros e a prevenção de fraudes vão além da aplicação de auditorias e controles internos. Torna-se necessária a capacitação em ética e responsabilidade social. Para que esses princípios sejam efetivamente praticados dentro de uma empresa, é fundamental investir na formação contínua dos profissionais. Em especial, os profissionais contábeis precisam de capacitação constante, pois lidam com dados sensíveis e estão frequentemente envolvidos em decisões importantes. Com uma formação sólida e, acima de tudo, uma ética inabalável, esses profissionais garantem maior segurança e integridade nas operações da empresa (JESUS *et al.*, 2018).

### **Capacitação Contínua e Responsabilidade Social na Contabilidade**

Como a contabilidade apoia outras áreas distintas entre si, isso traz vários desafios para os contadores, que precisam se aprimorar em diversos aspectos. Uma delas é conhecer bem a parte técnica, o que necessariamente exige capacitação contínua, pois o desenvolvimento de novas tecnologias (*softwares* contábeis e automação de processos) acabou gerando mudanças significativas na prática contábil. E essas mudanças exigiram que os contadores buscassem se adaptar e se aprimorar para manter a qualidade e a eficiência de seus serviços (ANTONOVZ, 2020).

Todavia, as atualizações nas normas e códigos de conduta também exige do contador o compromisso de estar se atualizando. Afim, de manter o compromisso com a ética e desenvolver competências constantemente. O que assegura que o contador vai estar o mais pronto possível para as diferentes demandas da profissão, garantindo um serviço válido e sempre responsável (BANDEIRA *et al.*, 2021). Existem por sua vez,

diferentes formas de implementar essas práticas na carreira profissional de um contador. São elas:

**TREINAMENTO E EDUCAÇÃO:** As empresas devem oferecer treinamentos frequentes sobre os princípios e regras do código de ética. Isso ajuda os profissionais a entender e seguir as orientações éticas no dia a dia (GALOTTI, 2024).

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:** É importante acompanhar se o código de ética está sendo seguido e fazer revisões regulares para identificar e corrigir possíveis problemas. Isso pode incluir auditorias internas e revisão de processos para garantir que os padrões sejam respeitados (GALOTTI, 2024).

**CANAIS DE DENÚNCIA:** As empresas devem ter sistemas seguros para que os profissionais possam relatar questões éticas sem medo de retaliação. Isso cria um ambiente onde problemas éticos podem ser resolvidos de forma eficiente (GALOTTI, 2024).

**AÇÃO DISCIPLINAR:** Se o código de ética é desrespeitado, é essencial que exista um processo claro para lidar com essas situações. Medidas corretivas devem ser tomadas para proteger a integridade e a reputação da profissão (GALOTTI, 2024).

Através desses mecanismos é possível assegurar capacitação contínua e responsabilidade social na contábil ao se cumprir as leis e princípios estabelecidos à classe profissional em questão. As empresas devem se comprometer a proporcionar essa capacitação, e acima de tudo o contador buscar por sua evolução constante. Essas medidas ajudam a criar uma cultura de responsabilidade e respeito, facilitando a tomada de decisões alinhadas aos valores da organização (MÁRIO; SILIVELI, 2019).

No Quadro 1 abaixo, está listado os princípios apresentados nesse trabalho e junto é exemplificado sua aplicação na prática do dia a dia da contabilidade. Isso reforça a necessidade de uma formação contínua e de uma cultura organizacional orientada pela transparência e responsabilidade social.

Quadro 1: Síntese da Importância e Desafios da Ética na Contabilidade.

ASPECTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLO DE APLICAÇÃO
Confiança e Credibilidade	Ética constrói a confiança dos envolvidos por meio da transparência, integridade e imparcialidade.	Apresentação de balanços financeiros transparentes, sem ocultar dívidas ou passivos.
Proteção das Partes Interessadas	Informações financeiras precisas permitem decisões fundamentadas pelos investidores e demais partes interessadas.	Divulgação clara dos resultados da empresa em reuniões com acionistas.
Cumprimento Regulatório	Garantia de conformidade com normas e princípios contábeis aceitos, promovendo consistência nas práticas.	Adoção das normas IFRS ( <i>International Financial Reporting Standards</i> ) em relatórios financeiros.
Prevenção de Fraudes	Ética é fundamental para detectar e evitar fraudes e irregularidades financeiras, protegendo dados e interesses.	Auditoria interna para identificar inconsistências nos registros financeiros.
Conflitos de Interesse	Profissionais enfrentam desafios ao lidar com diferentes demandas dos envolvidos, o que pode afetar a imparcialidade.	Recusa em atender simultaneamente clientes que possuem interesses conflitantes.
Pressões Externas	Contadores podem ser pressionados a violar princípios éticos por clientes ou empregadores.	Resistência a alterar relatórios a pedido de gestores para maquiar resultados negativos.
Evolução das Normas	Regulamentações em constante mudança exigem adaptação e atualização contínua dos profissionais.	Participação em cursos de atualização sobre novas leis tributárias e contábeis.
Tecnologia e Ética	Uso ético de tecnologia, incluindo inteligência artificial e privacidade de dados, é um desafio crescente.	Implementação de políticas de segurança cibernética para proteger dados financeiros.
Melhores Práticas	Formação contínua, promoção de cultura organizacional ética e transparência são pilares essenciais para práticas responsáveis.	Criação de um código de ética interno e incentivo a treinamentos periódicos para todos os colaboradores.

Fonte: Adaptado de Felipe Valadão Monteiro (2024).

Diante disso, fica claro que o profissional de contabilidade deve sempre buscar se aperfeiçoar, e perceber que investir em aprendizado contínuo traz muitos benefícios para a carreira. Essa dedicação aumenta suas chances de crescimento na profissão e pode melhorar sua vida social também. A busca por mais conhecimento traz vantagens financeiras, intelectuais e sociais, e quem se desenvolve acaba também inspirando e ajudando outros profissionais (BRAZIL, 2020).

Destaca-se que as profissões estarão sempre mudando, e os contadores precisam se manter atualizados para enfrentar esses desafios da área contábil. Estar atento as novas leis e aos avanços tecnológicos é algo muito importante. Isso vai garantir que estejam alinhados, aumentando a eficiência de seus serviços e mantendo a profissão o útil possível ao público. Aprender continuamente é uma maneira poderosa de acompanhar essas mudanças e se destacar no mercado. Por isso, investir em aprendizado e desenvolvimento não é só uma necessidade para a carreira, mas também uma estratégia importante para ter sucesso a longo prazo (RODRIGUES, MARTINS, 2019).

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Os resultados dessa pesquisa mostraram como a ética é indissociável a profissão contábil. O contador deve agir de forma transparente, sempre lidando com os dados e informações de forma clara e tendo integridade ao sempre prestar serviços da forma correta e justa. Tudo isso reforça a confiança nos profissionais da área e da credibilidade a essa classe. Com essa postura os contadores são agentes ativos para evitar fraudes e mitigar os erros contábeis de clientes e empresas.

Outro resultado claro, é a necessidade de que os contadores continuem buscando aprender e se aperfeiçoar. Seja na parte técnica operacional, com *softwares* e automação dos processos, também as normas e leis que regem a profissão. Manter-se atualizado é um compromisso do contador com sua profissão. Também fica evidente que é dever das empresas investir nos treinamentos de seus funcionários. Incentivando uma cultura organizacional que prioriza ética e responsabilidade social.

Dessa forma, quando o contador se mantém engajado em adquirir novos conhecimentos e comprometido com uma atuação ética e responsável, ele se torna mais preparado para tomar decisões justas e seguras, fortalecendo a imagem de confiança e precisão que a profissão carrega.

O Quadro 2 a seguir, apresenta as principais conclusões dos autores utilizados sobre aspectos fundamentais da contabilidade, destacando a importância da ética, da responsabilidade social e da conformidade profissional.

Quadro 2: Principais conclusões sobre ética, normas e desafios na contabilidade.

<b>AUTOR</b>	<b>CONCLUSÃO PRINCIPAL</b>	<b>ANO</b>
ANTONOVZ	A familiaridade com o Código de Ética é crucial para resistir a pressões indevidas, garantindo a transparência e a confiabilidade das informações financeiras.	2020
BANDEIRA	A interdisciplinaridade crescente na contabilidade exige dos profissionais ampla preparação e atenção à responsabilidade social empresarial, posicionando-os na linha de frente para enfrentar esses desafios.	2021
BRAZIL	Profissionais e futuros profissionais buscam especialização, seja para ampliar conhecimento ou por exigência da empresa, por meio de cursos, seminários, palestras e outras atividades relevantes à sua área.	2020
BRASIL	As Normas Brasileiras de Contabilidade têm como objetivo central a elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros de propósito geral, fundamento da Estrutura Conceitual.	2021
DONZELLI et al.	O Código de Ética Profissional do Contador se baseia em quatro pilares essenciais: competência, sigilo, integridade e objetividade.	2020
GALOTTI	A ética é fundamental na contabilidade, guiando profissionais para garantir a integridade das informações financeiras e fortalecendo a confiança pública na área.	2024
GIL	A Auditoria Interna é essencial para garantir a integridade das informações financeiras, corrigindo erros por meio de revisões periódicas e identificando fraudes com auditorias robustas.	2024
HENRIQUE et al.	As fraudes contábeis ocorreram devido a falhas nos controles internos e externos, buscando ocultar a real situação financeira da empresa e enganar os usuários com informações contábeis falsas.	2022
JESUS et al.	A ética na contabilidade está ligada às orientações morais dos profissionais e à sua postura em relação à responsabilidade social empresarial.	2018
KIZIL et al.	A integração da contabilidade com a tecnologia ampliou o número e a variedade de erros e fraudes devido ao aumento das inovações e transações comerciais.	2021
MÁRIO E SILIVELI	Ser ético é alinhar-se aos valores morais da sociedade, formando o caráter moral, religioso e social de cada indivíduo.	2019
RODRIGUES E MARTINS	A relevância da qualificação contínua para o profissional contábil, dada a crescente exigência dos clientes dos serviços contábeis.	2019
SOUSA & OLIVEIRA	A contabilidade busca máxima precisão nas decisões, pois suas informações são essenciais e produzem impacto conforme a forma como são geradas.	2019
SOUZA & MARTINS	O cumprimento do código de ética pelo profissional de contabilidade promove maior comprometimento com a lei, consciência, honestidade e ética, garantindo transparência nos procedimentos contábeis.	2021
VIEIRA	A ética contábil é essencial para a integridade empresarial e a credibilidade do mercado, com contadores promovendo um ambiente justo e transparente.	2024

Fonte: O autor (2024).

Por fim, conclui-se que com capacitação contínua o contador pode atuar da melhor forma possível. Quando o profissional entende a importância da ética, ele fica mais consciente dos impactos das suas ações e evita qualquer prática que possa prejudicar a empresa ou as pessoas envolvidas. Isso tudo ajuda a prevenir fraudes porque ensina o contador a agir com honestidade e a tomar decisões corretas, mesmo em situações difíceis. Além disso, um contador bem preparado em ética passa mais confiança para os clientes, porque eles sabem que podem contar com informações verdadeiras e decisões justas, o que fortalece a credibilidade da profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética e a transparência são pilares fundamentais para a contabilidade, ajudando a construir uma relação de confiança entre o contador e seus clientes. Este estudo mostrou que, para garantir que as informações contábeis sejam seguras e confiáveis, é essencial que os contadores sigam valores como integridade, objetividade e responsabilidade. Além disso, investir em capacitação contínua fortalece a atuação ética do contador, ajudando a prevenir fraudes e garantindo que ele esteja sempre atualizado para enfrentar os desafios do setor.

Por fim, profissionais comprometidos com esses princípios não só preservam a imagem da contabilidade, mas também promovem a credibilidade do mercado financeiro, apoiando decisões empresariais sólidas e seguras.

## REFERÊNCIAS

ANTONOVZ, Tatiane. **O contador e a ética profissional**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020.

BANDEIRA, Ana Maria; MACEDO, Armindo; RIBEIRO, José Carlos. **Ética e Deontologia em Contabilidade**. Leya, 2021.

BRAZIL, Sheila Silva *et al.* **A Busca por Aprimoramento do Profissional de Contabilidade**. RACE-Revista de Administração do Cesmac, v. 6, p. 55-63, 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.374/11, de 8 de dezembro de 2011**. Disponível em: <  
<https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1374-2011.htm>>. Acesso em: 22 out. 2024.

DONZELLI, Orivaldo et al. **A importância da ética contábil na identificação e prevenção de fraudes na gestão empresarial.** Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática, v. 6, n. 1, 2020.

GALOTTI, Olezio. **A importância da ética contábil na formação dos profissionais de contabilidade.** 2024. Disponível em: < <https://www.unifoa.edu.br/fundamentos-da-etica-contabil-principios-valores/> >. Acesso em: 31 out. 2024.

GIL, Nathália Bernardes Cintra. **A importância da auditoria interna: Mitigação de fraudes e erros na contabilidade.** 2024. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

HENRIQUE, Marcelo Rabelo *et al.* **Fraudes contábeis: um estudo de caso em empresas brasileiras.** Revista de Contabilidade Dom Alberto, v. 11, n. 22, p. 22-49, 2022.

JESUS, Tânia Alves; SARMENTO, Manuela; DUARTE, Manuela. **Ética e responsabilidade social.** Dos Algarves: Revista de Turismo, Hospitalidade e Gestão, n. 29, p. 3-30, 2018.

KIZIL, Cevdet; MUZIR, Erol; YILMAZ, Vildan. **Técnicas de Auditoria para Minimizar Fraudes e Erros Contábeis: Uma análise qualitativa com o método de entrevista.** Revista de Mercados Emergentes (EMAJ), Editora da Universidade de Pittsburgh (EUA), v. 11, n. 1, p. 95-103, 2021.

MÁRIO, Mariano Xavier; SILIVELI, Aurora Clara. **Análise sobre a ética e a responsabilidade social do profissional de contabilidade na tomada de decisão.** Revista Órbita Pedagógica. ISSN 2409-0131, v. 6, n. 2, p. 83-98, 2019.

RODRIGUES, Felipe Alves; MARTINS, Vidigal Fernandes. **Educação continuada para profissionais da contabilidade: Necessidade ou obrigação?** RAGC, v. 7, n. 29, 2019.  
SOUSA, Francisca Sintia de Oliveira; OLIVEIRA, Ana Marília Barbosa. **A Importância da Ética para o Profissional da Contabilidade.** ID *on line*. Revista de psicologia, v. 13, n. 43, p. 295-309, 2019.

SOUZA, Rodrigo Correia de; MARTINS, Daiana Salomão. **Ética profissional: a importância para o profissional de contabilidade.** Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 6, p. 63811-63825, 2021.

VIEIRA, Bruno França. **A Ética na profissão contábil e sua importância para a integridade financeira e credibilidade empresarial: uma revisão bibliográfica.** 2024. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

## *Capítulo 11*

# **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO DE GOIÁS**

***Julia Cristina Malaquias***

*Formanda do curso de Ciências Contábeis e Analista Fiscal Jr.,*

*juliacristina\_2009@hotmail.com*

### **RESUMO**

Planejamento tributário é uma estratégia adotada por empresas com o objetivo de minimizar sua carga tributária, buscando manter a conformidade com a legislação fiscal e evitando possíveis riscos junto ao fisco. Envolve desde análise das obrigações tributárias, passando pela escolha da estrutura jurídica até a busca e aplicação de incentivos fiscais. Entre os principais objetivos do planejamento tributário estão a redução de custos com tributos, podendo assim gerar uma maximização dos lucros e a melhora na competitividade no mercado. Entretanto, é importante que essa prática seja realizada de maneira ética e legal, evitando inconformidades com a legislação fiscal. O planejamento tributário deve ser revisado regularmente, em função das constantes mudanças na legislação e na realidade econômica da empresa, garantindo que as estratégias adotadas sejam sempre adequadas e seguras.

**Palavras-chave:** Planejamento tributário. Base legal. Tributos.

### **ABSTRACT**

Tax planning is a strategy adopted by companies with the aim of minimizing their tax burden, seeking compliance with tax legislation and avoiding the risk of fines. It involves everything from analyzing tax obligations, choosing the legal structure and applying tax incentives. Among the main objectives of tax planning, reducing tax costs, maximizing profits and improving market competitiveness is the most evident. However, it is important that this practice is carried out ethically and legally, avoiding tax risks. Tax planning must be reviewed regularly, depending on constant changes in legislation and the company's economic reality, ensuring that the strategies adopted are always appropriate and safe.

**Keywords:** Tax planning. Legal Basis. Taxes.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo identificar as formas legais de planejamento tributário que dizem respeito aos procedimentos necessários, bem como desenvolver um compilado de orientações, com base na legislação tributária brasileira, visando auxiliar os administradores no correto enquadramento fiscal das empresas nos regimes tributários previstos na legislação fiscal brasileira.

Além disso, o planejamento tributário se justifica como uma ferramenta de auxílio para a tomada de decisão dentro da empresa, ficando claro a importância de ter conhecimento sobre as obrigações fiscais devidas pela empresa, o que poderá acarretar em redução no pagamento de tributos, trazendo um notável aumento na receita anual da empresa, conseqüentemente esse valor poderá ser revertido como forma de investimento trazendo novas tecnologias para empresa. Planejamento tributário por ser considerado uma tarefa extensa e complexa, tendo constante atualização na legislação fiscal vigente, deixa ainda mais evidente a necessidade das organizações investirem em treinamentos da equipe fiscal para uma gestão estratégica, bem como consultorias fiscais, incluindo auditorias internas e externas.

Para fins de demonstração, ao final do trabalho, são apresentados um quadro e um gráfico que permitem visualizar os efeitos do uso das ferramentas apresentadas ao longo deste artigo, bem como observação empírica de caso concreto para obter como resultado uma seleção de métodos, de forma que se compreendam os procedimentos de planejamento aplicáveis à realidade de cada empresa, com a finalidade de compreender e dominar as vantagens e desvantagens dos diferentes regimes tributários previstos na legislação.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Planejamento, segundo os dicionários brasileiros da Língua Portuguesa, é a ação ou efeito de planejar, ou seja, um modo de pensar que envolve questionamentos ou discussões sobre como, quando e para quem fazer; determinar etapas, procedimentos ou meios que devem ser usados no desenvolvimento de uma tarefa ou evento. Como base desde a criação o desenvolvimento e sua operação diária, crucial que a empresa tenha um bom planejamento para cada setor de suas operações, para auxiliar e facilitar cada passo

que dará em sua caminhada, podendo reduzir possíveis erros que impactem de forma negativa no seu objetivo final.

## **Planejamento Tributário**

A Constituição Federal determina em seu texto, no Título VI Cap I, Art.145, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

O Sistema Tributário Brasileiro é complexo, abrangendo diversas leis e normas; a Lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) estabelece os princípios gerais que devem ser observados no processo de planejamento no que concerne a tributos. Existem também decretos e instruções normativas que trazem de forma detalhada a aplicações dos tributos.

“Art. 2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n.18, de 1º de dezembro de 1995, em leis complementares, em resolução do Senado Federal e, nos limites das respectivas, em leis federais, nas Constituições e leis estaduais, e em leis municipais.”

É importante frisar que o tributo é uma obrigação prevista em lei, pago em dinheiro e que não constitui ato ilícito, por estar previsto no CTN, que prevê o direito de o Estado cobrar, mediante a hipótese de incidência. O imposto tem como finalidade garantir ao governo recursos financeiros para desempenhar suas funções e promover o bem-estar da sociedade, podendo ser classificado em várias categorias, como federal, estadual e municipal.

O Código Tributário Nacional (CTN) define tributo como:

“Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL. Lei nº 5.172, 1966, Art. 3º).

Ainda no art. 5º do CTN, fica disposto que tributos são impostos, taxas e contribuição de melhoria. Temos por assim sendo, imposto prestação pecuniária unilateral, exigida por um ente público para obtenção de receita, com a finalidade de custear a manutenção da administração pública, taxa é o valor pago pelo contribuinte referente a um serviço público ou concessão de licença/autorização específica, como emissão de documento, fiscalização fiscal, sendo seu valor estabelecido por lei e devendo

seu valor estar em acordo com o custo do serviço, já as contribuições de melhoria são valores cobrados devido a melhorias realizadas em áreas específicas que beneficiam diretamente o contribuinte, como, por exemplo, a construção do sistema de esgoto ou iluminação pública. Sendo seus valores regulamentados por lei sendo justos e proporcionais ao custo da melhoria.

O fato gerador da obrigação de pagar o tributo não é necessariamente ligado a um serviço ou aquisição de produto, ele pode ou não surgir por vontade das duas partes envolvidas. Um exemplo de que não é preciso uma ação em si para gerar a obrigação do tributo é o IPTU, que é devido anualmente pelo proprietário do imóvel.

### **Dimensões do Planejamento**

Steiner (1969) traz em sua literatura cinco dimensões para o planejamento, são elas: a primeira dimensão, a qual está relacionada ao assunto a ser abordado, produto, fianças etc. Já a segunda, está relacionada aos elementos de planejamento objetivo, estratégia e programas; a terceira, por sua vez, traz a relação com o tempo do processo, que pode ser curto, médio ou longo; enquanto a quarta está relacionada às áreas que serão diretamente definidas na primeira, podendo ser produtos, departamentos ou divisões e, por fim, a quinta dimensão, que defende as características do planejamento, podendo ser simples ou complexo, de qualidade ou quantidade, econômico ou caro etc.

### **Objetivo do Planejamento Tributário**

O principal objetivo do planejamento tributário nas empresas é reduzir, por meios previstos na legislação, a pesada carga tributária devida aos órgãos públicos. CARNEIRO (2006) diz “que a matéria prima mais onerosa no Brasil é o dinheiro”, destacando a importância de reduzir esse custo, que representa uma parte significativa das despesas empresariais que não permitem sua omissão. Portanto, é essencial ter conhecimento e organização tributária acerca de todos os tributos gerados pelas atividades realizadas pela empresa.

Nesse sentido, o planejamento tributário representa uma ferramenta fundamental de auxílio aos gestores e CEOs de empresas na tomada de decisões, além de ter como objetivo final reduzir ao máximo o montante de dinheiro, como tributo pago ao governo.

Porém não somente os tributos se mostram como uma ameaça aos cofres empresariais; é importante se atentar à concorrência existente, em que algumas empresas podem ter simultaneamente menor incidência de tributação e bom planejamento. Ademais é importante frisar a importância de se ter um bom planejamento tributário, para se manter na competição do cenário empresarial.

Um bom planejamento envolve a necessidade de processos decisórios, que ocorreram, antes, durante e depois de ser elaborado e implementado. Por isso, conhecer com clareza e propriedade a operação da empresa e o ambiente comercial no qual ela está inserida é o primeiro passo para que se possa começar o planejamento tributário, facilitando o entendimento para traçar metas e estratégias. Para um bom resultado, é importante que cada etapa seja bem planejada e executada. A observação e o controle dos resultados permitem analisar se as metas foram alcançadas e discutir a necessidade de se fazer um novo planejamento de estratégias e metas.

Como princípio básico, o planejamento visa evitar a incidência do fato gerador do tributo, reduzindo o valor do custo total da operação, como a redução da sua base de cálculo, ou ainda a redução da alíquota incidente, bem como a postergação do seu pagamento, analisando sempre a conformidade perante o fisco evitando a geração de multa e aplicação das penalidades previstas na legislação, além de identificar possíveis tributos recolhidos indevidamente, buscando junto ao fisco meios de restituição desses valores.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa tem caráter exploratório, qualitativo com dados coletados em livros acadêmicos, artigo científico e revista eletrônica, com a finalidade de identificar quais são os benefícios que uma empresa poderá usufruir investindo em um bom planejamento tributário, o qual, se bem desenvolvido permitirá que empresa se mantenha em ascensão e competitividade no mercado. Os dados coletados permitiram a identificação de deficiências e gargalos que as empresas enfrentam no cotidiano fiscal para se manter em operação. Foi possível também detectar a dificuldade de acompanhamento das atualizações e regulamentações feitas constantemente na legislação fiscal.

## CASO PRÁTICO

Os gestores de uma determinada indústria de Goiás, visando uma melhor eficácia na operação, decidiram fazer a aquisição de um ativo imobilizado. Com isso, foi solicitado ao departamento de compras que fosse orçada a compra de uma colheitadeira nova para a unidade. Como resposta, o departamento informou que havia unidade do produto somente no estado de São Paulo, ocorrendo assim um fato gerador do imposto diferencial de alíquota.

Com essa resposta, foi solicitada ao departamento estratégico fiscal a análise e consulta da legislação tributária do estado, buscando possíveis benefícios que pudessem reduzir de alguma maneira o custo total da aquisição do ativo imobilizado. Há previsão legal no estado de Goiás acerca da não incidência do imposto diferencial de alíquota, porém sendo vedado empréstimo, comodato, transferência ou qualquer tipo de operação em que o imobilizado não tenha seu uso na unidade de origem, pelo período de dois anos.

### ANÁLISE DOS DADOS

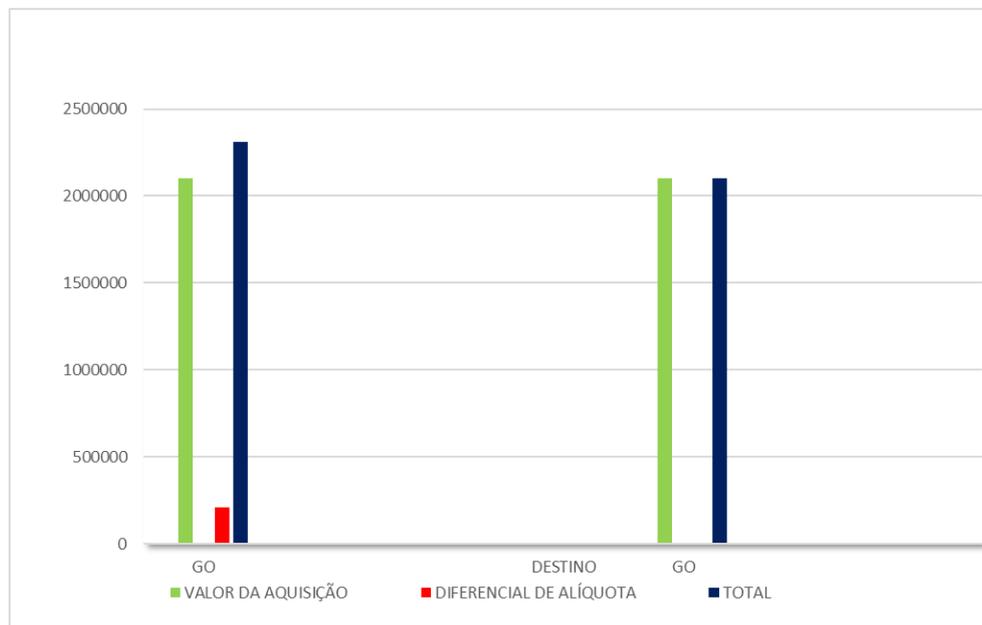
#### QUADRO 1

Aquisição para Goiás - 1					
NESTE CENÁRIO A AQUISIÇÃO FOI FEITA SEM UMA PRÉVIA PESQUISA, JUNTO AO SETOR FISCAL					
ORIGEM	DESTINO	ITEM	VALOR DA AQUISIÇÃO	DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	TOTAL
SP	GO	COLHEITADEIRA	R\$ 2.100.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 2.310.000,00
Aquisição para Goiás - 2					
NESTE CENÁRIO, É POSSIVEL IDENTIFICAR UMA REDUÇÃO NOS CUSTOS DA AQUISIÇÃO					
ORIGEM	DESTINO	ITEM	VALOR DA AQUISIÇÃO	DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	TOTAL
SP	GO	COLHEITADEIRA	R\$ 2.100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.100.000,00
<b>CONSULTA</b>	<p>Na aquisição de ativos/imobilizados, pode-se utilizar o benefício da isenção previsto no artigo 6º, inciso XCII, anexo IX, do RCTE/GO. No entanto, é imprescindível respeitar o prazo de 24 meses de uso exclusivo no estabelecimento de compra, sem a possibilidade de empréstimos, transferências, comodatos ou utilização em outro estabelecimento.</p> <p>XCII - relativamente à aplicação do diferencial de alíquotas na aquisição interestadual de bem, exceto veículo automotor de transporte de passageiro ou de carga e de passeio, inclusive motocicleta, destinado ao ativo imobilizado de estabelecimento industrial ou agropecuário, vedada sua utilização, dentro de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de aquisição do bem, em atividades alheias à do estabelecimento, inclusive locação empréstimo, ou alienação, a qualquer título (Lei nº 13.453/99, art. 2º, IV).</p>				

Fonte: O autor

**GRÁFICO 1**

**GRÁFICO DESMONSTRATIVO DA PESQUISA**



Fonte: O Autor

Com base nos dados supracitados, fica clara a importância de se fazer um planejamento tributário e ter uma equipe treinada e capacitada para buscar legalidades na legislação que permitam à empresa reduzir seu custo. É possível visualizar uma redução de quase 10% do valor total para a aquisição após a aplicação do benefício, a qual não parece tão significativa; é importante lembrar que foi apresentada somente uma situação ao longo do exercício fiscal. A empresa pode se deparar com várias outras situações parecidas, que, acumuladas ao final, trarão uma redução que impactará na apuração de forma geral.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É de suma importância ter conhecimento sobre as situações que envolvem e determinam as operações das empresas, desde conhecimentos básicos operacionais até o alto da pirâmide, envolvendo a redução de custos e qualquer incidência desnecessária que possa acarretar perdas financeiras para a intuição.

Alguns aspectos da recém aprovada Reforma Tributária já estão em vigor, sendo ainda passíveis de mudança em todo o cenário já conhecido atualmente, mostrando mais

especificamente a importância de se ter um planejamento tributário, mantendo atualizações sobre a legislação fiscal no Brasil. Portanto, uma gestão tributária eficiente é crucial para a saúde financeira das empresas, para que ela consiga manter firme diante dos desafios, e conseqüentemente poder expandir suas operações se mantendo ativa na competitividade de mercado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, M. A. **A elisão fiscal como ferramenta para o planejamento tributário**. 2011. 47 f. Monografia. (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- BORGES, H. B. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- CARNEIRO, J. M. T. et al. **Formação e administração de preços**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CREPALDI, S. A. **Planejamento Tributário: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. CREPALDI, S. A.;
- CREPALDI, G. S. **Direito Tributário: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- FUSO, R. C. **Regimes tributários na securitização de títulos e valores mobiliários: lucro real e lucro presumido**. 2016. 322 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- A tomada de decisão baseada no planejamento estratégico e resultados de longo prazo**. Disponível em [procenge.com.br/blog/tomada-de-decisão-planejamento-estratégico](http://procenge.com.br/blog/tomada-de-decisão-planejamento-estratégico). Acesso em 15/09/2024.
- UMBACH, Jonathan Felipe. **Planejamento tributário para a redução de custos em empresas**, Santa Maria- RS UFSM, 2021.
- STEINER, George. (1969). Um planejamento de alta gestão. Nova York, The MacmillanCompany.

## *Capítulo 12*

# **RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES: COMO REALIZAR UM PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO E CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES DE FORMA MAIS EFICIENTE PARA O SETOR DE GESTÃO DE PESSOAS**

***Rejane Santos Almeida***

*Atua em escritório na área de Ciências Contábeis, estudante Ensino Superior Ciências*

*Contábeis*

*reji.ifg@gamil.com*

### **Resumo**

O profissional possui experiências únicas e diferentes, pois a cada organização que ele exerceu sua profissão e constituiu um aprendizado, podendo se tornar um diferencial para se destacar em processos de recrutamento e seleção podendo evoluir para sua carreira profissional. O objetivo deste artigo é conhecer a importância do processo de recrutamento, seleção evidenciando a importância do treinamento nas empresas, para o desenvolvimento de bons profissionais. A Metodologia da Pesquisa utilizada foi a realização do estudo de teorias sobre o tema da pesquisa, utilizando-se para isto materiais como livros, artigos dispostos na internet, jornais e outros materiais contendo assuntos sobre o tema abordado. Como principal resultado obtivo, temos a forma de comportamento de um colaborador que é fundamental para um grupo produtivo. É preciso que ele seja avaliado pelos recursos humanos, se realmente ele atende as demandas que são estabelecidas. Como principal conclusão, podemos destacar que cada organização deve adequar os seus recursos humanos a valores e princípios da mesma possuem, devendo o processo de recrutamento e seleção, capacitação e treinamento, estarem atentos para esses valores, com a finalidade de permitir atingir resultados positivos com seus colaboradores.

**Palavras-chave:** Recrutamento. Recursos Humanos. Capacitação.

### **ABSTRACT**

Professionals have unique and different experiences, as each organization they have worked in has provided a learning experience, which can become a differentiator to stand out in recruitment and

selection processes and can evolve into their professional career. The objective of this article is to understand the importance of the recruitment and selection process, highlighting the importance of training in companies, for the development of good professionals. The Research Methodology used was to study theories on the research topic, using materials such as books, articles on the internet, newspapers and other materials containing topics on the topic addressed. As the main objective result, we have the behavior of an employee, which is fundamental for a productive group. It needs to be evaluated by human resources, whether it really meets the demands that are established. As a main conclusion, we can highlight that each organization must adapt its human resources to the values and principles it has, and the recruitment and selection, qualification and training process must be aligned with these values, with the aim of achieving positive results with its collaborators.

**Keywords:** Recruitment. Human Resources. Training.

## INTRODUÇÃO

Tem se falado com frequência com relação a importância de melhor recrutamento e seleção nas organizações, onde a finalidade sempre é a de capacitar os colaboradores para a execução do seu trabalho, desempenhando de maneira eficaz, com resultados positivos, inclusive se mostrando como um profissional com diferencial em sua organização.

O profissional possui experiências únicas e diferentes, pois a cada organização que ele exerceu sua profissão e constituiu um aprendizado, podendo se tornar um diferencial para se destacar em processos de recrutamento e seleção podendo evoluir para sua carreira profissional.

Dessa forma, uma administração com eficiência e eficácia com um bom engajamento dos recursos humanos, que tem a responsabilidade de desenvolver as pessoas, a partir do desenvolvimento e recrutamento traz a busca de grandes benefícios a organização.

Quando falamos sobre os benefícios, que o processo de recrutamento e seleção, podemos citar, como uma mão de obra adequada, poderá realizar uma produção capaz. Diante dessas situações, busca-se responder a uma situação problema, procurando uma resposta adequada para a pergunta norteadora: Quais as técnicas e mecanismos na

administração e recursos humanos que são usados nos processos de recrutamento e seleção, para o desempenho dos profissionais?

O estudo em evidência tem como objetivo conhecer a importância do processo de recrutamento, seleção evidenciando o treinamento nas empresas, para o desenvolvimento de bons profissionais.

No referencial teórico iremos estudar e conhecer a importância de um treinamento, recrutamento e desenvolvimento e formas de recrutamento em uma organização.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O Treinamento e Desenvolvimento vistos como Primordiais em Capacitações de Colaboradores de uma Empresa**

O desenvolvimento e treinamento são dois procedimentos que tendem a serem realizados juntos, com um identificador entre eles. Como foi dito, o treinamento é uma forma característica e faz com que o colaborador tenha resultados positivos na empresa que trabalhe. O desenvolvimento é visto como uma atividade que tem desempenho para possibilitar que planejamentos futuros sejam capazes de permitir que as organizações possam utilizar melhor o conhecimento de seus colaboradores.

O treinamento e desenvolvimento estão ligados e parecidos, que por vezes quando citados, são tão conectados, que muitas das vezes, falamos de ambos simultaneamente, tendo mais foco em desenvolver. Isso aconteceu pela primeira vez, em 1962 e foi dialogada por vários autores. Atualmente, vem crescendo no mercado, o entendimento de que uma parcela da empresa pode ser atingida por eventos, tanto externos, como internos.

O que torna importante conhecê-las e utilizá-las, para saber identificá-las e usá-las ao seu benefício, com foco em valores e princípios, e podendo observar e conduzir as modificações existentes na atualidade.

Conforme Chiavenato (2004) a atribuição do desenvolvimento se deu conforme a demanda das organizações de executarem as modificações que as acometem de forma geral, isso vem acontecendo pelo fato que várias organizações tem enfrentado um problema a respeito de seus colaboradores, que por várias situações as mesmas fazem admissões de indivíduos que não estão capacitados com os princípios da empresa que atua.

Na opinião da autora desse estudo, a organização tem que ser vista como um processo que executa suas principais responsabilidades, que devem estar fundamentadas de acordo a cultura da empresa.

Segundo BOURDREAU,

Desenvolvimento é o processo de longo prazo para aperfeiçoar as capacidades e motivações dos empregados a fim de torná-los futuros membros valiosos da organização. O desenvolvimento não inclui apenas o treinamento, mas também a carreira e outras experiências (MILKOVICK E BOURDREAU, 2000, p. 338)

Isto é, independente da razão que a empresa procura um desempenho mais implementado e profissional, isso leva a um resultado positivo, isso é visto como uma forma de levar o conhecimento para a empresa, investigando e buscando resultados para as metas almejadas. De acordo com Chiavenato:

Dessa forma, “[...] é, sobretudo, dar-lhes a formação básica para que aprendam novas atitudes, soluções, ideias, conceitos e que modifiquem seus hábitos e comportamentos e se tornem mais eficazes naquilo que fazem.” (CHIAVENATO, 2010, p. 362).

Para Chiavenato todas as organizações possuem objetivos organizacionais, que são os objetivos que as organizações tendem a atingir, e assim, devem observar as condutas de seus colaboradores, para que no futuro possa gerar um efeito positivo na organização.

Quando a empresa planeja a alcançar a determinação de seus objetivos, ações devem ser executados, respeitando a experiência adquirida em seu planejamento estratégico, onde os colaboradores devem ser estimulados, a buscarem atingir a visão que a empresa estabeleceu em seu Planejamento Estratégico, pois tal atitude é primordial para que a organização possa atingir seus objetivos e levar ao crescimento da empresa, bem como de seus colaboradores.

Quando se trata de treinamento e desenvolvimento em uma organização, os dois são uma parcela importante na educação organizacional. À medida que a organização desempenha sua estratégia de desenvolvimento ela vai utilizando o treinamento em seus colaboradores de maneira ágil para atualizá-los no mercado de trabalho e fazer com que sua organização se torne uma empresa que possa concorrer com os principais concorrentes.

Conforme, o assunto em estudo, identifica-se que a maneira mais ágil e normal de se conseguir resultados positivos em uma empresa, é fazer de maneira rápida e eficiente,

tornando seus processos organizacionais melhores e mais eficazes, a fim de obter o desenvolvimento de sua empresa.

### **Maneiras de Executar um Recrutamento**

Através da gestão de recursos humanos, a organização pode ofertar resultados concretos, em todos os âmbitos organizacionais, melhorando inclusive o posicionamento das perspectivas através de colaboradores e empresa.

A relevância de um grupo eficaz e planejado na gestão de recursos humanos, tem a finalidade de desenvolver indivíduos, mas, para que isso possa ocorrer, esse desenvolvimento, deve estimular o aperfeiçoamento dos colaboradores, a fim de tornar e permitir que as organizações possam se tornar mais eficientes, a fim de proporcionar e transformar essas vantagens benéficas tanto para colaboradores, como a organização. A finalidade de um processo de melhoria contínua, é gerar o crescimento de forma eficiente, acarretando na possibilidade de atingir bons resultados e melhores práticas de trabalho.

Para a organização conseguir formar bons profissionais, que realmente possam colaborar para o crescimento da organização, será necessário que esses empregados estejam de acordo com o planejamento estratégico da empresa, onde o setor de recursos humanos deve realizar um planejamento que possa envolver a todos os colaboradores, devendo assim, comunicar aos mesmos, em primeiro lugar, as exigências que serão necessárias para o preenchimento das vagas, e caso não seja possível internamente preencher a vaga, que seja realizado um processo seletivo externo.

A várias formas de comunicação para realizar o recrutamento de uma vaga são: recrutamento interno - onde os recursos humanos devem realizar uma busca ativa para incluir as vagas entre os colaboradores que já estão trabalhando na organização, conseguindo assim gerar algumas vantagens, tais como: instrução antecedente com relação ao candidato, redução de custos e crescimento do colaborador.

O recrutamento externo na organização vai ao mercado de trabalho a procura do candidato, com as seguintes condições: admissão de pessoas capacitadas e empreendedores e crescimento das possibilidades para completar o cargo.

Também existe o recrutamento misto onde o recursos humanos engloba candidatos internos e externos e é realizada por formas de experiências a procura interna na organização, se dessa forma não conseguir, terá que disponibilizar vagas para

funcionários já empregados externos, tornando-se necessário o recrutamento no mercado de trabalho, determinando uma disputa por igual, para todos os candidatos.

Os recursos humanos também realiza o recrutamento a cega, que podemos dizer no escuro, onde são investigadas apenas as capacidades técnicas e desempenhos, sem mostrar nome, gênero, idade, localidade. Pode-se citar o recrutamento “online” que é realizado em plataformas da empresa onde são publicadas as vagas e podendo investigar o perfil do candidato.

O recrutamento “online” é bastante usado, pois é um instrumento que traz resultados rápidos em procedimentos internos, externos e mistos mais ágeis, onde pode avaliar o perfil do candidato. Esse instrumento proporciona que o processo de recrutamento seja mais eficiente, até mesmo na seleção de currículos, já selecionando os melhores candidatos para a vaga.

Os benefícios do recrutamento interno são vários, a grande qualidade que se tem é a conservação e incremento de colaboradores da organização e a promoção de seus colaboradores é uma razão satisfatória para que eles se sintam mais felizes, por consequência a segurança e economia aumentam.

O prejuízo que acontece nessa classe de recrutamento é a competição entre os colaboradores da organização e com isso, pode acontecer de não serem contratados novos talentos para a empresa.

O recrutamento externo ele termina gastando mais e sendo um risco, é necessário identificar as pessoas que podem estar atuantes, podendo assim, atrair novos colaboradores que poderão oxigenar a organização e realizar novos resultados e melhorias para a organização que poderão ser capaz de acarretar modificações importantes no seio da empresa.

Esse recrutamento tem grande risco e um procedimento de maior inserção. Dessa forma, recomenda-se a atenção para não ofertar aos candidatos internos da organização, além de ter cautela nos pontos a melhorar essencialmente com os colaboradores internos e por isso, os recursos humanos deve ter a habilidade ao orientar as causas do recrutamento e não recrutamento.

Apesar do recrutamento tornar-se reconhecido por várias organizações termina sendo um procedimento mais vagaroso, isso por conta que os candidatos necessitam passar por algumas fases até conseguir alcançar a etapa final da seleção e é relevante que a empresa esteja capacitada para encontrar os atuais talentos.

A partir disso, o fato é que o funcionário que possua o padrão ideal para o cargo, deve ser aproveitado, pois do contrário, a organização irá gerar problemas internos, ocasionando numa piora do clima organizacional e ao mesmo tempo, desestimulando o colaborador em procurar se aperfeiçoar e buscar novos conhecimentos, atrasando o processo de desenvolvimento organizacional. Entretanto, a organização deve ter um conhecimento de toda a sua organização, possuindo um conhecimento pleno de todos os seus colaboradores, identificando suas atribuições, além de conhecer de forma detalhada os conhecimentos e habilidades necessárias a cada um dos setores da empresa, pois através disso, ela identificará de forma mais eficaz a necessidade de recrutamento, a fim de tornar seu processo de recrutamento e seleção mais vantajoso para a organização além, de possibilitar o crescimento de seus colaboradores.

## **METODOLOGIA PESQUISA**

Foi realizado um estudo de teorias sobre o tema da pesquisa, utilizando-se para isto materiais como livros, artigos dispostos na internet, jornais e outros materiais contendo assuntos sobre o tema abordado. Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados respectivamente pesquisas bibliográficas. Para realização deste trabalho, se dará pela pesquisa qualitativa, descritiva, explicativa, através de pesquisa bibliográfica. As referências pesquisadas foram: o resultado de referências na época pesquisada, escritores, teses, dissertações, monografias, artigos, resumo expandido, livro, capítulo de livro e revistas, com a finalidade de fundamentar as principais conclusões obtidas.

## **ANÁLISE DE DADOS**

As mídias sociais ofertam condições de segmentação avançadas, possibilitando que as organizações dirijam suas vagas no processo de recrutamento e seleção para pessoas com competências, características, formação acadêmica correta ou demanda importante. Inclusive, a probabilidade de compartilhamento e solicitação por meio das pessoas cresce ainda mais a quantidade de vagas, atingindo pessoas que podem não estar de forma direta em conexão com a organização.

Isso traz uma grande visibilidade para as possibilidades de trabalho e cresce a possibilidade de conseguir pessoas capacitadas e com experiência adequada.

A comunicação nas mídias sociais também traz a possibilidade no processo de recrutamento e seleção de forma mais ágil e concreta. Então, as mídias sociais são ferramentas fortes e eficazes na divulgação de vagas que existam em uma organização, o que traz uma maior abrangência, para que de forma adequada, o processo de recrutamento e seleção possa captar os candidatos mais aptos para cada vaga a ser preenchida.

A forma de comportamento de um colaborador é fundamental para um grupo produtivo. É preciso que ele seja avaliado pelos recursos humanos, se realmente ele atende as demandas que são estabelecidas. Inclusive, é necessário compreender a parte comportamental de um colaborador para que identifique seus pontos fortes e seus pontos fracos, e os que estão em processo de desenvolvimento, com isso, passa a existir a possibilidade de ter um planejamento mais adequado e eficaz, a fim de buscar colaboradores que estejam mais habilitados para as vagas a serem preenchidas.

Isso colabora para o desenvolvimento e capacitação profissional do indivíduo, bem como para possibilitar a organização a atingir os seus objetivos. Além do mais, um colaborador com um perfil comportamental correto ele terá condições de se adaptar melhor às modificações que irão acontecer, possibilitando enfrentar os obstáculos de uma melhor forma e assim, colaborar de forma mais positiva para o ambiente organizacional. Entretanto, o investimento nesta avaliação do colaborador, será fundamental para que o resultado possa de forma sistêmica melhorar o grupo de colaboradores da empresa.

Existem várias formas de recrutamento e seleção, com vantagens e desvantagens onde as organizações podem fazer a busca de novos talentos ou até mesmo aproveitar os que já possuem, onde possam capacitá-los para atingir os resultados positivos.

A questão da entrevista compreende como primeira fase do procedimento seletivo, onde o recrutamento é realizado pelos recursos humanos que tem um contato melhor com o candidato e possa avaliar suas habilidades relevantes.

Ela é feita conforme o perfil de cada profissional. Isto é, é realizada por uma gama de ações que possui o poder de filtrar e dar o suporte na seleção dos profissionais mais apropriados para o cargo a ser ocupado na empresa.

Cada etapa do processo vai observar se o candidato tem realmente as habilidades e capacidades que são solicitadas pela organização.

As empresas são instituídas por indivíduos que investem no procedimento de ascensão e resultado positivo do negócio. Então é preciso que as organizações tragam

como preferência a procura por colaboradores de excelência para fazer parte do seu grupo.

Os colaboradores precisam se sentir mais valorizados e motivados a colaborar de maneira mais satisfatória para a ascensão da organização, isto também faz parte das atribuições dos recursos humanos. Dessa forma, um ambiente de trabalho saudável deve ser incorporado, a fim de trazer novos talentos e preservar os já existentes na organização.

Isso significa que, tem que haver reciprocidade de ambas as partes, tanto a empresa como os colaboradores precisam se responsabilizar por suas atribuições para que tenha resultados positivos.

Os recursos humanos tradicional, inclusive visto como RH Operacional, é atribuído pelas ações da rotina e procedimentos burocráticos. Já com relação à gestão de pessoas, que envolve, o resultado em processos mais manuais, com várias situações e pode acontecer à realização e ausência de crescimento profissional.

As essenciais atribuições são realizadas sem planejar ou sem mensurar as consequências. Essas atribuições são realizadas com base em processos determinados há muitos anos pela organização, sem nenhuma modificação ou adequação.

Os recursos humanos estratégico por sua vez, como o próprio nome revela, traz a oferta de procedimentos estratégicos para simplificar e aprimorar o departamento. Isso mostra a importância do setor de recursos humanos no desempenho e capacitação de colaboradores e desenvolvimento da empresa, buscando informações para verificar obstáculos e promover soluções tecnológicas eficazes.

Como consequência, vários colaboradores dessa área não conhecem algumas das atribuições mais atuais e táticas como a tecnologia da informação, comunicação que é primordial em organização, e espírito de liderança.

A partir daí, uma empresa que tem um planejamento formado, capacitado e preparado para ter um processo de recrutamento, seleção e treinamento se sobressai diante de seus adversários com resultados positivos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir deste estudo observa-se a importância de um recursos humanos atuante e eficaz em uma organização, especificamente na área de recrutamento, seleção e

capacitação de novos e atuais colaboradores, onde é visto como um instrumento será capaz de trazer o bem-estar físico, mental e social dos seus colaboradores, com isso mostrando competências e habilidades fundamentais para gerir a organização que permanece inserida. Cabe a cada organização adequar o seus recursos humanos a seus valores e princípios, tornando o seu processo de recrutamento e seleção, capacitação e treinamento, para atingir resultados positivos com seus colaboradores. Ele pode instituir procedimentos manuais, e fazer o uso da tecnologia da informação, que traz benefícios neste processo, com isso, adquirindo melhores resultados.

## REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas - O Novo Papel da Gestão do Talento Humano**. São Paulo: Atlas. 2020 Disponível em:  
<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/57528/1/SARAH%20CRISTINA%20VICENTE%20VIEIRA.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2024

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Elsevier, 2004 Disponível em:  
<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/57528/1/SARAH%20CRISTINA%20VICENTE%20VIEIRA.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2024

DA CRUZ, Pedro Henrique Trindade; JUSTI, Edrilene Barbosa Lima. **Recrutamento e Seleção: uma Revisão Bibliográfica**. 2023. Disponível em:  
<https://repositorio.ufms.br/jspui/retrieve/721f1603-874a-431b-8492-d4bebf07d01/8683.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2024.

KNAPIK, Janete. **Gestão de pessoas e talentos**. Ibpex, 2008. Disponível em:  
<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/57528/1/SARAH%20CRISTINA%20VICENTE%20VIEIRA.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2024.

MELO, Andressa de et al. **Gestão de Pessoas e Inovação: Como Isso Impacta as Organizações**. 2022. Disponível em:  
<http://ibict.unifeob.edu.br:8080/jspui/bitstream/prefix/4607/1/ARTIGO.M8ADM.G8.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2024.

SARAH, Cristina Vicente Vieira. **GESTÃO DE PESSOAS: A IMPORTÂNCIA DE UMA EFICIENTE E PLANEJADA GESTÃO DE RH**. 2022 Disponível em:  
<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/57528/1/SARAH%20CRISTINA%20VICENTE%20VIEIRA.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2024.

SANTOS, Vanessa Cristina Bissoli dos. **Aprendizagem organizacional como instrumento de gestão de pessoas sob a ótica da competência em informação**. 2020. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/26aaf465-2f9e-4791-9354-05ba712975f5/content> Acesso em 05 de setembro de 2024.

## *Capítulo 13*

# **CONTABILIDADE AMBIENTAL: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIOS, COM A FINALIDADE DE MEDIR E DIVULGAR SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS**

***Maria Eduarda Olivera Borges***

*Estudante do 8º semestre de Ciências Contábeis nas Faculdades IESGO.*

*E-mail: mariaborges.cont@gmail.com*

### **RESUMO**

A contabilidade ambiental é um ramo do mercado contábil, implantado recentemente no mercado, o presente artigo observando a crescente procura e a preocupação dos autores com o equilíbrio entre desenvolvimento e ecologia, discute a necessidade de se observar uma gerência contábil eficiente também no agronegócio, com o objetivo de medir e tornar públicas as consequências de sua atividade no meio ambiente, bem como, aumentar sua transparência e reputação. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar a relevância da Contabilidade na gestão ambiental, viabilizando o processo de provisionamento das informações de forma correta e também no tempo certo. Com esse fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e um questionário voltado para os profissionais da área da contabilidade, com relação a suas atividades práticas com essa vertente ambiental. Para a coleta, foi aplicado um questionário on-line através da plataforma "Google" denominada "Google" Formulários, a metodologia aplicada foi a quantitativa. Com relação ao tema da contabilidade ambiental, todos os profissionais a consideram um assunto de essencial relevância na busca de um ambiente empresarial sustentável. Com a situação atual, este tipo de gestão se torna mais importante pois promove os benefícios da gestão integrada em suas dimensões ambiental e contábil.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Gestão ambiental. Contabilidade.

### **ABSTRACT**

Environmental accounting is a branch of the accounting market, recently implemented in the market, this article observing the growing demand and the concern of the authors with the balance between development

and ecology, discusses the need to observe an efficient accounting management also in agribusiness, with the objective of measuring and making public the consequences of its activity on the environment, as well as increase its transparency and reputation. In this context, this work aimed to analyze the relevance of Accounting in environmental management, enabling the process of provisioning information correctly and also at the right time. To this end, a bibliographic research and a questionnaire were carried out aimed at accounting professionals, regarding their practical activities with this environmental aspect. For the collection, an online questionnaire was applied through the "Google" platform called "Google" Forms, the methodology applied was quantitative. Regarding the topic of environmental accounting, all professionals consider it a subject of essential relevance in the search for a sustainable business environment. With the current situation, this type of management becomes more important because it promotes the benefits of integrated management in its environmental and accounting dimensions.

**Keywords:** Development. Environmental management. Accounting.

## INTRODUÇÃO

A Contabilidade é um instrumento de indispensável utilidade para empresas de qualquer área de atuação, porquanto, assegura dados e informações financeiras corretas e estratégicas. Relativamente ao contexto ambiental, sua importância se amplia, uma vez que é necessário contabilizar e evidenciar a relação da entidade com o meio, que vai desde a apropriação de recursos, até a deposição de resíduos e poluição. A irrelevância de normas que especificasse tais atividades, no entanto, levou ao escasso fornecimento de matérias-primas que levou algumas empresas a adotar práticas de gestão que aprimoraram um desenvolvimento mais eficiente enquanto protegiam o meio ambiente.

A contabilidade ambiental tornou-se uma necessidade da empresa ao oferecer recursos de medição e reporte da gestão em relação à medição de impactos ambientais da operação empresarial. Dessa forma, ao assegurar o cumprimento das normas, as empresas conservam o patrimônio ao valor acrescentado por um longo período de tempo. Dado que, práticas específicas de reporte e contabilidade de sustentabilidade podem reconciliar objetivos econômicos e preocupações ambientais para aprimorar a gestão dos recursos e ajudar nos esforços de conservação ambiental. A interdisciplinaridade entre a contabilidade e a sustentabilidade é, por conseguinte, fundamental para um desenvolvimento empresarial mais responsável.

O presente trabalho tenta mostrar a importância da integração dos processos em novos modelos contábeis e financeiros, enfatizando a teoria sobre os critérios que mostram a situação contábil. Para uma empresa do setor agropecuário, este trabalho é útil na análise dos sistemas contábeis e das razões para atribuir importância em termos de conformidade com as regulamentações e na publicação oportuna de demonstrações. De acordo com uma pesquisa realizada pelo CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, divulgada pelo G1, o agronegócio é um setor em constante expansão, esse setor contribui com  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, um número que demonstra a importância deste seguimento. Nesse sentido, o problema central deste manuscrito é responder a estas questões: Como a contabilidade ambiental pode ampliar a agenda no agronegócio? E quais os desafios e vantagens de introduzir práticas de desenvolvimento sustentável para promover a adoção do setor?

Este trabalho se justifica a partir da pertinência da área contábil em relação a decisões estratégicas dentro do agronegócio. Ao associar as características que tornam específica a contabilidade rural, o objetivo é apontar as melhores estratégias de gerenciamento de produção, custos e práticas de avaliação de ativos biológicos a fim de otimizar resultados e a sustentabilidade dos negócios no setor. A contabilidade, em constante evolução, oferece ferramentas essenciais para a gestão eficiente e o sucesso de qualquer negócio.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Contabilidade**

De acordo com os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, a contabilidade é a ciência que analisa e executa funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos relacionados à administração econômica. Essa disciplina é fundamental para a tomada de decisões nas empresas, pois fornece dados precisos sobre sua situação financeira e patrimonial. Os princípios fundamentais da contabilidade, como o da entidade, afirmam que o patrimônio é o objeto da contabilidade e que deve ser tratado de forma independente dos patrimônios pessoais dos proprietários. Essa separação é crucial para garantir a clareza nas demonstrações financeiras e na gestão das obrigações fiscais e legais da entidade. Os Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade (CFC, 2008, p. 41), destaca que:

Na Contabilidade, o objeto é sempre o patrimônio de uma Entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.

A contabilidade é um excelente instrumento para identificar, registrar, acumular, analisar, interpretar e informar sobre as operações empresariais aos sócios, acionistas e investidores em geral, além dos administradores. Dessa forma, ela se configura como um recurso essencial para a gestão empresarial sendo assim, o seu uso é fundamental e de suma importância para seus usuários.

### **Contabilidade Ambiental**

A contabilidade ambiental é uma ferramenta fundamental para empresas que buscam operar de maneira responsável e sustentável. Ao incorporar aspectos ambientais em suas práticas contábeis, as organizações conseguem não apenas cumprir obrigações legais, mas também fortalecer sua competitividade no mercado. A contabilidade na linguagem financeira – ambiental, para o termo em questão, é orientada a anotar as transações da empresa com a sociedade ou as transações que impactam, ou devem impactar, o desempenho econômico e financeiro da empresa. Para atingir seus objetivos, ele deve garantir que os custos, ativos e passivos de origem ambiental sejam reconhecidos de acordo com o conceito contábil ou, na ausência dele, com as normas aceitáveis da contabilidade, e também garantir que o desempenho do meio ambiente seja contabilizado de tal forma que os usuários das informações contábeis tenham acesso irrestrito a essas e outras informações relevantes, (BERGAMINI,1999, p. 99) afirma que:

A contabilidade da gestão ambiental ganhou relevância dentro da ciência contábil a partir de fevereiro de 1998, com a publicação do relatório financeiro e contábil sobre passivos e custos ambientais. Esse documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas para Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios da ONU (ISAR – “*United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*”).

Essa abordagem permite a redução de custos, a melhoria da eficiência operacional e a atração de consumidores conscientes, além de auxiliar na gestão de riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade, beneficiando a imagem e a reputação da

empresa. A contabilidade é como um guia para as empresas que desejam implementar práticas mais sustentáveis. Ela mostra o caminho para que as empresas possam controlar e reduzir os danos que causam ao meio ambiente. Em outros termos, a contabilidade ambiental é entendida como um instrumento auxiliar na gestão que aliena ou em muito, limita o risco das empresas com a ideia de sustentabilidade.

A contabilidade nas empresas deste ramo, deve ser de maneira eficiente, pois a escassez de matéria-prima e de recursos naturais em geral deixou um temor ou uma visão muito mais pessimista para as empresas desse setor, ou seja, hoje existem empresas que não são tão respeitadas, pois não se preocupam com o meio ambiente, tendo assim, um desprezo arbitrário pela flora e fauna. Atualmente, muitas entidades adotam uma estratégia de promover uma imagem de "amigas da natureza", o que beneficia especialmente empreendedores que exportam seus produtos. Países como China e os do continente europeu têm grande preocupação tanto com o crescimento das empresas, quanto com a preservação de seus recursos naturais. Além disso, há uma "lista negra" de empresas que não mantêm práticas ambientais adequadas, essas, tem uma dificuldade em fechar negócios. Para SACHS (1993), a sustentabilidade econômica envolve uma gestão cuidadosa dos recursos naturais, aliada a uma dinâmica de investimentos que beneficie toda a sociedade, e não apenas as empresas.

Com base nos estudos acerca deste tema, o presente ramo da contabilidade tem a responsabilidade de inscrever os bens e os direitos de responsabilidade da empresa e, ainda, possibilitar uma administração mais racional e a expansão sustentável. Além disso, tende a gerar relatórios de forma específica, auxiliando na elaboração de um planejamento organizacional estratégico, focando na gestão de estoque, redução de custos com penalidades, e o benefício social gerado por preservarem o meio-ambiente. Conforme (BERGAMINI, 1999, p. 100):

A contabilidade ambiental não é relevante apenas para os empresários, mas também, devido à crescente demanda e ao avanço das legislações, para investidores, instituições financeiras e o público em geral, desempenhando um papel fundamental no cenário de competição global.

Isso ilustra a necessidade de treinamento de contadores nesta área, devido à crescente demanda por profissionais qualificados também em gestão sustentável, a fim de servir como um bom exemplo e oferecer um futuro melhor para as gerações que estão por vir. Algumas empresas, tem bastante dificuldade para implementar a gestão contábil

ambiental, principalmente aquelas que contém alto teor na degradação do meio ambiente, visto que, a transparência pode trazer benefícios, como melhores preços por oferecem produtos sustentáveis, quanto negativos acerca da dificuldade de trabalharem de forma mais eficaz reservando os recursos naturais. A contabilidade ambiental somente existirá se as empresas a quiserem, por quanto, sua adoção não é obrigatória como, por exemplo, na contabilidade financeira (tradicional). Ao considerar essa afirmação, pode-se afirmar que sua implementação ocorre apenas nas organizações onde foi compreendido o melhor uso de sua aplicação e como é possível para os negócios gerarem lucros e ser sustentável.

### **Ativos Ambientais**

Na contabilidade, usamos o termo ativo e passivo para a determinação dos bens e direitos da entidade, na categoria da contabilidade ambiental, também a descrevemos da mesma maneira, porém, acrescentando a vertente ambiental. Para o (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019, p. 19), "Ativo é o recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados, mas também se espera um benefício futuro deste direito".

Imagine uma empresa que planta árvores em uma área desmatada. Além de cumprir sua responsabilidade social, essa ação gera um ativo ambiental valioso. As árvores absorvem o carbono, melhoram a qualidade do ar e da água, e ainda podem ser utilizadas para produção de madeira no futuro. Esse é apenas um exemplo de como as empresas podem transformar seus esforços em prol do meio ambiente em um ativo valioso. São como um tesouro verde, que as empresas acumulam ao investir em práticas sustentáveis. São tecnologias limpas, certificações ambientais, marcas associadas à sustentabilidade, áreas de preservação, conhecimentos e muito mais. São, em resumo, tudo aquilo que uma empresa faz para cuidar do planeta e que, por sua vez, traz benefícios para ela mesma. Os Ativos Ambientais consistem em todos os bens e direitos associados à gestão ambiental, englobando tanto o capital circulante, quanto o capital líquido. Eles refletem os investimentos direcionados à sustentabilidade e à proteção do meio ambiente, para minimizar os impactos das operações empresariais. Em resumo, os ativos ambientais são muito mais do que apenas um rótulo. São investimentos que geram valor para as empresas e para a sociedade como um todo. Ao transformar seus desafios em oportunidades, as empresas podem construir um futuro mais sustentável e próspero.

(KRAEMER, 2001, p.32), define ainda como sendo:

Estoques de insumos, peças, acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc., adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

### **Passivos Ambientais**

Os passivos ambientais referem-se às obrigações ou responsabilidades financeiras que uma empresa ou outras organizações têm em relação aos impactos negativos no meio ambiente. Essas responsabilidades podem surgir de atividades que levam à poluição, à deterioração de recursos naturais ou outras formas de danos ambientais, e frequentemente exigem medidas corretivas, como a recuperação de locais poluídos ou compensações monetárias. A responsabilidade social de uma empresa vai além do lucro. Ao causar danos ao meio ambiente, uma empresa não apenas viola a lei, mas também compromete a qualidade de vida das comunidades ao seu redor. Esses danos podem gerar passivos ambientais involuntários, que exigem investimentos para a sua reparação. Ao assumir a responsabilidade por seus atos, a empresa demonstra respeito pelo planeta e pelas pessoas. Conforme (BERGAMINI, 1999; p.102, “O reconhecimento contábil de um passivo ambiental pressupõe a existência de uma obrigação presente, decorrente de eventos passados, que provavelmente resultará em um desembolso de recursos pela entidade”. Em outras palavras, a empresa assume a responsabilidade financeira por danos ambientais causados, mesmo que ainda não tenha efetuado os pagamentos correspondentes. A gestão eficaz dos passivos ambientais é fundamental para a sustentabilidade das empresas e para a proteção do meio ambiente. Ao identificar, avaliar e provisionar os passivos ambientais, as empresas demonstram seu compromisso com a responsabilidade social e ambiental, mitigam riscos e aumentam sua reputação. Em resumo, os passivos ambientais representam um desafio significativo para as empresas, exigindo uma gestão proativa e transparente. A compreensão dos conceitos e das implicações dos passivos ambientais é essencial para que as empresas possam tomar decisões estratégicas e garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.

## **Sistema de Gestão Ambiental (SGA)**

O sistema de gestão ambiental, veio para auxiliar no processo gerencial das empresas do agronegócio, destacando o bom relacionamento entre meio ambiente e o desenvolvimento da sociedade. A SGA é um conjunto de práticas, procedimentos e políticas que uma organização implementa para identificar, controlar e minimizar os impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços. Esse sistema tem como objetivo:

- Minimizar os impactos ambientais;
- Prover a sustentabilidade;
- Melhorar a imagem da empresa e manter a transparência;
- Aumentar a eficiência; e
- Cumprir a legislação ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental é uma ferramenta poderosa para que as empresas possam contribuir para um futuro mais sustentável. Ao adotar um SGA, as empresas demonstram seu compromisso com o meio ambiente e garantem um futuro mais próspero para todos. Segundo (FREITAS; OLEIRO, 2011; pg. 69):

O sistema de gestão ambiental pode ser entendido como toda ação desenvolvida pela organização com a finalidade de minimizar ou até mesmo eliminar a ação decorrente de suas atividades operacionais que degradem o meio ambiente.

A certificação ISO 14001 atesta que uma organização implementou um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com os requisitos da norma, esta autoridade certifica que, com a emissão deste certificado, a organização está comprometida com a gestão ambiental e a melhoria contínua de seu desempenho ambiental. Considerada a principal norma de gestão ambiental, os Certificados de Gestão e-bal para ISO 14001 permitem que organizações internacionais cumpram o compromisso com a sustentabilidade, e há muitos benefícios para organizações certificadas, como imagem aprimorada, economia, conformidade legal etc.

## **Legislação Ambiental**

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 225, garante que todos têm

direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O desenvolvimento econômico não pode se dar à custa da degradação ambiental. A Constituição Federal, ao garantir o direito a um meio ambiente equilibrado, estabelece um limite para a atividade empresarial. As empresas devem buscar um modelo de desenvolvimento sustentável, que concilie crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

### **Benefícios e Desafios da implantação da Gestão Contábil**

A implantação de uma gestão contábil eficiente traz inúmeros benefícios para as organizações, desde o controle financeiro até a tomada de decisões estratégicas. No entanto, o processo de implementação também apresenta desafios que precisam ser superados. A resistência à introdução de práticas sustentáveis no agronegócio brasileiro é o resultado de um cenário complexo.

A falta de informações claras e compreensíveis sobre as vantagens da sustentabilidade, juntamente com a ausência de benefícios fiscais e a presença de um marco legal que enfatiza principalmente a punição em vez da cooperação, impede o progresso em direção a inovações e tecnologias mais limpas. Isso provoca um conflito entre a necessidade de produção de alimentos e a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, o que ameaça a sustentabilidade do setor a longo prazo. De acordo com (MENDES, 2010, p. 67):

Cabe salientar que na questão ambiental, as formas de contabilização, indicadores, transferências, tributação, valoração, enfim, inúmeros quesitos encontram-se longe de uma padronização, dificultando qualquer informação mais próxima de uma realidade numérica.

Segundo o mesmo autor, a contabilidade foi fortemente moldada pelas restrições e parâmetros do controle fiscal e, embora isso tenha resultado em certos avanços para o campo da contabilidade, ao mesmo tempo também serviu como uma limitação na adoção prática da evolução dos princípios contábeis em relação às preocupações ambientais.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia utilizada para a realização deste artigo, foi promovida uma pesquisa, com uma abordagem qualitativa, essa abordagem permite a visualização dos dados com base no nível de conhecimento dos profissionais entrevistados. A escolha é justificada por permitir uma análise sistêmica e eficaz a respeito do nível da competência técnica dos contadores.

Para a coleta de dados foi feita uma pesquisa, pela plataforma do “Google” conhecida como “Google” Formulários, facilitando a pesquisa por ser de maneira online e contendo respostas objetivas. Para (GIL, 2002, p. 41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Contudo, como afirma o próprio autor, o objetivo da pesquisa exploratória é aprofundar os conhecimentos do tema, buscando identificar as principais percepções dos profissionais sobre o sistema de trabalho e seus benefícios. O questionário, composto por questões de múltipla escolha, foi elaborado para permitir que os participantes expressassem suas opiniões de forma livre e autônoma, selecionando as alternativas que mais se alinhavam à sua experiência. A análise dos dados se concentrou na avaliação da eficácia do sistema em relação às necessidades de capacitação e às características individuais dos profissionais. Como afirma (SELLTIZ, et al., 1967; p. 63) “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão’”.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

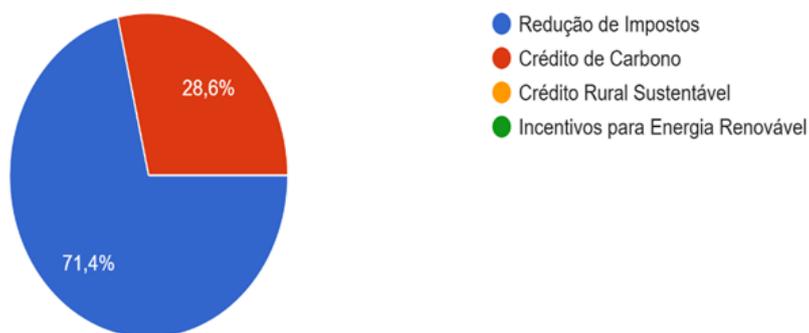
Nesse capítulo será discutido a pesquisa realizada, direcionada aos profissionais que atuam na contabilidade e que possuem clientes que trabalham na área destinada ao agronegócio. A metodologia da pesquisa foi a qualitativa, ou seja, foi avaliada de acordo com o nível dos profissionais e suas respostas foram de acordo com o que eles entendiam

e pelo de atuação.

Gráfico 1. Quais são os principais benefícios fiscais relacionados à adoção de práticas de gestão ambiental no agronegócio?

Quais são os principais benefícios fiscais relacionados à adoção de práticas de gestão ambiental no agronegócio?

7 respostas



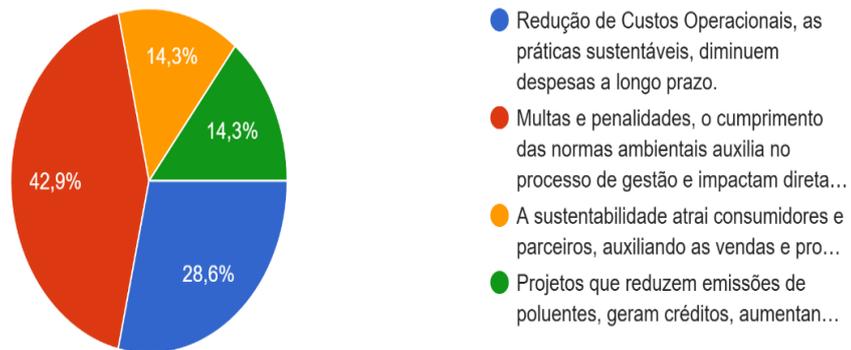
**Fonte:** Borges, (2024)

Para os contadores que participaram da pesquisa, os benefícios que se aliam ao empreendedor ao implantar a gestão ambiental com 71,4% dos votos, foi a redução dos impostos. Os créditos variam de acordo com a legislação de cada local, a seguir iremos comentar os créditos mais comuns nessa área. O crédito de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pode ser utilizado com fins de compensação para outros impostos estaduais, já o PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) podem ser usados para compensar o pagamento de impostos federais. Há também o Crédito de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) também usado para o pagamento de impostos federais. Os outros 28,6% acham que a gestão contábil ambiental pode ter mais benefícios em relação ao Crédito de Carbono, se trata de um mecanismo monetário que representa a redução de uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e) ou sua remoção da atmosfera. Os créditos e compensações de carbono são obtidos por meio de diversas iniciativas e projetos que tentam reduzir as emissões. Esse crédito já possui diversos clientes, porém ainda não há uma legislação específica acerca desse proveito. A compensação será feita a partir do valor estipulado por hectare.

Gráfico 2. De que forma a gestão ambiental impacta o balanço patrimonial e a demonstração de resultados de uma empresa agrícola?

De que forma a gestão ambiental impacta o balanço patrimonial e a demonstração de resultados de uma empresa agrícola?

7 respostas



Fonte: Borges, (2024)

Para uma boa gestão ambiental, é necessário alguns requisitos assim também são de suma importância saber o impacto que isso pode causar na empresa. Grande parte dos profissionais somando 42,9%, responderam que o melhor resultado que tiveram, após a adesão dessa gestão foi a melhoria na redução dos custos com multas e penalidades acerca das obrigações que uma empresa ambiental precisa cumprir. Cerca de 28,6% colocaram que os custos operacionais diminuiriam drasticamente, à medida que a gestão ambiental evoluía. As outras duas questões que restaram ficaram divididas igualmente entre a porcentagem de 14,3%, concordando que a sustentabilidade atrai consumidores, a imagem da empresa auxilia no processo de captação de clientes, e outros disseram que a gestão é responsável por auxiliarem na emissão de créditos, que poderão ser usados depois para reduzirem os impostos a serem pagos.

Gráfico 3. De que forma a contabilidade de custos pode ser usada para medir a eficiência de práticas de sustentabilidade e gestão ambiental no agronegócio?

De que forma a contabilidade de custos pode ser usada para medir a eficiência de práticas de sustentabilidade e gestão ambiental no agronegócio?

7 respostas



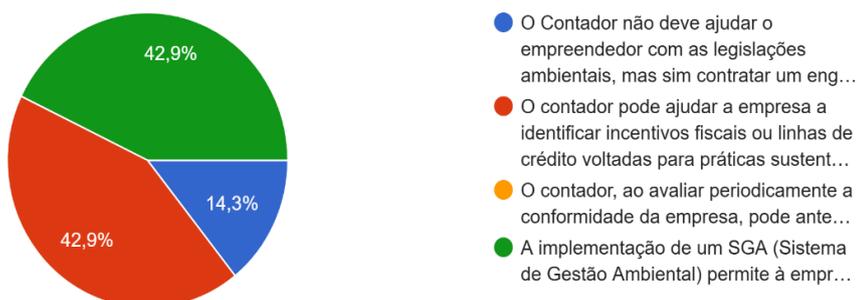
Fonte: Borges, (2024)

A contabilidade de custos pode ser aliada a eficiência para práticas de sustentabilidade, 57,1% responderam que a contabilidade realiza uma análise de custo-benefício das ações ambientais, como: Economia dos recursos naturais, redução das emissões de gases do efeito estufa e os resíduos, impactos econômicos positivos acerca dos produtos com o selo de certificação ambiental, melhorando acesso aos preços mais elevados do mercado e auxiliando no processo de exportação dos produtos. Ou seja, ela pode se tornar um auxílio para o empreendedor, se tornando uma empresa mais competitiva e obtendo maior facilidade em competir com preços mais elevados. Já 28,6% afirma que a mensuração eficaz dos recursos auxilia na administração e tomada de decisões da empresa. Os outros 14,3 % concordam que, é permitido o devido planejamento acerca investimento sendo inicial ou contínuo.

Gráfico 4. Como o contador pode ajudar a empresa a garantir conformidade com legislações ambientais e evitar multas ou penalidades?

Como o contador pode ajudar a empresa a garantir conformidade com legislações ambientais e evitar multas ou penalidades?

7 respostas



Fonte: Borges, (2024)

O Contador tem o papel de auxiliar direta e indiretamente na gestão da empresa, fazendo uma análise das informações para alcançar melhores resultados. Dos resultados que eu obtive na pesquisa 42,9% afirmam que, o contador deve identificar incentivos fiscais, créditos dos impostos a serem pagos, e fazer uma avaliação da administração dos recursos da empresa. Já outros 42,9% concordam que a implantação de um SGA (Sistema de Gestão Ambiental), permite que a empresa possua uma visão melhor da empresa facilitando o cumprimento das normas e evitando riscos de penalidades. Enfim, 14,3% discordam totalmente e acham que o contador não deve intervir nesse setor, deixado para profissionais da área, como um engenheiro agrônomo habilitado a exercer essa função.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A contabilidade comprova por meio deste estudo a sua importância e a sua influência na gestão das empresas no ramo do agronegócio, com a geração das informações o gestor tende a tomar decisões de maneira mais assertiva, evitando assim custos desnecessários, auxiliando na administração de estoques, assim, evidencia sua eficácia. Esta pesquisa constatou a pertinência da incorporação da contabilidade ambiental nas atividades do agronegócio. Ao se observar a literatura das áreas e os conceitos básicos da contabilidade e da contabilidade ambiental, ficou claro que o trabalho da contabilidade precisa integrar a esfera da gestão empresarial com a esfera de interação e o impacto ambiental das suas atividades. A contabilidade ambiental configura-se, assim, como uma ferramenta que possibilita às empresas não apenas medir e relatar os impactos causados, mas também buscar a melhoria na implementação de práticas que venham a reduzir os passivos e reforçar os ativos ambientais. Existe assim indissolúvelmente uma concepção e prática responsável - a contabilidade e a sustentabilidade.

O trabalho trouxe também novas perspectivas sobre os benefícios da contabilidade ambiental na atividade do agronegócio se tais incluam a melhor reputação da empresa, a redução de custos, o aumento da eficiência operacional, a possibilidade de atração de investidores-alvo. Modelos de aplicação desse approach se mostram desafiadores diante das dificuldades da implementação da prestação de sistemas adequados e baixos níveis de cultura em algumas empresas. É importante que as empresas do agronegócio entendam que a sustentabilidade não é apenas uma possibilidade, mas sim uma urgência

em questão de administração dos recursos e condutas dos empreendimentos no futuro. Já na sua essência, a legislação ambiental cria um quadro normativo com requisitos e parâmetros de proteção do meio ambiente que estimula as empresas a atuarem em maior conformidade com normas ecológicas.

## REFERÊNCIAS

BERGAMINI JUNIOR, Sebastian. **Contabilidade e Risco Ambiental**. Revista do BNDS, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 97-116, jun. 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17021> acessado no dia: 02/10/2024.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **NBC T 15**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res\\_1003.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf) acessado no dia: 26/09/2024.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0\\_Livro\\_Principios-e-NBCs.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0_Livro_Principios-e-NBCs.pdf) acessado no dia: 02/10/2024.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Disponível em: [https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf) acessado no dia: 02/10/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) acessado no dia: 03/10/2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: Metodologia da Pesquisa Antonio Carlos Gil - Como Elaborar Projetos de Pesquisa.pdf - Google Drive acessado no dia: 26/10/2024.

FREITAS, D. P. S.; OLEIRO, W. N. **Contabilidade Ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA**. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade. v. 1, n. 2, p. 65-81, set./dez. 2011. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/29> acessado no dia: 03/10/2024.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental: O passaporte para a Competitividade**. CRCSC&Você, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25-40, dez. 2001 – mar. 2002.

Disponível em: file:///C:/Users/dudab/Downloads/admseer,+Artigo+2+n.1+p.25-40.pdf

acessado no dia: 21/10/2024.

MENDES, Fernando Bernardo. **A contabilidade ambiental: conceitos e concepções metodológicas**. 2010. 75f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia, PUCRS, Porto Alegre, 2010. Disponível em:

<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3892/1/425613.pdf> acessado no dia: 21/10/2024.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para do século XXIN: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993. Disponível em:

<file:///C:/Users/dudab/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/GEST%C3%83O%20AMBIENTAL.%20PDF.pdf> acessado no dia: 26/10/2024.

SELLTIZ, Claire et ai. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

Disponível

em:[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/88677/mod\\_folder/content/0/selltiz.%20Odelineamentos%20de%20pesquisa%20de%20levantamentopdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/88677/mod_folder/content/0/selltiz.%20Odelineamentos%20de%20pesquisa%20de%20levantamentopdf) acessado no dia: 26/10/2024.

## **ANEXO A – CÓPIA DO QUESTIONÁRIO APLICADO.**

### **ENTREVISTA (utilizando de questões estruturadas)**

#### **PESQUISA CIENTÍFICA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS/IESGO**

Esta pesquisa foi realizada pela aluna Maria Eduarda Oliveira Borges, orientado pelo professor Georges Charles de Weck Ribeiro. O tema da pesquisa é “**CONTABILIDADE AMBIENTAL**”.

Olá, me chamo Maria Eduarda Oliveira Borges, discente de Ciências Contábeis das Faculdades IESGO e gostaria da sua participação, pois ela será imprescindível para a realização do meu TCC. Lembrando que os dados coletados possuem apenas fins acadêmicos. Obrigada pela atenção e colaboração!

Contato – Aluna Maria Eduarda: [mariaborges.cont@gmail.com](mailto:mariaborges.cont@gmail.com)

**1- Quais são os principais benefícios fiscais relacionados à adoção de práticas de gestão ambiental no agronegócio?**

- Redução de impostos.
- Crédito de Carbono
- Crédito Rural Sustentável
- Incentivos para Energia Renovável

**2- De que forma a gestão ambiental impacta o balanço patrimonial e a demonstração de resultados de uma empresa agrícola?**

- Redução de Custos Operacionais, as práticas sustentáveis, diminuem despesas a longo prazo.

( ) Multas e penalidades, o cumprimento das normas ambientais auxilia no processo de gestão e impactam diretamente na economia de recursos da empresa, melhorando o seu resultado operacional.

( ) A sustentabilidade atrai consumidores e parceiros, auxiliando as vendas e promovendo maior rentabilidade.

( ) Projetos que reduzem emissões de poluentes, geram créditos, aumentando as receitas.

**3- De que forma a contabilidade de custos pode ser usada para medir a eficiência de práticas de sustentabilidade e gestão ambiental no agronegócio?**

( ) A Contabilidade de Custos permite um planejamento do investimento inicial e contínuo, analisando as práticas para realizarem de maneira sustentável.

( ) A Contabilidade realiza uma análise de custo-benefício das ações ambientais, como: Economia dos recursos naturais, redução das emissões de gases do efeito estufa e os resíduos, impactos econômicos positivos acerca dos produtos com o selo de certificação ambiental, melhorando acesso aos preços mais elevados do mercado e auxiliando no processo de exportação dos produtos.

( ) Evita multas, reputação negativa e perdas pela diminuição do valor ou boicotes.

( ) Mensuração qualificada na eficiência do uso dos recursos, essas táticas podem ajudar a empresa a determinar os impactos econômicos e ambientais acerca das mudanças.

**4- Como o contador pode ajudar a empresa a garantir conformidade com legislações ambientais e evitar multas ou penalidades?**

( ) O Contador não deve ajudar o empreendedor com as legislações ambientais, mas sim contratar um engenheiro ambiental ou um profissional qualificado.

( ) O contador pode ajudar a empresa a identificar incentivos fiscais ou linhas de crédito voltadas para práticas sustentáveis.

( ) O contador, ao avaliar periodicamente a conformidade da empresa, pode antecipar problemas que poderiam gerar penalidades e recomendar soluções proativas.

( ) A implementação de um SGA (Sistema de Gestão Ambiental) permite à empresa ter uma visão estruturada sobre sua atuação ambiental, facilitando o cumprimento das normas e evitando riscos de penalidades.

## *Capítulo 14*

# **AS TRANSFORMAÇÕES DO PERFIL DO CONTADOR NA CONTEMPORANEIDADE: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS E ADAPTAR-SE AOS PROCESSOS DE MUDANÇAS**

***Flávia Oliveira Ribeiro***

*Licenciada em Letras – Língua Portuguesa/Inglesa e suas respectivas Literaturas;  
Especialista em Orientação Educacional; Língua Portuguesa e Docência do Ensino  
Superior; Professora com mais de 10 anos de atuação. Atualmente, acadêmica do Curso de  
Bacharel em Ciências Contábeis nas Faculdades IESGO. E-mail: [flavia22k\\_fsa@hotmail.com](mailto:flavia22k_fsa@hotmail.com)*

### **RESUMO**

A sociedade contemporânea passa por diferentes transformações em inúmeros setores. Desse modo, a área da contabilidade tem buscado esse avanço em prol da qualidade dos serviços prestados aos clientes, que possui perfis peculiares. Logo, percebe-se a presença de competências e habilidades que contribuem com o trabalho executado para enfrentar e suprir os desafios desse novo cenário corporativo. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa acadêmica tem a pretensão de mostrar o novo cenário contábil, que tem exigido um perfil contemporâneo diante das mudanças presentes na sociedade. É importante destacar que se trata de uma revisão bibliográfica, composta por autores renomados que elucidam o respectivo assunto a partir de diferentes características, conceitos, bem como reflexões significativas. Outro método adotado para o desenvolvimento do respectivo estudo foi à pesquisa de campo, realizada através da aplicação de um formulário virtual, tendo como público variados profissionais que atuam na área da contabilidade contemporânea, marcada por intensos desafios. Cabe destacar que através dessas técnicas metodológicas é possível compreender que o novo contador carece de atualização periódica dos conhecimentos; de treinamento eficaz; de uma formação acadêmica de qualidade; e da busca em conhecer ferramentas contábeis inovadores que cooperem com a tomada de decisões importantes, além da execução adequada das suas atribuições, atendendo e suprimindo as demandas locais.

**Palavras-chave:** Transformação. Contemporaneidade. Contabilidade. Desafios.

**ABSTRACT**

Contemporary society is going through different transformations in numerous sectors. Thus, the accounting area has sought this advancement in favor of the quality of services provided to customers, who have peculiar profiles. Therefore, it is clear that there are skills and abilities that contribute to the work carried out to face and meet the challenges of this new corporate scenario. Therefore, the general objective of this academic research aims to show the new accounting scenario, which has required a contemporary profile in light of the changes present in society. It is important to highlight that this is a bibliographical review, composed of renowned authors who elucidate the respective subject based on different characteristics, concepts, as well as significant reflections. Another method adopted for the development of the respective study was field research, carried out through the application of a virtual form, with the audience being various professionals who work in the area of contemporary accounting, marked by intense challenges. It is worth highlighting that through these methodological techniques it is possible to understand that the new accountant needs to periodically update their knowledge; effective training; quality academic training; and the search for innovative accounting tools that cooperate with important decision-making, in addition to the adequate execution of their duties, meeting and meeting local demands.

**Keywords:** Transformation. Contemporary. Accounting. Challenges.

## INTRODUÇÃO

É essencial destacar que o imprescindível estudo volta-se para a apresentação das principais competências e habilidades para enfrentar os desafios e adaptar-se aos processos de mudanças do contador na contemporaneidade. Observa-se que o perfil do profissional que atua na área da contabilidade vem ao longo dos anos demonstrado diferentes evoluções, elementos essenciais que estão atrelados ao advento tecnológico na era moderna. Desse modo, percebe-se que a globalização, bem como o avanço das tecnologias a sociedade enfrentou mudanças significativas que causaram influências em todos os setores corporativos, elevando a concorrência e exigindo novas atitudes para o enfrentamento, solidez e permanência no cenário trabalhista.

Desse modo, este estudo científico busca investigar: Quais são as principais competências e habilidades do contador na contemporaneidade para enfrentar os desafios e adaptar-se aos processos de mudanças?

Por meio do acervo plural envolvendo o respectivo assunto nota-se que tais inovações conseguiram influenciar de maneira direta no perfil de todo e qualquer colaborador, não sendo distante para quem atua na contabilidade e seu desempenho interno e externo no meio organizacional. As transformações trouxeram consigo variadas exigências imediatas em se tratando da reciclagem, capacitação e obtenção de conhecimentos relevantes para compreender a nova demanda presente no setor.

Vale ressaltar que além dessa nova realidade, o mercado corporativo também buscou por algumas adaptações, focado no atendimento da clientela, o que até hoje acontece com frequência, pois a sociedade se diversifica a cada momento e com isso, os profissionais também devem acompanhá-la em prol da conquista êxito naquilo que almeja. Isso demonstra que a chegada de novas mudanças também há promoção de árduos desafios e barreiras, que carecem ser vencidas. Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa tem a pretensão de mostrar o novo cenário contábil, que tem exigido um perfil contemporâneo diante das mudanças presentes na sociedade.

A justificativa e a escolha do tema aqui explanado partiram da importância que o contador apresenta na sociedade, principalmente pela necessidade em conhecer mais a fundo como esse colaborador está atuando na sociedade moderna, cheia de exigências e modificações. O novo contexto provou alterações na carreira e no perfil profissional do contador, carecendo dele adaptações e flexibilidades que merecem ser analisadas, refletidas e debatidas. Por isso, será fundamental adotar uma pesquisa minuciosa respaldada pelo estudo bibliográfico, constituído por autores críticos e coerentes com o respectivo assunto.

Logo, vale lembrar que inicialmente trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida através de fontes teóricas, fundamentadas e respaldadas em estudiosos indispensáveis que elucidam o respectivo assunto com criticidade e reflexões que devem ser expostas. Ademais, a adoção do estudo de campo também será uma ferramenta fundamental para identificar dados reais de como a presente temática encontra-se discutida na atualidade. Sendo assim, serão aplicados questionários objetivando conquistar informações relevantes e modernas.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### A Globalização e o Avanço das Tecnologias

Por quase 200 anos, a globalização foi vista como um desenvolvimento positivo, embora com custos e benefícios se não um imperativo, e como progresso e modernização, uma ampliação do escopo da humanidade do local e paroquial para o cosmopolita e internacional. Embora esse sentimento certamente não fosse universal, durante grande parte desse período ele foi dominante. PALU *et al.* (2020).

Conforme BARUFFI e RAUSCH (2020) a globalização mudou drasticamente com a Grande Recessão de 2008, as ondas de migração características da última década e, finalmente, a pandemia global do Coronavírus de 2020. Para muitos, a globalização agora conota deslocamento econômico e crescente desigualdade, imigração indesejada e, mais recentemente, um veículo para a transmissão de doenças.

Os efeitos da mudança tecnológica na estrutura econômica global estão criando imensas transformações na maneira como empresas e nações organizam a produção, comercializam bens, investem capital e desenvolvem novos produtos e processos. Tecnologias de informação sofisticadas permitem comunicação instantânea entre as operações distantes de empresas globais. Novos materiais estão revolucionando setores tão diversos quanto a construção e comunicações. Tecnologias avançadas de fabricação alteraram padrões de longa data de produtividade e emprego. O transporte aéreo e marítimo aprimorado acelerou muito o fluxo mundial de pessoas e bens. CARDOSO *et al.* (2021).

Tudo isso criou e exigiu maior interdependência entre empresas e nações. A rápida taxa de inovação e a dinâmica dos fluxos de tecnologia significam que a vantagem comparativa tem vida curta. Para maximizar os retornos, arranjos como fusões transnacionais e acordos de produção compartilhada são buscados para reunir parceiros com interesses e pontos fortes complementares. Isso permite que países desenvolvidos e em desenvolvimento aproveitem a tecnologia de forma mais eficiente, com a expectativa de criar padrões de vida mais elevados para todos os envolvidos. SILVA *et al.* (2021).

A rápida inovação tecnológica e a proliferação de organizações transnacionais estão impulsionando a formação de uma economia global que às vezes entra em conflito com preocupações nacionalistas sobre a manutenção de vantagem comparativa e competitividade. É de fato um momento de transição para empresas e governos. Este livro

fornece uma ampla visão geral dessas questões e busca lançar luz sobre áreas como a natureza mutável da competição internacional, influências de novas tecnologias no comércio internacional e preocupações econômicas e sociais decorrentes de diferenças em culturas nacionais e padrões de vida associados à adoção e uso de novas tecnologias. OLIVEIRA *et al.* (2020).

Ao mesmo tempo, as avaliações deixaram clara uma hierarquia de quatro conjuntos de relacionamentos entre tecnologia, tecnólogos e as sociedades que eles tentam servir. O primeiro deles inclui relacionamentos no nível humano, variando da educação profissional às relações entre gestão e trabalho, até a compreensão do público sobre o impacto da tecnologia em nossas vidas. PALU *et al.* (2020).

No nível humano, uma área-chave de mudança é o contrato invisível entre uma empresa de manufatura e seus clientes e funcionários. Na fábrica, estamos vendo um movimento para longe da expectativa de que os trabalhadores devem ser organizados para se adequarem às tecnologias e um movimento em direção à rede e pequenas equipes. CARDOSO *et al.* (2021).

No nível institucional, as empresas privadas são os principais instrumentos em muitos países para desenvolver e usar tecnologia, embora os governos desempenhem um importante papel facilitador. A tarefa das empresas privadas é ter conhecimento sobre o estado atual da ciência e tecnologia, entender as necessidades do mercado e, então, criar tecnologias, produtos e serviços que melhor atendam a essas necessidades de mercado. PALU *et al.* (2020).

O surgimento de uma visão mais positiva da globalização exigirá pelo menos três grandes mudanças inter-relacionadas para minimizar seus custos e, ao mesmo tempo, aproveitar seus benefícios: primeiro, restaurar o equilíbrio entre independência econômica e integração; segundo mitigar os custos da globalização dentro e entre os países; e, por último, garantir algum grau de redundância e mitigação de riscos de fornecimento. SILVA *et al.* (2021).

Resolver problemas resultantes de produtos ou tecnologias de origem única e cadeias de suprimentos complexas envolverá muitas empresas privadas, tanto globais quanto nacionais. Problemas de coordenação dentro e entre países serão imensos e conflitos entre os objetivos de uma empresa e o interesse nacional serão difíceis de resolver. SILVA *et al.* (2021).

A mudança climática é outro problema existencial que não pode ser tratado país por país. Nenhum país pode impedir que o aumento do nível do mar “invada” seu território e a mitigação exige cooperação global. Infelizmente, essa conclusão ainda não é compartilhada por todos. CARDOSO *et al.* (2021).

Assim, a era atual da globalização é mais propriamente vista como uma intensificação de tendências que ocorreram ao longo da história. Nos tempos atuais uma grande quantidade de pessoas tem se movido de forma bastante rápida pelo mundo, seja por escolha ou força. A densidade populacional se comparada com outros tempos, se apresenta cada vez maior, com mais pessoas vivendo em áreas urbanas. Nunca alimentos, animais, commodities e capital foram transportados tão livre e rapidamente através de fronteiras políticas. E os patógenos tiveram uma oportunidade tão ampla de pegar carona global em aviões, pessoas e produtos. PALU *et al.* (2020).

O financiamento recente para iniciativas de biodefesa é apenas um exemplo dos muitos benefícios da globalização dos esforços para combater ameaças microbianas. Outros benefícios e avanços incluem o crescimento e a natureza mutável de parcerias de treinamento e pesquisa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o desenvolvimento de novos tratamentos e vacinas que poderiam potencialmente salvar milhões de vidas e avanços na tecnologia da informação. SILVA *et al.* (2021).

A globalização financeira possibilita que as melhores práticas e procedimentos sejam disseminados globalmente, o que pode melhorar a governança corporativa, a diversificação de riscos, diminuir o custo de transações estrangeiras e reduzir a assimetria de informações. No entanto, devido a circunstâncias contextuais, nacionais ou regionais, pode ser notavelmente difícil para as nações em desenvolvimento colherem os benefícios desejados. Além disso, muitas nações em desenvolvimento ainda estão lutando com várias preocupações políticas, o momento e a velocidade de uma integração mais profunda porque ainda estão nos estágios iniciais da globalização financeira. PALU *et al.* (2020).

### **Novo Mercado Corporativo e suas Exigências**

Expandir para um novo mercado pode ser uma perspectiva empolgante, mas assustadora, para qualquer negócio. Não importa se você está procurando aumentar sua base de clientes, diversificar suas ofertas ou explorar novos fluxos de receita, navegar pelas complexidades de um novo mercado requer planejamento cuidadoso e execução

estratégica. Neste blog, exploraremos as principais considerações que as empresas devem ter em mente ao entrar em um novo mercado. SILVA *et al.* (2021).

Analisar os preços, as características do produto e as estratégias de marketing dos seus concorrentes pode ajudar você a identificar seus pontos de venda exclusivos e desenvolver um posicionamento diferenciado no mercado. Além disso, considerar seus próprios pontos fortes, fracos e recursos pode ajudar você a determinar se você tem as capacidades necessárias para competir com sucesso no novo mercado. PALU *et al.* (2020).

Entrar em um novo mercado geralmente requer algum nível de adaptação aos seus produtos ou serviços. Fatores como regulamentações locais, preferências culturais e infraestrutura podem exigir mudanças na sua oferta para garantir que ela ressoe com o público-alvo. Cada mercado tem seu próprio conjunto de estruturas legais e regulatórias que as empresas devem navegar. Familiarize-se com as leis, regulamentações e requisitos de conformidade relevantes no novo mercado, pois eles podem ter um impacto significativo em suas operações e estratégia de entrada no mercado. TORRES *et al.* (2023).

Entrar em um novo mercado é um esforço complexo e multifacetado, mas com planejamento completo, execução estratégica e disposição para se adaptar, as empresas podem se posicionar para o sucesso. Ao entender o cenário do mercado, avaliar sua posição competitiva, adaptar sua oferta, desenvolver uma estratégia de marketing personalizada, navegar no ambiente legal e regulatório, estabelecer uma presença local e investir em talentos e expertise localizados, você pode aumentar suas chances de uma entrada bem-sucedida no mercado e crescimento a longo prazo. PAVARINA *et al.* (2021).

### **Aspectos Relevantes sobre a Área Contábil**

Os padrões contábeis melhoram a confiabilidade das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem a demonstração de resultados, o balanço patrimonial, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração dos lucros retidos. Os relatórios padronizados permitem que todas as partes interessadas e acionistas avaliem o desempenho de um negócio. As demonstrações financeiras precisam ser transparentes, confiáveis e precisas. BEDIN *et al.* (2021).

A contabilidade é importante, pois mantém um registro sistemático das informações financeiras da organização. Registros atualizados ajudam os usuários a comparar informações financeiras atuais com dados históricos. Com registros completos,

consistentes e precisos, ela permite que os usuários avaliem o desempenho de uma empresa ao longo de um período. SANTOS, *et al.* (2024).

A contabilidade é especialmente importante para usuários internos da organização. Usuários internos podem incluir as pessoas que planejam, organizam e administram a organização. A equipe de gestão precisa da contabilidade para tomar decisões importantes. As decisões de negócios podem variar desde decidir buscar expansão geográfica até melhorar a eficiência operacional. TORRES *et al.* (2023).

A contabilidade ajuda a comunicar os resultados da empresa a vários usuários. Investidores, credores e outros credores são os principais usuários externos das informações contábeis. Os investidores podem decidir comprar ações da empresa, enquanto os credores precisam analisar seus riscos ao decidir emprestar. É importante que as empresas estabeleçam credibilidade com esses usuários externos por meio de informações contábeis relevantes e confiáveis. FROTA *et al.* (2024).

A contabilidade financeira envolve a preparação de demonstrações financeiras precisas. O foco da contabilidade financeira é medir o desempenho de um negócio da forma mais precisa possível. Embora as demonstrações financeiras sejam para uso externo, elas também podem ser para uso de gestão interna para ajudar a tomar decisões. SANTOS *et al.* (2024).

A contabilidade gerencial analisa as informações coletadas da contabilidade financeira. Ela se refere ao processo de preparação de relatórios sobre operações comerciais. Os relatórios servem para auxiliar a equipe de gestão na tomada de decisões comerciais estratégicas e táticas. A contabilidade gerencial é um processo que permite que uma empresa alcance a máxima eficiência ao revisar informações contábeis, decidir sobre os melhores próximos passos a serem seguidos e, então, comunicar esses próximos passos aos gerentes internos de negócios. FROTA *et al.* (2024).

## **O Perfil e a Nova Realidade do Contador**

O papel de um contador é relatar e interpretar registros financeiros de forma responsável. Pequenas empresas podem contratar apenas um contador. Grandes empresas podem empregar um departamento de contabilidade inteiro. A profissão contábil abrange uma ampla gama de funções, incluindo escrituração contábil, planejamento tributário e auditoria. PALU *et al.* (2020).

Os avanços tecnológicos e as necessidades de novos clientes estão mudando a prestação de serviços contábeis e o engajamento dos contadores com seus clientes. Serviços que antes eram prestados por escritórios de contabilidade profissional estruturados agora podem ser realizados por meio de software. A pandemia de covid-19 aumentou ainda mais essas mudanças, gerando digitalização e automação de serviços. Assim, para manter a participação e a penetração de mercado, os provedores de serviços contábeis precisam melhorar suas estratégias competitivas. Isso pode ser alcançado com uma boa gestão e foco na entrega de serviços de alta qualidade. SILVA *et al.* (2021).

Entretanto, a prestação de serviços contábeis exige um alto nível de conhecimento e pessoas altamente qualificadas. Assim, os fatores que influenciam a percepção de qualidade do cliente podem diferir dos fatores relevantes em outros setores que teoricamente fornecem serviços menos complexos. As variações nas necessidades, tamanhos e características dos clientes demonstram a real dificuldade desses profissionais em atingir a qualidade esperada por seus clientes. CARDOSO, *et al.* (2021).

Ferramentas de medição de qualidade de serviço podem ser usadas para avaliar as percepções e necessidades dos clientes, ajudando as empresas a melhorarem seus serviços. Embora existam apenas alguns estudos no campo da contabilidade gerencial que investigam a qualidade do serviço, esses estudos usaram esses modelos gerais no contexto contábil, obtendo resultados que diferem entre si. LIMA *et al.* (2022).

A divergência nos resultados pode estar relacionada ao fato de que a contabilidade possui aspectos específicos, como a importante necessidade de conhecimento, a atualização constante de normas e o fato de haver coprodução de serviços com os diferentes agentes envolvidos. Assim, modelos de qualidade de serviço projetados para serem aplicados em uma ampla gama de serviços podem não capturar totalmente a essência dos serviços contábeis. BEDIN *et al.* (2021).

### **As Principais Competências e Habilidades do Profissional que Atua na Área Contábil**

As mudanças que ocorrem no mundo dos negócios, devido a grandes desafios como a concorrência, a globalização e o desenvolvimento tecnológico, têm colocado grandes desafios aos contabilistas. Eles têm sido instados a desempenhar papéis mais proativos e exigentes nas organizações, porque detêm informação privilegiada sobre a

situação económica e financeira, o que lhes permite participar na dinamização da atividade económica, antecipando problemas e criando valor ao que é produzido. LIMA *et al.* (2022).

De acordo com BARUFFI e RAUSCH (2020) no estudo que realizaram a conceituação da qualidade do serviço pode ser dividida em duas escolas: a escola nórdica e a americana. A escola nórdica combina os elementos funcionais/técnicos e a imagem do cliente. Ou seja, ela examina quais serviços os clientes recebem e como os recebem, enfatizando que a percepção da qualidade é o resultado da interação entre o consumidor e o provedor. Por outro lado, a escola americana se concentra nos aspectos funcionais, nos mecanismos desse processo, nos aspectos intangíveis do serviço e na percepção dos consumidores sobre a qualidade moldada pela prestação do serviço.

A confiabilidade das informações é outro indicador relevante de confiança. A geração e entrega de informações, geralmente em conformidade com leis e regulamentos, é relevante para que os clientes entendam suas respectivas organizações. O desenvolvimento de um modelo para qualidade de serviços contábeis amplia as oportunidades de estudos relacionados ao tema. Uma possibilidade é analisar as dimensões propostas em diferentes modelos de negócios contábeis, como auditoria, contabilidade e consultoria. Dessa forma, seria possível identificar e comparar as dimensões mais relevantes nos diferentes modelos de negócios contábeis. LIMA *et al.* (2022).

Outra oportunidade diz respeito aos serviços contábeis virtuais e aos tipos de clientes que contratam esse serviço, para identificar suas percepções sobre qualidade e satisfação, e tentar traçar o perfil das empresas mais adequadas à contabilidade online. Por fim, sugerimos o desenvolvimento de uma escala que mensure a qualidade dos serviços contábeis e possa ser aplicada a estudos de caso de empresas de contabilidade fracassadas e bem-sucedidas, para avaliar a relação entre qualidade percebida e desempenho de empresas prestadoras de serviços contábeis. SILVA *et al.* (2021).

Seguindo a transformação geral na prática contábil e na natureza de seu trabalho, as habilidades necessárias no trabalho contábil também são afetadas. As tarefas contábeis tradicionais mudam, levando a uma mudança nos conjuntos de habilidades necessárias de funcionários e graduados em contabilidade. Ao longo dos anos, tem havido debates sobre a adequação profissional ou preparação dos estudantes de contabilidade para o trabalho contábil. BARUFFI *et al.* (2020).

No entanto, alinhá-los totalmente pode ser desafiador para instituições de ensino superior, pois as necessidades mudam em um ritmo rápido e podem ser difíceis de prever e abordar com antecedência em cursos de contabilidade. A questão da resposta inadequada percebida das instituições educacionais aos requisitos de habilidade pode ser chamada de lacuna expectativa-desempenho. Uma das maiores vantagens da contabilidade é como ela permite que as empresas mantenham um registro sistemático de suas informações financeiras. Ter registros atualizados e precisos é crucial para administrar um negócio bem-sucedido. CARDOSO *et al.* (2021).

Desta forma, A contabilidade é importante, pois mantém um registro sistemático das informações financeiras da organização. Registros atualizados ajudam os usuários a compararem informações financeiras atuais com dados históricos. Com registros completos, consistentes e precisos, ela permite que os usuários avaliem o desempenho de uma empresa ao longo de um período. BEDIN *et al.* (2021).

A contabilidade pode parecer periférica ao desenvolvimento, o que poderia explicar a falta de atenção que recebeu de estudos de desenvolvimento e pesquisadores de contabilidade, políticos indígenas com questões mais urgentes em mãos e, em menor grau, instituições que fornecem ajuda e financiamento a países em desenvolvimento. Uma contabilidade melhor não resolverá a pobreza, mas é uma engrenagem essencial, se negligenciada, nos mecanismos de desenvolvimento BARUFFI *et al.* (2020).

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Os estudos teóricos apresentados foram obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, que de acordo com (GIL, 2008, p. 56), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Não se recomenda trabalhos oriundos da internet”. Trata-se de um estudo rebuscado extraído por meio da análise de materiais teóricos presentes em livros e artigos científicos em revistas acadêmicas. Esses acervos foram de grande valia para o processo de discussão da temática discutida.

Enquanto isso, a pesquisa de campo abordada refere-se ao formulário virtual destinado em conhecer o assunto na prática, na realidade profissional de cada indivíduo. Esse instrumento foi um amplo aliado para a obtenção dos dados quantitativos, pois

conseguiu atingir diferentes públicos, contendo opiniões e percepções relevantes em benefício da análise efetivada.

Sobre a pesquisa de campo (GIL, 2008, p. 57) destaca que ela:

Procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade.

Essa técnica de coleta de informação conforme esse autor busca contribuir com a expansão do assunto, destacando sua relevância e expondo como a prática da temática se efetiva.

## ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados apresentadas a seguir faz parte dos conhecimentos apresentados no formulário virtual em que teve a colaboração de 26 profissionais que atuam na área contábil. Esses sujeitos da pesquisa foram peças relevantes, cooperando de maneira voluntária com a respectiva ferramenta de obtenção de dados. Sendo assim, vale ressaltar que essa pesquisa se trata de uma coleta de dados sobre as habilidades e competências do perfil de contador na contemporaneidade.

**Tabela 1** – Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa.

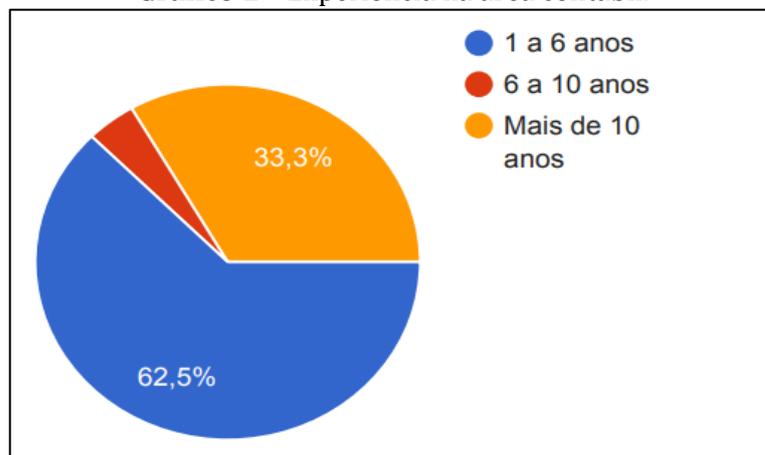
<b>Gênero</b>	<b>Percentual</b>
Feminino	65,4%
Masculino	34,6%
Total	100%
<b>Idade</b>	<b>Percentual</b>
18 a 23 anos	34,6%
24 a 29 anos	11,5%
Mais de 30 anos	53,9%
Total	100%
<b>Escolaridade</b>	<b>Percentual</b>
Nível médio completo	23%
Nível superior completo	38,5%
Especialização cursando ou completa	38,5%
Total	100%

Fonte: Ribeiro, (2024)

O gênero dos participantes da pesquisa efetivada é diversificado. Desse modo, tem-se 65,4% deles do sexo feminino; sendo apenas 34,6% masculino. Isso expressa que a

maior parte dos colaboradores, que responderam os formulários são mulheres. Quanto à idade, a tabela destaca que 34,6% têm de 18 a 23 anos; 11,5% de 24 a 29 anos; e 53,9% correspondem a mais de 30 anos de idade. Frente a esse fator, observa-se que o quantitativo de pessoas com mais de 30 anos acaba superando os demais. Já, sobre o grau de escolaridade, as informações obtidas destacam que 23% apresentam nível médio completo; 38,5% nível superior completo; e 38,5% estão cursando algum tipo de especialização ou concluído.

**Gráfico 1** – Experiência na área contábil.

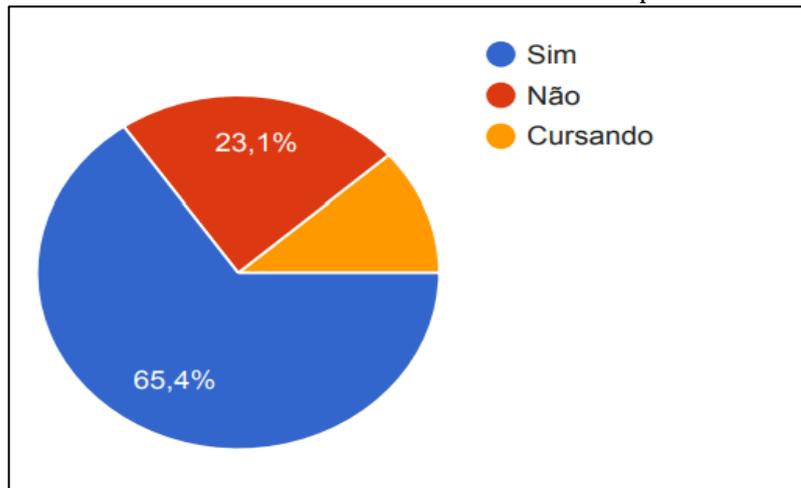


Fonte: Ribeiro, (2024)

Na concepção de BARUFFI e RAUSCH (2020) o período de experiência no âmbito contábil pode oscilar a partir do tipo de formação acadêmica do indivíduo, bem como o processo de estágio. Há na sociedade cursos profissionalizantes, técnicos e bacharéis, que permitem ao estudante possibilidades diversas, cada um deles com a sua dinâmica, duração e aspectos importantes que contribuem na constituição científica do profissional. Logo, após essa fase vem à inserção no mercado de trabalho, momento árduo e desafiador.

Ao analisar os dados presentes no gráfico 1 nota-se que 62,5% dos participantes possuem de 1 a 6 anos de experiência na área contábil; e 33,3% mais de 10 anos. Essas informações frisam que são colaboradores com tempos de trabalhos variados, o que pode modificar em se tratando das respostas expostas ao longo deste estudo, porque consequentemente são profissionais com perspectivas e vivências específicas.

**Gráfico 2** – Pretensão de realizar cursos na área profissional.

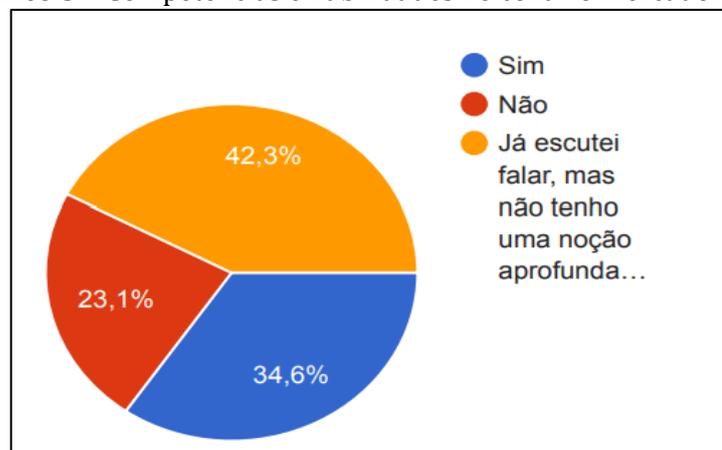


Fonte: Ribeiro, (2024)

Segundo BEDIN e VIANNA (2021) a capacitação profissional é um instrumento crucial, pois auxilia um profissional a se manter atualizado, além de contribuir com a evolução do mesmo em sua carreira, o que pode promover inúmeros benefícios como, o aprimoramento da mão de obra; a retenção de talentos; o surgimento de novas oportunidades e melhores salários.

Em se tratando da pretensão de realizar cursos de capacitação profissional ou até mesmo da conclusão de algum, o gráfico 2 mostra que 65,4% apresentam algum tipo de capacitação; 23,1% respondeu que não. Com isso, entende-se que o quantitativo de colaboradores capacitados, ou seja, com conhecimento atualizado é elevado, o que demonstra que são colaboradores preocupado com a obtenção de conhecimentos.

**Gráfico 3** – Competências e habilidades no cenário mercadológico.

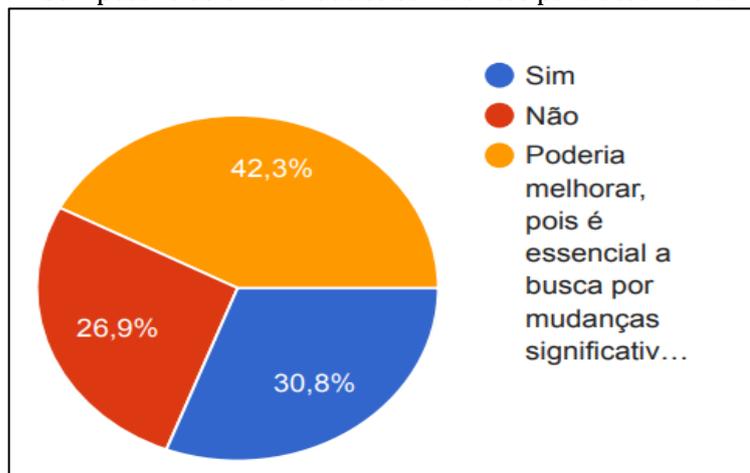


Fonte: Ribeiro, (2024)

O gráfico 3 enfatiza que sobre o conhecimento de competências e habilidades no cenário mercadológico, 34,6% responderam que sim, que possui conhecimento sobre esses importantes elementos; 23,1% disse não; e 42,3% expos que já escutou falar, mas não apresenta uma noção aprofundada. Com isso, nota-se que o assunto sobre competências e habilidades ainda é um elemento conhecido por esses colaboradores de maneira rasa, o que requer maiores aprofundamentos e busca pela temática.

É imprescindível que um profissional da área contábil conheça a fundo sobre as competências e habilidades, pois são peças imprescindíveis para o cenário mercadológico, possibilitando a ele uma atuação efetiva e de destaque em seu setor de atuação. É formidável destacar que as competências são um conjunto de saberes e habilidades relacionadas, que podem se ampliarem através de experiências e treinamentos. Enquanto isso, as habilidades são qualidades que o colaborador possui em prol da realização de alguma demanda. CARDOSO *et al.* (2021).

**Gráfico 4** – Competências e habilidades suficientes para atuar no cenário atual.

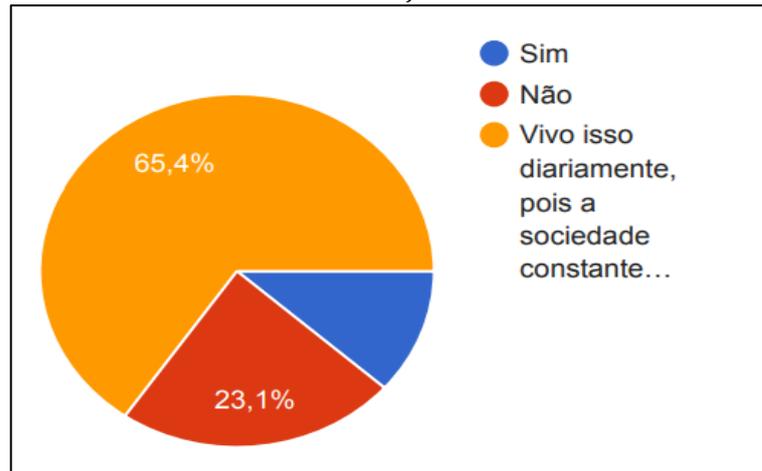


**Fonte:** Ribeiro, (2024)

O gráfico 4 evidencia que aos serem questionados sobre o que acham em se tratando das competências e de suas habilidades suficientes para atuar no cenário atual, 30,8% responderam que sim, que essas ferramentas são suficientes; 26,9% respondeu não; e 42,3% mostrou que poderia melhorar, pois s é essencial a busca por mudanças significativas. Esses números revelam que há opiniões variadas, mas que expressam que as competências e as habilidades são peças importantes, podendo garantir aprimoramentos significativos ao longo do processo de atuação pessoal de cada um.

Tais instrumentos jamais podem se ausentarem da prática de um profissional, porque são valiosos no cenário contemporâneo, o que aprimora o trabalho em equipe, a flexibilidade, na comunicação, inteligência emocional, na proatividade, no processo de organização, autoconfiança e no relacionamento com as demais pessoas. CARDOSO *et al.* (2021).

**Gráfico 5** – Processo de mudança ou desafio na área contábil.

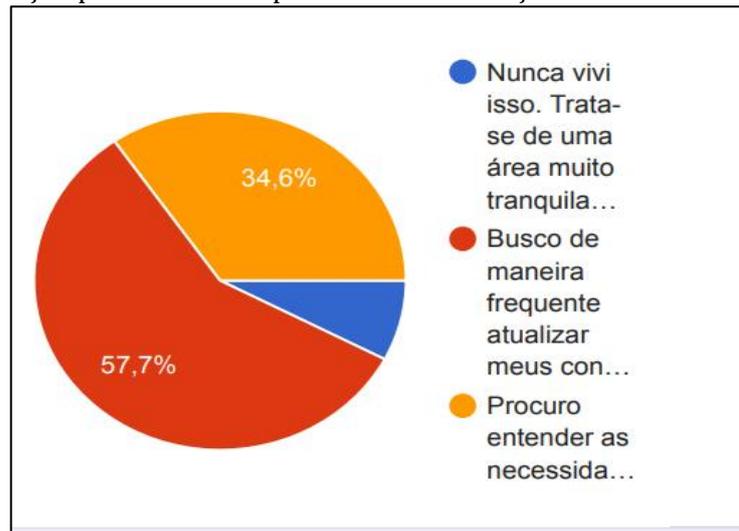


**Fonte:** Ribeiro, (2024)

É sabido que o cenário corporativo encontra-se em frequente transformação, o que pode conseqüentemente provocar variados desafios para os colaboradores, bem como para os seus locais de atuação. Nota-se algumas dessas mudanças e desafios estão relacionados as novas adaptações, flexibilidades, concorrência no mercado, valorização de habilidades, novos profissionais etc. SANTOS; OLIVEIRA (2024).

Desse modo, o gráfico 5 questiona sobre algum tipo de processo de mudança ou desafio na área contábil. Sendo assim, 23,1% responderam que sim, que já passou por alguma circunstância desafiadora; enquanto isso, um quantitativo exorbitante destacou que vive isso diariamente na sociedade, de maneira constante. Esse quantitativo corresponde a 65,4%, o que evidência é uma temática relevante, presente no dia a dia desses colaboradores do setor contábil.

**Gráfico 6** – Adaptação profissional no processo de mudança no meio contábil contemporâneo.



Fonte: Ribeiro, (2024)

Portanto, o gráfico 6 elucida sobre o que o profissional fez ou ainda continua fazendo para adaptar-se ao processo de mudança no meio contábil contemporâneo. Sendo assim, 57,7% responderam que busca de maneira frequente atualizar seus conhecimentos; e 34,6% disse que procura entender as necessidades presentes no contexto corporativo. Com isso, conclui-se que esses colaboradores demonstram não ser passivos, acomodados, mas que buscam ao longo do tempo formas básicas de suprir o que o empreendimento exige.

Tal adaptação é necessária, principalmente diante do novo cenário mercadológico contábil. É uma forma inteligente e lógica desse colaborador se manter diante da competitividade se destacando e cumprido com as necessidades do negócio, evitando transtornos futuros e se mantendo efetivo dentro da empresa. FROTA *et al.* (2024).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço na sociedade é um fator determinante, observado nos mais diversos campos do conhecimento. Com isso, o ser humano luta pela sua adaptação, porque acaba sendo uma necessidade suprir as lacunas e expectativas da nova realidade. Esse avanço se deu principalmente em se tratando do advento das tecnologias, presentes por meio de programas e ações que cooperam com a prática de um colaborador, independentemente do seguimento em que atua.

Nota-se que o perfil de um profissional que atua na contabilidade nos últimos tempos constituiu em decorrência das mudanças, das transformações tecnológicas, da globalização e modificações no ramo corporativo. Sendo assim, percebe-se que o contador carece atuar em prol da sua adaptação, buscando constantemente adequar-se ao novo cenário, conquistando habilidades e competências significativas.

Tais competências devem estar relacionadas ao registro de dados; planejamento de ações; adoção de ferramentas tecnológicas em benefício da gestão para lidar com determinadas mudanças; formação continuada em prol da atualização dos conhecimentos; possuir comunicação apropriada para compartilhar dados com diferentes setores; além do conhecimento de uma segunda língua, que ajuda na interação com dispositivos tecnológicos e clientes com perfis peculiares.

Porém, muitas vezes isso acaba não sendo uma realidade, o que descaracteriza esse novo perfil. Trata-se de um profissional sem atualização, tradicional e que não se adapta as novas mudanças, o que causa grandes transtornos no empreendimento, deixando-o distante dos avanços e da conquista de novos clientes, além de perder a oportunidade de obter lucros expressivos. Ademais, percebe-se que tal contexto refere-se a uma realidade comum, presente em variadas regiões do país.

Logo, entende-se que conhecimentos apresentados ao longo deste estudo foram imprescindíveis para a compreensão e análise do respectivo assunto. A pesquisa teórica conseguiu apresentar os principais aspectos relacionados a temática de maneira aprofundada, enquanto isso, na de campo esse assunto conquistou força e constatação. Isso demonstra que são técnicas valiosas, que podem ser realizadas lado a lado para tratar de áreas que merecem atenção, debate e reflexão. Portanto, foi essencial apresentar análises rebuscadas, que elucidam o quanto o profissional da contabilidade deve lutar pelo processo de adaptação e permanência no cenário mercadológico.

## REFERÊNCIAS

BARUFFI, Monica Maria; RAUSCH, Rita Buzzi. A globalização e sua influência na formação pessoal e profissional docente. **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, 2020.

BEDIN, Sonali Paula Molin; VIANNA, William Barbosa. Liderança e atuação profissional em unidades de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 01, p. 3-25, 2021.

CARDOSO, Teresa Margarida Loureiro; PESTANA, Filomena; CASTRELAS, Magda. As tecnologias educacionais em rede à luz dos quatro pilares da educação: uma utopia global?. **Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas**, p. 24-36, 2021.

FROTA, Diego Liberato et al. A INOVAÇÃO E AS VANTAGENS COMPETITIVAS PARA AS ORGANIZAÇÕES. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 11, p. 1-12, 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

DE LIMA BEGNINI, Débora et al. Relação entre valor de mercado e compliance anticorrupção. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 16, n. 2, p. 133-149, 2022.

PALÚ, Janete; PETRY, Oto João. et al., Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Praxis educativa**, v. 15, 2020.

PAVARINA, Adriana et al. Exigências e Competências Profissionais para o Mundo do Trabalho Pós-Pandemia. In: **Gestão 4.0, Disrupção e Pandemia**. Blucher Open Access, 2021. p. 184-199.

OLIVEIRA, Marcel Nunes; CAMPOS, Maria Amávia; SIQUEIRA, Thomaz Décio Abdalla. Coronavírus: globalização e seus reflexos no meio ambiente. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 20, n. 14, p. 1-12, 2020.

SANTOS, Eunice Ramalho; OLIVEIRA, Adilson Vagner. Gênero e trabalho: notas sobre alguns desafios da modernidade para a liderança feminina. **OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO**, 2024, p. 91.

SILVA, Vania Barboza; LIMA, Maria Aldecy Rodrigues; OLIVEIRA, Igor Soares. O ensino das tecnologias de informação e comunicação na perspectiva dialógica. **Arquitetura do conhecimento em contextos diversos**, 2021.

TORRES, Aline Cordeiro dos Santos; TORRES, Arthur José Pavan. Salário emocional: uma ferramenta capaz de acompanhar as mudanças impostas pela nova realidade corporativa. **Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região: v. 15, n. 29 (jan./jun. 2023)**, 2023.

## *Capítulo 15*

# **A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO VAREJO ALIMENTAR**

*Manoel Vítor de Melo Vidal*

*Estudante do curso de Ciências Contábeis, manoel\_vitin@hotmail.com*

### **RESUMO**

O presente artigo aborda a importância do planejamento tributário para micro e pequenas empresas do varejo alimentar no Brasil. Em um contexto caracterizado por um ambiente fiscal complexo e uma carga tributária elevada, as empresas desse setor enfrentam desafios significativos que podem comprometer sua saúde financeira e competitividade. A problemática central investigada é de que maneira o planejamento tributário pode impactar a situação financeira dessas empresas. A hipótese levantada sugere que a implementação de um planejamento tributário adequado pode resultar em uma redução significativa da carga tributária, permitindo que as micro e pequenas empresas do varejo alimentar direcionem mais recursos para investimentos em crescimento e inovação. Para a construção deste trabalho, foi utilizada uma metodologia bibliográfica e qualitativa, que incluiu a análise de livros, artigos acadêmicos e legislações pertinentes ao tema. Os resultados apontam que práticas efetivas de planejamento tributário podem ser implementadas por esses negócios, promovendo uma gestão financeira mais consciente e estratégica. Além disso, o artigo ressalta a relevância do planejamento tributário na formação de gestores mais preparados para enfrentar os desafios fiscais do mercado. As conclusões indicam que o planejamento tributário é uma ferramenta indispensável para a sobrevivência e crescimento das micro e pequenas empresas do varejo alimentar, contribuindo não apenas para sua competitividade, mas também para a saúde econômica do país. Em um cenário onde essas empresas representam uma parte significativa do mercado e são responsáveis pela geração de emprego e renda, a adoção de práticas de planejamento tributário se torna essencial.

**Palavras-chave:** Planejamento tributário. Micro e pequenas empresas. Varejo alimentar. Competitividade. Saúde financeira.

### **ABSTRACT**

This article addresses the importance of tax planning for micro and small food retail businesses in Brazil. In a context characterized by a complex fiscal environment and a high tax burden, companies in this sector face significant challenges that can compromise their financial health and competitiveness. The central issue investigated is how tax planning can impact the financial situation of these companies. The hypothesis posited suggests that implementing adequate tax planning can result in a significant reduction in tax burden, allowing micro and small food retail businesses to allocate more resources to investments in growth and innovation. For this study, a bibliographic and qualitative methodology was employed, which included analyzing books, academic articles, and relevant legislation on the topic. The results indicate that effective tax planning practices can be implemented by these businesses, promoting more conscious and strategic financial management. Additionally, the article highlights the relevance of tax planning in training managers who are better prepared to face the fiscal challenges of the market. The findings indicate that tax planning is an indispensable tool for the survival and growth of micro and small food retail businesses, contributing not only to their competitiveness but also to the economic health of the country. In a scenario where these companies represent a significant portion of the market and are responsible for generating employment and income, adopting tax planning practices becomes essential.

**Keywords:** tax planning. micro and small businesses. food retail. competitiveness. financial health.

### **INTRODUÇÃO**

O planejamento tributário tem se tornado uma ferramenta imprescindível para a sobrevivência e o crescimento de micro e pequenas empresas, especialmente no setor de varejo alimentar. No Brasil, essas empresas enfrentam um ambiente fiscal complexo, com uma carga tributária elevada e diversas obrigações acessórias que podem comprometer a saúde financeira e a competitividade dos negócios. Assim, entender a importância do planejamento tributário é essencial para que esses empreendimentos consigam otimizar seus recursos, minimizar a carga tributária e, conseqüentemente, aumentar sua margem de lucro.

A problemática central que este trabalho se propõe a investigar é: De que maneira o planejamento tributário pode impactar a situação financeira das micro e pequenas empresas do varejo alimentar?

A hipótese levantada neste estudo é que a implementação de um planejamento tributário adequado pode resultar em uma significativa redução da carga tributária, permitindo que as micro e pequenas empresas do varejo alimentar direcionem mais recursos para investimento em crescimento e inovação.

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do planejamento tributário para micro e pequenas empresas do varejo alimentar, destacando como essa prática pode contribuir para a competitividade dessas organizações.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na relevância do tema para a realidade econômica brasileira, onde micro e pequenas empresas representam uma grande parte do mercado e são responsáveis pela geração de emprego e renda. Além disso, ao oferecer uma visão clara sobre o planejamento tributário, espera-se contribuir para a formação de gestores mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios fiscais.

A metodologia adotada para este trabalho foi de natureza bibliográfica e qualitativa, envolvendo a análise de livros, artigos acadêmicos, normas e legislações pertinentes ao tema. A pesquisa foi baseada em uma revisão da literatura existente sobre planejamento tributário e sua aplicação no contexto das micro e pequenas empresas, com o intuito de construir um referencial teórico sólido que suporte as conclusões apresentadas.

Os resultados esperados incluem a identificação de práticas de planejamento tributário que possam ser implementadas por micro e pequenas empresas do varejo alimentar, bem como uma maior conscientização sobre a importância desse planejamento na gestão financeira das empresas. Com isso, espera-se que este trabalho contribua para a discussão sobre a relevância do planejamento tributário no fortalecimento das micro e pequenas empresas no Brasil, auxiliando-as a se tornarem mais competitivas em um mercado cada vez mais desafiador.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Definição de Planejamento Tributário**

O planejamento tributário é uma ferramenta estratégica utilizada pelas empresas para otimizar o pagamento de tributos, buscando a redução legal da carga tributária por meio de métodos que respeitem a legislação vigente. Ele envolve uma análise detalhada das normas fiscais aplicáveis, com o intuito de minimizar o impacto financeiro dos

impostos e melhorar o desenvolvimento financeiro da empresa RIBEIRO; PINTO (2017). Para micro e pequenas empresas, especialmente, o planejamento tributário torna-se essencial, pois estas, frequentemente, possuem margens de lucro mais estreitas e uma carga tributária proporcionalmente mais elevada, comparada a grandes corporações.

O planejamento tributário pode ser dividido em duas categorias principais: elisão e evasão fiscal. A elisão refere-se ao uso de meios legais para reduzir a tributação, por meio da escolha de regimes tributários mais favoráveis ou da reorganização de operações para aproveitar incentivos fiscais. Por outro lado, a evasão consiste na prática ilegal de omitir ou distorcer informações com o objetivo de reduzir o valor a ser pago em impostos. Dessa forma, a distinção entre essas práticas é central para a legitimidade das estratégias de planejamento tributário GUTIERREZ (2006).

É importante destacar que planejamento tributário é um instrumento de gestão empresarial e que conforme enfatiza o doutrinador (FABRETTI, 2006; p. 32), o conceito de planejamento tributário é:

O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.

O planejamento tributário não é apenas uma questão de otimização financeira, mas também uma questão de conformidade com o direito privado, pois envolve a interação entre os direitos e deveres tributários das empresas e o cumprimento de normas contratuais e societárias. Ele explica que, ao optar por uma estrutura tributária específica, as empresas também estão influenciando a forma como seus contratos são formalizados, especialmente em relação a sócios, parceiros e fornecedores ABRAHAM (2007).

Além disso, o planejamento tributário está intimamente ligado ao conceito de normas antielisão e antievasão. As normas antielisão foram criadas para evitar que as empresas utilizem mecanismos abusivos para reduzir a carga tributária, mesmo quando essas práticas são tecnicamente legais. As normas antievasão, por sua vez, são voltadas para combater práticas ilícitas de ocultação de tributos devidos. Dessa maneira, o planejamento tributário, quando realizado de forma ética e dentro dos limites legais, pode ser uma ferramenta legítima e eficiente para a sustentabilidade financeira de uma empresa OLIVEIRA (2019).

O correto entendimento e aplicação do planejamento tributário exige uma análise contínua e atualizada da legislação fiscal vigente. À medida que o cenário jurídico-tributário evolui, as empresas precisam adaptar suas estratégias para garantir que continuem a operar de maneira eficiente e conforme a legislação. Como resultado, o planejamento tributário vai além da simples escolha de um regime de tributação; envolve uma abordagem proativa para gerenciar os riscos fiscais e aproveitar as oportunidades oferecidas pela legislação RIBEIRO; PINTO (2017)

### **Importância do Planejamento Tributário para Micro e Pequenas Empresas**

O planejamento tributário é um recurso essencial para a sobrevivência e crescimento das micro e pequenas empresas, considerando o complexo sistema tributário brasileiro. Essas empresas, em sua maioria, possuem menos capacidade financeira para lidar com as altas cargas de impostos e, por isso, precisam de estratégias eficientes para otimizar seus recursos e aumentar sua competitividade no mercado. As micro e pequenas empresas enfrentam uma série de desafios financeiros que podem ser aliviados com a adoção de um planejamento tributário adequado, que permita a escolha de regimes tributários mais vantajosos, a reorganização de operações e o aproveitamento de incentivos fiscais SANTOS; VEIGA (2014)

Um planejamento tributário eficaz pode resultar em uma significativa redução de custos para as organizações, o que é especialmente importante para as pequenas empresas que trabalham com margens de lucro apertadas. As pequenas empresas, ao contrário das grandes corporações, não dispõem de grandes reservas financeiras ou acesso facilitado a crédito SOUZA; PAVÃO (2020). Por isso, cada centavo economizado com impostos representa uma oportunidade de reinvestimento no negócio, seja em inovação, expansão ou melhorias na operação. Nesse sentido, o planejamento tributário torna-se um diferencial estratégico.

Para as micro e pequenas empresas, a escolha de um regime tributário adequado, como o Simples Nacional, pode proporcionar uma significativa redução na carga tributária TORRES (2013). No entanto, ele alerta que, além de escolher o regime correto, é necessário manter uma gestão fiscal rigorosa, evitando práticas que possam ser interpretadas como elisão abusiva ou evasão fiscal. As empresas devem, portanto, buscar

a legalidade em suas operações tributárias, garantindo que a elisão, quando utilizada, seja dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação.

A importância do planejamento tributário para micro e pequenas empresas vai além da simples redução de impostos. Ele envolve uma análise contínua da legislação fiscal e uma adaptação às mudanças legais que afetam diretamente o negócio CARVALHO (2011). Para isso, é necessário um entendimento claro do direito tributário e das ferramentas à disposição para minimizar os impactos dos tributos na operação diária das empresas. O planejamento adequado pode evitar autuações fiscais e outros problemas relacionados ao não cumprimento das obrigações acessórias.

O planejamento tributário é uma prática de gestão essencial para micro e pequenas empresas, pois não só otimiza o pagamento de impostos, mas também contribui para o crescimento do negócio a longo prazo. Empresas que adotam um planejamento tributário adequado conseguem ser mais eficientes na alocação de seus recursos e se tornam mais resilientes diante de crises econômicas e mudanças no cenário fiscal FABRETTI (2006).

Ao seguir corretamente as regras tributárias e utilizar os mecanismos legais para reduzir a carga fiscal, as empresas criam um ambiente de negócios mais seguro e confiável para parceiros, investidores e clientes FABRETTI (2008). Portanto, o planejamento tributário, quando implementado de forma adequada, permite que as micro e pequenas empresas reduzam seus custos operacionais, mantenham-se competitivas no mercado e se adaptem às mudanças tributárias.

### **Legislação Tributária e Obrigações Acessórias**

A legislação tributária brasileira apresenta um complexo arcabouço normativo que regula a arrecadação de tributos e estabelece as obrigações acessórias que as empresas devem cumprir. A interpretação e a aplicação das normas tributárias estão intimamente ligadas ao planejamento tributário, o que implica na necessidade de uma compreensão aprofundada das leis que regem os tributos ABRAHAM (2007). O autor ressalta que a adequação das atividades empresariais à legislação tributária é essencial para evitar sanções e garantir a conformidade fiscal, sendo um aspecto crucial para a saúde financeira das micro e pequenas empresas ABRAHAM (2007).

A importância da linguagem e do método no direito tributário, destacando que a clareza na legislação é fundamental para que os contribuintes possam entender suas

obrigações CARVALHO (2011). A falta de compreensão das normas tributárias pode levar a erros de interpretação, resultando em obrigações acessórias não cumpridas ou em descumprimentos involuntários que acarretam penalidades. Dessa forma, é imperativo que os gestores de micro e pequenas empresas estejam bem-informados sobre as exigências legais que lhes são impostas, a fim de evitarem complicações futuras.

Os comentários sobre o Código Tributário Nacional (CTN) evidenciam que as obrigações acessórias são parte integrante da relação tributária, sendo essenciais para a correta arrecadação e fiscalização dos tributos. Fabretti menciona que as obrigações acessórias vão além da mera entrega de declarações; elas envolvem a manutenção de documentos fiscais, a escrituração contábil e a observância de prazos estabelecidos pela legislação. Dessa forma, o cumprimento dessas obrigações é vital para que as micro e pequenas empresas possam operar de maneira regular e evitar autuações FABRETTI (2008).

No que diz respeito à contabilidade tributária, a correta contabilização das obrigações tributárias é fundamental para a gestão eficaz do planejamento tributário. Ele argumenta que uma contabilidade bem estruturada permite uma melhor visualização das obrigações a serem cumpridas, além de possibilitar uma análise mais precisa do impacto tributário nas atividades da empresa. Assim, a contabilidade tributária atua como uma ferramenta indispensável para a gestão das obrigações acessórias, contribuindo para a mitigação de riscos e a maximização de oportunidades de economia fiscal FABRETTO (2006).

A distinção entre elisão e evasão fiscal, apontando que a legislação tributária deve ser observada de forma a possibilitar a elisão fiscal, que é a utilização de estratégias legais para reduzir a carga tributária. De acordo com Gutiérrez, o qual ressalta que a observância das obrigações acessórias é um passo necessário para que as empresas possam se beneficiar de estratégias de planejamento tributário sem incorrer em práticas de evasão, que são ilegais e podem resultar em penalidades severas GUTIÉRREZ (2006).

Enfatizam a importância da educação tributária e da transparência nas relações entre os contribuintes e o Fisco e a legislação tributária, que é essencial para que os empresários compreendam suas responsabilidades e possam planejar de forma eficaz. Tanto Fabretti como Gutiérrez, concordam que a implementação de boas práticas contábeis e o acompanhamento constante das mudanças na legislação são fundamentais

para garantir a conformidade tributária e o sucesso das micro e pequenas empresas no cenário econômico atual. RIBEIRO; PINTO (2017)

### **Escolha do regime tributário e incentivos fiscais e benefícios**

A escolha do regime tributário é uma decisão crucial para micro e pequenas empresas, pois impacta diretamente a carga tributária e a viabilidade do negócio. O planejamento tributário deve considerar as particularidades de cada regime, como o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, de modo a identificar aquele que melhor se adequa à realidade financeira e operacional da empresa. Cada regime possui características específicas que podem favorecer ou onerar as empresas, exigindo uma análise criteriosa ABRAHAM (2007).

A linguagem e o método utilizados na legislação tributária são essenciais para a compreensão das opções disponíveis. Ele argumenta que os empresários devem ter clareza sobre as implicações da escolha do regime tributário, já que isso pode influenciar não apenas o montante de tributos a serem pagos, mas também a forma como a empresa será fiscalizada e como deverá prestar contas ao Fisco. Assim, a escolha do regime adequado pode se traduzir em uma gestão fiscal mais eficiente CARVALHO (2011).

O Código Tributário Nacional (CTN), estabelece os parâmetros legais que regulamentam as diferentes opções de regimes tributários. Ressalta Frabetti que a escolha do regime deve estar alinhada com a atividade da empresa e suas projeções de receita. Isso é ainda mais relevante para micro e pequenas empresas, que frequentemente enfrentam desafios financeiros e operacionais que exigem uma gestão tributária eficiente para garantir a sustentabilidade do negócio FABRETTI (2008).

Além disso, torna-se importante realizar a escolha do regime tributário para a contabilidade tributária. Uma contabilidade bem estruturada não apenas auxilia na escolha do regime mais vantajoso, mas também garante que a empresa esteja preparada para atender às obrigações acessórias e eventuais fiscalizações. A contabilidade tributária torna-se, assim, uma aliada no planejamento tributário, contribuindo para a redução de custos e riscos fiscais FABRETTI (2006).

Os incentivos fiscais e benefícios também desempenham um papel fundamental na escolha do regime tributário. As micro e pequenas empresas podem se beneficiar de políticas fiscais que visam promover o desenvolvimento do setor onde incentivos podem

incluir isenções, reduções de alíquotas e créditos tributários que, se utilizados adequadamente, podem resultar em economia significativa para as empresas ABRAHAM (2007).

A necessidade de um planejamento tributário eficaz para a identificação de incentivos fiscais que podem ser aplicados ao negócio. Eles sugerem que a realização de um diagnóstico tributário é uma etapa essencial para que a empresa consiga mapear os benefícios disponíveis e decidir qual regime tributário é mais adequado ao seu perfil Ribeiro; PINTO, (2017).

A contabilidade, com ênfase em micro, pequenas e médias empresas, deve estar atenta às oportunidades de incentivos fiscais. A gestão contábil é fundamental para garantir que esses benefícios sejam utilizados de maneira eficaz, assegurando não apenas a conformidade tributária, mas também a maximização dos recursos financeiros disponíveis Santos; VEIGA (2014).

A necessidade de um planejamento tributário que vise a redução de custos nas organizações. A escolha do regime tributário e a utilização adequada de incentivos fiscais devem ser parte integrante desse planejamento, proporcionando às micro e pequenas empresas um cenário mais favorável para o crescimento e a competitividade no mercado SOUZA; PAVÃO (2020).

### **Gestão eficiente das obrigações fiscais**

A gestão eficiente das obrigações fiscais é um aspecto fundamental para a sustentabilidade e o crescimento das micro e pequenas empresas. Um planejamento tributário adequado é imprescindível para que as empresas possam atender às suas obrigações fiscais de maneira eficiente, minimizando riscos de autuações e penalidades. Segundo Abraham, o qual ressalta que a compreensão das obrigações tributárias e a sua gestão são essenciais para que as empresas possam se concentrar em suas atividades principais, evitando a dispersão de esforços em questões burocráticas ABRAHAM (2007).

A clareza na linguagem tributária e o conhecimento das normas são indispensáveis para uma gestão eficiente. Ele defende que, ao ter domínio sobre a legislação e as obrigações acessórias, os empresários estão melhor preparados para implementar práticas que garantam a conformidade fiscal. A ausência de um conhecimento sólido pode

resultar em erros, levando a complicações jurídicas que poderiam ser evitadas por meio de uma gestão proativa CARVALHO (2011).

O Código Tributário Nacional (CTN) estabelece as bases legais para as obrigações fiscais e é uma ferramenta crucial para a gestão das responsabilidades tributárias. Conforme destaca Frabetti, as empresas devem estar cientes das datas e requisitos para o cumprimento de suas obrigações, bem como das consequências do não cumprimento, que podem incluir multas e outros encargos financeiros. Portanto, a implementação de um calendário fiscal eficaz é uma prática recomendada para garantir que as obrigações sejam atendidas dentro dos prazos estipulados FABRETTI (2008).

A contabilidade tributária desempenha um papel vital na gestão das obrigações fiscais. Uma contabilidade bem estruturada não apenas ajuda na organização das informações fiscais, mas também possibilita uma análise precisa da situação tributária da empresa FABRETTI (2006). A contabilidade tributária deve ser utilizada como uma ferramenta estratégica, fornecendo dados que auxiliem na tomada de decisões e no planejamento fiscal, contribuindo assim para uma gestão mais eficiente RIBEIRO; PINTO (2017).

A importância do planejamento tributário para a elisão fiscal, ressaltando que uma gestão eficiente das obrigações fiscais pode ajudar as empresas a reduzir legalmente sua carga tributária. A elisão, ao contrário da evasão fiscal, é uma prática permitida pela legislação, e Gutiérrez destaca que o conhecimento das normas permite que as empresas adotem estratégias que não apenas garantam a conformidade, mas também promovam a economia fiscal GUTIÉRREZ (2006).

O planejamento tributário é essencial para garantir que as empresas se beneficiem de incentivos e isenções fiscais disponíveis, o que pode resultar em uma significativa redução dos custos operacionais. Santos, VEIGA (2014). Apenas o sobrenome do autor fora do parêntese e em letra maiúscula e entre parêntese o ano da obra A gestão eficiente das obrigações fiscais deve incluir a identificação desses benefícios, permitindo que as micro e pequenas empresas aproveitem ao máximo as oportunidades oferecidas pela legislação OLIVEIRA (2019)

A gestão das obrigações fiscais não deve ser vista apenas como um requisito legal, mas como uma oportunidade de melhorar a eficiência operacional e reduzir custos. Uma abordagem proativa em relação às obrigações fiscais pode levar a uma maior competitividade no mercado, pois permite que as empresas se concentrem em seu

crescimento, ao invés em vez de ar excessivamente com questões tributárias SOUZA; PAVÃO (2020).

### **Resultados financeiros e rentabilidade**

Os resultados financeiros e a rentabilidade são métricas cruciais para a avaliação da saúde econômica de micro e pequenas empresas, especialmente no contexto do varejo alimentar. A rentabilidade é um indicador que reflete a eficiência da gestão tributária, pois uma boa administração fiscal pode resultar em menores custos e, conseqüentemente, em maiores lucros. A implementação de um planejamento tributário adequado permite que as empresas maximizem sua rentabilidade ao reduzir a carga tributária por meio de elisão fiscal, respeitando as normas vigentes ABRAHAM (2007).

A interpretação correta das normas tributárias e a escolha do regime fiscal adequado são fundamentais para garantir resultados financeiros positivos. Carvalho afirma que a escolha errada do regime tributário pode acarretar um aumento significativo nas despesas, comprometendo a rentabilidade da empresa. Portanto, os gestores precisam analisar detalhadamente as implicações financeiras de cada opção disponível para otimizar seus resultados CARVALHO (2011).

A contabilidade tributária é uma ferramenta essencial para a análise dos resultados financeiros. Uma contabilidade bem estruturada permite o monitoramento contínuo do desenvolvimento econômico da empresa, possibilitando ajustes que melhorem a rentabilidade. A escrituração contábil, quando realizada de forma adequada, fornece informações precisas sobre receitas, despesas e obrigações fiscais, contribuindo para uma melhor gestão financeira FABRETTI (2008).

Além disso, a compreensão dos aspectos relacionados à elisão e evasão fiscal, é fundamental para que as micro e pequenas empresas possam maximizar seus resultados financeiros. A elisão, que é uma estratégia legal de planejamento tributário, pode ser utilizada para reduzir a carga tributária, impactando diretamente a rentabilidade. Uma gestão eficiente das obrigações fiscais não apenas evita penalidades, mas também possibilita um melhor controle sobre os recursos financeiros da empresa GUTIÉRREZ (2006).

A aplicação de incentivos fiscais e a adoção de estratégias de planejamento tributário eficazes são decisivas para a melhoria dos resultados financeiros. O acesso a

benefícios fiscais pode resultar em uma redução considerável das despesas tributárias, aumentando, assim, a rentabilidade. Portanto, os empresários devem estar cientes das oportunidades disponíveis e utilizar uma abordagem estratégica para integrá-las em seus planos de negócio OLIVEIRA (2019).

A análise contínua dos resultados financeiros é essencial para a tomada de decisões informadas que visem à maximização da rentabilidade. A contabilidade tributária oferece dados que ajudam os gestores a identificarem áreas onde podem ocorrer economias fiscais e melhorias operacionais. Ao compreender a relação entre obrigações fiscais e resultados financeiros, as empresas podem ajustar suas estratégias para alcançar um desempenho financeiro superior RIBEIRO; PINTO (2017).

A gestão eficiente das obrigações tributárias está diretamente relacionada ao aumento da rentabilidade das micro e pequenas empresas. Quando as empresas conseguem alinhar sua contabilidade tributária com as exigências legais, elas se colocam em uma posição vantajosa para maximizar seus lucros. A minimização de custos operacionais, juntamente com uma administração tributária eficaz, resulta em um melhor desempenho financeiro SANTOS; VEIGA (2014)

A rentabilidade não deve ser vista apenas em termos de lucro, mas também em relação ao retorno sobre o investimento (ROI) das práticas de gestão tributária. Uma abordagem eficaz na gestão das obrigações fiscais não apenas contribui para melhores resultados financeiros, mas também assegura que a empresa esteja bem-posicionada para crescer e prosperar no competitivo mercado de varejo SOUZA; PAVÃO (2020)

### **Sustentabilidade e crescimento das micro e pequenas empresas**

A sustentabilidade das micro e pequenas empresas (MPEs) no Brasil é um tema de crescente relevância, especialmente no contexto do varejo alimentar. Essas empresas desempenham um papel vital na economia nacional, sendo responsáveis por uma parcela significativa da geração de empregos e do produto interno bruto (PIB). No entanto, elas enfrentam desafios financeiros e operacionais que podem comprometer a sua sustentabilidade e crescimento.

Um dos principais fatores que impactam a sustentabilidade das MPEs é a alta carga tributária. O planejamento tributário emerge como uma estratégia crucial para mitigar os custos fiscais OLIVEIRA (2019). A prática do planejamento tributário permite que essas

empresas se organizem de forma a aproveitar incentivos e reduzir a carga tributária de maneira legal, contribuindo para a saúde financeira do negócio. Uma boa gestão contábil tributária é fundamental para que as empresas entendam suas obrigações fiscais e possam tomar decisões informadas RIBEIRO, PINTO (2017)

As MPEs do varejo alimentar podem se beneficiar ainda mais do planejamento tributário ao alinhar suas operações com as normas vigentes, evitando a elisão e a evasão fiscal, que são práticas específicas ao crescimento sustentável. A contabilidade com foco em micro e pequenas empresas fornece ferramentas para uma gestão eficaz, possibilitando que os gestores conheçam melhor a dinâmica fiscal e financeira de seus negócios SANTOS, VEIGA (2014)

A implementação de práticas de planejamento tributário não apenas contribui para a redução de custos, mas também facilita o reinvestimento em melhorias e inovações, fundamentais para o crescimento sustentável das MPEs SOUZA, PAVÃO (2020). O impacto positivo do planejamento tributário se reflete em um aumento na competitividade do varejo, permitindo que as empresas se destaquem em um mercado cada vez mais exigente MIURA (2023).

Além disso, é importante considerar a necessidade de uma abordagem integrada que combine planejamento tributário com práticas de responsabilidade social e ambiental. A sustentabilidade, nesse contexto, deve ser uma visão de forma ampla, envolvendo a gestão de recursos, a valorização de práticas éticas e a promoção de produtos locais e sustentáveis. Um planejamento tributário eficiente pode liberar recursos financeiros que podem ser direcionados para ações sustentáveis, fortalecendo a imagem da empresa e sua relação com a comunidade TORRES (2013).

A sustentabilidade e o crescimento das micro e pequenas empresas do varejo alimentar estão intrinsecamente ligados à adoção de práticas de planejamento tributário. Esse planejamento não revela apenas uma questão de conformidade fiscal, mas uma estratégia essencial para garantir as previsões e a competitividade no mercado.

### **Empresas do Varejo Alimentar**

O planejamento tributário é uma ferramenta essencial para as MPEs que buscam não apenas garantir a conformidade fiscal, mas também otimizar seus recursos financeiros. O impacto do planejamento tributário no varejo é significativo, pois permite

que essas empresas reduzam custos e aumentem a competitividade no mercado. Uma gestão eficiente dos tributos pode liberar recursos que podem ser investidos em melhorias operacionais e inovações, essenciais para o crescimento sustentável MIURA (2023).

Além da redução de custos, o planejamento tributário contribui para a sustentabilidade das MPes, uma vez que possibilita um melhor direcionamento dos investimentos. Ao minimizar a carga tributária, as empresas podem direcionar recursos para práticas sustentáveis, como a aquisição de insumos de fornecedores locais e a implementação de processos produtivos menos impactantes ao meio ambiente. Essa abordagem não só melhora a imagem da empresa diante dos consumidores, que cada vez mais valorizam práticas sustentáveis, mas também fortalece as comunidades locais ao promover a economia circular MIURA (2023).

É importante ressaltar que a sustentabilidade vai além da questão tributária e abrange também a responsabilidade social e ambiental. As MPes devem adotar uma visão que considere os impactos de suas operações sobre a sociedade e o meio ambiente. Isso inclui práticas de gestão de resíduos, uso consciente de recursos naturais e promoção de produtos saudáveis. Assim, a integração do planejamento tributário com estratégias de sustentabilidade pode resultar em um ciclo virtuoso que beneficia tanto a empresa quanto a comunidade SANTOS, VEIGA (2014)

Em suma, a sustentabilidade e o crescimento das micro e pequenas empresas do varejo alimentar estão diretamente relacionados à adoção de práticas de planejamento tributário eficaz. Essa abordagem não apenas promove a saúde financeira das empresas, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridas.

### **Principais desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas do varejo alimentar no planejamento tributário**

As micro e pequenas empresas do varejo alimentar enfrentam uma série de desafios no que diz respeito ao planejamento tributário. Um dos principais obstáculos é a complexidade do sistema tributário brasileiro, que possui uma multiplicidade de tributos e regulamentações. Esse cenário torna a gestão tributária um processo difícil, especialmente para empresas que frequentemente não dispõem de recursos financeiros

e humanos adequados para uma análise detalhada das normas fiscais. A falta de conhecimento sobre a legislação tributária pode levar a erros na apuração de impostos, resultando em pagamentos indevidos ou omissões que podem ser penalizadas pelos órgãos competentes MIURA (2023); SOUZA, PAVÃO (2020)

Outro desafio significativo é a variação das alíquotas e a escolha do regime tributário mais adequado. As micro e pequenas empresas muitas vezes têm dificuldade em identificar qual regime tributário (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real) é mais vantajoso para o seu modelo de negócios. Essa escolha pode impactar diretamente a carga tributária e, conseqüentemente, a rentabilidade da empresa. Além disso, muitos empreendedores desconhecem os benefícios e incentivos fiscais disponíveis, o que pode resultar em oportunidades perdidas para redução da carga tributária TORRES (2013); MARQUES ET AL... (2023)

O planejamento tributário inadequado pode também acarretar custos adicionais, uma vez que empresas mal preparadas para lidar com a tributação podem enfrentar auditorias fiscais que demandam tempo e recursos. Essas auditorias podem levar à identificação de inconsistências que, se não forem corrigidas, podem resultar em multas severas e na necessidade de pagamento de tributos retroativos. Assim, a falta de um planejamento tributário eficaz não apenas eleva os custos operacionais, mas também compromete a sustentabilidade financeira das micro e pequenas empresas do setor BLANCO (2023); SOUZA, PAVÃO (2020)

Além das questões financeiras, a gestão tributária também é influenciada pela constante mudança nas legislações fiscais. As micro e pequenas empresas precisam estar atualizadas sobre novas leis e regulamentações para evitar problemas legais e garantir a conformidade tributária. No entanto, essa atualização requer tempo e recursos que muitas vezes estão além da capacidade das pequenas empresas. A dificuldade em acompanhar essas mudanças pode resultar em um cenário de insegurança jurídica, aumentando o risco de autuações e complicações tributárias MIURA (2023); TORRES (2013)

A falta de planejamento estratégico pode levar à dificuldade em elaborar um fluxo de caixa eficiente, impactando a capacidade da empresa de honrar suas obrigações tributárias. Sem um controle adequado sobre receitas e despesas, muitas micro e pequenas empresas se encontram em situações financeiras delicadas, o que pode comprometer não apenas a operação do negócio, mas também a sua permanência no

mercado. A implementação de um planejamento tributário bem estruturado pode auxiliar essas empresas a superarem esses desafios, promovendo uma gestão mais eficiente MARQUES ET AL.. (2023); BLANCO (2023)

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

O presente artigo, intitulado "A Importância do Planejamento Tributário para Micro e Pequenas Empresas do Varejo Alimentar", foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Segundo GIL (2019), a pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção do conhecimento, pois permite a análise de teorias e conceitos já existentes, o que justifica sua escolha para o presente estudo. O objetivo principal foi compreender a relevância do planejamento tributário no contexto das micro e pequenas empresas do setor alimentar, a fim de identificar estratégias que possam ser implementadas para melhorar a eficiência fiscal e a sustentabilidade dos negócios.

Para a elaboração da pesquisa, foram consultadas diversas fontes bibliográficas, incluindo livros, artigos acadêmicos e publicações especializadas, que tratam do planejamento tributário e da gestão empresarial. A seleção das obras se deu pela pertinência dos temas abordados e pela contribuição dos autores para a discussão da problemática em questão. Autores como CRESWELL (2014) e LAKATOS e MARCONI (2017) foram fundamentais para a fundamentação teórica, pois oferecem uma visão ampla sobre as práticas de planejamento tributário e suas implicações para as micro e pequenas empresas.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma análise qualitativa das obras selecionadas, permitindo uma compreensão ampla do planejamento tributário. Conforme mencionado por BARDIN (2016), a análise qualitativa é eficaz para interpretar as informações coletadas, destacando aspectos relevantes que não são facilmente quantificáveis. A amostra foi composta por textos relevantes publicados nos últimos anos, priorizando aqueles que apresentavam estudos de caso ou análises aplicadas ao varejo alimentar. Essa abordagem possibilitou identificar as melhores práticas e os desafios enfrentados por esses empreendimentos na gestão de suas obrigações tributárias.

Além disso, a pesquisa considera a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para garantir a padronização das citações e referências bibliográficas,

seguindo as diretrizes estabelecidas nas normas NBR 10520 e NBR 6023. O uso dessas normas é fundamental para assegurar a credibilidade e a integridade acadêmica do trabalho.

## **ANÁLISE DE DADOS**

O planejamento tributário é uma ferramenta importante para a sobrevivência e competitividade das micro e pequenas empresas do varejo alimentar. Através de uma gestão tributária eficiente, essas empresas podem minimizar a carga tributária, resultando em um aumento significativo na lucratividade. O planejamento permite que os empreendedores identifiquem as melhores opções tributárias e utilizem incentivos fiscais disponíveis, ajustando suas operações para garantir conformidade com as legislações fiscais, o que é essencial em um ambiente regulatório complexo. A importância desse planejamento se torna evidente ao observar que muitas dessas empresas enfrentam restrições financeiras que dificultam o pagamento de tributos elevados, o que pode levar a situações de insolvência e fechamento do negócio ABRAHAM (2007).; SOUZA, PAVÃO (2020)

Ademais, a implementação de um planejamento tributário eficaz proporciona uma gestão mais transparente e organizada, permitindo que os empresários acompanhem de perto estrutura financeira de suas empresas. A organização contábil e fiscal, proporcionada pelo planejamento tributário, contribui para a tomada de decisões mais informadas e estratégicas, o que é vital para a adaptação às dinâmicas do mercado CREPALDI (2018); GUTIERREZ (2006)

Outro aspecto a ser considerado é a capacitação dos empreendedores e de suas equipes em relação à legislação tributária. Muitas micro e pequenas empresas carecem de conhecimento sobre as obrigações e direitos tributários, o que pode resultar em erros custosos. A formação e a atualização contínua sobre legislação fiscal são fundamentais para que os empresários possam conduzir suas atividades de maneira adequada. Além disso, a utilização de consultorias especializadas em planejamento tributário pode ser uma estratégia viável para suprir essas lacunas de conhecimento e garantir a conformidade legal TRETER (2019); RIBEIRO, PINTO (2017)

É importante ressaltar também que o planejamento tributário pode contribuir para a competitividade das micro e pequenas empresas do varejo alimentar em relação

às grandes corporações. Ao otimizar a carga tributária, essas empresas podem oferecer preços mais competitivos e melhorar sua margem de lucro. Isso não apenas potencializa suas vendas, mas também fortalece sua posição no mercado, permitindo uma melhor adaptação às tendências do setor. A capacidade de investimento em marketing e inovação aumenta, o que pode impulsionar ainda mais o crescimento e a sustentabilidade do negócio TORRES (2013).

As limitações impostas por um planejamento tributário inadequado podem afetar a confiança dos investidores e credores em micro e pequenas empresas. Um histórico de irregularidades fiscais pode resultar em dificuldades para acessar crédito e financiamentos, essenciais para o crescimento e expansão das operações. Portanto, é vital que os gestores adotem uma abordagem proativa em relação ao planejamento tributário, não apenas como uma obrigação, mas como uma estratégia de negócios que pode garantir a continuidade e a prosperidade da empresa no longo prazo CARVALHO (2011)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais deste estudo evidenciam que os objetivos propostos foram alcançados, confirmando a hipótese inicial de que um planejamento tributário adequado pode impactar positivamente a situação financeira das micro e pequenas empresas do varejo alimentar. Ao longo da pesquisa, ficou claro que essas práticas não apenas possibilitam a redução da carga tributária, mas também proporcionam um direcionamento mais eficiente dos recursos financeiros, permitindo que esses empreendimentos invistam em áreas críticas, como inovação e expansão. Assim, a problemática central deste trabalho foi respondida, destacando a importância de um planejamento tributário estratégico para a saúde financeira e a competitividade dessas empresas.

Entretanto, o estudo apresenta algumas limitações que devem ser reconhecidas. Primeiramente, a pesquisa foi realizada predominantemente por meio de uma abordagem bibliográfica, o que limita a aplicação de dados empíricos diretos. A falta de entrevistas ou questionários com empreendedores do varejo alimentar, por exemplo, pode ter restringido a compreensão completa das dificuldades práticas enfrentadas no dia a dia. Além disso, a variabilidade das situações tributárias em diferentes regiões do Brasil pode

ter influenciado os resultados, uma vez que as realidades fiscais podem variar significativamente conforme o local de operação das empresas.

Para futuras investigações, recomenda-se a realização de estudos empíricos que incluam a coleta de dados primários, por meio de entrevistas com empresários do setor ou análises de caso, a fim de proporcionar uma visão mais ampla sobre os efeitos do planejamento tributário nas micro e pequenas empresas do varejo alimentar. Além disso, pesquisas que considerem a evolução das legislações fiscais e suas implicações práticas poderiam enriquecer a discussão sobre o tema. Também é importante investigar a relação entre o planejamento tributário e a utilização de tecnologias de gestão, uma vez que inovações nesse campo podem facilitar a conformidade tributária e otimizar recursos.

Em suma, o planejamento tributário se revela uma ferramenta indispensável para a sustentabilidade e o crescimento das micro e pequenas empresas do varejo alimentar, sendo fundamental que os gestores estejam cientes de sua importância e busquem continuamente aprimorar suas práticas nesse sentido. A conscientização sobre a relevância do planejamento tributário pode não apenas fortalecer esses negócios, mas também contribuir para a saúde econômica geral do país, uma vez que essas empresas desempenham um papel vital na geração de empregos e renda.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **O planejamento tributário e o Direito Privado**. São Paulo, Quartier Latin, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BLANCO, Ayllander Rodrigues. **Varejo alimentar brasileiro: análise competitiva e desempenho operacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2023.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito Tributário: Linguagem e Método**. 4. Ed. São Paulo: Noeses. 2011.

CREPALDI S. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 3ed. São Paulo (SP): Editora Saraiva. 2018.

CRESWELL, John W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 10. ed. São Paulo, Atlas, 2006

GIL, Antônio Carlos. **Método de Pesquisa de Engenharia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUTIERREZ, M. D. **Planejamento tributário: elisão e evasão fiscal**. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2006. p. 58-149.

KLEIN, Geovane; TRETER, Jaciara. **Planejamento tributário em um supermercado varejista**. Universidade de Cruz Alta, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Amanda Ingrid de Souza, et al, **Planejamento Tributário No Comércio Alimentício**. Trabalho de Conclusão de Curso Eixo Tecnológico de Gestão & negócio, Fernandópolis, 2023.

MIURA F.H. **Impacto do planejamento tributário no varejo**. Revista E&S. 2023; 4: e20230009.

OLIVERA, Ricardo Mariz de. **Planejamento Tributário, Elisão e Evasão Fiscal, Norma Antielisão e Norma Antievasão**. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. Curso de Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: Saraiva, . p. 439-524. 2019.

RIBEIRO, O. M.; PINTO, M. A. **Introdução à contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Planejamento Tributário**. 2. ed. São Paulo: IOB Informações Objetivas Publicações jurídicas LTDA, 2016.

SANTOS, F.A.; VEIGA, W.E. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3ed. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil. 2014.

SOUZA, L. R.B.; PAVÃO, C. P. **A necessidade do planejamento tributário visando a redução dos custos nas organizações**. 2020. 22 f. INESUL- Instituto de Ensino Superior de Londrina, 2020.

TORRES, Ricardo: **Planejamento tributário: Elisão Abusiva e Evasão Fiscal**. Ed. El Sevier, Rio de Janeiro. 2013.

## **Capítulo 16**

# **O PAPEL DA CONTABILIDADE DIGITAL PARA A MODERNIZAÇÃO DAS EMPRESAS**

***Brenda Rodrigues***

*Assistente Administrativo, 8º semestre de Ciências Contábeis,  
@brenda\_rodrigues3012@icloud.com*

***Georges Charles de Weck Ribeiro***

*Bacharel em ciências econômicas, especialista em Gestão em Planejamento em Defesa Civil,  
georges.ribeiro@iesgo.edu.br*

### **RESUMO**

A contabilidade digital vem transformando significativamente a gestão financeira das empresas, substituindo processos manuais por automação e uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e sistemas na nuvem. Com essas mudanças, as tarefas operacionais se tornaram mais rápidas e precisas, permitindo que os contadores assumam funções estratégicas, contribuindo para a tomada de decisões e para o planejamento das organizações. Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica (2018 a 2024) focada na transformação digital da contabilidade, suas vantagens, desafios e impacto na gestão empresarial. Este estudo conclui que a contabilidade digital é mais do que uma tendência; é uma estratégia necessária para garantir a competitividade e o crescimento sustentável das empresas. Organizações que abraçam essa inovação ganham agilidade e capacidade de adaptação, enquanto aquelas que resistem correm o risco de perder relevância no mercado. A transformação digital, portanto, não apenas redefine processos internos, mas também o papel do contador, que se torna um consultor estratégico fundamental para o sucesso empresarial.

**Palavras-chave:** Contabilidade Digital. Automação Financeira. Inteligência Artificial.

### **ABSTRACT**

Digital accounting has been significantly transforming the financial management of companies, replacing manual processes with automation and the use of emerging technologies such as artificial intelligence and

cloud systems. With these changes, operational tasks have become faster and more accurate, enabling accountants to take on strategic roles, contributing to decision-making and organizational planning. This work is a literature review (2018 to 2024) focused on the digital transformation of accounting, its advantages, challenges, and impact on business management. This study concludes that digital accounting is more than a trend; it is a necessary strategy to ensure competitiveness and sustainable growth for companies. Organizations that embrace this innovation gain agility and adaptability, while those that resist risk losing relevance in the market. Digital transformation, therefore, not only redefines internal processes but also the role of the accountant, who becomes a crucial strategic consultant for business success.

**Keywords:** Digital Accounting. Financial Automation. Artificial Intelligence.

## INTRODUÇÃO

É notável como a tecnologia impactou a forma de viver das pessoas, seja na maneira como se comunicam ou na forma como fazem negócios. No contexto da contabilidade, um ramo tradicionalmente marcado por registros manuais e processos burocráticos, a tecnologia trouxe atualizações significativas, como o surgimento de sistemas digitais e a automação. Essas mudanças resultaram em impactos consideráveis nos serviços contábeis, tornando os processos mais ágeis, aumentando a eficiência e possibilitando a integração entre diferentes setores.

Essas novas ferramentas e *softwares* especializados passaram a automatizar tarefas repetitivas e simplificar rotinas administrativas, permitindo que esses profissionais se dediquem mais tempo a atividades estratégicas. Com a digitalização, as informações se tornam mais precisas e fáceis de acessar, o que melhora a tomada de decisões e aumenta a transparência na gestão financeira das empresas. Essa nova fase, chamada contabilidade digital, veio para facilitar o dia a dia das empresas e dos contadores, modernizando o modo como o trabalho é feito e trazendo segurança para os dados. LEITE, (2020)

Porém, a transformação digital não se trata apenas de automatizar os processos, porque ela muda a forma como as empresas organizam e gerenciam suas finanças. Isso conseqüentemente redefine o papel dos profissionais da área, que passam a atuar como consultores estratégicos e analistas de dados. Essa mudança permite que os contadores

ofereçam mais valor aos seus clientes, ajudando-os a entender melhor suas finanças e a planejar o futuro de maneira mais eficiente.

A contabilidade digital não só torna o trabalho mais rápido, ela torna os contadores mais relevantes no mercado, e as empresas conseguem lidar melhor com um ambiente cada vez mais complexo e desafiador. Por isso, esse tema se faz relevante nos dias de hoje, pois é necessário acompanhar as inovações tecnológicas que crescem exponencialmente e tornam o mercado cada vez mais dinâmico e exigente.

O objetivo deste artigo é demonstrar como a contabilidade digital moderniza a gestão empresarial, destacando suas vantagens e desafios. Além disso, aborda como a automação otimiza os processos financeiros, também desenvolve novas habilidades nos contadores e contribui para o sucesso das empresas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### A evolução da contabilidade e a revolução digital

A contabilidade tem suas origens marcada há 2.000 anos antes de Cristo, nas antigas civilizações da Suméria e da Babilônia, onde surgiram as primeiras práticas voltadas ao controle de patrimônios. Eram essas civilizações que faziam os registros de forma rudimentar e isso foi considerado como os primeiros esboços da técnica contábil. No contexto brasileiro, a contabilidade foi introduzida com o desenvolvimento do comércio, que se intensificou com a chegada da colônia portuguesa e depois com a abertura dos portos no século XIX. HEISLER *et al.*, (2018)

Assim, a contabilidade se consolidou como uma ciência que tem como objeto de estudo os fenômenos patrimoniais. Sua configuração atual reflete o resultado de uma trajetória marcada pelo desenvolvimento econômico e por diversos aspectos sociais. Tornou-se fundamental devido à crescente necessidade de controle sobre bens e riquezas, sendo especialmente impulsionada pela evolução da tecnologia. E foi essa transformação que modernizou os processos contábeis e elevou o papel do contador. BARROSO, (2018)

Atualmente, a contabilidade se consolidou como uma ferramenta essencial nas organizações, pois seu desenvolvimento e aprimoramento ao longo do tempo proporcionaram maior segurança, controle, qualidade e eficiência na gestão do patrimônio. Embora tenha sido considerada uma arte em determinados momentos, a contabilidade também se baseia em elementos racionais, técnicos e lógicos, refletindo a

necessidade de controlar e monitorar o patrimônio de forma precisa. Por isso, essa disciplina se conecta com outras áreas do conhecimento, aproveitando fundamentos de diferentes campos para alinhar a prática contábil à teoria e, desse modo, desempenhar suas funções com maior eficácia. SANTOS *et al.*, (2023)

A contabilidade mudou muito ao longo do tempo, acompanhando as novas exigências econômicas e as regras do mercado. Mas, foi a tecnologia que trouxe uma verdadeira transformação na área. Com o uso de ferramentas digitais, várias tarefas manuais e repetitivas puderam ser automatizadas, deixando os processos mais rápidos e precisos. Isso liberou os profissionais para se concentrarem em atividades mais estratégicas, como fazer análises financeiras e oferecer consultorias mais personalizadas. LEITE, (2020)

A chegada da inteligência artificial (IA) trouxe grandes mudanças para o dia a dia dos escritórios de contabilidade. Essa tecnologia automatizou processos complexos e facilitou a análise preditiva, identificando padrões e tendências com rapidez e precisão. Com isso, os contadores conseguem tomar decisões mais estratégicas, assumindo um papel de consultores proativos para seus clientes. Além disso, as auditorias ficaram mais precisas e eficazes, ajudando a reduzir erros e a prevenir fraudes de forma mais segura. OLIVEIRA *et al.*, (2024)

Apesar das vantagens, a transformação digital também traz alguns desafios. Na contabilidade, que é um setor bastante padronizado, os profissionais precisam desenvolver habilidades que vão além do conhecimento técnico tradicional. Hoje, é essencial que os contadores tenham competências analíticas e entendam por dentro dessas novas tecnologias. Eles devem estar sempre atualizados com as inovações do mercado, utilizando essas ferramentas como apoio e suporte, para aprimorar seu trabalho e agregar mais valor aos clientes. SILVA, (2022)

Ademais, o futuro da contabilidade estará cada vez mais ligado aos avanços das plataformas digitais e da IA. O contador se tornará cada vez mais um analista estratégico, capaz de interpretar dados e oferecer recomendações que realmente influenciem as decisões das empresas. A habilidade de acompanhar essas mudanças é essencial para que esses profissionais se mantenham relevantes, já que o mercado fica mais competitivo e dinâmico a cada dia. LIMA, (2023)

Por fim, a contabilidade evoluiu de um modelo tradicional, focado em registros manuais, para uma prática digital, centrada na automação e no uso de tecnologias

emergentes. Essa transição não apenas aprimorou os processos internos, mas também redefiniu o papel do contador, que se torna cada vez mais um consultor estratégico, preparado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da era digital. ESTEVES *et al.*, (2020)

#### Atuação da contabilidade digital nas empresas

A contabilidade tradicional, embora tenha sido fundamental durante décadas, é marcada por processos manuais como o uso de documentos físicos e a necessidade de repassar essas informações para diferentes agentes externos, como instituições financeiras, governo e fornecedores. Nessa abordagem, os profissionais precisam organizar e verificar manualmente pilhas de papéis, conferindo dados para garantir que não haja inconsistências ou erros nas informações. Esse trabalho é não apenas demorado, mas também suscetível a falhas humanas, como lançamentos duplicados, extravios de documentos ou erros em cálculos financeiros. ESTEVES *et al.*, (2020)

Além disso, é comum que o departamento contábil funcione de maneira isolada dos demais setores da empresa, criando barreiras para a comunicação interna e aumentando o tempo necessário para concluir tarefas básicas, como o fechamento de balanços mensais e a emissão de relatórios financeiros. Essa falta de integração pode impactar negativamente o planejamento e a tomada de decisões, já que informações essenciais nem sempre estão disponíveis em tempo hábil para análise estratégica. ABREU, (2021)

Em contrapartida, surge a contabilidade digital como uma resposta às limitações do modelo tradicional, proporcionando maior agilidade e precisão por meio da automação de processos. *Softwares* especializados eliminam a necessidade de registros manuais e reduzem significativamente a possibilidade de erros, garantindo que os dados estejam sempre atualizados e disponíveis para consulta. Com essa automação, profissionais da área contábil conseguem otimizar seu tempo e direcionar seus esforços para atividades de maior valor agregado, como a elaboração de análises financeiras e o desenvolvimento de estratégias para melhorar o desempenho das empresas. TADEU *et al.*, (2021)

Além de modernizar a gestão interna, a contabilidade digital favorece um relacionamento mais próximo e eficiente com clientes e parceiros, uma vez que facilita o

fornecimento de informações em tempo real e agiliza o atendimento a demandas externas. Isso cria um ciclo virtuoso, no qual a empresa, ao investir em processos digitais, se torna mais competitiva e preparada para enfrentar os desafios de um mercado dinâmico. STAATS, MACEDO, (2021)

Outro aspecto relevante é que a automação na contabilidade digital não se limita apenas à redução de tarefas operacionais, mas também abrange áreas estratégicas, como finanças e compras. Por meio dessas soluções, atividades complexas, como a conciliação bancária e a emissão de notas fiscais, podem ser executadas com maior precisão e em menos tempo. Além disso, o sistema automatizado permite monitorar, de forma contínua, as contas a pagar e a receber, garantindo que pagamentos e recebimentos sejam realizados dentro dos prazos estipulados, minimizando riscos financeiros. NYLAND, (2023)

Essa eficiência operacional não apenas reduz custos associados ao retrabalho e à correção de erros, mas também melhora a saúde financeira da empresa, uma vez que as informações gerenciais se tornam mais confiáveis e de fácil acesso. Empresas que adotam a contabilidade digital se beneficiam de relatórios precisos e de fácil interpretação, o que facilita a tomada de decisões e aumenta a transparência interna e externa. STAATS, MACEDO, (2021)

Além da eficiência, a segurança da informação é um dos pilares da contabilidade digital. O uso de ferramentas modernas, como a autenticação multifatorial e a criptografia avançada de dados, oferece maior proteção contra fraudes e acessos não autorizados. Essas soluções tecnológicas garantem que apenas pessoas autorizadas possam acessar informações financeiras sensíveis, fortalecendo a governança corporativa e aumentando a confiança de clientes e parceiros no sistema contábil da empresa. Esse cuidado proporciona maior tranquilidade para as empresas, uma vez que a recuperação dos dados pode ser feita de forma rápida e eficiente, minimizando impactos negativos. CARVALHO; SILVA, (2021)

Portanto, a contabilidade digital não deve ser vista apenas como uma tendência passageira, mas como uma necessidade estratégica para empresas que desejam otimizar seus processos financeiros, aumentar a produtividade e se manter competitivas no mercado atual. Essa integração permite que as empresas acompanhem as mudanças regulatórias de forma mais eficiente, ao mesmo tempo que criam uma base sólida para seu crescimento sustentável. TADEU *et al.*, (2021)

Negócios que não acompanham a transformação digital podem ter dificuldade em se adaptar ao que o mercado e os clientes esperam. Já quem adota as inovações ganha agilidade e consegue acompanhar mais rápido às mudanças. Por isso, investir em contabilidade digital vai além de melhorar o dia a dia da empresa, é um passo importante para garantir que o negócio continue relevante e competitivo no mercado. SILVA, (2018)

#### O papel do profissional de contabilidade na era digital

Com o avanço da tecnologia, o papel do contador passou por mudanças profundas, dando origem à contabilidade digital. Essa nova abordagem como já citada, impulsionada por políticas governamentais que incentivam a centralização e automação de informações, tem como objetivo facilitar a gestão empresarial e combater a sonegação fiscal. Nesse contexto, o contador não apenas se adapta a ferramentas tecnológicas, mas também ganha maior agilidade e eficiência em suas atividades diárias, contribuindo para a produtividade das empresas e para uma tomada de decisão mais rápida e embasada. PARDINHO *et al.*, (2021)

Nos últimos anos, a evolução tecnológica transformou o contador de um mero executor de tarefas operacionais para um verdadeiro parceiro estratégico nas organizações. Com o acesso rápido e preciso aos dados financeiros, o profissional contábil tem assumido uma posição relevante na gestão e no planejamento das empresas, participando ativamente das decisões que influenciam o futuro dos negócios. Essa transformação exige que o contador não se limite ao registro de informações passadas, mas que use a análise de dados para antecipar tendências e propor soluções eficazes para desafios financeiros emergentes. BREDA, (2019)

Porém, a adaptação à era digital também traz desafios. A automação e o uso de sistemas inteligentes demandam novas habilidades dos contadores, que precisam se familiarizar com tecnologias como análise de dados avançada, ferramentas baseadas em nuvem e inteligência artificial. Além disso, questões relacionadas à segurança cibernética e à conformidade regulatória exigem atenção constante. A necessidade de proteger dados sensíveis e garantir que as operações estejam em linha com normas legais se torna essencial para evitar riscos e preservar a confiança das partes envolvidas. BOMFIM, (2020)

O grande desafio, é manter um padrão elevado de análise financeira em um cenário em constante mudança, onde informações são atualizadas em tempo real. O profissional contábil precisa ser capaz de interpretar rapidamente essas informações e extrair delas uma tomada de decisões estratégicas assertivas. Mais do que nunca, a capacidade de adaptação e a busca por atualização constante são fundamentais para que os contadores se mantenham relevantes e contribuam para o crescimento sustentável das empresas. PARDINHO *et al.*, (2021)

Enfim, com a transformação digital o contador deixou de ser apenas quem registra o passado para se tornar alguém que ajuda a planejar o futuro financeiro das empresas. Ele agora tem um papel importante na criação de estratégias que ajudam os negócios a sobreviver e prosperar em um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo. Ao adotar inovações e usar ferramentas tecnológicas de forma inteligente, o contador não só agrega valor à empresa, mas também se torna essencial para sua sustentabilidade e crescimento na era digital. SANTOS *et al.*, (2021).

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este trabalho foi estruturado como uma revisão bibliográfica focada na transformação digital da contabilidade, suas vantagens, desafios e impacto na gestão empresarial. Para isso foi realizada uma busca nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, selecionando publicações entre 2018 e 2024. Que tratam da digitalização contábil, automação financeira, inteligência artificial aplicada à contabilidade e novas habilidades exigidas dos profissionais da área.

Foram analisados vinte e seis documentos, dos quais dezenove foram selecionados com base em critérios de inclusão que consideraram estudos sobre: Evolução da contabilidade e os efeitos da tecnologia; Contabilidade digital e automação de processos; Papel do contador na era digital e as novas competências necessárias; Segurança da informação e impacto nas empresas.

Desses, sete documentos foram excluídos por não tratarem diretamente das inovações na contabilidade digital ou por apresentarem dados obsoletos, anteriores a 2018. As palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram: “Contabilidade Digital”; “Automação Financeira”; “Inteligência Artificial” e “Gestão Empresarial”.

A seleção final incluiu cinco livros, treze artigos científicos e um 'site', todos relevantes para o tema. Dessa forma, este estudo busca contribuir para o entendimento da relevância da contabilidade digital como um pilar fundamental para o crescimento sustentável das empresas e a modernização da prática contábil.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

A análise realizada por esse trabalho revela que a evolução da contabilidade teve uma longa trajetória, pois evoluiu dos registros rudimentares das civilizações antigas para as sofisticadas ferramentas digitais de hoje. Isso é reafirmado por HEISSLER *et al.* (2018), que evidencia a contabilidade no Brasil sendo fortemente influenciada pelo contexto colonial e depois evoluiu junto com o desenvolvimento econômico. Também, BARROSO (2018) reforça que a contabilidade, que antes era vista como uma arte, agora é uma ciência essencial para o controle patrimonial, sendo apoiada por técnicas racionais e lógicas.

Diante dos avanços da tecnologia a contabilidade ganhou um novo papel. Conforme destacado por LEITE (2020), a digitalização permite que o contador vá além dos registros manuais, liberando-o para tarefas mais estratégicas, como a análise financeira aprofundada. Já OLIVEIRA *et al.* (2024) destacam a importância da inteligência artificial (IA), que traz precisão às auditorias e facilita a previsão de tendências. Ao mesmo tempo, como apontado por SILVA (2022), os contadores enfrentam desafios ao integrar novas competências tecnológicas com suas habilidades tradicionais.

Assim, entende-se que o papel do contador mudou de um profissional que lida com registros passados para um analista estratégico, como mostram LIMA (2023) e outros autores. Hoje, os contadores precisam interpretar dados complexos e oferecer segurança ao tomar decisões empresariais. Esse papel mais dinâmico e consultivo é essencial para manter as empresas competitivas, especialmente em um mercado em rápida transformação.

Diante dessa nova contabilidade digital, autores como TADEU *et al.* (2021) e NYLAND (2023), afirmam que a gestão financeira das empresas se transformou, o que facilitou a integração e automação de processos. Essa evolução proporciona maior segurança e eficiência operacional, pois as empresas que agora adotam a digitalização

beneficiam-se de relatórios precisos e processos ágeis, criando um ambiente mais confiável e competitivo.

Já no contexto profissional, PARDINHO et al. (2021) e BOMFIM (2020) ressaltam que o contador contemporâneo deve dominar novas tecnologias e estar atento à segurança de dados, habilidades essenciais para se adaptar às demandas do mercado digital. Essa adaptação exige conhecimento em inteligência artificial (IA) e análise de dados, transformando o contador em um parceiro estratégico nas decisões empresariais.

O Quadro 1, apresenta uma síntese dos autores e obras citadas na discussão, destacando as contribuições de cada um para o entendimento da evolução e digitalização da contabilidade. Os dados estão organizados em ordem cronológica, com uma breve descrição do tema principal abordado por cada autor e uma conclusão resumida das ideias centrais de suas pesquisas.

Quadro 1: Autores e Contribuições sobre a Evolução e Digitalização da Contabilidade.

AUTOR	ANO	TÍTULO	CONCLUSÃO
Heissler <i>et al.</i>	2018	A evolução da contabilidade ao longo da história do Brasil	A contabilidade evoluiu desde a chegada da colônia portuguesa e se desenvolveu com o comércio.
Barroso	2018	Teoria da contabilidade	A contabilidade é influenciada por fatores econômicos e sociais.
Breda	2019	Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade	A tecnologia transformou o papel do contador em um parceiro estratégico.
Leite	2020	Contabilidade e Tecnologia: A Evolução Digital	A automação libera tempo para atividades estratégicas e aumenta a precisão.
Bomfim	2020	Os avanços tecnológicos e o perfil do contador frente à era digital	A automação exige novas habilidades e atualização constante dos contadores.
Fernandes	2021	Contabilidade Digital e a Transformação das Práticas Contábeis	A IA melhora a precisão das auditorias e a análise preditiva.
Carvalho; Silva	2021	Automatização de processos: benefícios da implementação no setor financeiro de uma empresa multinacional	A automação reduz erros e melhora a governança corporativa.

Staats; Macedo	2021	As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil de Joinville/SC	A contabilidade digital melhora o relacionamento com clientes e parceiros.
Pardinho <i>et al.</i>	2021	Contabilidade Digital: O desafio da nova era	A adaptação digital exige novas competências e atualização contínua.
Silva, M.	2022	Contabilidade Digital: Impactos e Desafios da Era da Informação	O futuro da contabilidade depende da capacidade de adaptação dos profissionais.
Lima	2023	A nova era da contabilidade: digitalização e inovação	O contador do futuro será cada vez mais estratégico.
Nyland	2023	Tendência da contabilidade digital: a importância de um bom software	<i>Softwares</i> modernos são essenciais para garantir precisão e eficiência.
Oliveira <i>et al.</i>	2024	Inteligência artificial aplicada à contabilidade: análise de tendências e possibilidades	A IA permite análises preditivas e aumenta a precisão nas operações contábeis.

Fonte: A Autora, 2024.

Em síntese, a contabilidade evoluiu muito e o contador hoje é visto não apenas como alguém que documenta o passado, mas como um estrategista que contribui ativamente para o sucesso e a sustentabilidade das empresas. E foi a revolução digital que ampliou o alcance da contabilidade, elevando a profissão e fazendo dela um pilar essencial para enfrentar os desafios da era moderna.

O resultado geral mostra que a evolução da contabilidade está inegavelmente entrelaçada com a revolução digital, e isso impulsiona a eficiência e redefine o papel dos profissionais da área, como já citado. O futuro da contabilidade depende da capacidade dos profissionais de se posicionarem como parceiros estratégicos nas empresas, aproveitando a automação para garantir o crescimento sustentável das organizações. A contabilidade digital não é apenas uma ferramenta de modernização, mas um caminho essencial para a sobrevivência e relevância no mercado contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade digital mudou bastante a forma como as empresas cuidam de suas finanças. Com o uso de tecnologias como a automação e a inteligência artificial, os processos ficaram mais rápidos, seguros e eficientes. Isso ajuda as empresas a se adaptarem melhor às exigências do mercado e das leis, além de reduzir custos e aumentar a produtividade.

Para os contadores, essas mudanças significam que sobra mais tempo para se dedicar a análises financeiras e ao planejamento estratégico, o que pode dar uma vantagem competitiva para as empresas. Por outro lado, essa transformação digital também traz desafios. Os profissionais da contabilidade precisam aprender novas habilidades, como análise de dados, e se manter atualizados sobre segurança da informação e tecnologias que estão sempre evoluindo. Estar disposto a aprender e a se adaptar é essencial para que contadores e empresas não fiquem para trás.

Assim, este trabalho conclui que a contabilidade digital não é apenas uma tendência passageira. Investir em tecnologia e capacitação se torna cada vez mais importante para garantir o crescimento sustentável das empresas e a relevância dos contadores nesse novo cenário.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Pâmela Xavier de. **O futuro do profissional contábil: tendências da contabilidade digital.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

Barroso, Deivson Vinicius. **Teoria da Contabilidade.** Faculdade de Ciências Contábeis - Superintendência de Educação a Distância. 117 p. Salvador: UFBA, 2018.

BOMFIM, Vanessa Cantuaria. **Os avanços tecnológicos e o perfil do contador frente à era digital.** Revista Trevisan, v. 18, n. 173, p. 60 a 78-60 a 78, 2020.

BREDA, Zulmir Ivânio. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade.** 2019. Disponível em: < <https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/> >. Acesso em: 18 de out. 2024.

CARVALHO, Ingrid; SILVA, Letícia Medeiros da. **Automatização de processos: benefícios da implementação no setor financeiro de uma empresa multinacional.**

2021. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ESTEVES, Yohans de Oliveira; PINHEIRO, Karla Pixioline de Bittencourt; ALMEIDA, Leonardo Soares Francisco de. **Uma análise comparativa entre contabilidade tradicional e criativa como gestão empresarial.** Revista UNIPIAGET, v. 3, n. 2, 2020.

FERNANDES, Ricardo G. **Contabilidade Digital e a Transformação das Práticas Contábeis.** São Paulo: Saraiva, 2021.

HESSLER, Ismael; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; SALLABERRY, Jonatas. **A evolução da contabilidade ao longo da história do Brasil.** Revista de Administração e Contabilidade, Santo Ângelo, v. 17, n. 34, p. 04-25, 2018.

LEITE, Fábio A. **Contabilidade e Tecnologia: a evolução digital.** São Paulo: Cengage Learning, 2020.

LIMA, Carlos A. **A nova era da contabilidade: digitalização e inovação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2023.

NYLAND, Joana Josiane Andriotte Oliveira Lima. **Tendência da contabilidade digital: a importância de um bom software.** Research, Society and Development, v. 12, n. 1, p. e15212139737-e15212139737, 2023.

OLIVEIRA, Mylenna de Paula Caetano de; AZEVEDO, Magno Santana; ÁVILA, Wellington. **Inteligência artificial aplicada à contabilidade: análise de tendências e possibilidades.** Revista Foco, v. 17, n. 6, p. e5487-e5487, 2024.

PARDINHO, Arthur Henrique Costa et al. **Contabilidade Digital: O desafio da nova era.** 2021. 27f. Trabalho de conclusão de curso (Técnico em Contabilidade). Escola Técnica Professor Massuyuki Kawano, São Paulo, 2021.

SANTOS, Gilvan Silva; JUNIOR, Almeciano José Maia; CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos. **Contabilidade digital: mudanças significativas do avanço da tecnologia da informação na atividade contábil.** C@ LEA-Cadernos de Aulas do LEA, v. 12, n. 1, p. 12-30, 2023.

SANTOS, Ithamyres Maria da Silva; PAES, Amanda Pimentel; LIMA, Thiago Henrique Claudino. **Adoção e Uso da Contabilidade Digital: uma percepção de organizações contábeis.** In: 18º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2021.

SILVA, Maria R. **Contabilidade Digital: impactos e desafios da era da informação.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

SILVA, Nelson. **Transformação digital, a 4. Revolução industrial.** Boletim de Conjuntura, n. 8, p. 15-18. FGV Energia: 2018.

STAATS, Carolina; MACEDO, Fabrício de. **As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo**

**de geração de informação contábil em um escritório contábil de Joinville/SC.**  
Revista Controladoria e Gestão, v. 2, n. 1, p. 348-369, 2021.

TADEU, Samuel; ALMEIDA, Naiara; GONÇALVES, Ariane. **Contabilidade 4.0, a tecnologia a favor dos contadores na era digital.** Revista Projetos Extensionistas, v. 1, n. 1, p. 146-153, 2021.

## *Capítulo 17*

# **OS DESAFIOS DA CONTABILIDADE NA GESTÃO FINANCEIRA E SEPARAÇÃO DE PATRIMÔNIOS EM EMPRESAS FAMILIARES**

***Camilla Lopes Barbosa***

*A autora Camilla Lopes Barbosa, tem 21 anos, estado civil solteira, estuda na Faculdades Integradas IESGO, no curso de Ciências Contábeis, no 8º semestre. É católica e apaixonada em passar um tempo com a família. [camillalopes.ba@gmail.com](mailto:camillalopes.ba@gmail.com)*

### **RESUMO**

A contabilidade é a ciência que estuda e mensura os patrimônios empresariais, assim ela realiza os relatórios que definem os rendimentos, lucros ou prejuízos de empresas. Dentre esses relatórios estão o Balanço Patrimonial que demonstra a realidade da empresa, dividida em Ativo (bens e direitos), Passivo (obrigações) e Patrimônio Líquido (valor líquido) e a Demonstração do Resultado do Exercício, este relatório é fundamental para a empresa, pois apresenta as despesas, receitas e custos, demonstrando assim o lucro ou prejuízo do exercício mensurado. As empresas podem apresentar desafios para a contabilidade nesses relatórios, como a incoerência de resultados, o atraso para entrega de documentos, entre outros. Neste artigo iremos abordar sobre a importância da separação dos patrimônios empresariais voltados para empresas familiares e seus devidos desafios. Contudo descobrimos que é necessário que os sócios façam essa separação de contas, pois é fundamental para tornar os relatórios citados acima reais e seus resultados confiáveis. A pesquisa foi realizada através da plataforma “Google” Formulários em que foram extraídos dados através de perguntas elaborada pelo autor. Foi uma pesquisa quantitativa em que o resultado considerado foi o de maior percentual escolhido por profissionais da área contábil, que chegou à conclusão da necessidade e importância dessa total divisão de patrimônios.

**Palavras-chave:** Separação. Patrimônio. Empresas familiares. Contabilidade.

### **ABSTRACT**

Accounting is the science that studies and measures business assets, so it produces reports that define companies' income, profits or losses. Among these reports are the Balance Sheet which demonstrates the

company's reality, divided into Assets (assets and rights), Liabilities (obligations) and Net Equity (net value) and the Income Statement for the Year, this report is fundamental for the company, as it presents expenses, revenues and costs, thus demonstrating the profit or loss for the year measured. Companies may present accounting challenges in these reports, such as inconsistency in results, delays in delivering documents, among others. In this article we will discuss the importance of separating business assets aimed at family businesses and its associated challenges. However, we discovered that it is necessary for partners to carry out this separation of accounts, as it is essential to make the reports mentioned above real and their results reliable. The research was carried out using the "Google" Forms platform in which data were extracted through questions prepared by the author. It was a quantitative research in which the result considered was the highest percentage chosen by accounting professionals, who reached the conclusion of the need and importance of this total division of assets.

**Keywords:** Separation. Assets. Family businesses. Accounting.

## INTRODUÇÃO

O planejamento financeiro nas empresas é de suma importância, especialmente quando se trata de uma empresa familiar, em que a situação é mais vulnerável a falhas na gestão, colocando em risco o patrimônio da família.

Um dos paradigmas a serem desfeitos nas empresas familiares está a mistura entre o patrimônio pessoal e corporativo. Diante disso, surgem riscos que ocasionam falhas nos balanços e nas demonstrações financeiras da empresa. Assim, surge o questionamento de como estes riscos podem ser inibidos, levando em conta os aspectos contábeis. Quais os maiores riscos que um sócio está se submetendo ao realizar pagamentos pessoais e empresariais em uma mesma conta?

A contabilidade tem como conceito ser uma ciência social que estuda e controla o patrimônio das entidades, em que é feito por meio dos registros verificando a saúde da empresa. Diante dos princípios fundamentais da contabilidade, podemos observar o princípio da entidade em que exige a diferenciação dos patrimônios sendo eles particulares ou corporativos.

A melhor solução para este tipo de problema está na distribuição do pró-labore, em que os salários dos sócios são devidamente distribuídos entre eles, contabilizando os movimentos na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa. Caso necessite de algum recurso financeiro adicional para provimentos da família, este deverá

ser contabilizado como pró-labore, mesmo que se refira à adiantamentos, respeitando a separação total das contas e as devidas despesas seja da empresa ou do sócio.

Esse artigo foi desenvolvido com o intuito de ajudar as empresas de pequeno porte, em que ainda ocorrem com frequência a confusão patrimonial financeira. Assim o estudo se torna relevante tanto para contadores que desejam inibir este mal costume, quanto para os sócios, a fim de não acarretarem graves falhas no ciclo operacional de sua empresa.

A distinção clara entre os patrimônios pessoais e empresariais é um princípio fundamental para a sustentabilidade financeira e jurídica de qualquer negócio. Em termos da lei, essa separação é imprescindível para evitar que, em casos de falência, os bens pessoais não sejam comprometidos.

Do ponto de vista contábil, sendo ele adulterado, esta mistura entre os patrimônios prejudica também a transparência das Demonstrações Financeiras, dificultando ou causando decisões que prejudicam a entidade, por não estarem com os resultados reais. A percepção distorcida, pode gerar problemas de fluxo de caixa, dificuldade em identificar lucros reais e em casos extremos, à insolvência do negócio.

Portanto, este artigo se propõe a analisar as consequências da mistura de patrimônios, destacando a relevância da correta gestão financeira e dos princípios contábeis como ferramentas essenciais para o sucesso das empresas, além de prevenir problemas legais e financeiros para os gestores.

Os métodos de pesquisa deste trabalho foram realizados através de um questionário, para um público que atua diariamente com a contabilidade e que serão conceituadas e esclarecidas ao final deste artigo.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Princípios Contábeis**

A divisão de patrimônios dentro de uma empresa, é fundamental para o crescimento e transparência em seus resultados. Assim, a contabilidade se baseia no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o seguimento das normas e orientações a respeito das fiscalizações durante o exercício da profissão contábil. O CFC é uma “autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público”. Criado e regido por legislação específica, segundo o “Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio

de 1946, possui a função principal de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil.”

Nas normas do CFC estão relatados os **Princípios Contábeis** regidos segundo a Resolução do CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993 que demonstra em seu art. 2º:

Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (BRASIL, 1993)

Como citado acima, os princípios da contabilidade representam a essência, havendo então sete princípios, sendo eles: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo valor original, Atualização monetária, Competência e Prudência. Segundo o CFC, no 4º da Resolução 730/93 do conceito do Princípio da Entidade:

Art. 4º. O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição (BRASIL, 1993).

Sendo assim exigido aos contadores pelo CFC a declaração clara das finanças e sem a junção de patrimônios da entidade. Nas empresas familiares, a tendência dessa confusão é significativamente maior, pois muitos parentes acabam confundindo o profissionalismo com familiaridade, acarretando falhas e prejudicando os resultados do negócio, pois informações erradas inviabilizam a veracidade dos demonstrativos financeiros.

### **A Contabilidade como Gestora Ética**

O contador tem como responsabilidade seguir as normas éticas regidas pelo CEPC (Código de Ética Profissional do Contador), que em seu artigo 2º evidencia:

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade: I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais (BRASIL, 1996).

Diante disso, cabe ao contador exigir a estes sócios as regras claras de separação das finanças, pedindo mensalmente seus relatórios e conferindo seu extrato bancário. O sócio tem total responsabilidade quanto a esta confusão, podendo levar a empresa a um déficit em suas contas, pois sabem-se que os valores informados à contabilidade são incoerentes com a realidade. Neste momento, a contabilidade terá de verificar os erros cometidos dentro dessas contas, reajustando e lançando corretamente estes saldos.

Suponhamos uma situação, em que o sócio de responsabilidade financeira já realizou a distribuição dos rendimentos entre os três sócios de uma sociedade, divididos corretamente conforme suas porcentagens de direito; assim, foram lançados contabilmente na conta pró-labore a pagar, os valores referentes a cada sócio. Entretanto, um deles necessita de um valor a mais e simplesmente faz uma transferência da conta bancária da empresa, para sua conta, sem informar a contabilidade.

Neste caso, ele cometerá um grave problema em que ocasionará um desajuste financeiro e inconformidade nos saldos da empresa. O correto seria este sócio passar para a parte financeira, que necessita de uma espécie de adiantamento de salário, e que ao realizar a transferência a contabilidade realiza os ajustes de contas, fazendo o lançamento de “adiantamento de pró-labore” e não desfalcando a conta empresarial.

### **Consequências da Mistura dos Patrimônios**

As principais consequências são:

**Inconfiabilidade nas análises financeiras:** O mix de ativos impede uma análise clara e precisa da situação financeira da empresa, dificultando a avaliação de desempenho, rentabilidade e liquidez.

**Incoerências nas declarações fiscais:** A confusão entre bens pessoais e empresariais pode gerar inconsistências nas declarações fiscais, o que acarreta autuações e penalidades por parte do fisco.

**Responsabilidade Ilimitada:** Quando surgem dívidas ou problemas jurídicos, os credores podem questionar bens empresariais e bens pessoais do proprietário, aumentando o risco financeiro para o empresário.

**Perda de controle de gestão:** Sem uma alocação adequada de ativos, pode ser difícil para a gestão da empresa controlar seus recursos e planejar seus

investimentos, porque os limites entre o que pertence à empresa e o que pertence ao proprietário não estará claro.

**Dificuldade nos processos de auditoria:** a auditoria contábil e financeira pode ser prejudicada porque a confusão dos ativos dificulta a verificação da integridade dos dados financeiros. Essas consequências podem colocar em risco a continuidade e a reputação da empresa, além de gerar riscos jurídicos e financeiros para a empresa e seus proprietários.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia da pesquisa, foi feita de forma qualitativa em que pesquisas bibliográficas foram realizadas, explorando livros e artigos relacionados a área explorada neste artigo. Dentre eles foi utilizado o CFC e CEPC que são fundamentais para os registros contábeis, utilizando artigos e resoluções atuais.

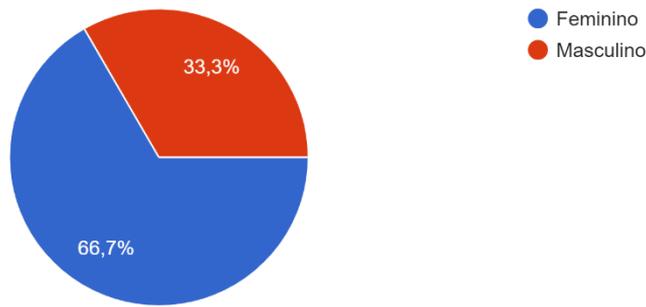
Após isso, foi realizada um outro método pelo autor, o quantitativo, que teve o intuito de explorar dados por métodos matemáticos, resultando gráficos em forma de pizza e de barras, sendo assim exploradas e gerando os resultados abordados na pesquisa. A plataforma utilizada foi “Google Formulários”, facilitando para os participantes da pesquisa, em que perguntas de múltipla escolha, as quais foram enviadas aos selecionados, relacionando assuntos sobre a importância da separação das finanças pessoais e corporativas.

A coleta desses dados foi realizada de forma online, enviadas para profissionais da área contábil, em que têm certa experiência no assunto, com o intuito de se tornar embasamento para este artigo, em que as respostas de maior percentual foram utilizadas como conceitos esclarecedores sobre o tema abordado.

## **ANÁLISE DE DADOS**

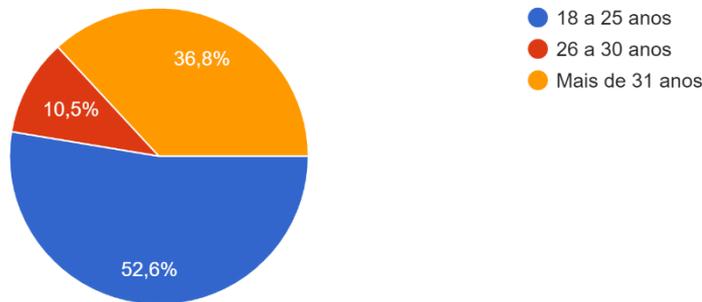
Esta pesquisa foi realizada mediante coleta de dados através de um questionário, obtendo conhecimentos e avaliações de um público que discerne de conhecimentos contábeis, como áreas de auditoria, gestão de pessoas, âmbito fiscal, dentre outras.

Gráfico 1. Qual é o seu gênero?



Fonte: O autor

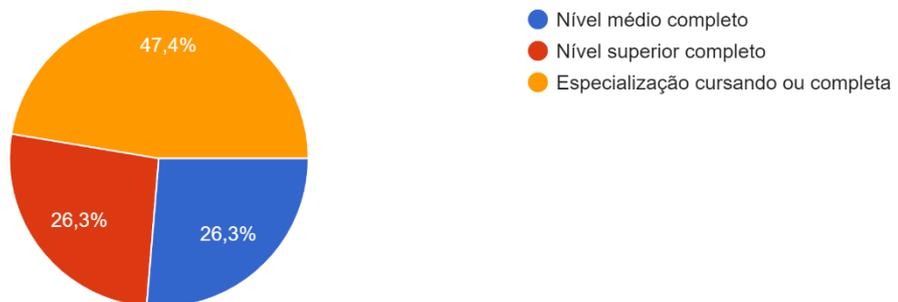
Gráfico 2. Qual é a sua idade?



Fonte: O autor

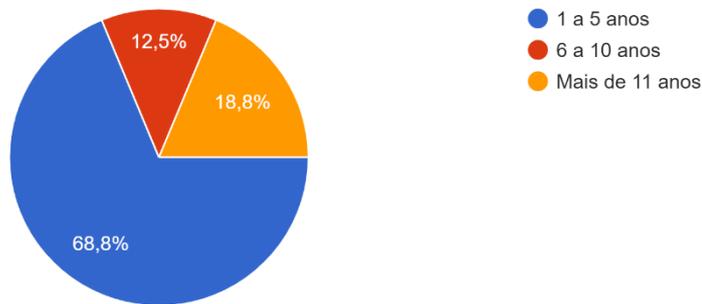
Nos gráficos acima, demonstram que a pesquisa foi feita com a maior porcentagem do público feminino, sendo ele 66,7% e o restante 33,3% masculino. Também relata que o maior número de participantes tem de 18 a 25 anos (52,6%), e logo após sendo 36,8% havendo mais de 31 anos e a seguir em menor porcentagem está em 10,5% pessoas de 26 a 30 anos.

Gráfico 3. Qual o nível de escolaridade que possui?



Fonte: O autor

Gráfico 4. Você apresenta quanto tempo de experiência na área contábil?

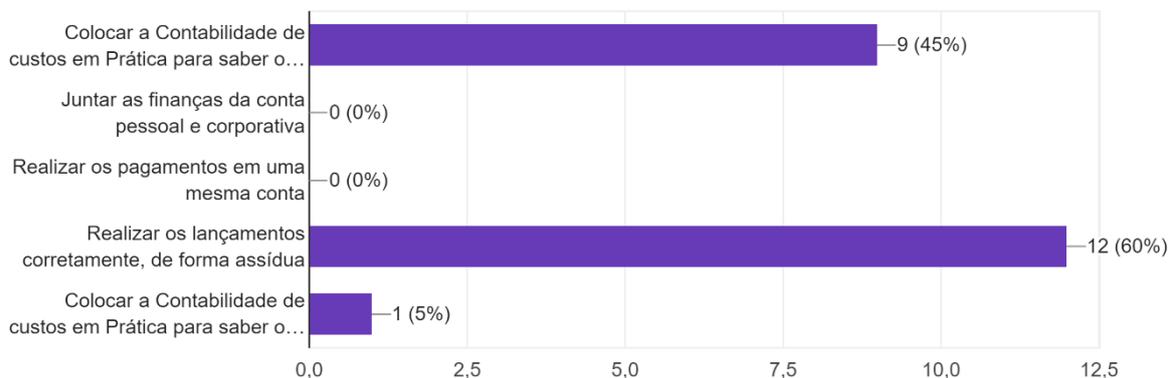


Fonte: O autor

Acima temos mais relatórios no âmbito pessoal do público, em que se percebe que a maioria está cursando ou já cursaram especialização na área, foram 47,4%, os restantes estão em nível médio completo são 26,3% e nível superior completo são de 26,3%. No gráfico quatro, aponta-se o tempo de experiência na área contábil, sendo eles 68,8% de 1 a 5 anos, e 18,8% com mais de 11 anos e enfim 12,5% com 6 a 10 anos atuando na área contábil.

A seguir os relatos se tornam mais específicos e mais envolvidos com os resultados da pesquisa, em que foram feitas seis perguntas baseadas no principal problema deste artigo, são elas:

Gráfico 5. Quais as práticas contábeis são mais adequadas para garantir a sustentabilidade financeira de empresas familiares ao longo das gerações?

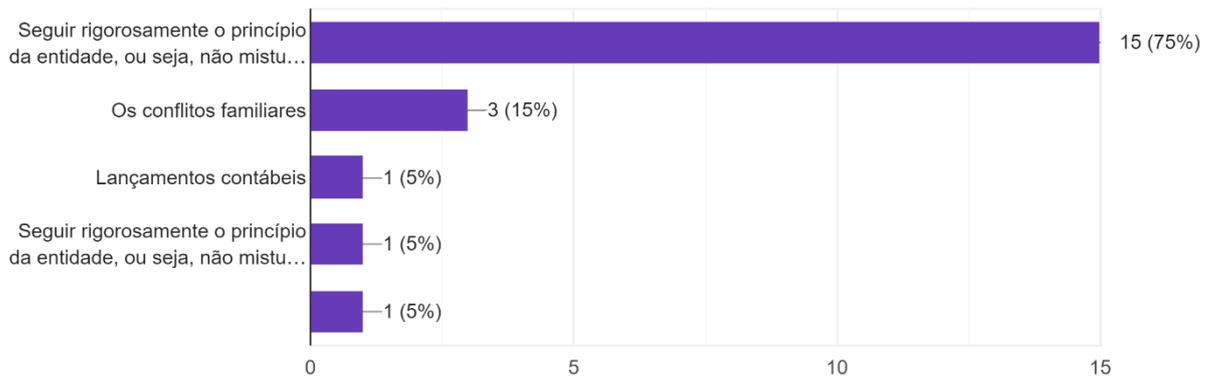


Fonte: O autor

No gráfico de barras acima, a maior resposta selecionada foi “Realizar os pagamentos em uma mesma conta”, em que se confirma a necessidade de haver contas

separadas entre o sócio e a empresa, havendo a correta separação nos pagamentos das pessoas jurídica e física.

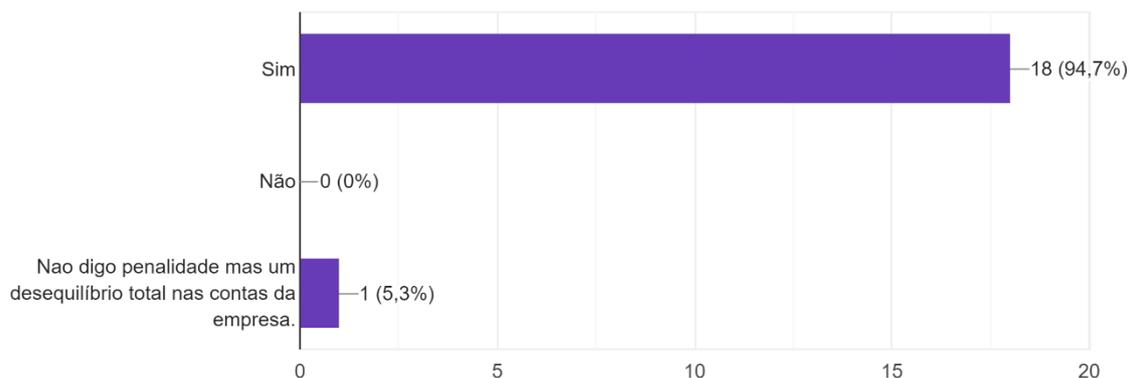
Gráfico 6. Quais são os principais desafios na gestão do patrimônio familiar dentro de uma empresa?



Fonte: O autor

Diante dos desafios na gestão do patrimônio familiar dentro de uma empresa, se destacou a dificuldade de seguir rigorosamente o princípio da entidade, não misturar os bens de sócios com bens da empresa.

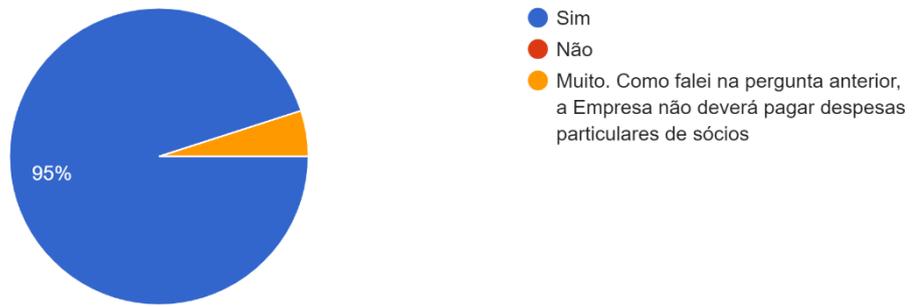
Gráfico 7. Um sócio que não cumpre com a separação correta das finanças da empresa, poderá sofrer de alguma penalidade?



Fonte: O autor

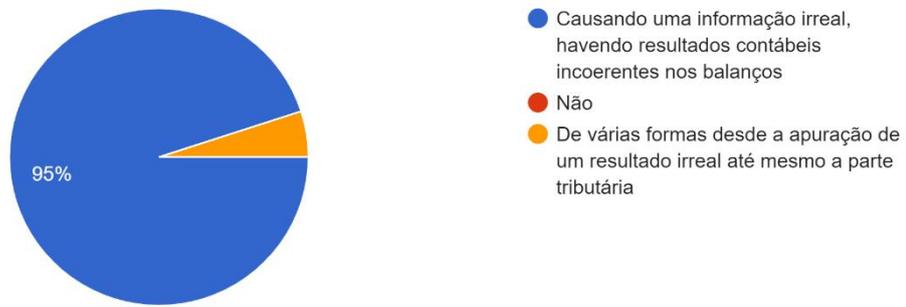
Diante dessa pergunta a resposta “sim” se destaca, entretanto houve 5,3%, que fez um comentário interessante sobre a penalidade, em que respondeu que acontecerá um desequilíbrio total nas contas da empresa, pois sabe-se que o relatório como a DRE ou o Balanço Patrimonial (BP), se tornarão incoerentes com a real situação das contas da empresa.

Gráfico 8. A mistura das contas da pessoa física com a da pessoa jurídica atrapalha a empresa?



Fonte: O autor

Quadro 9. Como a confusão patrimonial pode afetar as informações contábeis?



Fonte: O autor

As perguntas acima demonstram como a confusão dos patrimônios prejudica a entidade, assim, é fundamental que o sócio respeite a divisão dessas contas. No gráfico 9, a maior porcentagem foi de 95%, em que confirma as causas que afetam as informações contábeis, são elas: incoerência nos relatórios, incoerências nas declarações fiscais causando uma informação irreal nos resultados das contas.

Gráfico 10. Caso o sócio precise de um valor a mais do que conste em seu pró-labore, essa retirada pode ocorrer?



Fonte: O autor

No gráfico acima conclui-se então que o sócio ao necessitar de um valor a mais do que o seu pró-labore, deverá pedir o adiantamento de salário, realizando o lançamento correto. Como no gráfico, 78,9% das pessoas responderam dessa forma.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo, ao realizar esta pesquisa, pôde notar que é um risco para a empresa familiar, obter uma fusão nas contas pessoais e corporativas. Podendo causar falhas nas declarações financeiras e dificultando o serviço dos profissionais contábeis, portanto, é de suma importância que sejam seguidas as regras e princípios contábeis.

Esclareceu também os riscos que a empresa obterá, caso faça essa fusão de contas; atrapalhando a contabilidade nos balanços e tornando ineficientes os resultados obtidos caso estejam em conta conjunta. Como no estudo pode-se verificar que é de ampla consciência, a necessidade do planejamento financeiro, pois são muitas consequências negativas que podem ocorrer dentro da empresa.

Apesar de parecer difícil seguir essa regra, concluímos que há possibilidades sim de inibir por completo este mal costume nas empresas familiares. Diante disso, algumas opções são: esclarecer as regras dentro da empresa, como deixar claro que é necessário a divisão de contas e ser de total transparência com a contabilidade, que é uma aliada da empresa e das finanças.

Constatou-se também na pesquisa os benefícios que se têm ao realizar corretamente a distinção clara desses patrimônios, como esclarecimento dos relatórios DRE e BP, como também estar dentro das leis e princípios contábeis. E por fim, considerando um lucro rentável, a empresa poderá realizar seus investimentos confortavelmente, acreditando que o valor esclarecido na DRE ao final do exercício, seja condizente com a realidade e patrimônio da entidade.

Conclui-se então que, este artigo foi fundamental para esclarecimento da necessidade da divisão das contas tanto pessoais, quanto corporativas, assim, auxiliando as empresas que ainda têm esta dificuldade e as contabilidades que tentam inibir esse mal costume, presente principalmente nas empresas familiares.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL** - Código de Ética Profissional do Contador- **CEPC**. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/cepc.htm>  
Acesso em: 18/10/2024

**BRASIL** - Resolução CFC nº. 803/1996. Disponível em: [https://crcap.org.br/wp-content/uploads/2018/08/C%C3%93DIGO-DE-%C3%89TICA-RES\\_803.pdf](https://crcap.org.br/wp-content/uploads/2018/08/C%C3%93DIGO-DE-%C3%89TICA-RES_803.pdf) Acesso em 15/10/2024

**BRASIL** - Conselho Federal de Contabilidade. **CFC**. Resolução CFC nº 1.612, de 11 de fevereiro de 2021 Disponível em: <https://cfc.org.br/>. Acesso em: 21/10/2024

**BRASIL** - RESOLUÇÃO CFC, Nº 750/93.

Disponível em:

[https://www.ufrb.edu.br/cmp/images/documentos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CFC%20n%C2%750\\_93.pdf](https://www.ufrb.edu.br/cmp/images/documentos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CFC%20n%C2%750_93.pdf). Acesso em: 21/10/2024

RODRIGUES, I. P.; **Confusão patrimonial em empresa familiar**. Artigo, Ano 2019. UBERLÂNDIA. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27809>

RODRIGUES, Igor Pereira. Confusão patrimonial em empresa família: estudo de caso de uma rede de supermercados em Uberlândia. 2019. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SENA, D. C.; SANTOS, E. R. B.; TRZASKOS, J. I. **Gerenciamento de custos em empresas familiares de pequeno e médio porte: desafios e dificuldades**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 9, n 1, janeiro/junho 2013.

### ANEXO A – CÓPIA DO QUESTIONÁRIO APLICADO.

#### ENTREVISTA (utilizando de questões estruturadas)

#### PESQUISA CIENTÍFICA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS/IESGO

Esta pesquisa foi realizada pela aluna Camilla Lopes Barbosa, orientada pelo professor Georges Charles de Weck Ribeiro. O tema da pesquisa é “**CONFUSÃO PATRIMONIAL EM EMPRESA FAMILIAR**”.

Olá, me chamo Camilla Lopes Barbosa, discente de Ciências Contábeis das Faculdades IESGO e gostaria da sua participação, pois ela será imprescindível para a realização do meu TCC. Lembrando que os dados coletados possuem apenas fins acadêmicos. Obrigada pela atenção e colaboração!

Contato – Aluna Camilla: [camillalopes.ba@gmail.com](mailto:camillalopes.ba@gmail.com)

#### 1- Qual é o seu gênero?

Feminino

Masculino

#### 2- Qual é a sua idade?

18 a 25 anos

26 a 30 anos

Mais de 31 anos

**3- Qual o nível de escolaridade que possui?**

Nível médio completo

Nível superior completo

Especialização cursando ou completa

**4- Você apresenta quanto tempo de experiência na área contábil?**

1 a 5 anos

6 a 10 anos

Mais de 11 anos

**5- Quais as práticas contábeis são mais adequadas para garantir a sustentabilidade financeira de empresas familiares ao longo das gerações?**

Colocar a Contabilidade de custos em Prática para saber os custos totais e reais

Juntar as finanças da conta pessoal e corporativa

Realizar os pagamentos em uma mesma conta

Realizar os lançamentos corretamente, de forma assídua

**6- Quais são os principais desafios na gestão do patrimônio familiar dentro de uma empresa?**

Seguir rigorosamente o princípio da entidade, ou seja, não misturar os bens de sócios com bens da empresa

Os conflitos familiares

Lançamentos contábeis

**7- Um sócio que não cumpre com a separação correta das finanças da empresa, poderá sofrer de alguma penalidade?**

Sim

Não

**8- A mistura das contas da pessoa física com a da pessoa jurídica atrapalha a empresa?**

Sim

Não

Outro..

**9- Como a confusão patrimonial pode afetar as informações contábeis?**

Causando uma informação irreal, havendo resultados contábeis incoerentes nos balanços

Não

Outro...

**10- Caso o sócio precise de um valor a mais do que conste em seu pró-labore, essa retirada pode ocorrer?**

Sim

Não

Sim, poderá ser feito um adiantamento de salários sendo regularizados contabilmente.

## **ORGANIZADORES**

### **ALESSANDRA FAGUNDES FURTADO DE MELO**

---

Brasiliense nascida no Gama-DF, casada há 32 anos com Fábio Melo, e mãe de três filhos extraordinários: Isabella, Isaque e Ana Gabriela. Líder nata, alegre, compreensiva e destemida. Gestora e Psicóloga. Atuo na área social e clínica, Palestrante, Autora, Organizadora de livros e Pesquisadora. ORCID: 0000-0002-6084-2299 / CRA-DF No: 03.03888.

Pós-graduanda em Neurociência Clínica e Neurociência da Reabilitação.

Pós-graduada em Psicanálise, Psicopatologia e Psicoterapia de adolescentes; Pós-graduada e MBA em Gestão de Pessoas com Docência no Ensino Superior.

Graduada em Tecnologia de Gestão de Recursos Humanos e Graduada em Psicologia.

Atua com atendimentos voluntários e com parcerias, focando no atendimento do núcleo familiar de pessoas com necessidades específicas pelo Instituto ANAMA. Fui monitora de diversas disciplinas de Psicologia por seis semestres consecutivos. Cursos de capacitação como Perita em Psicologia Jurídica e Aplicadora ABA (Análise do Comportamento Aplicada).

Idealizadora, Fundadora e Presidente do Instituto Psicológico Conexão Anama (@ip.anama, [alebrasil.alessandra@gmail.com](mailto:alebrasil.alessandra@gmail.com)).

## **GEORGES CHARLES DE WECK RIBEIRO**

---

Georges Charles, tem 64 anos, natural do estado do Rio de Janeiro, Brasil, residindo atualmente em Brasília, Distrito Federal, desde 1964. Pai de duas filhas, Vanessa Gurgel, de 35 anos e Ana Luiza de 25 anos. Casado há 38 anos, com Joriza Gurgel de Weck Ribeiro, Servidora Pública, aposentada, pelo Ministério do Planejamento e Gestão. Coursou Ciências Econômicas na Faculdade CEUB em Brasília-DF, formando-se em 1978. Posteriormente, realizou o Curso de Especialização em Planejamento e Defesa Civil, pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 1983. Atua como Professor na Faculdade IESGO, em Formosa, lecionando as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor; Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no Curso de Ciências Contábeis e Economia no Curso de Direito. Servidor Público de carreira do Ministério da Fazenda, órgão integrante do Poder Executivo e requisitado pelo Ministério da Gestão e Inovações - MGI, para trabalhar como um dos técnicos responsáveis pelos acertos financeiros, a serem realizados na folha de pagamentos de aposentados e pensionistas do Poder Executivo, lotado na Coordenação de Pagamentos de Aposentados e Pensionistas, do Ministério da Gestão e Inovações – MGI, possuindo mais de 40 anos de carreira no Serviço Público. Possui também passagens por diversas Faculdades em Brasília, como por exemplo: UPIS, Processus, Faculdade Evangélica, ICESP, AD1, UNEB entre outras, tendo lecionado diversas disciplinas nos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão Pública, Secretariado, Direito. Possui passagens em diversos Cursos Preparatórios para Concursos Públicos em Brasília-DF e em Goiânia, tendo sido responsável por ministrar aulas de Economia, Estatística e Contabilidade em diversas instituições, tais como: Prof. Margarida; Obscursos; Tese e outras instituições



 EDITORA  
**ÓPERA**

ISBN 978-658528429-5



9

786585

284295